

CLOVIS RIBEIRO

**BRAZÕES
E
BANDEIRAS
DO
BRASIL**

São Paulo Editora L.da

*São Paulo
1933*

*Ilustrações
de
J.W. RODRIGUES*

MM
1144

ARQUIVO GERAL
DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO

DOCUMENTAÇÃO BIBLIOGRÁFICA

N.º de registro: 1144 9

Data: 20/02/84

SECRETARIA DE ESTADO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

As Braga Inello

fevere

0

Buenos Aires

SECRETARIA DE ESTADO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

Bo Braga Inello

ferre

0

Buenos Aires

ESTE TRABALHO FOI ESCRIPTO PARA A
EDIÇÃO ESPECIAL COM QUE O JORNAL
"O ESTADO DE SÃO PAULO" COMMEMOROU,
A 18 DE SETEMBRO DE 1922, O PRIMEIRO
CENTENARIO DA INSTITUIÇÃO DA BAN-
DEIRA NACIONAL.

REEDITADO AGORA EM LIVRO, APPARECE
INTEIRAMENTE REMODELADO E GRANDE-
MENTE AMPLIADO. NEM PORISSO, PORÉM,
PERDEU O SEU CHARACTER PRIMITIVO DE
UMA SIMPLES COLLECÇÃO DE APONTAMEN-
TOS, EM QUE POUCO MAIS SE FEZ DO QUE
REPRODUZIR TODA A DOCUMENTAÇÃO QUE
SOBRE O ASSUMPTO POUDE SER COLLIGIDA.

C. R.

INDICE

I

A BANDEIRA NACIONAL E A TRADIÇÃO

As côres — Os symbolos	13
----------------------------------	----

II

AS BANDEIRAS DOS NOSSOS ANTEPASSADOS

As primeiras bandeiras portuguezas. — As bandeiras dos navegadores — As bandeiras da éra colonial — A bandeira do Principado do Brasil — A bandeira do Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves — O decreto de D. João VI que instituiu o pavilhão luso-brasileiro	17
--	----

III

A BANDEIRA DO IMPERIO

Como foi criada a bandeira nacional — O benzimento das primeiras bandeiras nacionaes — Dois decretos de D. Pedro I — O padrão official da bandeira do Imperio.	47
--	----

IV

A BANDEIRA DA REPUBLICA

Projectos de novos symbolos — Como se fez a adaptação da bandeira do Imperio ao regimen republicano — O decreto do governo provisório que adoptou o projecto Teixeira Mendes — A justificação desse projecto — O padrão official da bandeira da Republica	65
---	----

V

AS ARMAS NACIONAES

As armas da mãe-patria — As armas do Principado e do Reino do Brasil — As armas do Imperio — As armas da Republica	83
--	----

VI

OS SYMBOLOS REPUBLICANOS E A CRITICA

O lemma positivista — O céo da bandeira — Projectos de reforma — Os projectos e a critica.	95
--	----

VII

BANDEIRAS MILITARES

No Brasil-Colonia e Reino — No Brasil independente — Pavilhões navaes	111
---	-----

VIII

BANDEIRAS DE REVOLUÇÕES

Inconfidencia Mineira — Inconfidencia Bahiana — Revolução Republicana de 1817 — Confederação do Equador — Revolução Federalista Bahiana — Republica de Piratiny — Republica Catharinense — Revolução Acreana — Revolução de 1930 — Revolução Constitucionalista de 1932 . .	131
---	-----

IX

BANDEIRAS DE ESTADOS E CIDADES

Rio Grande do Sul — São Paulo — Pernambuco — Bahia — Pará — Paraná — Sergipe — Maranhão — Piahy — Ceará — Santa Catharina — Matto Grosso — Parahyba — Districto Federal — Belém do Pará — Cachoeira (Bahia) — S. Salvador — Cidade de São Paulo — Mogy das Cruzes — Fortaleza — Villa Bella de Matto Grosso — Santos .	151
--	-----

X

BRAZÕES DE ESTADOS E CIDADES

Brazões do Brasil-Colônia — Brazões do Brasil-República — O braço do Rio de Janeiro — O braço da cidade de São Paulo — O braço do Estado de São Paulo — Brazões de outros Estados — Brazões de cidades paulistas — Brazões de cidades mineiras — Brazões de cidades de outros Estados — Projectos de José Wasth Rodrigues — Características da heraldica brasileira.	173
--	-----

XI

TOPES MILITARES E CIVIS

Os topos do Brasil-Colônia — Os topos da Independência — Os topos da Regência á República — Topos revolucionarios — O lenço rio-grandense — Distin. tivos constitucionalistas	321
---	-----

XII

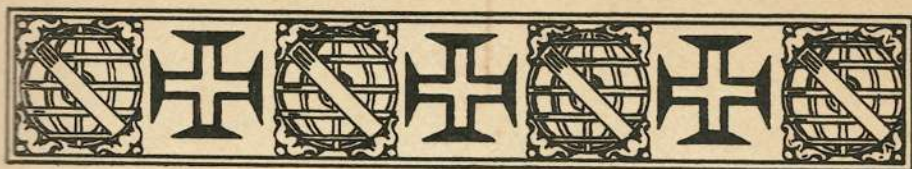
A REFORMA DOS SYMBOLOS NACIONAES

A restauração do escudo nacional — A reforma da bandeira . .	341
--	-----

ANNEXOS

Rudimentos da arte heraldica	361
Os actuaes symbolos nacionaes de Portugal	369
O Dia da Bandeira	371
Uma nova bandeira militar	375
A Bandeira Nacional na Comissão de Reforma da Constituição	377
BIBLIOGRAPHIA	381

BRAZÕES
E
BANDEIRAS
DO
BRASIL



I

A Bandeira Nacional e a Tradição



BANDEIRA que hoje constitúe symbolo da nacionalidade brasileira foi criada a 18 de setembro de 1822, por decreto de D. Pedro I, referendado por José Bonifacio, tendo apenas soffrido, com o advento do regimen politico actual, a substituição das armas do Imperio pelo emblema republicano.

O que primacialmente distingue a nossa bandeira, tal como foi instituida em 18 de setembro de 1822, é a original disposição do losango amarello em campo verde.

Nenhum outro pavilhão nacional, no mundo, apresenta desenho igual, ou sequer semelhante, e em nenhum outro se deparam as côres do nosso como principaes ou unicas.

O emblema é particularidade secundaria. As "côres nacionaes" são o verde e o amarello, como tem sido universal e ininterruptamente reconhecido durante mais de um seculo. O desenho central, alterado pela Republica, já havia soffrido modificações durante o Imperio. Nunca foi considerado, nem pôde ser havido como essencial. Representa apenas uma indicação superposta, referente a um regimen ou a uma época.



As Côres

Nas bandeiras de outras nações, as côres correspondem geralmente a uma symbolologia especial, criada com o pavilhão ; na do Brasil, ha uma symbolologia em verdade falante, preexistente á composição do estandarte e de curso universal. As côres verde e amarella podem significar esperança e riqueza, e podem significar outras coisas, mas antes de tudo dizem, para todos os espiritos, onde quer que se achem : vegetação e ouro, um paiz revestido de mattas e campos, com entranhas onde o metal precioso sobresáe entre outros depositos refulgentes.

Nem é tudo. Essa bandeira nos fala, ainda, do nosso passado, lembrando tradições que remontam ás origens mais longinquas deste povo e do povo que descobriu e colonisou o Brasil. Essas tradições abrangem cerca de mil annos ! Abarcam toda a odysséa da raça, todas as vicissitudes da nossa gente, daquella que formou uma nacionalidade, em heroicas arrancadas, sob as sombras da Idade-Média, e que veio florir neste outro ramo opulento de aquem Atlantico.

A côr verde — côr dos mares sulcados pelas caravellas dos nossos antepassados — figurou na bandeira dos primitivos lusitanos, desde muito antes da criação do Condado Portucalense, talvez já nos tempos do lendario Viriato. Verde era o estandarte do grande Nun'Alvares na batalha de Aljubarrota. Verde era o pendão de Fernão Dias Paes Leme, o Governador das Esmeraldas...

O amarello recorda os castellos dourados que, desde a conquista do Algarve, em 1250, apparecem no pavilhão portuguez. Recorda ainda uma das côres do Reino de Castella, ao qual pertenceu Portugal, antes da sua independencia.

O azul e o branco eram as côres da bandeira adoptada pelo Condado Portucalense, origem definida do Reino de Portugal. Foram as côres do pendão que Affonso Henriques levou á famosa batalha de Ourique, na qual o sangue portuguez regou abundantemente os fundamentos da nacionalidade autonoma. Azul e branco foram as côres sagradas que Luiz de Camões defendeu com o seu pulso e cantou como poeta — “braço ás armas feito, mente ás Musas dada”. Azul e branco foram as côres das quinas e as côres nacionaes da nação portugueza, em cujas armas ainda são hoje mantidas.



Os Symbolos

A esphera azul, que a Republica fixou ao centro do losango, é um velho emblema, já usado pelos antigos romanos, symbolisando a soberania, com uma zona obliqua em posição exactamente igual áquella que se vê no pavilhão brasileiro. Adoptou-a a Igreja Catholica, que tantas ligações historicas tem com a nossa nacionalidade, dando-lhe applicação ritual. Descreveu-a Manuel Bernardes, o grande classico da nossa lingua.

Na bandeira do Brasil-principado, criada em 1645, — o primeiro pavilhão privativo que tivemos, — a esphera azul encimava a esphera armilar manuelina. Ella figurou tambem na corôa dos reis de Portugal ; ella figurou na corôa dos nossos dois imperadores, sempre com a côr azul e sempre cingida por uma zona branca.

Pela sua fôrma, essa esphera azul se prende ainda á esphera armilar, divisa de D. Manuel I, o Venturoso, em cujo reinado se descobriu o Brasil, e que foi justaposta á cruz mandada erguer por Pedro Alvares Cabral, em terra brasileira, a 1 de maio de 1500, segundo refere Caminha, o escrivão da armada descobridora.

Para que nenhuma particularidade da nossa bandeira deixe de ter uma profunda significação historica, as proprias estrellas que nella se vêm não constituem novidade. Estrellas já as havia no pavilhão imperial, dispostas em circulo, dentro de um anel, symbolisando as provincias. Estrellas figuravam ainda nas bandeiras adoptadas pelas duas revoluções republicanas de Pernambuco, em 1817 e 1824.

O Cruzeiro do Sul, constellação bem representativa do céo maravilhoso da nossa terra, e que foi, segundo alguns autores, a que deu os nomes primitivos da terra descoberta por Pedro Alvares, se prende ainda a mais uma tradição da symbologia nacional, pois lembra a cruz da Ordem de Christo, que figurou na bandeira do Imperio e figurou em ponto grande na bandeira das memoraveis navegações portuguezas, bandeira que fluctuou aos ventos de todo o globo, bandeira que antes de qualquer outra se desfraldou em terra do Brasil; bandeira que, segundo documentos da época, presidiu ás lutas da guerra hollandeza, defendida por Vidal de Negreiros, Camarão e Henrique Dias, nas primeiras batalhas em que combateram soldados brasileiros; e, finalmente, andou pelos sertões do continente, em mãos de bandeirantes de São Paulo — das Guyanas ao Prata e do Atlantico ao Pacifico...

A bandeira da Republica mantém, pois, toda uma série de signos que nos religam aos pontos culminantes do nosso passado, até as épocas mais remotas, e, em relação á bandeira do Imperio, nada mais é do que sua fórmula evolutiva, adaptada a novos tempos.





II

As Bandeiras dos Nossos Antepassados

As Primeiras Bandeiras Portuguezas



SEGUNDO rezam as velhas cronicas, os antigos lusitanos arvoravam uma bandeira branca, no meio da qual se via um dragão verde. (Pinheiro Chagas) Ao ser criado o Condado Portucalense, em 1097, Henrique de Borgonha, (1) seu primeiro titular, adoptou como emblema heraldico uma cruz azul em campo branco. (2) Affonso Henriques (1139-1185), filho de Henrique de Borgonha, logo após a victoria de

(1) Desde Henrique de Borgonha até D. João II (fins do seculo XI a fins do seculo XV) as mesmas insignias heraldicas são usadas, tanto na bandeira, como no escudo do rei de Portugal. A historia das transformações de um destes symbolos é, pois, a historia das transformações do outro, no referido periodo.

(2) Refere ALVARO FERREIRA DE VERA, na sua *Origem da Nobreza Politica, Blasões de Armas, Cargos e Titulos Nobres* (Lisboa, 1631), pag. 20, verso :

“O uso das armas he mais antigo em Portugal que em Castella. Porque neste tempo, que quer MORALES que os Aragonezes trouxessem as armas a Castella, já havia 16 ou 19 annos que o Conde Dom Henrique (pae e origem dos Reis Portuguezes) estava em Portugal com sua mulher a Infanta Dona Teresa, filha do dito Rei Dom Affonso VI : porque entrou no anno de 1090 (e segundo um author moderno

Ourique, da qual resultou a fundação da Monarchia Portuguesa, substituiu a cruz azul por outra, formada por cinco escudetes da mesma côr, cada um com cinco besantes de prata. (1) Outros attribuem essa transformação a D. Sancho (1185-1211) e elevam a nove, onze e treze o numero de besantes nos escudetes. (2)

E' igualmente controvertida a significação dos sym-bolos contidos no primitivo emblema portuguez.

Relata a conhecida lenda do milagre de Ourique que, antes da batalha, appareceu Jesus Christo a Affonso Henriques e ordenou-lhe que puzesse no seu escudo cinco es-

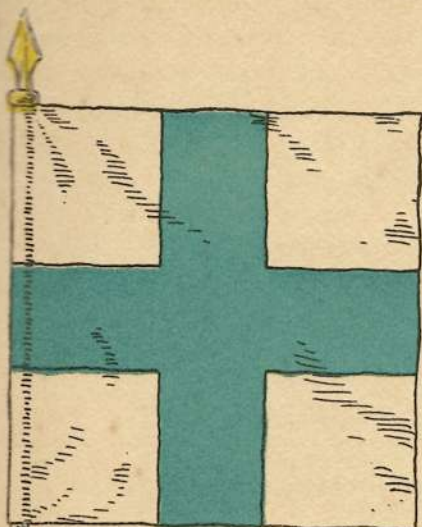
foi no anno de 1072) e trazia por armas huma Cruz azul em campo de prata, á imitação daquelle seu valeroso Capitão Duque de Lotaringia Godofre de Bulhão, que trazia em seu escudo e bandeiras as armas de Jerusalem, que são huma Cruz de ouro em campo de prata, como conquistador daquelle Terra Santa. A côr azul claramente mostra que é tomada do blasão da casa de Borgonha, aonde se virão sempre bandas azues tiradas do campo do escudo real de França, de que todos erão descendentes".

(1) "O Conde D. Henrique — escreve ANTONIO DE VILLAS BOAS e SAMPAYO — usou algum tempo de hum escudo branco sómente. sem figura, nem divisa alguma. Depois assentou nelle huma Cruz azul daquelle feito a que chamão potentêa, por ter a haste mais comprida que os braços. Assim o dizem DUARTE NUNES DO LIÃO na sua *Chronica*, BRANDÃO na *Monarchia*, 3.^a part., lib. 10, cap. 7, FR. SERAFIM DE FREITAS *De Justo Imperio Lusitan.*, cap. 18, n. 17, FARIA, *Epitom.* 3, cap. 1, n. ultim. Destas mesmas armas usou seu filho ElRey D. Affonso Henriques, que lhe succedeo no Estado, até que Christo Senhor nosso, querendo fundar neste Reyno huma Monarchia propriamente sua, apparecendolhe no Campo de Ourique na noite antecedente á batalha, que venceo contra innumeravel multidão de barbaros Mahometanos, lhe deu, com o titulo de Rey, suas cinco Chagas por Armas, e os trinta dinheiros, por que foy vendido aos Judeos. O qual apparecimento, e favor grande, que Deos fez a este Reyno, além de se provar evidentemente pela escriptura autentica de juramento, que se achou no Archivo do Real Convento de Alcobaça, a que se deve o mayor credito, que se dá em fé humana, se refere na *Chronica* do mesmo Rey, cap. 15 e o trazem NAVARRO in *Repet.*, cap. *Novit de Judit.*, notab. n. 3, 151, MARIZ *Dial.* I, cap. 5, BRANDÃO na *Monarchia*, 3.^a part., lib. 10, cap. 5, ALMEIDA in *Análisi* cap. 30 n. 13, MACEDO no *Caramuel convencido* I p. n. 5, GREGORIO DE ALMEIDA na *Restauração de Portugal* lib. 4 e o confirmão os Authores Castelhanos e Estrangeiros. (*Nobiliarchia Portugueza*, Lisboa, reimpressão de 1727, pags. 195 e 196).

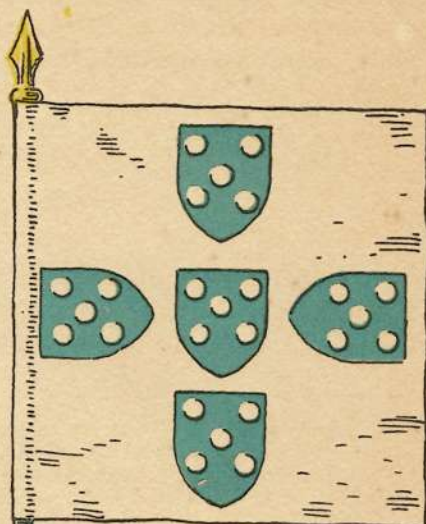
(2) Numa gravura de TEIXEIRA DE VASCONCELLOS, citada por JOSÉ FELICIANO, vê-se o escudo de D. Affonso Henriques, composto de 19 escudetes ellipticos, com 13 besantes cada um, e ligados por uma série de cordões ou torças a cruzar-se em aspa ou a girar em cercadura. PINHEIRO CHAGAS reproduz, na sua *Historia de Portugal*, as armas de Affonso Henriques com nove escudetes, ligados por cordões e dispostos em cruz e em aspa, com cinco besantes cada um.

PRIMEIRAS BANDEIRAS PORTUGUEZAS

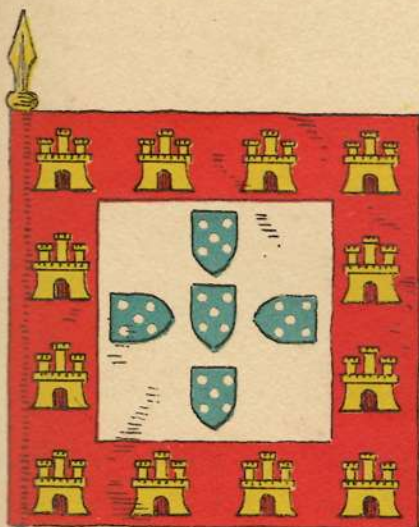
(1)



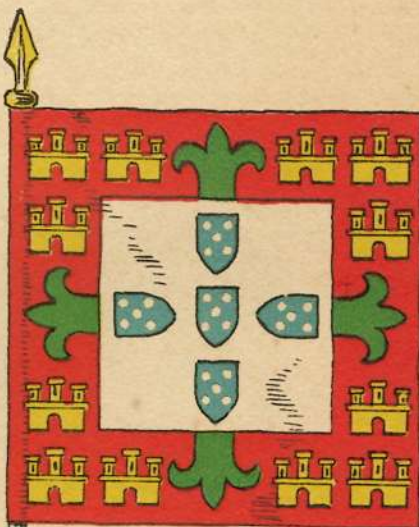
1- Condado Portucalense (1097)



2-Reino de Portugal (1139)



3- Portugal e Algarves (1250)



4 - D. João I (1384)

w

cutetes azues, dispostos em cruz, em allusão ás cinco chagas, cada um com cinco besantes (1).

Camões dá curso a esta lenda, attribuinto, entretanto, diversa significação aos cinco escudetes, nas estrophes 53 e 54 do canto III dos *Lusiadas*, que assim descrevem a criação das armas portuguezas :

Já fica vencedor o Lusitano,
Recolhendo os trophéos e presa rica :
Desbaratado e roto o Mouro Hispano,
Tres dias o grão Rei no campo fica.
Aqui pinta no branco escudo ufano,
Que agora esta victoria certifica,
Cinco escudos azues esclarecidos,
Em sinal destes cinco Reis vencidos.

E nestes cinco escudos pinta os trinta
Dinheiros, por que Deus fôra vendido,
Escrevendo a memoria em varia tinta,
Daquelle de quem foi favorecido :
Em cada um dos cinco, cinco pinta :
Porque assi fica o numero cumprido,
Contando duas vezes o do meio
Dos cinco azues, que em cruz pintando veio.

(1) "Succedeo este admiravel apparecimento do Senhor — escreve VILLAS BOAS E SAMPAYO — no anno de 1139 do Nascimento. Estava o Principe D. Afonso Henriques, já alta noite, recolhido na sua tenda, e entre as angustias de ver temerosos a seus soldados de tantos milhares de Mouros, que cobrião o Campo de Ourique, e o desejo grande, que tinha, de os destruir, e propagar a Fé de Christo, lhe pedia favor, e esforço em aquella empresa, que por seu amor tinha começado. E sendo advertido por hum Ermitão que havia sessenta e seis annos, que com o favor do Altissimo vivia entre os infieis daquelle distrito santamente, de que Deos lhe queria fallar, sahio só, e armado, fôra do arrayal na segunda vigilia da noite: e entre o alvoroço e o desejo de chegar a lograr favor tão grande como lhe havia promettido, lançando os olhos para a parte direita, vio contra o Oriente hum resplandescente rayo, que desfazendose em luzes, com que se augmentava, crescia em resplandores. E entre as escuridades e sombras da noite, que dominavão aquelle hemisferio, reparou que hiam ganhando campo os rayos e perdendo terra as sombras. Crescião as luzes e arrayando os ares usurpavão a jurisdicção á noite e o principado ás trevas : quando advertindo o Principe vio entre tanto golfo de rayos,

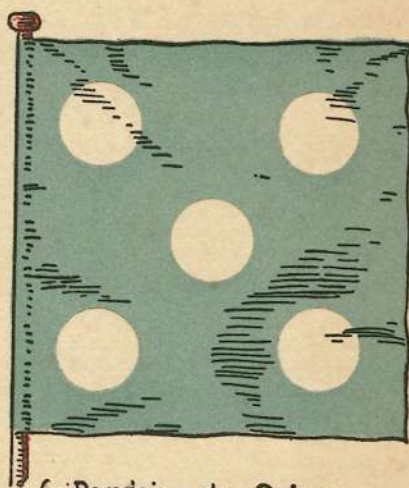
Tambem num cronicon não posterior a meados do seculo XV lê-se que Affonso Henriques, acclamado rei pelo exercito, antes da batalha de Ourique, logo após, *por memoria daquelle boo aquecimento que lhe deus dera pôs no seu pendam cinco escudos por aquelles cinco reis e pose-os em cruz por rememrança da cruz de nosso senhor ieshu christo, e pôs em cada hum XXX dinheiros por memoria daquelles XXX dinheiros por que iudas vendeo Jeshu christo.* (1)

no meyo de tanto Oceano de resplandores, o sinal da Cruz e nella a Jesu-Christo crucificado a quem serviam de docel magestoso tanto adorno de luzes e tanta pompa de candores. Assistiãolhe os Cortezãos do Céu, grande multidão de Anjos, na representação de mancebos resplandentes. O que vendo Affonso, lembrado do que já em semelhante occasião tinha dito o Senhor a Moysés, largou a espada e o broquel, que trazia, descalçou-se e prostrado por terra se desfazia em lagrymas, pedindo esforço para seus vassallos. E dizia sem temor algum : *Porque me appareceis, Senhor? quereis accrescentar a Fé a quem tem tanta? melhor he que esses injieis vos vejão e creão do que eu, que desde a fonte do baptismo vos conheci e conheço por verdadeiro Filho da Virgem e do Padre Eterno.* Era a Cruz de maravilhosa grandeza e estava levantada da terra quasi dez covados. O Senhor com hum tom de voz suave lhe disse : *Não te appareci deste modo para accrescentar a tua fé, mas para esforçar teu coração neste conflicto, fundando os principios de teu Reyno sobre pedra firme. Tem confiança, Affonso, porque não só vencerás esta batalha, mas todas as outras, em que pelejares contra os inimigos da Cruz, acharás tua gente com valor e bom animo para a batalha, e pedindote entres nella com o nome de Rey, não duvides fazel-o, mas tudo o que te pedirem lhe concede livremente. Porque Eu sou o Fundador e destruidor dos Imperios e dos Reynos e quero fundar hum Imperio para mim em ti e em tua geração, para por meyo d'elle ser publicado meu Nome entre as Nações mais extranhas. E para que teus descendentes conheçam quem lhe dá o Reyno, comporás o Escudo de tuas Armas do preço, com que eu remi o genero humano e daquelle porque fuy comprado pelos Judeus : e sermeha este Reyno santificado, puro na fé e amado por minha piedade.* Pediolhe o Principe puzesse sempre os olhos de sua misericordia em seus successores e na gente Portugueza. Ao que o Senhor disse : *Nunca se apartará delles, nem de ti minha misericordia, porque por elles tenho para mim aparelhada huma grande seara e os escolhi para meus semeadores em terras remotas.* Dizendo isto, cerraão-se as luzes, escurecerão-se os ares e desapareceo. Seguiouse ao outro dia a vitoria e foy acclamado por Rey de Portugal o Principe D. Affonso Henriques não só pelo Exercito, mas pelos povos nas Côrtes, que logo celebrou em Lamego e fazendo solemne juramento em Coimbra deste successo a 29 de Outubro de 1152, mandou a seus descendentes que trouxessem por Armas cinco escudos postos em Cruz e em cada um delles os trinta dinheiros : Tymbre a serpente de Moysés por ser figura de Christo. Por diferentes modos organisarão este escudo das Armas os Reis antigos de Portugal, até que ultimamente ElRey D. João II o formou pela ordem com que hoje o vemos e he em campo de prata cinco escudos azues postos em Cruz. E em cada escudo cinco dinheiros de prata em Aspa. Representão os cinco escudos as cinco Chagas e estes contados segunda vez com os vinte e cinco dinheiros fazem os trinta por que foy vendido Christo aos Judeos." (VILLAS BOAS E SAMPAYO, *Nobiliarchia Portugueza*, Lisboa, 1727, pags. 198 a 200).

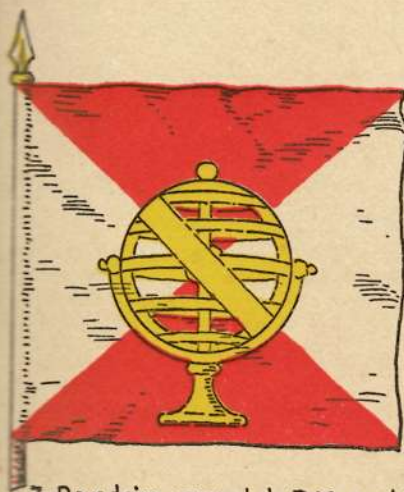
(1) HERCULANO, *Portugaliae Monumenta Historica*, vol. I, pag. 26.



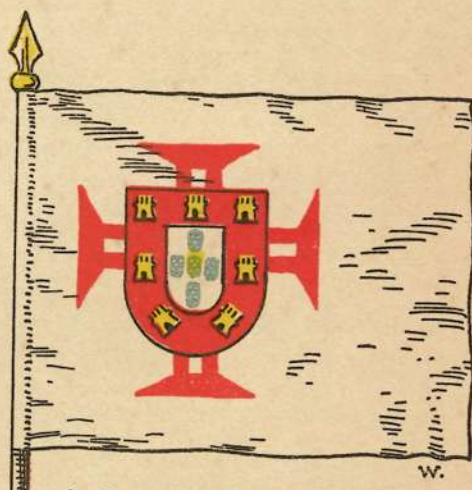
5-Bandeira da Ordem de Christo



6-Bandeira das Quinas



7-Bandeira pessoal de D. Manoel I



8-Bandeira Real (1495)

Olivier de la Marche, em suas memorias, escriptas em 1492, relata que quando Affonso Henriques desbaratou os cinco reis mouros e, em allusão ás cinco bandeiras que lhes tomou, poz no escudo branco cinco escudetes azues. Mais tarde, indo a Roma, mostrou ao papa cinco grandes cicatrizes, de feridas que recebera nas guerras contra os infieis. O papa ordenou-lhe então que puzesse cinco chagas em cada escudete. (1)

Para Theophilo Braga os besantes symbolisavam "o reconhecimento da pretendida suzerania de Castella com o tributo de cinco maravedis, pagos ao imperador na ponta de uma lança". (2)

Guerra Junqueiro adopta outra versão :

"Os besantes — escreve — significavam soberania, o direito régio de cunhar moeda. São onze, desde D. Sancho até D. Affonso III. Nos escudos das rainhas e dos filhos bastardos do rei é que apparecem cinco, em vez de onze. Assim, no escudo da rainha S. Izabel e de D. Leonor Telles e no de D. Maria Affonses, vêem-se cinco besantes em cada um e não os onze do braço real."

E, adiante, accrescenta :

"Accodem-me duas explicações, e ambas verosimeis. A primeira é que os cinco escudetes alludem, em quantidade, aos cinco maravedis. Os besantes dentro dos escudetes representam, como disse, a autonomia, o direito de cunhar moeda. A essa idéa, figurada nos besantes, allia-se naturalmente a dos cinco maravedis, que vem abonal-a e completa-a. Mas a segunda explicação é igualmente logica. Os cinco escudetes lembrariam as cinco chagas de Christo. Se os cinco escudetes desenhavam a cruz, é natural que, numeri-

(1) HERCULANO, *Opusculos*, III, pag. 151.

(2) THEOPHILO BRAGA — *A Bandeira Portuguesa*, no "O Estado de São Paulo", de 23 de novembro de 1910.

camente, representem também as cinco chagas. Nada mais espontaneo do que ligar á imagem da cruz a das chagas de Christo. E então a lenda do milagre de Ourique, que a Igreja forjou no seculo XV, teria a amparal-a e a basear-lhe o credito um symbolo vivo e nacional. Inclino-me muito a esta hypothese. Como o Mestre de Aviz era bastardo, em cada escudete das suas armas havia cinco besantes e não onze. Proclamado rei, guardou o mesmo numero de besantes no brazão, que continuou assim até os nossos dias. Porque os manteve e se conservaram depois ? Manteve-os naturalmente por orgulho e conservaram-se por habito. Mas é possivel que date dessa época, depois de Aljubarrota, a criação do milagre d'Ourique, e então os cinco besantes ficariam symbolisando as cinco chagas." (1)

Como quer que seja, o certo é que em estampas, moedas e sellos antigos se vêem escudetes com numero variavel de besantes, afinal reduzidos a cinco e baptisados então com a designação popular de "quinas", por analogia com o ponto do jogo de dados que tem este nome.

Com cinco, com nove, com onze ou com treze besantes, a bandeira dos cinco escudetes era adoptada por D. Sancho e foi mantida, ao que parece, até 1250, no reinado de D. Affonso III, o Bolonhez (1245-1279). Este rei, tendo conquistado o Algarve — relatam alguns historiadores (2) — alterou o seu escudo, sobrepondo-o a outro — attribuido áquella provincia, — no qual se viam, em campo sangrento, dezenove, dezoito, dezeseis, treze, doze, dez, oito ou

(1) Artigo publicado na *A Luta* de Lisboa e transcripto no *O Estado de S. Paulo* de 24 de dezembro de 1910.

(2) "...depois se lhe accrescentou por orla as armas do Algarve, que são huns castellos d'ouro em campo de sangue, que ajuntou o excellente Rei D. Affonso III na fórma que as trazem os da illustre familia dos Eça... (ALVARO FERREIRA DE VERA, *obra citada*, pag. 21 verso).

"ElRey D. Affonso III lhe accrescentou por orla sete Castellos de prata em campo de sangue, que são as armas do Reyno do Algarve." (VILLAS BOAS E SAMPAYO, *obra citada*, pag. 200).

sete castellos de ouro, segundo as divergentes opiniões. (1) Affirmam outros que o campo sangrento symbolisava o sangue derramado na conquista e os castellos, as fortalezas tomadas aos mouros. E' desta opinião Guerra Junqueiro, que diz :

“As armas do Algarve não eram de vermelho com castellos de oiro. O Algarve não tinha escudo antes da conquista, em poder dos arabes. A orla vermelha, como os castellos de oiro, tambem não foi apenas o symbolo da luta e da victoria. Foi isso talvez e mais uma coisa : o matrimonio do rei com a filha de D. Fernando III de Castella. As armas castelhanas eram, como hoje, de castellos de oiro sobre fundo vermelho.”

Como o dos besantes nos escudetes, o numero de castellos é muito variavel nas estampas, sellos e moedas dos primeiros tempos da monarchia portugueza.

Durante as guerras com os mouros e as que se lhe seguiram, os portuguezes foram poderosamente auxiliados pelos cavalleiros das ordens do Templo, de S. João de Jerusalém, de Evora, depois denominada de Aviz, e de Santiago, e porisso as bandeiras destas ordens tremularam, ao lado do pendão portuguez, nos campos de batalha medievaes. (2) Em Aljubarrota (1385), os cavalleiros da Ala dos Namorados, commandados pelo condestavel Nun' Alvares, empunhavam um pavilhão verde, que lembrava a côr do dragão do primitivo estandarte lusitano e tinha ao centro a imagem de Nossa Senhora da Conceição e o lemma : *Por nossa terra e por nossas damas* — segundo se viu na exposição de bandeiras portuguezas, realisada em Lisboa, em 1867. (3)

(1) Na opinião de outros autores, essa transformação se deu no reinado de D. Sancho II. OLIVIER (citado por HERCULANO) a attribue a D. Fernando. Na sua *Historia de Portugal*, PINHEIRO CHAGAS reproduz o escudo de Affonso III com dezesseis castellos e cinco escudetes com nove besantes cada um.

(2) ROQUE GAMEIRO — *Quadros da Historia de Portugal*.

(3) JOSÉ FELICIANO, *A Bandeira Nacional*.

D. João I (1384-1430) juntou ás insignias dos seus predecessores a cruz verde da ordem de Aviz, da qual era mestre, ficando a apparecer dessa cruz, na sobreposição do escudo, apenas as extremidades em fórma de flores de liz. (Garcia de Rezende). Na bandeira deste rei figuram doze castellos e, nos escudetes, cinco besantes.



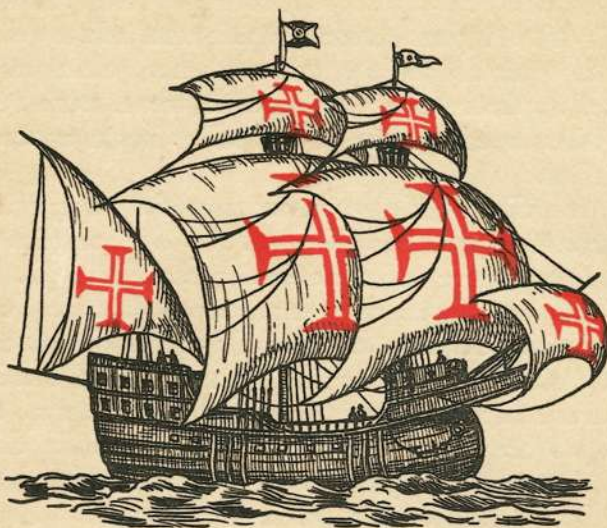
As Bandeiras dos Navegadores

D. Duarte (1430-1438) e D. Affonso V (1438-1481) usaram a mesma bandeira de D. João I e, juntamente com esta, se arvoraram nas empresas militares em Africa a da Ordem de Christo e as do Senado e da cidade de Lisboa. Tanto uma como outra eram usadas pelas tropas e pelos navios armados á custa da cidade ou da ordem para os grandes commettimentos militares e navaes. (1) A da Ordem de Christo — branca, tendo inscripta uma cruz vermelha, de fórma particular — empregava-se principalmente nas navegações, porque foi com as grandes riquezas dessa opulenta corporação que o seu grão mestre, o infante D. Henrique, patrocinou os argonautas portuguezes, quasi todos cavalleiros da Ordem. (Theophilo Braga). (2)

(1) ROQUE GAMEIRO — *Quadros da Historia de Portugal*.

(2) "A Cavallaria de Christo — escreve VILLAS BOAS E SAMPAYO — foy instituida por ElRey D. Diniz e teve seu nascimento das cinzas da Ordem dos Templarios; condenada esta Cavallaria na sentença, que em privado Consistorio deu o Summo Pontifice Clemente V forão reservados á disposição da Sé Apostolica os Cavalleiros de Portugal, Castella e Aragão, pelas boas informações que ElRey D. Diniz deu dos do seu Reyno e pelas diligencias que fez com os Reys de Castella e Aragão, para que impetrassem o mesmo. Mas sendo odioso o nome de Templarios, ainda que em Portugal nenhum foy preso, nem condemnado, mas sómente a fazenda confiscada e a Ordem desfeita; sentindo ElRey D. Diniz a falta que havião de fazer em seu Reino, como Principe Catholico, augmentador das Religiões, se resolveo a instituir nelle huma nova Ordem Militar com o Titulo e nome de Jesu Christo, assinando lhe por patrimonio as rendas que ficirão dos Templarios, por authoridade do Papa

D. João II (1481-1495) orientou segundo a vertical os dois escudetes lateraes, retirou a cruz de Aviz, reduziu os castellos a sete e adoptou, pela primeira vez, a bandeira



I-Caravella portugueza do Seculo XVI

branca, com o escudo real no centro. (1) Num sello attribuido a este rei figuram, entretanto, dez castellos. (2) Segundo o relatorio da commissão encarregada de elaborar o pro-

João XXII, que a confirmou. Foy o primeiro Mestre D. Fr. Gil Martins, seu assento e cabeça a Villa de Castromarim, por estar mais perto da conquista dos Mouros, que foy o para que ella se instituhio no anno de 1320... Tem por habito manto branco com huma Cruz vermelha aberta do campo, como trazem os Cavalleiros da mesma Ordem... São hoje Mestres os Reys." (*Nobiliarchia Portugueza*, pag. 170).

(1) E' o que relatam RUY DE PINA e GARCIA DE REZENDE. Desde 1485 — referem os mesmos autores — as armas portuguezas constam de um escudo branco com cinco escudetes em cruz, sobreposto a um vermelho e rodeado de sete castellos dourados.

(2) Na obra *Quadros da Historia de Portugal* de ROQUE GAMEIRO estão reproduzidos os sellos e moedas dos primeiros tempos da monarchia portugueza aos quaes nos referimos neste capitulo.

jecto da bandeira da Republica Portugueza, “a bandeira heraldica de D. João II é branca, rodeada por uma larga orla vermelha.”

D. Manoel I, o Venturoso (1495-1521), usou, em campo branco, o escudo real sem corôa, sobreposto á cruz da Ordem de Christo (1). Alguns autores attribuem a este rei, e não a D. João II, o ter reduzido a sete o numero de castellos, que, entretanto, apparecem em numero de treze, num sello deste reinado. Nas moedas e em outros sellos desta época figuram sete castellos.

O extraordinario desenvolvimento da navegação portugueza durante os seculos XV e XVI deu origem a novas bandeiras: apparece a bandeira pessoal de D. Manoel, esquartelada em aspa, de vermelho e branco, com uma esphera armilar de ouro ao centro, divisa que a este principe fôra dada por D. João II “quando lhe ordenára casa” (2); apparece ainda a bandeira das quinas, ora azul com cinco chagas brancas — representação ampliada de um dos cinco escudetes da bandeira real — ora branca, com os besantes azues. Além destas, usou-se largamente nesta época a bandeira da Ordem de Christo.

Foram estas as bandeiras das grandes navegações; foram as bandeiras de Vasco da Gama, de Affonso de Albuquerque, de Bartholomeu Dias e de Alvares Cabral, que nas vélas das “lusas náos gloriosas” tambem conduziam a cruz vermelha da Ordem de Christo, atravez dos “mares nunca d’antes navegados”. Foram as bandeiras que, em 1500, Cabral arvorou na terra do Brasil, segundo relata Pero Vaz de Caminha: *Aly era com o capitam a bandeira de Christos com que sayo de Belém, a qual esteve sempre alta na parte do avamjelho.* (3).

(1) Na já citada exposição de bandeiras portuguezas, feita em 1867, o pavilhão de D. Manoel I tinha no “centro a cruz de Christo e sobre esta as armas reaes sem corôa”. (JOSÉ FELICIANO).

(2) DAMIÃO DE GÓES — *Cronica del Rei Dom Emanuel*, parte I, cap. V.

(3) *Carta a El-Rey D. Manoel.*

Esta mesma bandeira da Ordem de Christo esteve exposta no altar, em Belém, durante a missa pontifical que se rezou na vespera da partida da frota descobridora. Depois do sermão, o bispo de Ceuta benzeu-a e D. Manoel a entregou por suas mãos a Pedro Alvares. Acabada a cerimonia, el-rei, ao lado de Cabral, e todos em solenne procissão, acompanharam a bandeira arvorada até á praia, onde baloiçavam as caravellas.

“As náos — refere Faustino da Fonseca — tinham a cruz pintada nas vélas, como se vê em todos os desenhos dos seculos XV e XVI, e usavam uma grande variedade de bandeiras, entre as quaes o estandarte real, branco, com as armas portuguezas; a bandeira branca, com a cruz de Christo; o pendão das quinas, branco, debruado a vermelho, com as cinco quinas azues redondas; bandeiras azues com a cruz branca e as quinas; guiões e pendões farpados, brancos, com a cruz de Christo; pendões farpados amarellos, verdes, amarellos e vermelhos; flammulas verdes e vermelhas, içadas ás tres a par no mastro grande e as bizarras divisas e insignias especiaes de cada capitão.” (1).



As Bandeiras da Éra Colonial

No reinado de D. João III (1521-1557) desapareceu da bandeira a cruz da Ordem de Christo e passou a figurar sobre o escudo a corôa real. (2). Num sello attribuido a esta época figuram quatorze castellos e, nas moedas, sete.

(1) FAUSTINO DA FONSECA — *A Descoberta do Brasil* (Lisboa, 1900).

(2) Noticia sobre a exposição de bandeiras em Lisboa, na *A Bandeira Nacional*, de JOSÉ FELICIANO, pag. 97.

Durante o dominio hespanhol (1616-1640), foi conservada a bandeira portugueza, branca, mas com o escudo real ladeado por grandes ramos verdes. (1) As bandeiras das náos capitaneas eram, porém, ou vermelhas, ou azues, ou ainda de outras côres, com o escudo portuguez ao centro, segundo determinou o alvará de 10 de julho de 1618 (2). O pavilhão hespanhol compunha-se de tres faixas horizontaes, a de cima vermelha, a do meio amarella e a terceira azul (3). A bandeira real hespanhola era, como a portugueza, branca, com as armas de Castella no centro. Parece, entretanto, que a unica bandeira da Hespanha usada no Brasil foi a de guerra, descripta no capitulo dedicado ás bandeiras militares.

No Brasil Hollandez (1630-1654), as capitánias conquistadas arvoraram durante 24 annos a bandeira das Provincias Unidas da Hollanda, composta de tres faixas horizontaes, vermelha a de cima, branca a do meio e azul a terceira, tendo ao centro o monogramma da Companhia das Indias Occidentaes (4).

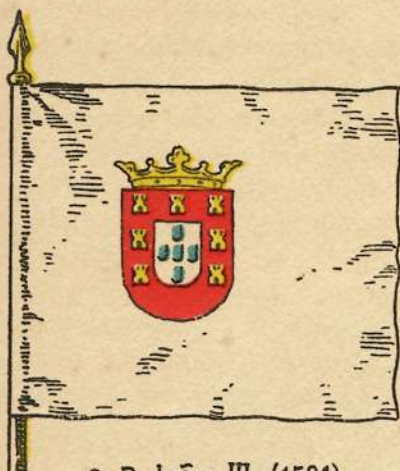
(1) D. FRANCISCO MANOEL, *Epanaphora Tragica*, citado por EDUARDO PRADO.

(2) O alvará real de 10 de julho de 1618, dispoz o seguinte :

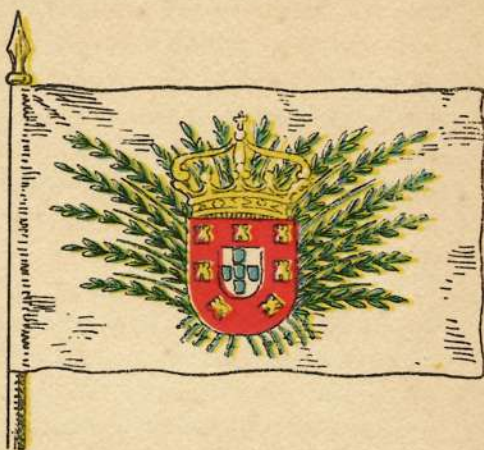
"Eu ElRey faço saber aos que este alvará virem que avendo visto o que se me representou por parte da corôa de Portugal ácerca das preeminencias do seu estandarte, quando as armadas delle navegarem em companhia das de mar oceano. E querendo dar tal ordem que fosse assentada e estabelecida para o diante consideradas as conveniencias de meu serviço e autoridade da mesma corôa que se offerecem para aver de ordenar, ei por bem e mando que as cappitanas das armadas da mesma corôa, ass m as que forem e vierem da India oriental, como quaesquer outras que com o nome e titulo de armada real se foren e apresentaren naquelles reinos por conta delles tragan estandartes quadrados nos calsees com as armas reaes de Portugal, como as costumam trazer as cappitanas dos ditos reinos ; sendo a côr dos ditos estandartes azul, vermelho, ou qual o meu viso rey de Portugal escolher, não branca como trazem as armadas da corôa de Castella para que aja differença entre umas e outras". (*Revista do Instituto Historico Brasileiro*, vol. 22, pag. 404).

(3) ANONYMO — *Der Beofnete Ritter-Platz* (Hamburgo, 1702), exemplar pertencente ao antiquario EDUARDO STOPPEL.

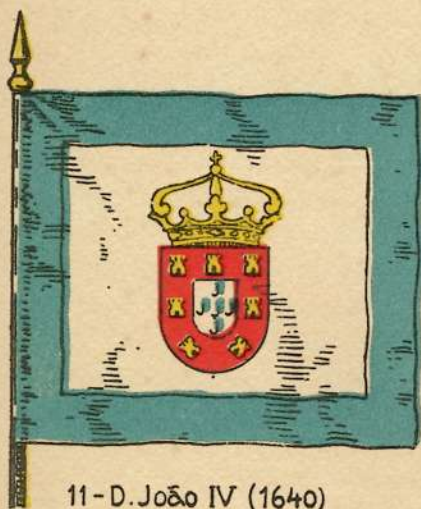
(4) GASPARIS BARLAEI — *Res Brasiliae* (Amsterdam, 1647) e a obra citada na nota precedente.



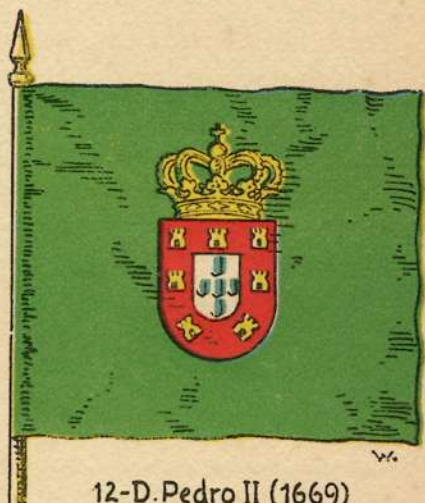
9-D.João III (1521)



10-Dominio Hespagnol(1616-1640)



11-D.João IV (1640)



12-D.Pedro II (1669)

Restaurada a independencia de Portugal em 1640, D. João IV passou a usar um pavilhão branco, orlado de azul, com as armas reaes e corôa (1).

“Não se quiz symbolisar nessa nova côr um heroico movimento de revolta — escreve a commissão elaboradora do projecto da bandeira da Republica Portuguesa — mas alliar á idéa de patria o culto da Senhora da Conceição. Era um preito ao carimbo catholico da padroeira official do reino”.

Effectivamente, a 25 de março de 1646, D. João IV tomára por padroeira de Portugal a Virgem Maria. (2).

Em 1669 a bandeira é verde, com as armas reaes no centro, segundo um manuscripto existente na Bibliotheca de Ajuda, citado por José Feliciano e Theophilo Braga.

No seculo XVII usaram-se ainda no Brasil as seguintes bandeiras portuguezas, assim descriptas e desenhadas pelo autor anonymo da obra allemã (3) *Der Beofnete Ritter-Platz* (Hamburgo, 1702): *bandeira real*, branca, com o escudo circumdado por uma corrente, na qual está dependurada a cruz da Ordem de Christo; *pavilhão ordinario*, roto em bandas diagonaes azues (seis), vermelhas (cinco) e brancas (cinco), tendo sobreposta uma cruz de negro, esquartelando o campo, e, no primeiro quartel, uma cruz de branco (4); *bandeira para a India e America*, branca, tendo no centro a esphera armilar, á direita desta um jesuita empunhando uma cruz e á

(1) Uma destas bandeiras com orla azul foi exposta em Lisboa, em 1867, segundo refere JOSÉ FELICIANO.

(2) O texto da provisão de D. João IV, de 25 de março de 1646, está reproduzido na *Revista do Instituto Historico Brasileiro*, tomo especial consagrado ao Anno da Independencia, pag. 346.

(3) E' de notar que são rigorosamente exactos os desenhos e descripções desta obra relativos ás mais conhecidas bandeiras do tempo.

(4) Esta bandeira está tambem descripta da mesma fórma, como “pavilhão ordinario” num artigo do “Diario de Noticias” de Lisboa, resumido por JOSÉ FELICIANO. O autor da obra allemã citada a denomina “outro typo de bandeira portugueza”. E', sem duvida, posterior á ascensão de D. João IV ao throno portuguez, pois contém as côres da casa de Bragança. THEOPHILO BRAGA tambem a descreve, chamando-a “pavilhão de D. Pedro II.” (1667-1706).

esquerda o escudo portuguez ; *pavilhão mercante*, cortado em onze faixas horizontaes, seis verdes e cinco brancas (1).

Em meados do seculo XVIII o pavilhão “para converter a America” tinha “no meio uma esphera de oiro com zodiaco vermelho” (2).

A Companhia de Jesus usava uma flammula e uma bandeira com a effigie de Nossa Senhora e a Companhia de Guiné, criada no seculo XVIII, e que negociava com escravos no Brasil, possuia um pavilhão branco, com a cruz de sinople (verde). (3)

Segundo Eduardo Prado, a bandeira da cruz da Ordem de Christo era o pendão dos dominios ultramarinos de Portugal, usado nas terras recém-descobertas, e foi adoptado no Brasil até meados do seculo XVII.

Usaram-na os bandeirantes paulistas, nas suas primeiras expedições — segundo refere Taunay (4).

Os bandeirantes conduziam bandeiras de guerra, distinctivas, como os senhores da Idade Média, symbolisando o poder de que eram investidos, e arvoravam a bandeira do rei, que lhes era solennemente entregue, quando as expedições não eram empresas particulares, mas visavam fins politicos (5). O pendão de Fernão Dias Paes Leme, o Governador das Esmeraldas, era verde, segundo relata Basilio de Magalhães.

Os bandeirantes usaram ainda outras bandeiras, entre as quaes um estandarte com a effigie de Santo Antonio (6).

(1) JOSÉ FELICIANO dá este pavilhão como usado em 1749, mas com quatro faixas verdes e tres brancas.

(2) JOSÉ FELICIANO — *A Bandeira Nacional*, pag. 97.

(3) BASILIO DA GAMA — *O Uruguay*, 1769, pag. 95 ; FROGER — *Relação da Viagem de M. de Gennes*, ambos citados por EDUARDO PRADO.

(4) AFFONSO DE E. TAUNAY — *Discurso* pronunciado na commemoração do 4.º Centenario de Cananéa, pag. 13.

(5) DIOGO DE VASCONCELLOS — *Historia Antiga das Minas Geraes*, pags. 33 e 34.

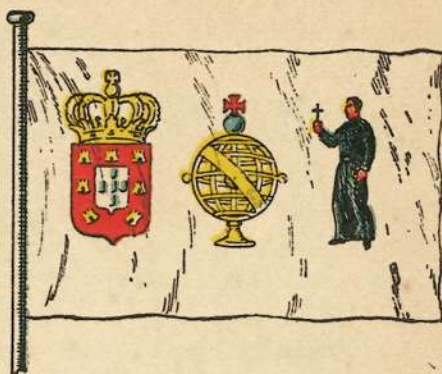
(6) Em carta de 8 de novembro de 1628, dirigida ao rei da Hespanha, dizia D. Luiz de Céspedes, referindo-se aos bandeirantes : “...para sair en campo a ha-zer estas vellaquérias ellos mesmos se hazen capitanes, alferez y sargentos y alsan

BANDEIRAS DA ÉRA COLONIAL

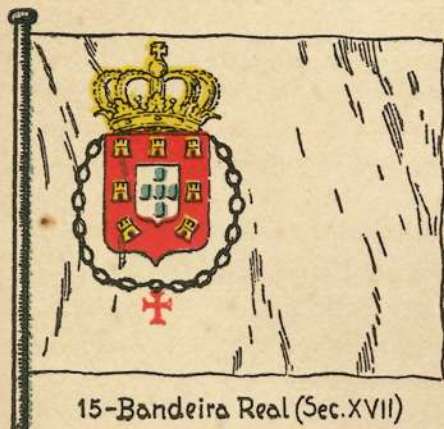
(4)



13 - D. Pedro II (1667)



14 - Bandeira para a Índia e América



15 - Bandeira Real (Sec. XVII)



16 - Brasil holandês



A Bandeira do Principado do Brasil

Após a batalha das Tabócas, a 27 de outubro de 1645, D. João IV conferiu a seu filho Theodosio, falecido em 1653, o título de “príncipe do Brasil”, título que desde então foi sempre usado pelos herdeiros presumptivos da corôa portuguesa. Por este acto, o Brasil foi elevado á categoria de principado, sendo-lhe dada, por emblema heraldico, uma esphera armilar de ouro. Tornou-se então peculiar da navegação para o Brasil uma bandeira branca, com a esphera de ouro no centro, que, segundo alguns autores, era usada como bandeira de commercio.

vanderas y tocan caxas sin consentimiento de su governador” (AFFONSO DE E. TAUNAY – *Historia Geral das Bandeiras Paulistas*, vol. II, pag. 15).

Da *Relación de los agravios que hizieran algunos vecinos e moradores de la villa de S. Pablo de Piratininga, de la Capitanía de S. Vicente, del estado del Brasil, saqueando las Aldeas de los Padres de la Compania de Jesus en la Mission de Guayrá y Campos del Iguazu en la Governacion del Paraguay en el Año de 1629, hecha por los Padres Justo Mancilla y Simon Maceta*: “Levantaron sus capitanes y otros officiales de guerra con vanderas, como si fueran levantados y amotinados contra sua Real Corona”. E accrescentavam os ignacianos: “...las vanderas que levavan no tenian las armas del Rey, si no otros señales diferentes” (*Obra citada*, vol. II, pag. 79).

Da carta do padre provincial do Paraguay, Francisco Vasquez Trujillo, a Felippe IV, datada de 12 de junho de 1632, resumo de TAUNAY: “E soubesse S. M. que os paulistas não faziam o menor caso da sua autoridade, porque não o reconheciam como seu rei. Elles tinham no Brasil um soberano proprio e eram os braços e insignias deste monarca que o padre Montoya vira em seus estandartes” (*Obra citada*, vol. II, pag. 190).

Da carta do padre Miguel Gomes, datada de Mbororé, de 24 de maio de 1651, resumo de TAUNAY: “Grande a presa tomada aos bandeirantes, numerosissimos instrumentos de captiveiro, armas, utensilios de guerra e castrametação, munições e uma bandeira com a effigie de S. Antonio...” (*Obra citada*, vol. III, pag. 205).

Da relação da viagem do governador Valverde aos pueblos jesuíticos do Paraná, em julho de 1657, resumo de TAUNAY: “Em muitas destas reduções se guardavam com o maior cuidado os trophéos arrebatados aos paulistas. No Mbororé, 80 gargalheiras, sete cadeias largas, sete “escupiles” ou armas de algodão, couraças contra as flexas, além de um estandarte com a effigie de Santo Antonio” (*Obra citada*, vol. III, pag. 223).

Refere Eduardo Prado que a esphera armilar foi adoptada desde 1647, não se conhecendo o alvará que a instituiu, mas sendo vista, desde o seculo XVII, nas bandeiras do Brasil, nas primeiras moedas cunhadas em fins daquelle seculo, no Brasil e para o Brasil, e nos sellos. Está reproduzida na obra *La Connaissance des Drapeaux et Pavillons* (Haya, 1735) e num mappa do reinado de Luiz Felippe, impresso em Paris, com a designação *Ancien drapeau du Brésil* e em muitos outros mappas e documentos do seculo XVIII (1).

A esphera armilar, divisa pessoal de D. Manoel, recordava o soberano em cujo reinado se descobrira o Brasil.

Esse instrumento, já usado pelos antigos gregos para dar idéa dos movimentos apparentes dos astros, compunha-se de dez circulos ou armilas: o meridiano, o horizonte, os dous coluros, a ecliptica com o zodiaco, os dous tropicos e os dous circulos polares, figurando a terra no centro (2). Usado na época dos descobrimentos, nas escolas em que se ensinava a arte da navegação, está descripto no canto X dos "Lusiadas". Como symbolo, é empregado desde a antiguidade, significando autoridade, dominio, imperio, poder, soberania, etc.

Deu o Principe Perfeito esse emblema a seu sobrinho — refere um historiador — "como divisa symbolica do imperio do mundo" — o que bem traduzia no momento as aspirações da raça, então em pleno cyclo das conquistas.

Referindo-se a D. Manoel I, diz um seu cronista que este soberano, cunhando uma moeda, de um lado da qual se via uma esphera e do outro uma corôa com a palavra *Mea* "quiz denotar que a Esphera que el rey D. João lhe déra por empresa, alcançou elle por obra, descobrindo e conquistando a India e o Brasil: de maneira que ficaram sendo sua corôa as quatro partes do Mundo que comprehende a Esphera".

(1) EDUARDO PRADO — *A Bandeira Nacional*.

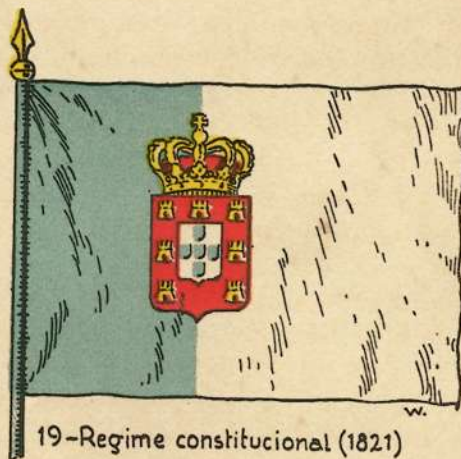
(2) *La Grande Encyclopédie*, vol. 30, pag. 383.



17-Principado do Brasil (1645)



18-Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves (1816)



19-Regime constitucional (1821)

Essa mesma esphera figura nas moedas, desde o “dinheiro” batido em Malaca, por Affonso de Albuquerque, em 1512, até os dois vintens que se cunharam em 1694 para correr em Pernambuco, Rio e Bahia. Figura ainda no braço dado por Estacio de Sá em 1565 á cidade do Rio de Janeiro, nos escudos de varias cidades portuguezas e nos actuaes symbolos nacionaes de Portugal.

Juntamente com as armas portuguezas, foi pregada na cruz erguida em Porto Seguro, ao desembarcar Pedro Alvares Cabral em terra firme, a 1 de maio de 1500, segundo relata Caminha : *Chentada a cruz com as armas e devisa de vossa alteza que lhe primeiro pregarom, armaram altar ao pee della, etc.* (1). Southey é mais explicito : *Pregaram nella as armas de Portugal e a esphera, que era a divisa del-rey D. Manoel.* (2).

Até meados do seculo XVIII a esphera armilar apparece, em todos os documentos, realista, sem estilisação alguma, representada com todos os seus elementos e accessorios : pé, eixo, globo azul e, sobre este, uma pequena cruz da Ordem de Christo. Daquella época em diante figura, em geral, nos symbolos, representada apenas pelas suas armilas.



A Bandeira do Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves

D. João VI, por decreto de 13 de maio de 1816, deu por armas ao Brasil, que elevára a reino, a mesma esphera armilar de ouro, agora em campo azul.

(1) *Carta a El-Rey D. Manoel.*

(2) ROBERTO SOUTHEY — *Historia do Brasil* (Rio de Janeiro, 1862), tomo I, pag. 33.

Ao mesmo tempo deliberou reunir num segundo escudo as armas do Brasil e as de Portugal e Algarves, sobrepondo estas áquellas e dando-lhes por timbre a corôa real. Este novo escudo, collocado num pavilhão branco, passou a constituir a bandeira do Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves.

A 21 de agosto de 1821, as côrtes constituintes portuguezas, approvando uma proposta do deputado Trigo, decretaram que a bandeira fosse azul e branca, “por serem as côres do escudo de Affonso Henriques” (1). Tinha essas côres o tope que D. Pedro I e sua guarda de honra arrancaram na collina do Ipiranga, a 7 de setembro de 1822, segundo narração das testemunhas presencias. (2).



O Decreto de D. João VI

E' o seguinte o texto do decreto de D. João VI, (3) que criou o escudo do Brasil e a bandeira e armas do Reino Unido :

“D. João por graça de Deos, Rei do Reino Unido de Portugal e do Brazil e Algarves, d'aquem e d'além mar, em Africa, Senhor da Guiné e da Conquista, Navegação e Commercio da Ethiopia, Arabia, Persia e da India, etc. Faço saber aos que a presente carta de lei virem que tendo

(1) JOSÉ FELICIANO — *A Bandeira Nacional*, pag. 98. Com a restauração do regimen absolutista, em Portugal, em 1823, voltou a ser adoptado o pendão branco, até que o decreto de 18 de outubro de 1830 restabeleceu a bandeira de 1821.

(2) *Revista do Instituto Historico Brasileiro*, tomo 41.

(3) *Collecção das Leis Brasileiras, desde a chegada da Côrte até á época da Independência*, vol. II, pag. 459 (Ouro Preto, Typ. Silva, 1835).

sido servido unir os meus Reinos de Portugal, Brazil e Algarves, para que juntos constituissem, como effectivamente constituem hum só e mesmo Reino; he regular e consequente o incorporar em hum só escudo real as armas de todos os tres Reinos, assim, e da mesma fórma que o Senhor Rei D. Affonso III, de gloriosa memoria, unindo outr'ora o Reino dos Algarves ao de Portugal unio tambem as suas armas respectivas: e occorrendo que para este effeito o meu Reino do Brazil ainda não tem armas que caracterisem a bem merecida preeminencia a que me aprouve exalta-lo: hei por bem e me praz ordenar o seguinte:

1.º — Que o Reino do Brazil tenha por armas huma esphera armilar de ouro em campo azul.

2.º — Que o escudo real portuguez, inscripto na dita esphera armilar de ouro em campo azul, com uma corôa sobreposta, fique sendo, de hoje em diante, as armas do Reino Unido de Portugal, e do Brazil e Algarves, e das mais partes integrantes da minha Monarchia.

3.º — Que estas novas armas sejam por conseguinte as que uniformemente se hajão de empregar em todos os estandartes, bandeiras, sellos reaes e cunhos de moedas, assim como em tudo mais em que até agora se tenha feito uso das armas precedentes.

E esta se cumprirá como nella se contém. Pelo que mando, etc. Dada no Palacio do Rio de Janeiro, aos 13 de Maio de 1816. — El-Rei com guarda — (a) *Marquez de Aguiar* — Com os registos competentes". (1).

(1) No Museu Historico Nacional, do Rio de Janeiro, esteve até ha pouco exposta na "Sala das Bandeiras" (ns. 1 a 116) a collecção Carlos Piquet, de reproduções de bandeiras historicas, entre as quaes figuravam as seguintes da época do Brasil-Colonia:

Bandeira do Principado de D. Theodosio — Em campo branco, inscripta, uma cruz verde, com patas;

Bandeira pessoal do rei de Portugal — Em campo vermelho, o escudo real com corôa;

Bandeira portugueza do Tratado de Tordesilhas — Em campo branco, orlado de azul claro, cinco besantes azues em aspa e, em cada face da orla, excepto do lado da haste, dois recortes em semi-circulo ;

Bandeira de Thomé de Souza — Em campo azul, a pomba branca e a legenda, em letras de ouro, do brazão colonial da cidade de São Salvador ;

Bandeira da cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro em 1566 — Em campo branco, a esphera armilar de ouro atravessada por tres settas, uma em pala e duas em aspa ;

Bandeira de commercio do Dominio Hollandez no Brasil — Em seis listas horizontaes : a primeira e a quarta vermelhas, a segunda e a quinta brancas e a terceira e a sexta azues ;

Bandeira hollandeza de guerra (Dominio Hollandez no Brasil) — Em campo vermelho, um braço armado, empunhando uma espada em riste, tudo de ouro, surgindo de uma nuvem branca ;

Bandeira do Dominio Hollandez no Brasil — Em campo vermelho, inscripta, a cruz de Santo André de Borgonha, de prata, ou seja a bandeira militar hespanhola com as côres invertidas ;

Bandeira da Invasão Hollandeza no Brasil — Em campo esquartelado em cruz e em aspa, com as côres azul e branco alternadas, uma cruz de góles, com patas, inscripta ;

Bandeira da Ordem de Christo — Igual á precedente, com o campo verde e branco, em vez de azul e branco.

Não existe no Museu Historico, nem conhecemos, qualquer documentação a respeito destas bandeiras. E algumas, certamente, não poderiam ser documentadas, como, por exemplo, a attribuida á Ordem de Christo, com o seu campo verde e branco, esquartelado, e a cruz inteiriça, em clamorosa contradicção com o que se vê em todas as estampas da época. Bem andou a direcção do Museu Historico, retirando das salas de exposição a collecção Carlos Piquet, sem duvida interessante e bem organizada, na sua maior parte, mas nem sempre concorde com a verdade historica.





III

A Bandeira do Imperio

A Criação da Bandeira Nacional



EPOIS de proferir o brado de — *Independencia ou morte!* — e de ordenar — *Laços fóra!* — arrancando do seu chapéo o tope portuguez, D. Pedro exclamou na collina do Ipiranga :
— Dóravante teremos todos outro laço de fita, verde e amarello. Serão as côres nacionaes...

Assim referem os melhores historiadores e accrescentam que no espectáculo de gala, realisado na Opera, em São Paulo, no dia 7 de setembro de 1822, “os espectadores, senhoras e cavalheiros, traziam laços de fita verde-amarelos” (1).

Porque surgiu a idéa de adoptar-se como distinctivo da nova nacionalidade aquella combinação de côres ?

(1) Segundo FRANCISCO DE CASTRO CANTO E MELLO, que assistiu ao espectáculo, estes laços de fita eram sómente verdes (*Revista do Instituto Historico Brasileiro*, vol. 41, parte 2.ª, pag. 343).

Nenhum documento historico responde a esta pergunta.

Uma lenda corrente outróra em São Paulo e registrada por Alberto Rangel num dos seus livros, refere que na occasião de proclamar a Independencia D. Pedro trazia na lapella uma flôr côr de ouro num ramo verde — dadiva de uma formosa dama paulistana, á qual se attribuiu papel saliente na conversão do principe á causa nacional... Diz esta lenda galante (1) que, ao escolher, no proprio momento da fundação do novo Imperio, as côres da nova bandeira, D. Pedro não teve senão o intuito de perpetuar, no symbolo da patria nascente, a recordação dessa dadiva querida...

Outra versão, ainda recentemente defendida em conferencia realisada no Rio de Janeiro, na Liga de Defesa Nacional, pelo sr. dr. Francisco Pereira Lessa, pretende que o verde foi escolhido por ser côr da casa Bragança e o amarello por ser côr da casa de Lorena, á qual pertencia a Archiduqueza Leopoldina, primeira esposa de D. Pedro (2).

Refere aquelle autor que o Barão Mareschal, secretario da legação austriaca, e que ficára no Brasil como agente diplomatico, ao dar conta a Metternich, em officio de 27 de setembro de 1822, dos graves acontecimentos que se succediam no Brasil, escreveu que "no dia 15, anniversario da revolução de Lisboa, não foi esta celebrada, e a tropa, os funcionarios publicos e o povo arrancaram, abruptamente, o laço das Côrtes, trazido no braço esquerdo, substituindo-o, então, *pelo verde, côr da casa de Bragança*".

(1) Observa AFFONSO DE E. TAUNAY, a proposito desta lenda, que D. Pedro conheceu D. Domitila poucos dias antes da proclamação da Independencia e que as cartas de José Bonifacio publicadas no tomo III da *Revista do Museu Paulista* mostram o quanto se exaggerou a pretendida influencia da amante do primeiro imperador do Brasil.

(2) PEREIRA LESSA — *A Bandeira Nacional Brasileira*, conferencia realisada na Liga de Defesa Nacional, a 18 de setembro de 1930 e publicada no "Jornal do Commercio", do Rio de Janeiro, de 28 do mesmo mez.

Quanto á escolha da côr amarella, escreve Pereira Lessa :

“Depois, porém, da publicação do “Archivo Diplomatico da Independencia”, valioso subsidio fornecido pelo Ministerio das Relações Exteriores, ainda mais nos convencemos de que a côr amarella fôra escolhida por D. Pedro, pela exposição feita por Antonio Telles da Silva Caminha e Menezes, depois Marquez de Rezende, e nosso agente diplomatico em Vienna, em seu officio de 29 de setembro de 1823 a José Bonifacio, relatando como descrevera a bandeira imperial, que tanto chocara a Metternich, pois julgara este “que a innovação e o emblema das estrellas foram suscitados por idéas republicanas”.

“Depois de explicar a este imperterritito defensor da legitimidade, a alma damnada da Santa Alliança, o que significavam as estrellas no escudo imperial — as suas Provincias — e os demais componentes da bandeira, expôz igualmente o motivo e significação das côres verde e amarelo”.

“Disse Antonio Telles da Silva *que a côr verde foi adoptada, “por ser esta a da casa de Bragança, e a amarella, a da casa de Lorena, de que usa a Família Imperial da Austria”.*

.

“Estas explicações pareceu-me haverem plenamente satisfeito a S. A. desvanecendo a idéa pouco favoravel que aqui se tinha do espirito com que se fizeram taes mudanças”, e mais, “que Metternich ficara lisonjeado com o motivo, por que figurava na bandeira a côr amarella”.

Seria plausivel a explicação, em face dos documentos em que se estriba, se o verde figurasse entre as côres da casa de Bragança. Mas estas eram azul, branco e vermelho. E’ o que se lê na obra que o Visconde Sanches de Baena publicou em Lisboa, em 1872 (quando aquella dynastia reinava, tanto em Portugal como no Brasil), sob o título *Indice Heraldico ou descripção completa das armas de todas as*

*famílias que em Portugal tiveram e registraram cartas de bra-
zão de armas :*

“BRAGANÇA — Este appellido foi tomado da cidade de Bragança, de que foram senhores varios fidalgos deste reino, até que ultimamente el-rei D. Affonso V a deu a seu tio D. Affonso, que foi o primeiro duque desta casa, hoje reinante. As armas de que usa este appellido são em campo de prata uma aspa vermelha carregada de cinco escudetes de prata, e em cada um cinco escudinhos de azul em cruz, e nestes, em cada um, cinco besantes de prata em aspa ; timbre, um cavallo nascente de prata com as redeas de oiro e correias vermelhas, com tres lançadas no pescoço vertendo sangue : destas armas usaram os primeiros duques até D. Jayme, que, sendo jurado principe herdeiro, usou das armas reaes com sua divisa, e assim as ficaram usando os mais duques seus descendentes até que D. João IV, pela sua exaltação ao throno, tirou a divisa”. (Pag. XXXII) (1).

Tambem no decreto real de 13 de novembro de 1813, escreveu D. João VI, então principe regente : “...devendo estas bandeiras (bandeiras dos regimentos de caçadores ns. 7 a 11) ser formadas e esquarteladas *pelas côres que denotam o distinctivo da minha real casa : azul e escarlate...*” (2).

Não sendo distinctivo da casa de Bragança, a côr verde não podia ter sido escolhida com a significação que lhe attribuem os documentos citados pelo sr. Pereira Lessa. (3)

(1) VILLAS BOAS E SAMPAYO assim descreve estas armas no capitulo XXV da sua *Nobiliarchia*, intitulado *Das armas da Casa de Bragança* :

“D. Affonso, Conde de Barcellos e primeiro Duque de Bragança, quando veyo da tomada de Ceuta, em que com seu pay e irmãos se achou, tomou por armas huma Aspa vermelha em campo de prata, e sobre a Aspa cinco escudos das Quinas do Reyno sem a orladura dos Castellos : por tymbre meyo cavallo branco com tres lançadas no pescoço em sangue bridado de ouro, com cabeçadas, e redeas de vermelho, que era o antigo timbre dos Pereiras... (*Nobiliarchia Portugueza*, pag. 216).

(2) *Collecção das Leis Brasileiras desde a chegada da Corte até a época da Independencia*, vol. II, pag. 287 (Typ. Silva, Ouro Preto, 1835).

(3) A côr verde era, antigamente, em todo o Occidente, de uso muito escasso, em bandeiras e braços, sendo considerada menos nobre, o que PEREIRA LESSA

Uma terceira versão, registrada por Joaquim Norberto e por elle mesmo desmentida — versão outróra corrente no Rio de Janeiro — attribuiu a escolha das côres e o desenho da bandeira ao rei de armas da casa imperial, o francez naturalizado, Luiz Aleixo Boulanger. Muitos ainda acreditavam — e entre elles o proprio Joaquim Norberto — que Boulanger apenas executára um projecto ideado por D. Pedro I. Mas tambem esta versão é tida como inexacta.

O que parece certo é que as côres nacionaes foram escolhidas por D. Pedro I, no proprio dia da proclamação da Independencia, e usadas pela primeira vez na cidade de São Paulo, nesse mesmo dia, e que a execução do desenho da bandeira e do escudo imperial e, provavelmente, a sua propria concepção, foram devidas a Jean Baptista Debret, pintor francez, fundador da Academia de Bellas Artes, a quem, chegando ao Rio de Janeiro, no seu regresso de S. Paulo, o Principe se apressára em confiar tal incumbencia. (1)

attribúe á circumstancia de ter sido muito vulgarisada no Oriente, entre os paizes anti-christãos. Este autor cita as seguintes bandeiras da Asia e da Africa em que apparece a côr verde: Turquia (bandeira religiosa): em campo verde, o crescente e a estrella de prata; Kedah: em campo verde, escudo amarello; Perlis: em campo amarello, escudo verde; Transylvania: em campo verde, um sabre vermelho e ouro; Surat: em campo verde, dois sabres de ouro; Persia: verde, branco e rosa; Mocha: em campo verde, um crescente e um sabre amarello; Tripoli: verde e branco; Argelia (antes da occupação franceza): verde, amarello e vermelho; Abyssinia: as mesmas côres em tres listas; Sali: verde e amarella, tendo naquelle campo um ellipsoide de ouro, e, neste, dois de prata. E' de notar que nesta relação figuram oito pavilhões nacionaes que precederam o do Brasil no uso das côres verde e amarello. Na Idade Média está combinação de côres tinha significação pejorativa, sendo como tal muito vulgar nas vestes dos bôbos das côrtes. Modernamente, o verde apparece apenas em tres bandeiras europeas: as da Italia, Portugal e Bulgaria, tendo figurado ainda no antigo pavilhão mercante da Austria-Hungria e no da Irlanda.

Na symbolologia moderna, nem a côr verde, nem a combinação verde-amarello, são desmerecidas por qualquer preconceito.

Segundo refere PEREIRA LESSA, nas côrtes portuguezas de 1821, na sessão de 14 de agosto, o deputado Manoel Gonçalves de Miranda propoz — sendo rejeitada a sua proposta — que as côres nacionaes fossem verde salsa e amarello ouro.

(1) JOAQUIM NORBERTO — *Memoria historica sobre a bandeira nacional*, na "Revista do Instituto Historico Brasileiro", vol. 53, 1.^a parte, pag. 250.

Para compor o pavilhão nacional, Debret inspirou-se, evidentemente, em algumas bandeiras militares francezas do tempo da Grande Revolução e da época napoleonica, reproduzindo dellas o motivo ornamental em estilo Imperio, constituido por um losango inscripto num rectangulo. Com effeito, em geral apresentavam este desenho as bandeiras regimentaes francezas adoptadas depois da quêda da Bastilha, as quaes eram compostas de um rectangulo branco, acompanhado de quatro triangulos azues e vermelhos alternados, e tendo no centro uma espada com um barrete phrigio, um baculo e uma pá, symbolo dos tres estados, e a divisa *Vis unita major nunc et semper* (1). Nas bandeiras dos exercitos de Napoleão figurava o mesmo desenho, como se pôde ver no Musée de l'Armée, de Pariz (Sala Turenne).

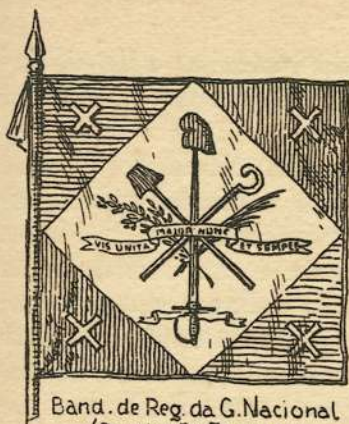
Desenhado o projecto da bandeira brasileira — no qual se déra fôrro verde á corôa real do escudo — foi submettido á apreciação de outro artista francez, Felix Emilio Taunay, como Debret, professor da Academia de Bellas Artes e seu director.

Taunay não concordou com o desenho do escudo intercalado no quadrilatero rhomboidal e com a côr verde em repetição, propondo que fosse substituida, no escudo e no fôrro da corôa, pela vermelha. Mas a isso se oppoz D. Pedro, allegando que era essa a côr do escudo portuguez e convindo apenas em que fosse vermelho o fôrro da corôa. E mostrou-se intransigente quanto ás côres verde e amarella, que dizia representarem a riqueza e a primavera eterna do Brasil. (2)

Logo depois de adoptada, a bandeira constituiu o thema de numerosas canções populares. Não foi, porém, apenas cantada em verso, com e sem musica. Não lhe faltaram criticas desfavoraveis. Alguns a acharam de máo gosto e

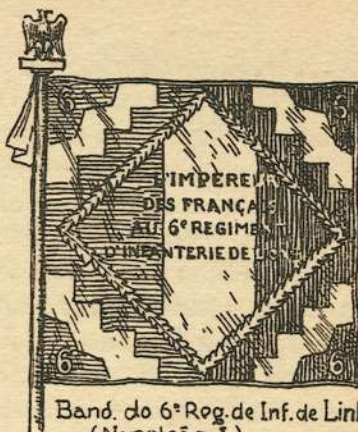
(1) *A Histoire de France de 1789 a 1875*, de ALBERT MALLET (edição Hachette) reproduz uma destas bandeiras : a do regimento de Saint Louis en l'Île, da Guarda Nacional de Pariz.

(2) JOAQUIM NORBERTO — *Obra citada*.



Band. de Reg. da G. Nacional
(Revolução Francesa)

II



Band. do 6º Reg. de Inf. de Linha
(Napoleão I)

III

julgaram infeliz a combinação de côres. Diz-se que, em conversa com José Bonifácio, Antonio Carlos a ridicularizou, não escondendo a decepção que tivera com a escolha do pavilhão nacional. A Joaquim Norberto não pareceu apropriada a escolha dos ramos de café e tabaco, que enramavam o escudo, dizendo que “um delles representa um vicio e o outro uma planta exotica”. Criticou-se ainda, com razão, um defeito do escudo, no qual figura, com infracção de uma regra de heraldica, côr sobre côr (a orla azul estrellada em campo verde ou de sinople), defeito que aliás tambem se nota no escudo italiano, no qual se vê góles (vermelho) sobre azul. (1)

(1) Como depois devia acontecer com a bandeira da Republica, tambem para a do Imperio foram elaborados projectos de reforma.

PEREIRA LESSA refere que o almirante PINTO GUEDES, depois BARÃO DO RIO DA PRATA, propoz a mudança das côres verde e amarello para azul e vermelho e CANDIDO MENDES que o pavilhão nacional fosse todo vermelho com o escudo imperial no centro.

O projecto PINTO GUEDES alterava tambem o desenho da bandeira, que passaria a ser constituida por cinco listas, tres azues e duas vermelhas. A primeira, azul, teria seis estrellas de prata, em dois grupos de tres, ficando um espaço entre ambos ; a segunda, vermelha, com a corôa imperial ao centro ; a terceira, com sete estrellas ; a quarta, com o escudo do Imperio ; e a quinta, com mais seis estrellas, dispostas como na primeira lista.

Lavrado o decreto da criação da bandeira a 18 de setembro de 1822, não houve, entretanto, tempo de a fazer figurar na cerimonia da acclamação.

Reza a tradição — relata Joaquim Norberto — que D. Pedro quiz adiar a sua acclamação, dizendo graciosamente “que não se mettia em frota sem bandeira”. Mas a opinião publica mostrava-se impaciente e, na anciedade de consolidar a Independencia, pretendia acclamar-o tumultuariamente. O Senado da Camara publicou então o edital de 21 de setembro marcando a acclamação para 12 de outubro, tendo José Clemente conseguido que D. Pedro desistisse do adiamento.

Como a 12 de outubro ainda não houvesse bandeiras nacionaes, — accrescenta o mesmo historiador — durante os festejos foram hasteadas as quinas portuguezas em toda a parte. Em alguns pontos da cidade appareceu, porém, o novo escudo de armas, que tambem foi pintado no tecto do palacete do Campo de Sant’ Anna, onde o Imperador e sua familia assistiram á cerimonia. O Senado da Camara apresentou-se a D. Pedro com o seu novo estandarte, no qual figuravam as novas armas. Estas ainda encimavam um grande arco, erguido na praça da Constituição sobre duas palmeiras.

Nos espectaculos de gala, realizados nessa noite, as senhoras apresentaram-se no theatro com trajes verde-amarellos, “mais por patriotismo do que por bom gosto...”



O Benzimento das Primeiras Bandeiras Nacionaes

Como, a exemplo do que fizera D. João IV para Portugal em 1646, tivesse o Imperador tomado a Virgem Maria

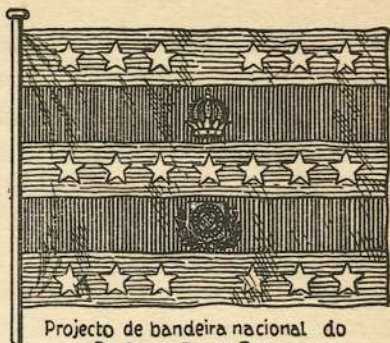
por padroeira do Brasil, foi marcado para benzimento das primeiras bandeiras nacionaes o dia 10 de novembro, (1) que naquelle anno de 1822 era o dia da Apresentação de Nossa Senhora.

A cerimonia realisou-se na Capella Imperial, após a festa do patrocínio da Virgem, com a presença do Imperador, Senado da Camara e numerosas pessoas, segundo noticias publicadas nos jornaes da época. Fez o benzimento o bispo capellão mór D. José Caetano da Silva Coitinho, que, á medida que benzia as bandeiras, as ia entregando a D. Pedro I. Recebendo-as, ajoelhado diante do altar, o Imperador as ia passando ás mãos do ministro da guerra, João Vieira de Carvalho, depois marquez de Lages, que as distribuia pelos commandantes das tropas. (2)

Terminada a cerimonia, o Imperador desceu ao largo do Paço, onde se alinhavam os mais garbosos regimentos do Imperio e dirigiu-lhes a seguinte proclamação :

“Soldados de todo o exercito do Imperio !

“E’ hoje um dos grandes dias que o Brasil tem tido : é hoje o dia em que o vosso Imperador, vosso Defensor Perpetuo e Generalissimo deste Imperio, vos vem mimosear, entregando-vos em vossas mãos aquellas bandeiras que em breve vão tremular entre nós, caracterisando a nossa independencia monarchico-constitucional, que, apesar de todos



Projecto de bandeira nacional do
Barão do Rio da Prata
IV

(1) Segundo DEBRET, a cerimonia realisou-se a 16 desse mez. — *Voyage historique et pittoresque au Brésil*, tomo III.

(2) Teve a honra de receber a primeira bandeira nacional entregue ao Exercito Brasileiro o tenente ajudante do Batalhão do Imperador, Luiz de Lima e Silva, depois duque de Caxias, isto é, justamente a figura maxima da historia militar do Brasil (PEREIRA LESSA — *A bandeira e o escudo do Club Militar*)

os revezes, será sempre triumphante. Logo que os exercitos perdem os estímulos de honra e obediencia que devem ter ao poder executivo, a ordem e a paz de repente são substituidas pela anarchia ; mas quando elles são, como este, que tenho a gloria de commandar em chefe, cuja divisa é valor, respeito e obediencia aos seus superiores, os cidadãos pacíficos contam com a segurança individual e de propriedade, e os perversos retiram-se da sociedade, succumbem ou convertem-se. Quando a Patria precisa ser defendida e o exercito tem por divisa — independencia ou morte — a Patria descança tranquilla e os inimigos assustam-se, são vencidos, e a gloria da nação redobra de brilho.

Soldados ! Não vos recommendo valor porque vós o tendes, mas sim vos asseguro que podeis contar sempre com o vosso generalissimo, nas occasiões mais arriscadas, e que elle, sem amor á vida, e só á Patria, vos conduzirá ao campo de honra, onde, ou todos morremos ou a causa ha de ser vingada !

Soldados ! Qual será o nosso prazer e o das nossas familias, quando ao seio dellas voltarmos cobertos de louros, nos virmos rodeados da cara esposa e dos nossos filhos e lhes dissermos :

— Aqui me tendes ; quem defende o Brasil não morre : os nossos direitos são sagrados, e por isso o Deus dos Exercitos sempre nos ha de facilitar as victorias.

Com estas bandeiras em frente do campo de honra, destruiremos os nossos inimigos e no maior dos combates gritaremos constantemente : Viva a Independencia Constitucional do Brasil !” (1)

Quando D. Pedro pronunciou a ultima palavra da proclamação, uma salva de cento e um tiros e tres cargas

(1) *Collecção de Leis do Imperio do Brasil, de 1822, parte 1.ª, Proclamações*, pag. 145 (Imprensa Nacional, 1887).

de infantaria saudaram o pavilhão auri-verde, que lentamente começou a subir no topo das fortalezas.

No dia seguinte, a mesma bandeira foi hasteada com grande solennidade nos vasos da armada nacional. No dia 13 foi saudada pelos navios de guerra estrangeiros surtos no porto, circumstancia muito para notar, visto que a Independencia ainda não fôra reconhecida por nenhuma nação. (1)

Inaugurada tão solennemente a 10 de novembro, já a 1.º de dezembro do mesmo anno, vinte dias depois da solennidade, era a bandeira modificada por um decreto, substituindo-se a corôa real pela imperial.



Os Decretos de D. Pedro I

E' o seguinte o texto do decreto de 18 de setembro de 1822 :

“Havendo o Reino do Brazil de que sou Regente e Defensor Perpetuo, declarado a sua emancipação politica, entrando o occupar na grande familia das nações o lugar que justamente lhe compete, como nação grande, livre e independente ; sendo por isso indispensavel que elle tenha hum escudo real d'armas, que, não só se distingão das de Portugal e Algarves até agora reunidas, mas que sejam caracteristicas deste rico e vasto Continente ; e desejando eu que se conservem as armas que a este Reino forão dadas pelo Senhor Rei D. João VI, meu Augusto Pai, na carta de lei de 13 de maio de 1816 ; e ao mesmo tempo rememorar

(1) JOAQUIM NORBERTO — *Obra citada.*

o primeiro nome que lhe fôra imposto no seu feliz descobrimento, e honrar as 19 provincias comprehendidas entre os grandes rios que são os seus limites naturaes e que formão a sua integridade que eu jurei sustentar ; hei por bem e com o parecer do meu Conselho de Estado determinar o seguinte : — Será, d'ora em diante, o escudo d'armas deste Reino do Brazil em campo verde huma esphera armilar de ouro, atravessada por huma cruz da Ordem de Christo, sendo circulada a mesma esphera de 19 estrellas de prata em huma orla azul ; e firmada a corôa real diamantina sobre o escudo, cujos lados serão abraçados por dois ramos de plantas de café e tabaco como emblemas de sua riqueza commercial, representados na sua propria côr, e ligados na parte inferior pelo laço da nação. A bandeira nacional será composta de hum parallelogrammo verde e nelle inscripto hum quadrilatero rhomboidal côr de ouro, ficando ao centro deste o escudo das armas do Brazil — Paço, em 18 de setembro de 1822 — Com a rubrica de Sua Alteza Real, o Principe Regente — (a) *José Bonifacio de Andrada e Silva*" (1)

O decreto de 1 de dezembro do mesmo anno era do teôr seguinte :

“Havendo sido proclamada com a maior espontaneidade dos povos a Independencia politica do Brazil, e a sua elevação á categoria de Imperio pela minha solenne acclamação, sagração e coroação, como seu Imperador Constitucional e Defensor Perpetuo : hei por bem ordenar que a Corôa Real que se acha sobreposta no escudo das armas estabelecido pelo meu imperial decreto de 18 de setembro do corrente anno, seja substituida pela Corôa Imperial, que lhe compete, afim de corresponder ao gráo sublime e glorioso

(1) *Collecção das Leis do Imperio do Brasil, de 1822, parte 1.^a, pag. 47* (Imprensa Nacional, 1887).

em que se acha constituido este rico e vasto Continente. — Paço, em 1.º de dezembro de 1822, 1.º da Independencia e do Imperio — Com a rubrica de Sua Magestade Imperial (a) *José Bonifacio de Andrada e Silva*” (1).



O Padrão Official da Bandeira do Imperio

Como se viu pelo primeiro dos decretos acima reproduzidos, na bandeira criada por D. Pedro I o losango amarello era “*inscripto*” no rectangulo verde, isto é, com os vertices dos seus quatro angulos tocando os lados dessa figura : “a bandeira nacional será composta de um parallelogrammo verde e nelle *inscripto* um quadrilatero rhomboidal côr de ouro, etc.”

Effectivamente, no padrão official da bandeira do Imperio, tambem o quadrilatero rhomboidal amarello apparece *inscripto* no parallelogrammo verde, conforme se vê na photographia que reproduzimos. Foi igualmente assim que Debret, o autor da bandeira, a desenhou na sua obra *Voyage pittoresque et historique au Brésil*, tomo 3.º, estampa n. 29 (Pariz 1839).

Entretanto, conhecem-se numerosos exemplares do pavilhão imperial, usados outróra até pelo governo e pelo exercito, nos quaes o quadrilatero rhomboidal não mais apparece *inscripto* no parallelogrammo verde, mas solto dentro delle e ora maior, ora menor. E’ o que se vê, por exemplo, numa das bandeiras que indevidamente figuram

(1) *Collecção de Leis* citada, parte 1.ª, pag. 87.

no Museu Historico Argentino como tomadas ao exercito brasileiro na batalha de Ituzaingó (1).

Não só nisto foram alteradas, pela ignorancia dos fabricantes, as proporções dos symbolos da bandeira, tão bem equilibradas no desenho de Debret. Tambem se reduziu, geralmente, com evidente prejuizo da esthetica do conjunto, o tamanho das armas imperiaes, que ainda foram deturpadas nas reproducções, estendendo-se para os lados e estilizando-se os ramos de café e tabaco e alterando-se a propria fórma do escudo e a da corôa.

A principio, a corôa era a real, porque só mais tarde resolveu-se dar ao paiz a denominação de Imperio. A 7 de setembro de 1822, D. Pedro foi aclamado, no theatro da Opera, em S. Paulo, pelo padre Ildefonso Xavier Ferreira; com tres — “Viva o primeiro rei do Brasil !” — e, nos primeiros decretos, o Brasil era sempre designado pelas palavras “Reino do Brasil”.

Entretanto, no reinado de D. Pedro I usou-se muito na bandeira a corôa real, em vez da imperial, apesar de o decreto de 1.º de dezembro de 1822 ter ordenado a substituição daquella por esta — o que deve ser attribuido ao facto de ter figurado a corôa real nas primeiras bandeiras fabricadas. Tratando-se de uma particularidade secundaria, provavelmente não se julgou necessario substituir as bandeiras já existentes por outras que contivessem a modificação introduzida. Assim é que, no proprio padrão da bandeira imperial que foi remettido para S. Paulo, já depois da expedição do decreto de 1.º de dezembro de 1822, ainda se vê a corôa real e não a imperial — e do proprio officio que o acompanhou não consta referencia alguma sobre este ponto. (2)

(1) JOSÉ CARLOS DE MACEDO SOARES — *Os falsos trophéos de Ituzaingó*, pag. 116.

(2) Este documento, offerecido ao Museu do Ipiranga, juntamente com o desenho que o acompanhou, pelo sr. dr. JOSÉ CARLOS DE MACEDO SOARES, reza sómente o seguinte : “Manda Sua Magestade o Imperador pela Secretaria de Estado dos Ne-



PHOTOGRAPHIA DO PADRÃO OFFICIAL DA BANDEIRA DO IMPERIO ENVIADO PARA S. PAULO EM 1822
(MUSEU DO IPIRANGA)

Quanto ás côres, dispunha o decreto imperial que o losango seria "côr de ouro" e o quadrilatero seria "verde", sem indicar a gradação desta ultima côr. Mas no decreto do mesmo dia, que criou o "tope brasiliense", determinava-se, mais claramente, que as côres nacionaes seriam "verde de primavera e amarello de ouro".



gócios da Guerra remetter ao Governo Provisorio da Provincia de São Paulo o Padrão incluso das Bandeiras, que por Decreto de 18 de Setembro do corrente anno se estabeleceo para este vasto Imperio, afim de que se lhe dê a conveniente e devida applicação. — Palacio do Rio de Janeiro, em 9 de Dezembro de 1822. (a) *João Vieira de Carvalho*".



IV

A Bandeira da Republica

Projectos de Novos Symbolos



OS ultimos annos do Imperio, varios propagandistas republicanos idearam projectos de bandeira nacional, destinados a serem adoptados com o advento do novo regimen. As paixões politicas, que então explodiam, no mais acceso da luta contra os defensores do throno, levaram até espiritos superiores a enxergar no pavilhão brasileiro um simples attributo do regimen que detestavam e dahi o prégarem ardorosamente a abolição desse velho symbolo.

Para muitos republicanos, era preciso destruir tudo quanto pudesse recordar as instituições monarchicas, alvejando essa febre demolidora até tradições nacionaes seculares.

Dá uma idéa deste estado de espirito o seguinte artigo de Julio Ribeiro, publicado no primeiro numero d'*O Rebate*, jornal de propaganda republicana, apparecido em S. Paulo a 16 de julho de 1888 :

“A bandeira actual do Brasil não nos póde servir de symbolo nacional a nós, republicanos, nem mesmo quando desornada dos attributos monarchicos.

A essa bandeira faltam todos os requisitos :

1.º — Artisticamente, estheticamente, nada vale ; verde e amarello não são côres complementares : e juntas produzem ao orgam visual uma tal sensação de crueza, uma tal gritaria chromatica, que desafina os nervos, que põe a gente de máo humor.

2.º — Não tem condições physicas de durabilidade : exposta ás intemperies, por poucos mezes que seja, converte-se em um trapo de côr duvidosa, que faz lembrar um lenço velho de tabaquista, amollecido e desbotado por lavagens successivas.

3.º — Não tem legitimidade heraldica : o amarello não é côr accete na chromotechnologia do brazão (1).

4.º — Traz recordações ominosas : lembra o estabelecimento da monarchia imperial na America do Sul, lembra os reinados desastrosissimos dos dous Pedros.

A desculpal-a destas mazellas não vale a gloria de que os brasileiros a cobriram na campanha do Paraguay. Essa campanha fratricida não teve razão de ser, senão pela imprevidencia, pela cegueira do governo imperial.

Ganhámos victorias, mas victorias de Pyrrho, que nos exauriram.

Perdemos centenas de milhares de contos... Esquecel-a é quasi um dever.

5.º — Como symbolo nada diz, nada significa. Verde e amarello ! Porque verde e amarello ? Esperança e desespero ? Capim e milho ?

“On ne detruit que ce qu'on remplace”. A substituir a bandeira e o brazão d'armas do imperialismo offerece-se

(1) Esta affirmativa é improcedente : o amarello é usado em heraldica, em substituição ao ouro, como o branco é usado em substituição á prata.

o desenho chromotographado de bandeira e de braço, que hontem fizemos affixar nas esquinas e distribuir largamente.

Em nosso titulo vae o escorço da bandeira. (1)

Agora a descripção della e do braço, e as suas razões de ser :

Bandeira em listas horizontaes, alternativamente brancas e pretas, cantonada de vermelho : no canto vermelho, sobre um globo de prata, o Brasil em azul, entre quatro estrellas de ouro.

O braço d'armas — identico, *mutatis mutandis* : timbre — o gorro phrigio vermelho com tope branco e preto ; paquifes — á esquerda café em frutificação ; á direita canna e vide cacheada.

Esta bandeira preenche tudo o que se possa desejar :

1.º — Agrada á vista pela opposição harmonica das côres preta e branca. O preto é a absorpção completa da luz ; o branco é o resultado da composição das sete côres do espectro. Com qualquer destas duas côres, estheticamente, vae bem o vermelho.

2.º — Tem todas as condições physicas de durabilidade. Veja-se uma bandeira allemã, bandeira que tem as mesmas côres, após annos de serviço ao céo aberto, está quasi como no primeiro dia.

3.º — Tem legitimidade heraldica : o preto (sable), o branco (prata), o vermelho (góles), são côres nobilissimas, reconhecidas pelos reis de armas de todos os paizes.

4.º — Ainda não tem tradições : a nós cumpre criar-lh'as, honrosas, invejaveis ; a nós incumbe ganhar-lhe o respeito de que se deve ella rodear.

(1) O cabeçalho do jornal era formado pelo seu titulo ladeado pelo desenho do projecto de bandeira.

5.º — Symbolisa de modo perfeito a genese do povo brasileiro, as tres raças de que elle se compõe — branca, preta e vermelha. (1)

As quatro estrellas a rodear um globo, em que se vê o perfil geographico do paiz, representam o Cruzeiro do Sul, a constellação indicadora da nossa latitude austral.

Assim, pois, erga-se, firme, palpite glorioso o Alvi-Negro Pendão do Cruzeiro»! (2).

A bandeira descripta por Julio Ribeiro foi hasteada em S. Paulo, no palacio do governo, a 15 de novembro de 1889, e usada nesta cidade durante os primeiros dias do novo regimen.

No Rio de Janeiro, ao proclamar-se a Republica, foi arvorada, primeiro na redacção da *A Cidade do Rio* e depois na Camara Municipal, pelo vereador José do Patrocinio, uma bandeira de treze listas horizontaes, alternadamente verdes e amarellas, tendo no canto superior junto á tralha vinte e uma estrellas de prata em campo azul.

Esta bandeira foi adoptada pelo governo provisório, durante alguns dias, e está assim descripta no dictionario Larousse como bandeira nacional do Brasil: “Brésil, vert et jaune. Le pavillon de la République est: treize bandes horizontales, alternativement vertes et jaunes; l’angle supérieur, près de la hampe, est bleu semé de vingt étoiles blanches.” (3).

(1) Defendendo o pavilhão escolar paulista, felizmente já extinto, o qual era formado pela sobreposição da bandeira ideada por Julio Ribeiro ao pavilhão nacional, escreveu o “Correio Paulistano” de 22 de setembro de 1922:

“Ha, porém, uma bandeira que os usos e os costumes consagraram como a de S. Paulo. Foi ella criada por Julio Ribeiro no tempo da propaganda, e era ella a bandeira que se hasteava na séde da commissão permanente do historico Partido Republicano Paulista e foi com ella que se fez a proclamação da Republica em S. Paulo. Nella os riscos brancos e pretos com um canto vermelho mostram que dia e noite os brasileiros devem estar vigilantes e promptos a derramar seu sangue pela patria.”

(2) AFFONSO DE FREITAS — *A imprensa periodica de S. Paulo* (Typ. do “Diario Official” de S. Paulo, 1915), pag. 338.

(3) Segundo PEREIRA LESSA, a bandeira que se hasteou na Camara Municipal do Districto Federal a 15 de novembro de 1889 era a do Club Republicano “Lopes



V-Projecto de bandeira nacional do
Barão do Rio Branco



VI-Projecto de bandeira nacional de
Silva Jardim

Na mesma ocasião foi também usada uma bandeira vermelha, semeada de estrellas brancas. (1)

As tropas que fizeram a proclamação da Republica sahiram á rua sem bandeira alguma, tendo deixado o pavilhão imperial nos quartéis. As bandeiras de alguns regimentos

Trovão", hoje recolhida ao Archivo da Prefeitura do Rio de Janeiro, e não tinha o campo azul no angulo superior junto á haste, mas um campo negro com vinte estrellas em quatro grupos de cinco estrellas cada um. A descripta pela "Grande Encyclopédie", hoje pertencente ao Museu Historico, foi a usada pelo "Riachuelo" e pelo "Alagoas" durante a viagem da familia imperial para o exilio (*A Bandeira Nacional Brasileira*).

(1) E' o que relata JOAQUIM NORBERTO. PEREIRA LESSA refere que muitos clubes de propagandistas da Republica usaram bandeiras com o mesmo desenho, as mesmas côres e o mesmo escudo da imperial, substituida apenas a corôa pelo barrete phrigio ou por uma estrella de prata.

O mesmo autor enumera mais os seguintes projectos de bandeira da Republica :

De SILVA JARDIM, por elle mesmo assim descripto no seu livro *Memorias e Viagens* : "...no fundo, em tinta pouco viva, as côres correspondentes ás tres raças — a preta, a vermelha e a branca, que compõem ethnographicamente a nossa nacionalidade. Sobre esse fundo, o escudo brasileiro, tal como na bandeira actual (do Imperio) ; significa o espirito de defesa e é rodeado da canna e do café, nossas culturas do norte e do sul ; tem no centro do globo, e atravessando-o, uma ancora, que representa a força maritima e ao mesmo tempo o commercio, como o escudo significa especialmente a força publica de terra. Póde-se ainda collocar de um lado do escudo o cavallo e do outro o boi, representando a industria pastoril do sul e do norte. Todos esses symbolos são das forças conservadoras e estaticas da Nação. Sobre o escudo, e para significar a força progressiva, de movimento popular, o barrete phrigio, caracteristico do proletario". O boi e o cavallo foram depois eliminados do projecto.

Do BARÃO DO RIO BRANCO, por este proposto a LOPES TROVÃO : "As mesmas côres do projecto SILVA JARDIM com a differença de que collocava a côr vermelha em cima, a branca ao centro e a negra em baixo, não mais em posição horizontal, mas em dia-

foram, na rua, atiradas, pelas janellas, para dentro de casas particulares. E' o que refere Ernesto Senna (1).

Eduardo Prado dá outra versão : "No dia 15 de novembro, voltando os regimentos para os quarteis, os alfeires enrolaram as bandeiras e, atiradas sobre uma carreta, foram ellas recolhidas aos armazens do exercito".



A Escolha dos Symbolos Republicanos

Relata o general Couto de Magalhães que Deodoro queria manter a bandeira do Imperio, com eliminação apenas da corôa. (2)

O Apostolado Positivista do Brasil, que tinha no momento grande influencia no governo, ao qual pertenciam dois dos seus membros mais prestigiosos, conseguiu, porém, a adopção de um projecto que elaborára.

Já no dia 15 de novembro de 1889 aquella corporação havia obtido que a Republica adoptasse "o lemma proposto por Augusto Comte para as bandeiras occidentaes na phase actual" : *Ordem e Progresso*. (3)

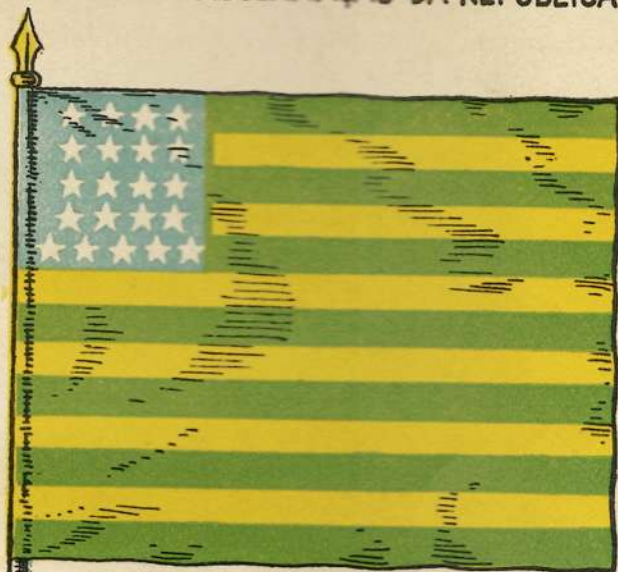
Eis como o chefe da Igreja Positivista de então relata a sua entrevista com Benjamin Constant, no quartel general :

gonal. Na faixa branca, havia um escudo azul com vinte e uma estrellas de prata, na bordadura, e gravado neste um outro escudo verde, com a esphera armilar de ouro sobre a cruz potente de Christo, tal e qual como a do antigo escudo imperial. Como timbre, um sol nascente de ouro." LOPES TROVÃO se recusou a apresentar este projecto á Constituinte. (*A Bandeira Nacional Brasileira*).

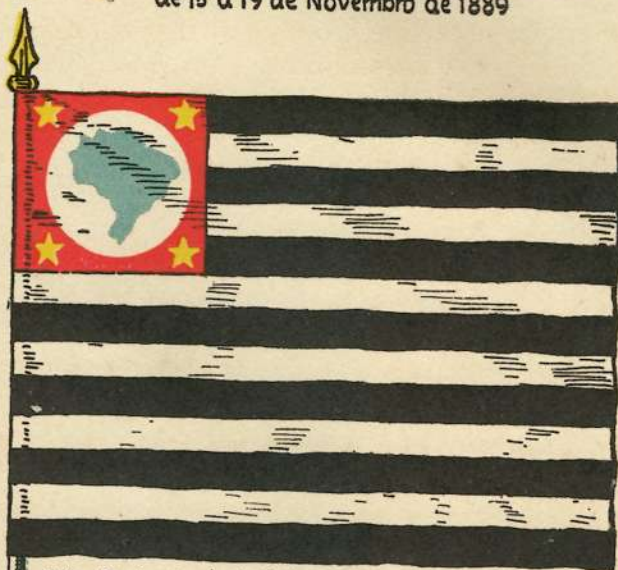
(1) ERNESTO SENNA — *Subsidios para a Historia*, cit. por ROCHA POMBO.

(2) *Diario Popular*, de São Paulo, de 18 de dezembro de 1889, citado por EURICO DE GÓES.

(3) TEIXEIRA MENDES — *A Bandeira Nacional* (Rio de Janeiro, 1890, opusculo n. 110 do Apostolado Positivista do Brasil), pag. VI.



21-Bandeira Nacional, adoptada pelo Governo de 15 a 19 de Novembro de 1889



22- Projecto Julio Ribeiro, adoptado em S. Paulo, como Bandeira Nacional nos primeiros dias da Republica

“Para ahi dirigimo-nos com o nosso estandarte e seguidos por um consideravel numero de cidadãos sympathicos á nossa causa. Benjamin Constant recebeu-nos com a mais tocante effusão. Ao saber que o Apostolado Positivista queria falar-lhe, encaminhou-se para a sala, procurando-nos entre a multidão com olhares anciosos ; e sua physionomia irradiou-se quando avistou o estandarte regenerador”. “Terminado seu longo discurso, proferido no meio de uma multidão que enchia a sala e o acotovelava, Benjamin Constant declarou que “a Republica não podia encontrar melhores luzes do que na religião que se resume na formula : o Amor por principio, a Ordem por base e o Progresso por fim ; nem melhores guias do que nós, a quem se referiu em termos excessivamente elogiosos”.

“Na nossa mensagem propunhamos que o Governo Provisorio adoptasse a divisa “Ordem e Progresso”, conforme as indicações de Augusto Comte, por ser essa divisa o resumo da politica republicana”. (1)

Dias depois, o sr. Teixeira Mendes apresentava, em nome do Apostolado Positivista, um projecto de bandeira. Eis como elle proprio relata este episodio :

“Nestas condições, receiando que o empirismo democratico fizesse adoptar para a bandeira nacional uma imitação da dos Estados Unidos da America do Norte, e em obediencia ás indicações de Augusto Comte, resolvemos apresentar a Benjamin Constant um projecto que elle acceptou sem hesitação. O nosso intuito era evitar que se instituisse um symbolo nacional com o duplo inconveniente de fazer crer em uma filiação que não existe entre os dois povos, e de conduzir a uma imitação servil daquella republica. Era preciso que não perdessemos as nossas tradições latinas e que o pensamento nacional se fixasse sobre a França como a nação em cujo seio se elaborou a regeneração hu-

(1) TEIXEIRA MENDES — *Benjamin Constant* (Rio de Janeiro, 1892), tomo I, pags. 361 a 364.

mana e de cuja iniciativa depende fatalmente o termo da anarchia moderna. Apresentado ao general Deodoro, disseram-nos na occasião que elle o achara o melhor dos symbolos propostos". (1)

O projecto do Apostolado Positivista era da autoria do sr. Raymundo Teixeira Mendes, tendo sido feito o desenho pelo pintor Decio Villares. (2)

Quintino Bocayuva moveu viva opposição a esse projecto, que foi, entretanto, ardorosamente defendido por Benjamin Constant e Demetrio Ribeiro, positivistas convictos, sendo por fim acceito e adoptado, juntamente com as armas da Republica.

nothing O desenho destas, segundo a versão corrente, foi feito, sob encomenda do marechal Deodoro, por um seu amigo — um allemão, lithographo da casa Laemmert e que não entendia patavina de heraldica, nem conhecia as tradições do paiz...



O Decreto do Governo Provisorio

E' o seguinte o texto do decreto n. 4, de 19 de novembro de 1889, que alterou a bandeira nacional e instituiu as armas e o sinete official da Republica :

"O Governo Provisorio da Republica dos Estados Unidos do Brasil :

considerando que as côres da nossa antiga bandeira recordam as lutas e as victorias gloriosas do nosso exercito e da armada na defesa da patria ;

(1) TEIXEIRA MENDES — *Obra citada*, tomo I, pag. 367 a 368.

(2) TEIXEIRA MENDES — *A Bandeira Nacional* (Opusculo n. 110, do Apostolado Positivista do Brasil).

OS SYMBOLOS ADOPTADOS PELA REPUBLICA

(8)



23-Annexo n.1, do Decreto n.4
de 19 de Novembro de 1889



24-Annexo n.2 do mesmo Decreto

considerando, pois, que essas côres, independentemente da fórma de governo, symbolisam a perpetuidade e integridade da patria entre as outras nações ;

decreta :

Art. 1.º — A bandeira adoptada pela Republica mantém a tradição das antigas côres nacionaes — verde e amarello — do seguinte modo : um losango amarello em campo verde, tendo no meio a esphera celeste azul, atravessada por uma zona branca, em sentido obliquo e descendente da direita para a esquerda, com a legenda — “Ordem e Progresso” — e pontuada por vinte e uma estrellas, entre as quaes as da constellação do Cruzeiro, dispostas na sua situação astronomica, quanto á distancia e ao tamanho relativos, representando os vinte Estados da Republica e o Municipio Neutro, tudo segundo o modelo debuxado no annexo n. 1.

Art. 2.º — As armas nacionaes serão as que figuram na estampa annexa n. 2.

Art. 3.º — Para os sellos e sine-tes da Republica, servirá de symbolo a esphera celeste, qual se debuxa no centro da bandeira, tendo em volta as palavras — *Republica dos Estados Unidos do Brazil*.

Art. 4.º — Ficam revogadas as disposições em contrario.

Sala das sessões do Governo Provisorio, 19 de Novembro de 1889, 1.º da Republica — (a) *Marechal Manoel Deodoro da Fonseca*, chefe do Governo Provisorio — *Q. Bocayuva* — *Aristides da Silveira Lobo* — *Ruy Barbosa* — *M. Ferraz de Campos Salles* — *Benjamin Constant Botelho de Magalhães* — *Eduardo Wandenkolk*”. (1)



VII— Sello Official

(1) *Decretos do Governo Provisorio da Republica*, 1.ª fasciculo, pag. 4 (Imprensa Nacional, 1890). Foi Ruy Barbosa quem redigiu de seu proprio punho este decreto, como se póde ver pelo original, reproduzido em fac-simile na polyanthéa *Ruy Barbosa — In memoriam*, publicada pela revista “O Tempo” (Rio de Janeiro, Typ. Coelho).



A Justificação do Projecto Teixeira Mendes

De um longo memorial, no qual o sr. Teixeira Mendes justificou o seu projecto, afinal adoptado pelo governo republicano, extrahimos os seguintes topicos que revelam o pensamento que inspirou a confecção da bandeira actual :

“Este symbolo corresponde a tudo quanto o outro tinha de essencial. Elle lembra, naturalmente, a phase do Brasil-colonia nas côres azul e branca que matizam a esphera, ao mesmo tempo que esta recorda o periodo do Brasil-reino por trazer á memoria a esphera armilar. Desperta a lembrança da fé religiosa dos nossos antepassados e o descobrimento desta parte da America, não já por meio de um signal, que é actualmente um symbolo de divergencia, mas por meio de uma constellação, cuja imagem só pôde fomentar a mais vasta fraternidade : porque nella o mais fervoroso catholico contemplará os mysterios insondaveis da crença medieval e o pensamento mais livre recordará o character subjectivo dessa mesma crença e a poetica imaginação dos nossos avós. Finalmente, foi mantida a idéa de representar a independencia e o concurso civico por um conjunto de estrellas.

Supprimiram-se os ramos de tabaco e de café, porque sobrecarregariam o pavilhão com uma especificação que não mais corresponde á realidade, visto como não são os unicos objectos agricolas do commercio do Brasil, além de occuparem um logar secundario no mesmo commercio, do ponto de vista geral. O verde e o amarello da bandeira já representam sufficientemente o aspecto industrial do Brasil, por isso que caracterisam o conjunto das producções da natureza

viva e da natureza morta. Vejamos, agora, como o novo emblema traduz as aspirações do presente.

O povo brasileiro, como todos os povos occidentaes, acha-se vivamente solicitado por duas necessidades, ambas imperiosas, que se resumem nas palavras — Ordem e Progresso. Todos sentem, por um lado, que é imprescindível manter as “bases” da sociedade; mas todos percebem também que as instituições humanas são susceptíveis de “aperfeiçoamento”.

Ora, acontecendo que o typo da ordem só foi até hoje fornecido pelo regimen theologico e guerreiro passado, e que o progresso tem exigido a eliminação, por vezes violenta, de certas instituições, o espirito publico foi levado empiricamente a suppor que as duas necessidades eram irreconciliáveis. Dahi a formação de dois partidos oppostos, um invocando para lemma a ordem e outro tomando para divisa o progresso, partidos que se combatem com encarnicamento e que transformam as patrias occidentaes em campos permanentes de batalha. No entanto, a dynamica social, fundada por Augusto Comte, para completar e desenvolver a estatica social fundada por Aristoteles, demonstra que as duas necessidades de ordem e progresso, longe de serem irreconciliáveis, por toda a parte se harmonisam.

E, ainda mais, o mesmo egregio pensador demonstrou que essa harmonia se dá na politica e na moral, em consequencia da preponderancia do amor. Na phrase do fundador da Religião da Humanidade—“o progresso é o desenvolvimento da ordem, como a ordem é a consolidação do progresso”.

Pois bem, é essa conciliação da ordem com o progresso que todo o povo brasileiro sente e sem a qual não poderia existir a verdadeira fraternidade; é essa conciliação que o nosso symbolo proclama.

Progressistas e ordeiros podem hoje confraternisar; essa confraternisação é tanto mais solida, quanto a divisa foi hasteada após uma revolução progressista triumphante. A

nova divisa significa que essa revolução não aboliu simplesmente a Monarchia; que ella aspira fundar uma patria de verdadeiros irmãos, dando á ordem e ao progresso todas as garantias que a historia nos demonstra serem necessarias á sua permanente harmonia". (1)



O Padrão Official da Bandeira da Republica

Como se viu, a bandeira da Republica é descripta, no decreto atraz reproduzido, simplesmente com estas palavras: "um losango amarello em campo verde, tendo no meio a esphera azul celeste atravessada por uma zona branca, etc."

Não se determinou, pois, a gradação das côres, como se fez no Imperio, e, no proprio desenho official da bandeira, annexo ao decreto de 1889, essas côres figuram com tonalidades que não são as tradicionaes.

E quanto ao losango, já não se diz que deve ser *inscripto* no rectangulo verde, mas collocado *num campo verde*, figurando no annexo n. 1 do decreto citado um losango amarello solto dentro do rectangulo verde, sem tocar os lados deste.

Tambem não se fixaram as proporções que devem ser mantidas entre os tamanhos do rectangulo, do losango e da esphera — o que é para lamentar, pois esse pormenor não devia ficar, como ficou, ao arbitrio dos fabricantes de

(1) R. TEIXEIRA MENDES — *Apreciação Philosophica sobre a Bandeira Nacional*, publicada no *Diario Official*, de 24 de novembro de 1889 e transcripta na *A Bandeira Nacional* de EDUARDO PRADO.

bandeiras : devia ser obrigatoria a obediencia a um unico modelo. Diante dos termos vagos do decreto, a bandeira póde ser usada com rectangulos, losangos e espheras de todas as dimensões. Ha bandeiras esguias e ha-as quadradas. Em algumas, vê-se uma esphera minuscula dentro de um grande losango ; em outras, a esphera é relativamente grande e o losango é pequeno. E todas ellas estão perfeitamente de accôrdo com a descripção official... (1)

No Imperio até se fixavam por decreto as proprias dimensões das bandeiras usadas pelo exercito.



(1) Em seu trabalho já citado, PEREIRA LESSA occupou-se largamente dos erros de reproducção dos symbolos nacionaes, praticados até pelo Governo e em livros didacticos, referindo a existencia de bandeiras com 15 até 30 estrellas e citando um annuncio da 3.^a Feira Internacional de Amostras do Rio de Janeiro, em que figuram 17 bandeiras, das quaes 16 estrangeiras certas e sómente a brasileira errada...



V

As Armas Nacionais

As Armas da Mãe-Patria



COMO já foi referido, desde 1485, segundo Ruy de Pina e Garcia de Rezende, (1) as armas portuguezas são constituídas por um escudo branco, com cinco escudetes azues, dispostos em cruz, cada um delles contendo cinco besantes brancos em aspa, sobreposto o escudo descripto a outro, este vermelho, e rodeado de sete castellos doirados, tendo por timbre a corôa real (2).

(1) As anteriores transformações do escudo portuguez, a partir de Henrique de Borgonha, estão referidas no capitulo segundo, nota primeira. Quanto ao escudo anterior ao do Condado Portucalense, VILLAS BOAS E SAMPAYO dá as seguintes informações :

“As Armas antigas do Reyno de Portugal erão huma Cidade branca em campo azul, sobre um mar de ondas verdes e douradas, em memoria do Porto de Cale, que lhe deu principio junto da foz do rio Douro, pequeno rascunho, em que a antiguidade delineou para huma Cidade populosa o fundamento, e para huma Monarchia grande o nome. Assim se acham em muitos manuscriptos e memorias antigas e as traz Antonio Soares de Albergaria no seu livro *Das Armas*. Cessarão estas, tanto que o Conde D. Henrique entrou no senhorio de Portugal... (*Nobiliarchia Portugueza*, pag. 195).

(2) “ElRey D. João I — escreve FERREIRA DE VERA — accrescentou por timbre hua serpe d’ouro, em memoria de haver tido a insignia real Ingleza de San

Até meados do século XV, os tres escudetes centraes eram dispostos verticalmente e os dois lateraes horizontalmente, com as pontas voltadas para o centro. No reinado de D. João II passaram todos os escudetes a ser orientados segundo a vertical.

Nas moedas, medalhas, sellos, estampas e bandeiras, a fôrma do escudo é muito variavel, conforme as épocas. (1)

Moedas cunhadas nos reinados de D. João II, D. Manoel I, D. João III e D. Sebastião apresentam um escudo ponteagudo. Nas de D. Manoel a D. Sebastião encontra-se, mais frequentemente, o chamado "escudo portuguez", cuja base é redonda.

O escudo portuguez ainda era usado por D. Pedro II, de Portugal (1667-1706).

Pelo exame das moedas, depreheende-se que foi D. João IV quem primeiro usou o escudo samnitico, que se encontra nas armas de todos os seus successores até D. Manoel II, o rei deposto pela revolução republicana de 1910.

A partir de D. Pedro II, não se encontra mais nas moedas o escudo portuguez. Dahi em diante, o escudo não ornamentado é sempre o samnitico : apenas D. João VI usou, antes e depois da fusão das armas do Brasil com as de Portugal, um escudo elliptico simples, ora com, ora sem ramagens.

Usaram escudos ornamentados, em estilo barrôco, por vezes muito interessantes, ora ellipticos, ora de fôrmas caprichosas, D. Pedro II, D. João V, D. José I, D. Maria I e D. João VI. Reproduzimos alguns dos mais typicos destes escudos.

Jorge" . . . (*Origem da Nobreza Política, Blasões de armas, appellidos, cargos e títulos nobres*, pag. 22).

VILLAS BOAS E SAMPAYO refere que o escudo real de Affonso Henrique tinha por timbre "a serpente de Moysés por ser figura de Christo . . ." (*Nobiliarchia*, p. 200).

(1) Vide a collecção de moedas e sellos portuguezes antigos, reproduzida nos *Quadros da Historia de Portugal*, de ROQUE GAMEIRO.



VIII-D. Pedro II



IX - D. João V



X-D. José I



XI-D. João VI
Príncipe Regente

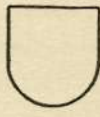
Nas armas que se vêm nas collecções numismaticas, até pouco antes da dominação hespanhola, a corôa real é sempre aberta, passando dahi em diante a ser uniformemente fechada.

No chamado escudo portuguez, os castellos inferiores são, ora verticaes, ora fortemente inclinados; no escudo terminado em ponta, são sempre fortemente inclinados; e, no samnitico, ora são verticaes, ora inclinados — levemente até D. José I e fortemente, de D. José I até D. João VI.

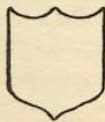
Fórmas do escudo portuguez (nas moedas)



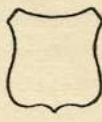
XII - D. João II
a D. Sebastião



XIII - D. Manoel I
a D. Pedro II



XIV - D. João III



XV - D. João VI



XVI - Samnitico

No reinado de D. João V foram cunhadas moedas para o Brasil (cunho de Lisboa, para Minas, 1722), nas quaes não figuram castellos, vendo-se no escudo apenas os cinco escudetes dispostos em cruz.

Em algumas estampas antigas, os escudetes estão dispostos, não em cruz, mas em aspa, isto é, com a mesma disposição dos besantes. Eurico de Góes (1) cita duas

(1) EURICO DE GÓES — *Os Symbolos Nacionais* (S. Paulo, 1908). pag. 146.

destas excepções, contidas em dois mappas do atlas annexo á memoria apresentada pelo Barão do Rio Branco ao presidente da Confederação Suissa, em defesa dos direitos do Brasil na questão de limites com a Guyana Franceza.

O primeiro é o mappa n. 6, de Sebastião Cabot (1544), gravado em negro e do qual existe um exemplar na Bibliotheca Nacional de Pariz. Vê-se ahi uma bandeira portugueza, com os escudetes dispostos em aspa.

O segundo é o n. 22 b, de Fernão Vaz Dourado (1571), manuscrito, colorido, dos Archivos Nacionaes da Torre do Tombo, de Lisboa. Traz as armas de Portugal, com a bordadura vermelha, castellos brancos, escudo menor de ouro e escudetes azues em aspa, sem besantes. Dois outros mappas manuscriptos do mesmo cartographo, incluidos no mesmo atlas do Barão do Rio Branco, sob os ns. 18 b e 26 b e respectivamente de 1568 e 1580, consignam, porém, as armas portuguezas exactamente desenhadas e coloridas.

Tambem a propria fórma dos escudetes é muito variavel nos primeiro stempos da Monarchia Portugueza, vendose, ora escudetes de base redonda, ora escudetes ponteagudos, estes frequentemente com onze besantes.

O mesmo se dá com relação aos castellos, que até meados do seculo XV apresentam fórmas muito variadas.



As Armas do Brasil Principado e Reino

No decreto de 1816, dizia D. João VI que o “Reino do Brasil ainda não tinha armas”. Entretanto, como já foi relatado, em 1645, logo após a batalha das Tabócas, D. João IV deu por emblema heraldico ao Principado do Brasil, uma esphera armilar de ouro.

Este acto de D. João IV obedeceu a um plano político e era uma manifestação da tendencia, que se accentuava desde D. Sebastião, de se transferir para o Brasil a séde da Monarchia Portugueza.

Temendo pela sorte das suas armas, na guerra com a Hespanha, concertou aquelle monarca o plano de se fazer o casamento do principe D. Theodosio com a filha do duque de Longueville, vindo este a governar Portugal e transferindo-se elle para o Brasil, que foi então elevado a principado, para se constituir depois em reino independente. Para tratar das negociações, foi nessa occasião enviado a Pariz o padre Antonio Vieira. Mas esse plano, como se sabe, fracassou inteiramente (1).

Os principes do Brasil usavam da mesma corôa e bração das armas reaes, com a pequena differença de figurar no alto do escudo, sobre os tres castellos, "o banco de pinchar com os tres pés virgens", como se vê num documento do seculo XVIII (2).

Elevando o Brasil a reino, D. João VI lhe manteve as antigas armas, agora em campo azul. Essas armas, porém, nunca foram usadas isoladamente, apparecendo sempre, a ellas sobreposto, em todas as moedas, medalhas e estampas da época, o escudo portuguez. (3)

Ainda alguns annos depois de proclamada a independencia do Brasil, a esphera armilar continuou figurando no

(1) PEREIRA DA COSTA — *Estudos sobre a Historia do Brasil*, no "Jornal do Commercio" de Recife, de 7 de setembro de 1922.

(2) PEREIRA DA COSTA — *obra citada*. A proposito escreve VILLAS BOAS E SAMPAYO: "A razão de ser divisa dos Infantes he porque antigamente neste Reyno (como o advertio SOARES na dedicatoria de seus paralelos) não se assentavão em cadeiras senão ElRey e o Principe, e os Infantes em bancos, nas Côrtes e nos autos publicos, e o tomarão por divisa, em sinal da precedencia que fazião aos mais senhores e nobreza do Reyno. E ainda entre os Principes e Infantes havia differença, porque o Principe trazia o banco simplesmente sem mais divisa e com dous pés e os Infantes com tres pés e encostados nelles huns quadros de Armas, de que usavão". (*Nobiliarchia Portugueza*, pag. 217).

(3) Nas moedas, o escudo portuguez sobreposto á esphera armilar já era usado em 1814, antes da elevação do Brasil á categoria de reino e antes de criadas as armas do Reino Unido.

brazão portuguez, desde a restauração do regimen absolutista, em 1823, até a volta do regimen constitucional, em 1832, sendo recentemente restabelecida pela revolução republicana de 1910.



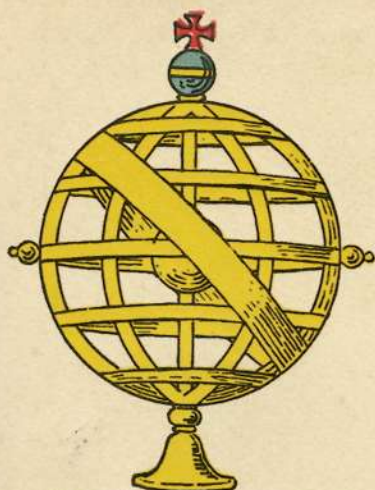
As Armas do Imperio

No escudo do Imperio, o campo é verde e é ainda mantida a esphera armilar, atravessada por uma cruz da Ordem de Christo e circulada por um anel azul estrellado. A corôa imperial diamantina é firmada sobre o escudo, cujos lados são abraçados por um ramo de café e outro de tabaco, unidos na base pelo laço nacional.

Como se vê, o Imperio manteve a tradição dos emblemas heraldicos anteriores do Brasil, conservando o principal elemento dos escudos de 1645 e de 1816 e accrescentando-lhe ainda a cruz da Ordem de Christo, formoso symbolo, que tem para o povo brasileiro uma alta significação, porque recorda as duas grandes epopéas dos nossos antepassados, pois figurou nas bandeiras dos prodigiosos argonautas portuguezes e nas dos homericos bandeirantes de São Paulo.

A esphera armilar, atravessada pela cruz da Ordem de Christo, exactamente como se encontra no brazão imperial, já apparecia nas primeiras moedas brasileiras, cunhadas em 1683.

No padrão official da bandeira do Imperio, remetido em 1822 ao governo de São Paulo, vê-se um escudo samnitico, de cantos superiores em angulo agudo. Em todas as moedas do primeiro Imperio e em todas as do segundo, cunhadas até 1833, figura, porém, o escudo samnitico correctamente desenhado, com os cantos superiores em angulo



25 - Principado do Brasil



26 - Reino do Brasil

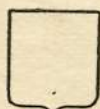


27 - Reino Unido de Portugal,
Brasil e Algarves

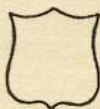


28 - Imperio

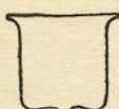
Fórmas do escudo do Imperio (nas moedas)



XVII
1822 a 1833



XVIII
1833 a 1848



XIX
1849 a 1889



XX
1867 a 1889

recto. As moedas de 1833 a 1848, as de 1849 a 1889 e as de 1867 a 1889 apresentam escudos de fórmas particulares.

Conforme já foi referido, diz Joaquim Norberto que no primitivo projecto dos symbolos nacionaes o fôrro da corôa imperial era verde, sendo depois substituida esta côr pela vermelha. Entretanto, encontram-se em numerosas bandeiras do Imperio corôas com fôrro verde — e o decreto de 18 de setembro de 1822 nada diz sobre esta particularidade.

Em muitas bandeiras e em numerosas estampas do tempo do Imperio, vêem-se ainda, no escudo, duas orlas doiradas limitando o anel estrellado azul que circumda a esphera armilar. O decreto que instituiu a bandeira e as armas nacionaes não se refere a estas orlas, nem as desenhou Debret na estampa n. 23 do 3.º tomo da sua já citada obra. Taes orlas também não figuram nas bandeiras arvoradas pelo “Amazonas” na batalha do Riachuelo e pelo “Bahia” na batalha de Humaytá, e pertencentes hoje ao Museu Historico do Rio de Janeiro (1). Esta modificação, não autorizada por qualquer acto official, foi, evidentemente, inspirada pela idéa de corrigir o erro de heraldica, então apontado pelos criticos do brazão, visando evitar o contacto da orla azul com o escudo verde (côr sobre côr).

O anel azul continha dezenove estrellas, porque dezenove eram então as provincias do Imperio: Grão Pará, Maranhão, Piahy, Ceará, Rio Grande do Norte, Parahyba,

(1) EURICO DE GÓES — *Os Symbolos Nacionaes*, pag. 71; PEREIRA LESSA — *A Bandeira Nacional Brasileira*.

Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Bahia, Espirito Santo, Rio de Janeiro, S. Paulo, Santa Catharina, Rio Grande do Sul, Minas Geraes, Goyaz, Matto Grosso e Cisplatina (Banda Oriental do Uruguay), incorporada ao Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves, a 31 de julho de 1821. O Amazonas e o Paraná só se constituíram em provincias, respectivamente, em 1850 (lei n.º 582, de 5 de setembro) e 1853 (lei n.º 704, de 29 de agosto). Em maio de 1830 foi firmado o tratado de paz com Montevidéo, pelo qual o governo do Brasil reconheceu a independencia da provincia Cisplatina. Deviam então ter sido reduzidas de 19 para 18 as estrellas do anel azul, que do mesmo modo deveriam ter soffrido accrescimos em 1850 e 1853, com a criação das provincias de Amazonas e Paraná. Entretanto, taes modificações não foram feitas. (1)

Nas moedas, o numero de estrellas é sempre dezenove desde 1822 até 1889, e encontram-se bandeiras até com 13, 14, 16, 17 e 26 estrellas, como a que esteve arvorada no couraçado "Bahia" durante a passagem de Humaytá, e como o pavilhão de D. Pedro I, usado na galeota imperial, conforme se pôde ver no Museu Historico (2).



As Armas da Republica

A Republica, na confecção das suas armas, rompeu violentamente com todas as tradições da symbolologia nacional, supprimindo totalmente a esphera armilar, da qual conservou apenas uma vaga reminiscencia na bandeira.

(1) Verificou PEREIRA LESSA que, nos clichés das armas do Imperio usados pela Imprensa Nacional, figuram dezenove estrellas até 1879 e vinte dahi em diante.

(2) PEREIRA LESSA — *Centenario da Bandeira*, artigo publicado n' "O Jornal", do Rio de Janeiro, de 19 de novembro de 1922; e *A Bandeira Nacional Brasileira*, conferencia publicada no "Jornal do Commercio", do Rio, de 28 de setembro de 1930,

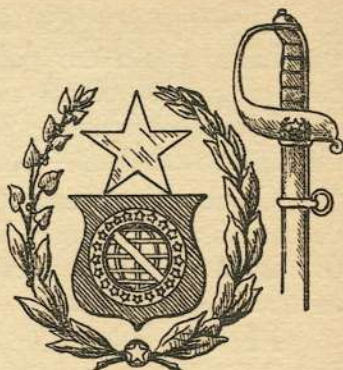
Quanto á cruz da Ordem de Christo, a aboliu por consideral-a “um symbolo de divergencia”, substituindo-a por... outra cruz!

Chegou-se ao cumulo de confiar o desenho das armas republicanas a um modesto lithographo estrangeiro, muito habil confeccionador de marcas de cigarros, mas leigo em heraldica e ignorante das nossas tradições.

O resultado deste erro é que temos hoje como emblema heraldico da Nação um symbolo ridiculo, extravagante, de deploravel máo gosto e sem nenhuma significação, mais parecido com uma marca industrial do que com um brazão de armas nacionaes.

Não possúe escudo, peça essencial de um brazão, e é constituido do seguinte, segundo a descripção de Tristão de Alencar Araripe, tambem adoptada por Alfredo de Carvalho :

“Numa esphera de azul, cinco estrellas de prata, com a fôrma da constellação do Cruzeiro ; (1) por fóra da esphera um circulo azul, orlado de ouro em ambos os bordos, com vinte estrellas de prata (2) ; por fóra deste circulo as cinco pontas duma estrellla, partidas em pala, de verde e amarello, orladas de vermelho e ouro, assentes sobre uma corôa emblematica de folhas de café e de fumo (3) representadas com



XXI—Escudo gravado no coto de uma espada regulamentar do exercito, dos primeiros tempos da Republica

(1) O Cruzeiro do Sul figura tambem nos symbolos nacionaes da Australia e da Nova Zelandia.

(2) Emquanto na bandeira as unidades da Federação estão figuradas por vinte e uma estrellas, nas armas republicanas o estão sómente por vinte.

(3) “E’ frequente figurarem no brazão da Republica Brasileira, em vez de ramos de café e fumo, outros de carvalho e louro. Por occasião duma visita feita, em 18 de agosto de 1894, á Casa da Moeda do Rio de Janeiro, ouvimos do Dr. ENNES DE SOUZA, então director daquelle estabelecimento, em resposta a uma consulta do

as suas proprias côres, entrelaçadas com uma espada desembainhada, posta em pala, de ponta para cima ; tudo cercado dos raios duma aureola de ouro. Em uma fita azul, por baixo, o dizer — Estados Unidos do Brazil — 15 de Novembro de 1889 — em letras de ouro.” (1).

Como se vê, esta lamentavel figura não é um braço de armas : é um carimbo ou uma marca, pois não obedece ás leis da heraldica, nem ás da esthetica e tampouco recorda as tradições do paiz.

Em sua substituição, usou-se, nos primeiros annos da Republica, um escudo nacional não official, até em edificios publicos e nas espadas regulamentares do exercito. Reproduzimos um destes emblemas, constituido do braço imperial, sem a cruz da Ordem de Christo e sem a corôa imperial, e encimado por uma estrella de cinco pontas.



artista incumbido de desenhar o escudo d'armas do Brasil, a ordem terminante de pôr nelle ramos de carvalho e louro. Interpellado por nós sobre semelhante modificação, o illustre engenheiro retorquiou dizendo que “o fumo symbolizava um vicio e o café recordava a escravidão” (Nota de ALFREDO DE CARVALHO). Nas actuaes moedas de 100, 200 e 400 réis, tambem os ramos de café e tabaco foram substituidos por carvalho e louro.

(1) No modelo n. 2, annexo ao decreto de 19 de novembro de 1889, umas estrellas são brancas e outras de prata. Tambem ahi se vê o ouro ao lado do amarello. Quanto ao Cruzeiro do Sul está collocado na posição inversa da em que figura na bandeira nacional.



VI

Os Symbolos Republicanos e a Critica

O Lemma Positivista



BANDEIRA instituida pelo governo provisorio de 1889 provocou as criticas mais severas e suscitou polemicas apaixonadas, na imprensa diaria, no livro e na tribuna parlamentar.

Defendida, além de outros, por Teixeira Mendes, Miguel Lemos, José Feliciano, Lauro Sodré, Germano Hasslocher, Barbosa Lima, Erico Coelho, Pereira Lessa e Alipio Bandeira, foi vigorosamente combatida por Eduardo Prado, Eurico de Góes, Medeiros e Albuquerque, Sylvio Romero, Lacerda de Almeida, conde Afonso Celso, Leão Velloso, Miguel Mello, Wenceslao Escobar, Pedro Moacyr, Osorio Duque Estrada, Visconde de Taunay, Domicio da Gama, Ramiz Galvão, Cyro Costa, A. de Sampaio Doria, Felisbello Freire, Floriano de Brito, padre Julio Maria, Mario Melo e outros (1).

(1) A mocidade academica de S. Paulo tambem combateu vigorosamente, em mais de uma occasião, a bandeira republicana, tendo em 1907 enviado a seguinte mocção a RUY BARBOSA, então vice-presidente do Senado Federal :

A causa principal da celeuma levantada em torno do nosso pavilhão foi a inscrição do lemma positivista "Ordem e Progresso", que, segundo uma phrase do sr. José Feliciano, que o defende, "symbolisa os elementos dominantes

"Com serem varias suas crenças religiosas e philosophicas, congrega-se hoje a mocidade academica de S. Paulo, na vibração unisona do mesmo sentimento de amor á Patria. E' que ainda a fortalece a consoladora certeza de não ser jamais improficua a justa pelos ideaes que lhe estrellam a mente, quando a bem delles pulsam corações vigorosos e sinceros. Prova insophismavel de seu devotamento ao ideal e á Patria vem ella dar, agora, nesse movimento propugnador da vigencia real, nesta terra, de todas as convicções livres no Estado livre.

Bem sabe ella que a Republica consagrou o principio da liberdade de pensamento e consciencia. Mas, simultaneamente, gravou-se, no pavilhão nacional, o lemma "Ordem e Progresso", que é, reconhecidamente, symbolisação duma seita philosophica. Dahi, clamar, revoltada, a mocidade academica contra essa incoherencia da Republica, senão infidelidade de seus agentes.

E cumpre sagrado dever. Nos momentos difficeis da vida nacional, todos, ao terçar de prompto as armas invenciveis a bem da Patria, desfaldando, ardentes de enthusiasmo, o symbolo magnifico da bandeira nacional, terão uns de fitar a consagração politica de sua crença e outros, contristados, a mortalha da propria. . . . Não obstante, não percebe a Patria, entre elles, distincções religiosas ou philosophicas: a todos acolhe como filhos queridos e a todos delega, confiante, a defesa commum.

Pois bem, a vós, cujo passado de lutas e dores é edificante tecido do mais puro e santo amor ao ideal e á Patria, a mocidade academica dirige o solenne appello de vos ter como interprete junto ao Congresso Nacional, para que seja da bandeira eliminado o lemma positivista. E, certa de que lhe não recusareis tão excelsa honra, fica, não só na esperanza, mas na certeza absoluta de que vosso patriotismo e amor desinteressado ao ideal não permitirão que continue a ser a bandeira nacional attestado vivo de incoherencia republicana, negação da livre consciencia e reflexo desleal da imagem da Patria. — (aa) *A. de Sampaio Doria, Victor Konder, Lino Moreira, Alberto de Azevedo, Leoncio Marcondes, Jorge Moraes Barros, Waldemar Ferreira, Alexandre Macedo Soares, Elias Alves Correia, Clovis Moraes Barros, Getulio Evaristo dos Santos, Pedro Nunes da Silva Filho, Antão de Souza Moraes, Carolino da Motta e Silva, Manoel R. Figueiredo Ferraz, Candido Junqueira, Raphael Prestes, Francklin F. Cintra, Gallileu Cintra, João Baptista de Abreu, Jorge Araujo da Veiga, Huberto Selbach, Benedicto C. Frade, Antonio Monteiro Passos Negrão, Antonio Augusto Covello, Francisco Soares Gouveia Junior, Elias Garcia, Eugenio Lefevre Junior, Mario Rollim Telles, Gastão Vidigal, Henrique Meyer, Accacio de Nogueira, Lauro Chaves, Antonio G. Pinheiro Machado Junior, Alcides Pereira Guimarães, Eduardo Nielsen, Leonel Costa, Constantino Clovis de Carvalho, Joaquim de Albuquerque Maranhão, Alvaro Barbosa, José Gonçalves, Virgilio Augusto Moraes Filho, Silviano Pinto, Henrique d'Avila Gonçalves, A. Hermano Bueno, Accacio Winther, Manoel Olympio de Albuquerque Lins, Manoel de Oliveira Andrade Filho, João Alfredo Correia de Sampaio, Julio Doria, Francisco Bernardes Junior, Eduardo Verqueiro de Lorena, Manoel Carlos Figueiredo Ferraz, Juvenal de Toledo Piza, Alfredo Ulson, João Baptista Gomes Ferraz, João de Aquino, J. Quartim Barbosa, Nereu de Oliveira Ramos, Abilio Pinheiro". (A. DE SAMPAIO DORIA - *A Bandeira Nacional*, S. Paulo, 1907).*

Este appello não foi attendido. RUY BARBOSA parece que sempre se esquivou de tomar partido na questão da bandeira, pois igualmente recusou em 1908 um con-

na ocasião da proclamação da Republica", isto é, os positivistas. (1)

O lemma desagradou grande parte do povo, tendo chegado alguns brasileiros illustres a não considerarem a nova bandeira um symbolo verdadeiramente nacional e a rejeitaram-na como distinctivo de um agrupamento sectario. A 27 de novembro de 1906, o "Jornal do Commercio" do Rio de Janeiro publicou, numa correspondencia de Pariz, as seguintes linhas, reproduzidas no livro do sr. Eurico de Góes :

"Estranhando com razão alguns patricios que o nosso glorioso compatriota Santos Dumont não desfraldasse a bandeira nacional nas suas interessantes experiencias, substituindo-a por uma simples flammula verde e amarella, julgamos opportuno perguntar-lhe qual o motivo desta abstenção.

vite que lhe endereçou uma "commissão de republicanos" para propôr no Senado "um voto de congratulações em honra da data da adopção da bandeira actual".

Os estudantes das escolas superiores do Rio Grande do Sul tambem representaram, em 1909, ao Congresso Nacional, pedindo a modificação da bandeira, conforme se vê no citado livro do sr. EURICO DE GÓES.

(1) Da mensagem que a 29 de janeiro de 1891 dirigiram ao Congresso Nacional os positivistas francezes, entre os quaes LAFFITTE, consta a seguinte phrase, que desmente os que affirmam não ser positivista a legenda da bandeira :

"Adhérents d'une doctrine qui a pris pour devise — ordre et progrès — nous avons été tous frappés de la manière si remarquable dont c'est accomplie, non pas votre révolution, mais votre évolution". (*Annaes da Camara dos Deputados*, 1905, vol. III, pag. 123).

Por sua vez, o sr. TEIXEIRA MENDES escreveu o seguinte, em artigo publicado no *Jornal do Commercio*, do Rio de Janeiro, de 13 de fevereiro de 1921 :

"A realidade é que a bandeira republicana do Brasil attesta a influencia do positivismo na organização da Republica Brasileira e propaga essa influencia onde quer que essa bandeira appareça." (EURICO DE GÓES - *A Bandeira Positivista*, pag. 90).

Esquecera-se, certamente, o chefe da Igreja Positivista do Brasil que, na sua *Apreciação Philosophica sobre a Bandeira Nacional*, emittira o seguinte conceito, para justificar a abolição, nos emblemas da Nação, da cruz da Ordem de Christo, considerada "um symbolo de divergencia" :

"O symbolo nacional deve eliminar tudo quanto póde perturbar o sentimento da solidariedade civica, por traduzir crenças que não são mais partilhadas por todos os cidadãos".

Disse-nos o nosso valoroso aeronauta e pediu-nos que o proclamássemos bem alto que não são sentimentos políticos que o guiam neste procedimento. Nunca foi homem político, não é, nem o será. E' brasileiro de coração, mas profundamente antipathico ás idéas que deram origem á adopção da nossa bandeira, a qual, longe de exprimir o sentimento geral da Nação Brasileira, é o emblema de uma seita e nada mais.

Colloca a patria acima da familia e Deus acima de tudo. Repugna-lhe a idéa de ser propagandista do lemma sectario.

E' este o unico motivo pelo qual não desfralda nem desfraldará, com grande pezar seu, a nossa bandeira nos seus momentos de gloria e de perigo, e continuará a substituil-a pelo emblema auriverde." (1)



O Céu da Bandeira

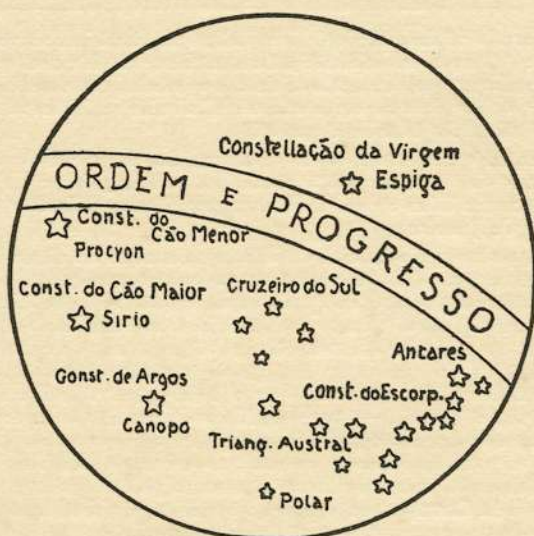
Outro ponto que tem sido objecto de ardentes polemicas é a representação, na bandeira, de um aspecto do céu do Rio de Janeiro, no momento de proclamar-se a Republica.

Em primeiro lugar, entre as estrellas figura uma que não é visivel a olho nú. Em segundo lugar, na hora em que

(1) A opposição á nova bandeira, nos primeiros tempos da Republica, chegou a determinar o uso de outros pavilhões, que não o legal. E' o que refere TRISTÃO DE ALENCAR ARARIPE, no seu trabalho *Brazões do Brasil*, publicado na *Revista do Instituto Historico Brasileiro*, vol. LIV.:

"Parece que a nova bandeira não tem sido bem acceita até nas regiões officiaes ; em abril deste anno (1890) vi na Bahia e em Pernambuco diversas bandeiras arvo-radas em embarcações de guerra e mercantes : a do decreto n. 4, de 19 de novembro de 1889 ; a antiga imperial, tendo sobreposta ao escudo, em vez da corôa, uma es-trella vermelha ; esta mesma bandeira com tarjas, azul, branca e vermelha ; e, fi-nalmente, o escudo imperial, com a estrella vermelha sobreposta, em campo branco (amarello desbotado ?)".

a Republica foi proclamada, ninguém podia enxergar estrella nenhuma no céu, porque já era dia claro... Em terceiro lugar, varias estrellas estão fóra da sua posição exacta e uma até deslocada do seu hemispherio — o que foi explicado pelo sr. Teixeira Mendes pela conveniencia de “quebrar a monotonia do hemispherio boreal...”



XXII - O céu da Bandeira

Commentando esta phrase do autor da bandeira, escreveu espiritualmente Eduardo Prado :

“Quando chegou neste ponto, o autor da bandeira olhou para a parte superior de sua bola azul e viu aquelle campo deserto, achou-o monotono e teve muita razão. E quando a gente acha monotono o hemispherio boreal, que deve fazer ? Pega delicadamente de uma estrella e deita o dito astro no referido hemispherio ; e, para isso, pede-se uma estrella emprestada ao vizinho hemispherio austral.

O autor da bandeira, tendo feito este empréstimo estellar, olhou de novo a bola e achou que estava bem. Infelizmente, não descançou, porque continuou depois, a dedo, a desarranjar os astros." (1)

Por este motivo, a bandeira é considerada "errada" por muita gente. (2) E houve até quem reclamasse contra a

(1) Explicando os desarranjos das estrellas na bandeira, escreveu o sr. TEIXEIRA MENDES: "O nosso concidadão MANUEL PEREIRA REIS, a quem foi mostrado o desenho, ponderou que, tratando-se de um symbolo, era descabida a preocupação de conservar o rigor de uma carta celeste. Eis como se foi levado ao arranjo que prevaleceu". (*A Bandeira Nacional*, pag. II).

(2) Os pontos capitaes da controversia suscitada pela carta astronomica desenhada no centro da bandeira estão resumidos nos seguintes quesitos propostos pelo sr. dr. EURICO DE GÓES ao sr. dr. HENRIQUE MORIZE, director do Observatorio Nacional do Rio de Janeiro :

"1.º) Obedece o modelo official da bandeira, annexo ao decreto n. 4, de 19 de novembro de 1889, á letra desse decreto, quando exige que a bandeira seja "pontuada por vinte e uma estrellas, entre as quaes as da constellação do Cruzeiro, dispostas na sua situação astronomica, quanto á distancia e ao tamanho relativos" ? — 2.º) A estrellla Espiga, ou *alpha* da constellação da Virgem, acha-se collocada na sua verdadeira posição, ou foi deslocada, do hemispherio austral para o boreal ? — 3.º) Não é o Cruzeiro do Sul, no céu, menor do que o Triangulo Austral, e não se encontra, na bandeira, figurado maior ? — 4.º) Mantém o Escorpião o aspecto caracteristico que possui no céu, de enorme ponto de interrogação, com os tentaculos a convergirem ou a irradiarem da estrellla Antares, ou está, no modelo official, deformado ou mutilado ? — 5.º) A estrellla *sigma* do Oitante, a nossa polar do sul, que nem figura no *Atlas Celeste* do sr. L. CRULS e que brilha na bandeira, é visivel sem auxilio de apparelho, para as vistas normaes ? — 6.º) Astronomicamente, que virá a ser a "zona branca", a que se refere o decreto e que o modelo inscreve — zona que uns dizem constituir a ecliptica e outros o zodiaco ? E, sendo a ecliptica uma linha e o zodiaco uma faixa de um certo numero de grãos, não se acha a lista em que se lê a legenda, a querer figurar uma cousa ou outra defeituosa e desproporcionadamente representada ?"

Eis o parecer do sr. HENRIQUE MORIZE, datado de 22 de dezembro de 1920:

"1.º Quesito: E' difficil responder de maneira absoluta a este quesito, porquanto, sendo impossivel a representação exacta, numa superficie plana, das figuras traçadas sobre a esphera, é forçoso recorrer a um systema de projecção, o qual permite essa representação, mas com alterações mais ou menos notaveis. Para poder opinar com acerto sobre o gráo de exactidão das figuras estellares representadas no circulo da bandeira, seria preciso conhecer o typo de projecção adoptado, mas a lei não menciona indicação alguma a este respeito. Entretanto, é habitual, em casos analogos, empregar a projecção *stereographica sobre o plano do horizonte*, e é muito provavel que esta haja sido a adoptada. Nesta hypothese, o Cruzeiro, além de exaggerado em tamanho, está visivelmente deslocado, pois sua estrellla mais boreal, *gamma*, se acha representada quasi no zenith, quando na realidade ella culmina na distancia zenithal de 33°46'. Não ha, portanto, correspondencia entre a posição da estrellla e a exigida pela lei, para a sua representação na bandeira. — 2.º Quesito : — A declinação de

escolha da constellação do Escorpião, que tem fama de ser fatidica... (1)

Censurou-se tambem, com razão, o reproduzir-se na esphera celeste, em vez de um singelo aspecto do céu, de facil representação, uma verdadeira carta astronomica, feita scientíficamente, o que torna impraticavel o uso de ban-

alpha Virginis, é de 10°45' S. Mas, parecendo haver sido traçado no circulo azul o zodiaco sob fórma de uma zona branca, convinha verificar se, por accaso, a posição dessa estrella não tinha sido referida á ecliptica, em vez do equador, o que poderia fazel-a passar para Norte. Calculei, pois, a sua latitude e sua longitude, e encontrei para a primeira coordenada a latitude de 2°3' a Sul, no dia 15 de novembro de 1889. Assim sendo, ella deveria ficar escondida pela faixa, que supponho representar o zodiaco, porque este se estende por 8° a Norte e outro tanto a Sul da ecliptica. Figurando a Norte, na bandeira, a espiga não occupa a sua posição real. — 3.º Quesito : — A maior dimensão da constellação do Cruzeiro é o comprimento da linha entre as estrellas *alpha* e *gamma*, a qual dirigida quasi exactamente de N. para S., é praticamente de 6°. A maior dimensão do Triangulo é a que se estende entre as estrellas *alpha* e *gamma*, situadas quasi no mesmo paralelo, á distancia de 8°29', superior, portanto, á maior dimensão do Cruzeiro, emquanto que, no modelo official, esta relação foi invertida. — 4.º Quesito : — A fórma da constellação do Escorpião tal como se vê no “modelo debuxado no Anexo n. 1” do decreto n. 4, de 19 de novembro de 1889, differe bastante do aspecto da constellação vista no céu, em consequencia da addição de algumas estrellas e da suppressão de outras. — 5.º Quesito : — A estrella *sigma Octantis* tem o brilho de 5,5, e, portanto, é visivel a olho desarmado, apenas excepcionalmente, com céu muito claro e por uma vista aguda. — 6.º Quesito : — A zona branca a que se refere o decreto não pôde deixar de ser a representação do zodiaco, embora com largura menor do que deveria ser, pois o zodiaco tem 16° de largo, isto é, cerca de duas vezes e meia mais que o comprimento NS do Cruzeiro, o qual, entretanto, apresenta na bandeira um comprimento approximadamente duas vezes maior que a largura da zona branca.”

(EURICO DE GÓES — *A Bandeira Positivista*, 1927, pags. 70 a 75)

(1) Escreve o VISCONDE DE TAUNAY : “Aggravando o disparate aneurthmico de verde e amarello, nos tempos do Imperio, com o azul, quando estas duas côres, diluidas uma na outra e combinadas, produzem aquella — grave claudicação nas regras da heraldica — a tal bola que os nossos soldados cognominam *melancia*, encerra um acervo de grosseiras cincas astronomicas, na enfatuada e pueril pretenção de rigorismo scientifico — mixtiforio de constellações e astros, que a reproducção da nossa bandeira, cada vez mais copiosa e menos cuidada, baralha e confunde por modo inextricavel.

Ainda mais, pela posição especial do Cruzeiro (?), tiveram muitos dos Estados do Brasil de ser representados por estrellas do Escorpião e do seu competente appendice caudal, symbolo nada grato nem lisongeiro aos nossos creditos de cordura e lealdade. Aos olhos das nações civilisadas e dos sabios pareceu e parecerá, decerto, singular e bem esquipatica a adopção protectora daquelle signo, que os antigos denominavam *formidosus*, attribuindo-lhe influxo altamente pernicioso e nefasto nos destinos e futuro do homem. Só faltou inscreverem-lhe, ali mesmo, em letras tambem verdes, o repetido aphorismo — *in cauda venenum* — applicado sempre ao temido, nojento e perfido arachnideo pulmonar...” (*Reminiscencias*, pag. 141).

deiras rigorosamente iguaes á bandeira official, visto que os fabricantes, ignorando a astronomia, dispõem as estrellas de maneira mais ou menos arbitraria.

A proposito, escreveu o sr. Domicio da Gama numa correspondencia de Pariz para a "Gazeta de Noticias", inserta a 16 de março de 1890 :

"... aqui estão todos convencidos de que o governo provisório tinha mais que fazer do que se occupar com substituições das armas nacionaes e da bandeira, e que foram os jornalistas" — que injustiça ! — "essencialmente ignorantes de especialidades, como é natural, que compuzeram a nova bandeira, de uma esthetica tão precaria, e desenharam as armas nacionaes, que são, como heraldica, um escandalo.

Não ha no mundo inteiro nação civilisada, cuja bandeira e cujas armas não possam ser lidas e desenhadas sem modelo, pela simples descripção heraldica. Nós sahimos da regra, ainda nisto. Não é um escudo de armas o que o Brasil tem : é uma marca, um rotulo bem combinado como geometria, mas absurdo como braço. Quem o compoz até pensou que em heraldica o ouro é differente do amarello... E a bandeira, de um deploravel effeito decorativo, põe em embaraço heraldistas e astrónomos, igualmente. Um astrónomo do Observatorio de Pariz disse que fizemos mal em estender a nossa revolução até ás regiões celestes e que a arrumação das constellações na bola azul, cintada de — Ordem e Progresso — da nossa bandeira nova e pretenciosa, desconcerta aos que suppunham ter uma idéa exacta de como brilham para os brasileiros,

Do Cruzeiro do Sul os lumes de ouro.

Se a collocação das estrellas no nosso bello firmamento subordinou-se ao bel prazer dos nossos compositores de pendões e escudos de armas, porque não distribuiram logo as 21 no fundo azul, como nos céos de papel pintado ?

Aos que me fazem taes questões, respondo que não se póde exigir inteira correcção nas coisas feitas ás pressas, que em taes circumstancias são sempre os mais ignorantes, que são os mais audazes em apresentar os seus bons officios e que a decoração externa da Republica foi confiada a pessoas pouco entendidas, a gente que os sapateiros chamam de barbeiros e os barbeiros de sapateiros. Replicam-me que não era talvez muito urgente a substituição dos moveis no campo dos escudos nacionaes e a isso não sei que objectar, pois que nunca senti a necessidade dos symbolos e divisas. Foi a de — Ordem e Progresso — rotulando o nosso céu azul e encabeçando communicações e officios no “Diario Official” e foram umas datas redigidas positivisticamente que deram corpo e fizeram propagar-se na Europa o boato de haver o Brasil substituido a religião catholica pela positivista. Então a nossa sympathica originalidade revolucionaria pareceu tomar um character extravagante. A opereta estava comnosco. As cronicas humoristicas, os artigos dos jornaes, que foram desenterrar das bibliothecas o calendario positivista para explical-o aos povos pasmados, cobriram-nos de ridiculo, antes que viesse o desmentido do sr. Ruy Barbosa rehabilitar-nos.” (1)

Dos numerosos artigos que então appareceram a nosso respeito na imprensa estrangeira, destacamos alguns trechos de uma cronica de Clovis Hugues, publicada no jornal “La France”, de 13 de janeiro de 1890 :

“Il y a des révolutions qui ne plaisantent pas. Celle du Brésil ne s’est pas contentée de faire mordre la poussière à un empereur que sa tolérante philosophie avait longtemps protégé contre le flot montant de l’idée républicaine ; elle s’est attaquée aux planètes, aux constellations, au Scorpion, au Sagittaire, aux Poissons célestes, à tout ce qui tourne au-dessus de nous, là-haut, dans la sarabande de l’infini.

(1) Citado por EURICO DE GÓES.

Le Bélier ne se méfiait pas, crevait, joyeusement, et d'une corne rassurée, la plaine illimitée où les dieux lui donnent, comme à un simple poète, l'azur du ciel à brouter. Les Gémeaux fraternisaient de la plus gentille façon du monde. Le Lion bâillait béatement, les griffes au repos. La Balance allait et venait, sûre de ses plateaux et de sa justice. La Vierge souriait, toute vêtue de lumière. C'était une idylle sans fin, un triomphe de tous les instants pour chacun des douze mois de l'année. En avons-nous des calendriers sur la planche ! disait de Capricorne. Et le Cancer éclairait de rire.

Les pauvres ! Nos voisins comptent sans le Brésil. Patratas ! les voilà degommés tout au moins dans la nouvelle République..."

E terminava assim :

"Auguste Comte n'a qu'un groupe restreint de fidèles dans son pays, et il revolutionne les étoiles dans le Brésil..." (1)



Projectos de Reforma

Diante da celeuma levantada em torno da bandeira republicana, era natural que surgissem projectos de reforma. Logo no governo do marechal Floriano Peixoto, foi por este proposta telegraphicamente aos commandantes dos corpos do exercito a substituição da actual bandeira pela antiga, encimado apenas o escudo por uma estrella — segundo referiu o deputado Wenceslao Escobar, em discurso pronunciado na Camara Federal em 8 de junho de 1908. (2)

(1) Citado por EURICO DE GÓES.

(2) *Anaes da Camara dos Deputados*, 1908, vol. II, pag. 161.

Além deste, surgiram varios projectos parlamentares. O primeiro foi apresentado na sessão de 1 de setembro de 1892, na Camara Federal, subscripto pelos deputados Oliveira Valladão, Garcia Pires, Bellarmino Carneiro, Rodrigues Fernandes, Badaró, Felisbello Freire, Nogueira Paranaguá, Pires Ferreira, Retumba, Indio do Brasil, barão de S. Marcos, Carlos de Campos, Leite e Oiticica, Novaes Mello, Augusto Montenegro e Paula Guimarães.

Esse projecto, que foi vigorosamente atacado pelo deputado Bevilaqua, nas sessões de 16, 17 e 24 de setembro, recebeu o numero 185 e foi enviado á Comissão de Constituição, Legislação e Justiça, donde nunca voltou. O seu texto era o seguinte :

“O Congresso Nacional resolve :

Art. 1.º — A bandeira adoptada pelo decreto n. 4, de 19 de novembro de 1889, terá no centro do losango amarello, em lugar da esphera celeste, de que trata o art. 1.º do citado decreto, as armas nacionaes estabelecidas pelo art. 2.º, as quaes servirão tambem para os sellos e sinetes da Republica.

Art. 2.º — Na bandeira não haverá inscripção alguma, substituindo-se por azul marinho a côr azul celeste que se vê na estampa n. 2, appensa ao mencionado decreto.

Art. 3.º — Revogam-se as disposições em contrario.” (1)

Um quadro emmoldurado, representando as modificações propostas, esteve exposto durante alguns dias no salão da Camara dos Deputados, mas um official do exercito, que pertencia áquella casa do parlamento, quebrou-o a soccos. (2)

O segundo projecto surgiu em 11 de julho de 1905, datado de 8, tambem na Camara, tendo recebido o numero

(1) *Annaes* citados, 1892, vol. V, pag. 24.

(2) AGENOR DE ROURE — *A Bandeira Nacional*, (na revista “Kosmos”, março de 1907, n. 3).

50. Era subscripto pelos deputados Celso de Souza, Garcia Pires, Carneiro de Rezende, Carlos Ottoni, Valois de Castro e Leite Ribeiro e propunha o seguinte :

“O Congresso Nacional decreta :

“Art. 1.º — A bandeira adoptada pelo decreto n. 4, de 19 de novembro de 1889, terá no centro do losango amarello as armas nacionaes que figuram na estampa n. 2, annexa ao citado decreto, eliminada a faixa com a inscripção nella contida e elevadas a 21, correspondendo aos 20 Estados da Republica e ao Districto Federal, as estrellas que circulam a esphera debuxada na mesma estampa ; tudo segundo o modelo n. 1.

Art. 2.º — A bandeira nacional, tal como se acha descripta no artigo antecedente, será do exclusivo uso official dos poderes publicos federaes, estadoaes e municipaes.

Art. 3.º — Para o uso commum, fica adoptada a mesma bandeira, tendo, porém, no centro do losango amarello, simplesmente a esphera inscripta nas armas nacionaes, conforme o modelo annexo n. 2.

Art. 4.º — Para o sello e sinete da Republica servirão de symbolo as armas nacionaes estabelecidas pelo decreto n. 4, de 19 de novembro de 1889, completado o numero de estrellas como se acha determinado no artigo 1.º desta lei.

Art. 5.º — Fica sujeito ás penas do artigo 100 do Codigo Penal, reduzidas á metade, todo aquelle que usar da bandeira nacional fóra dos termos da presente lei, assim como o que fizer emprego indevido do sello e sinete da Republica, destinados exclusivamente a authenticar ou certificar actos officiaes.

Art. 6.º — O hymno nacional, mandado conservar pelo decreto n. 174, de 20 de janeiro de 1890, sómente poderá ser tocado pelas bandas de musica : 1.º, em continencia ao presidente da Republica, ao Congresso e á bandeira nacional ;

2.º, nas festas e solennidades publicas commemorativas de datas ou feitos nacionaes.

Aos contraventores desta disposição serão applicadas as pcnas do artigo 5.ª da presente lei.

Art. 7.º — Revogam-se as disposições em contrario.” (1)

Na estampa n. 2, annexa a este projecto, figurava a esphera azul com vinte e uma estrellas dispostas em circulo e o Cruzeiro do Sul no centro, como se vê em algumas moedas de 200 réis.

Este projecto nunca teve parecer, como tambem não teve outro, apresentado no anno seguinte, no Senado, pelos srs. Coelho Rodrigues, barão de Ladario, Francisco Machado, Leandro Maciel e Almeida Barreto.

Este ultimo recebeu o numero 43, de 1906, e era assim redigido :

“O Congresso Nacional decreta :

“Artigo unico — Até o dia 12 de outubro proximo vindouro, o Poder Executivo fará eliminar da Bandeira Nacional, do “Diario Official” e dos actos e edificios publicos, onde esteja inscripta, a divisa “Ordem e Progresso”, adoptada por occasião da alliança do Governo Provisorio com a religião de Augusto Comte.

Nas moedas a mesma divisa será substituida pela seguinte — “Lei e Liberdade”. (2)

Por ultimo, na sessão de 8 de junho de 1908, da Camara dos Deputados, o sr. Wenceslao Escobar apresentou o seguinte projecto, que recebeu o n. 77 :

“Art. 1.º — Fica supprimida da bandeira nacional a zona branca com a legenda — Ordem e Progresso.

Art. 2.º — Revogam-se as disposições em contrario.” (3)

(1) *Annaes da Camara dos Deputados*, 1905, vol. III, pag. 123.

(2) AGENOR DE ROURE — *A Bandeira Nacional* (na revista “Kosmos”, março de 1907, n. 3). Não encontramos referencia alguma sobre este projecto nos *Annaes do Senado*, de 1906.

(3) *Annaes* citados, 1908, vol. II, pag. 161.

Justificando este projecto, disse o seu autor, da tribuna da Camara :

“Não eram só as côres verde e amarella que recordavam as nossas lutas, as victorias gloriosas do exercito e da armada, em defesa da Patria ; não eram só essas côres que symbolisavam a sua perpetuidade e integridade no meio das demais nações do planeta, como, erroneamente, diz o decreto do Governo Provisorio, que adoptou a actual bandeira.

Não ; além dessas côres figurava, no centro do losango amarello, um escudo, em que se via uma esphera armilar, atravessada por uma cruz da Ordem de Christo, circumdada a esphera de vinte estrellas, em uma orla azul, que symbolisavam as nossas vinte provincias. Ladeavam o escudo dous ramos das plantas de café e tabaco, emblemas de nossas principaes riquezas. Encimada sobre o escudo, descansava a corôa.

Era todo este conjunto, constituindo a nossa bandeira nacional, que recordava as lutas, as victorias gloriosas do exercito e da armada em defesa da Patria ; era todo este conjunto que symbolisava a sua integridade e perpetuidade no meio das demais nações do planeta.

Proclamada a Republica, desde que esta nova iórma de governo teve o assenso franco ou tacito da quasi unanimidade da Nação, não se tinha mais do que arriar a corôa de cima do escudo e substituil-a pelo barrete phrigio, o classico emblema da Republica, como a corôa é da Monarchia. Então, sim, a bandeira ficaria, não só representando a nova fórma de governo, como continuaria, do mesmo modo, a symbolisar as nossas tradições, o nosso passado, a nossa historia, as nossas lutas, as nossas glorias.

.

Para não operar uma reforma radical no symbolo nacional, limito-me a propor a suppressão da zona branca com a inscripção *Ordem e Progresso*, conservando a actual

esphera celeste azul e as estrellas que já tínhamos em nossa antiga bandeira, embora a esphera e a collocação das estrellas fossem outras.

Por essa fórma a Nação, e principalmente a força armada, não terá a guardar um estandarte com a divisa de uma seita, mas então sim, como diz o decreto do Governo Provisorio, um symbolo recordando todas as nossas tradições, toda a nossa historia, todos os nossos costumes, todas as nossas lutas, todas as nossas glorias.” (1)

Foi este o unico projecto parlamentar que teve as honras de um parecer, apresentado na sessão de 19 de novembro de 1908 (quando se realisou a primeira commemoração annual da bandeira em todo o paiz) pelo deputado Germano Hasslocher e subscripto tambem pelos seus collegas da Comissão de Constituição e Justiça, Frederico Borges, Luiz Domingues, Henrique Borges, Alvaro de Carvalho e Pedro Vianna. Esse parecer, que foi elaborado para desaggravo á bandeira da Republica, como um dos numeros da festa civica que nesse dia se iniciava em todo o territorio nacional, nada contém de interessante e constitúe méra dissertação philosophica, na qual o seu autor se limita a pretender demonstrar que a divisa *Ordem e Progresso* não é um lemma positivista, terminando por opinar pelo archivamento do projecto (2).

No mesmo dia, no Senado, o sr. Lauro Sodré tambem pronunciou inflammado discurso em desaggravo da bandeira republicana, dizendo que uma revolução a criara e que só outra revolução a poderia tirar das ameias das nossas fortalezas e das pôpas dos nossos navios de guerra (3).

(1) *Annaes da Camara dos Deputados Federaes*, sessão de 8 de junho de 1908.

(2) *Annaes citados*, 1908, vol. XII, pag. 20.

(3) *Annaes do Senado Federal*, 1908, vol. VII, pag. 182.



O Projecto Eurico de Góes

Cada um destes quatro projectos foi objecto de criticas bastante severas e nenhum delles logrou obter as sympathias populares, que tambem não alcançou um quinto projecto, este do sr. Eurico de Góes, justificado no seu já citado livro *Os Symbolos Nacionaes*.

Este ultimo substitúe o globo celeste da bandeira actual por uma grande estrella branca de cinco pontas (symbolizando o Brasil Republica), no centro da qual se vê um anel azul circulado por 21 estrellas de prata (symbolizando o Brasil Imperio), e, dentro deste, uma esphera armilar de ouro (symbolizando o Brasil-Reino), sobreposta á cruz vermelha da Ordem de Christo (symbolizando o Brasil-Colonia). Esta figura é collocada tambem, em campo verde, no escudo nacional, que passa a ter a tórma de lyra e uma orla de ouro, a ser sobrepujado por um barrete phrigio e a possuir como supportes dois ramos de palmeira, unidos na base pelo laço nacional. De todos os projectos apparecidos, este ultimo é, sem duvida, o unico de verdadeiro merito, o unico inspirado numa orientação sensata, baseada num estudo aprofundado e consciencioso da materia. Mas do ponto de vista esthetico não pareceu, com razão, satisfactorio a muita gente, além de que destigura a physionomia da bandeira, com a qual o povo já está familiarisado.

Destes defeitos procuraram fugir alguns projectos que daremos no fim deste trabalho. (1)

(1) Alguns constitucionalistas entendem que a reforma dos symbolos nacionaes não pôde ser decretada em lei ordinaria, por não ter a Constituinte Republicana approved a emenda MAGALHÃES CASTRO, pela qual se incluía, entre as attribuições do Congresso Nacional, a de "resolver sobre o pavilhão, escudo e armas nacionaes". Vide os commentarios á Constituição, de JOÃO BARBALHO e CARLOS MAXIMILIANO..



VII

Bandeiras Militares

No Brasil - Colonia e Reino (1)



USO das bandeiras espeziaes de regimentos é uma reminiscencia dos tempos medievaes : na Idade Média, as tropas conduziam duas bandeiras — a do rei e a do capitão de cada corporação militar.

Pouco se sabe das bandeiras usadas pelo exercito durante os primeiros tempos da éra colonial. Nas estampas sobre a guerra hollandeza da obra de Barlaeus, os soldados brasileiros e portuguezes empunham a bandeira da Ordem de Christo (2) e os hespanhoes, uma bandeira branca com a cruz de S. André de Borgonha, de vermelho, inscripta. (3) Nas batalhas da guerra da Restau-

(1) JOSÉ WASTH RODRIGUES e GUSTAVO BARROSO — *Uniformes do Exercito Brasileiro*; ROQUE GAMEIRO — *Quadros da Historia de Portugal*; e notas inéditas fornecidas por JOSÉ WASTH RODRIGUES, além das fontes citadas no texto.

(2) GASPARIS BARLAEI — *Res Brasiliae* (Amsterdam, 1647), pags. 164 e 167.

(3) GASPARIS BARLAEI, obra citada; e ANONYMO, *Der Beofnete Ritter-Platz* (Hamburgo, 1702)). Este ultimo autor refere que aquella bandeira tambem

ração (1640), o exercito portuguez arvorou um pendão verde, tambem com a cruz vermelha da Ordem de Christo.

Com d. Pedro II de Portugal, as tropas de terra comecam a usar uma bandeira de faixas encarnadas, brancas e azues — as côres da casa de Bragança — dispostas horizontalmente. Esta bandeira foi depois substituida por outras, differentes para cada regimento, formadas por desenhos geometricos variadissimos, mas sempre com as côres azul, encarnada e branca.

Pela organização do exercito do conde de Lippe, as bandeiras dos regimentos passaram a conter as côres branca, amarella, azul e encarnada.

Ao famoso Regimento dos Dragões Reaes das Minas (seculo XVIII), estacionado primeiro em Villa do Carmo e depois em Villa Rica, deu o Conde de Assumar uma bandeira propria, na qual se via “um braço sahindo de entre nuvens, tendo na mão um raio que fulminava os montes e valles, com esta legenda : *caedere aut caedi*, que significava “matar ou ser morto.” (1) José Wasth Rodrigues fez para esta obra a reconstituição dessa bandeira, justificando-a da seguinte maneira :

“As bandeiras militares do tempo de D. João V tinham as côres da farda do regimento dispostas em “gironné”, ou seja esquartelando o campo em cruz e em aspa, com uma bordadura das mesmas côres. A’s vezes as côres reaes eram accrescentadas ás da farda do regimento. O Regimento

era usada em campo azul, em vez de branco, e a dá como bandeira da Hollanda Hespanhola, apresentando um desenho muito mais nitido do que os de BARLAEUS.

A cruz de Santo André servia de distinctivo aos partidarios da casa de Borghona e tornou-se o emblema de fidelidade á dynastia, tendo sido usada, com esta significação, tambem na Hollanda.

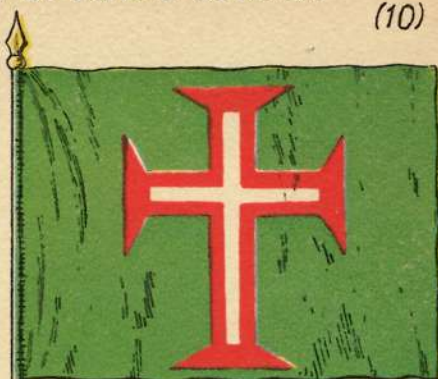
(1) Apontamentos fornecidos pelo dr. ANTONIO OLYNTHO DOS SANTOS PIRES ao dr. FRANCISCO PEREIRA LESSA e reproduzidos na *Terra Mineira* de NELSON SENNA, vol. II. Tambem DIOGO DE VASCONCELLOS refere que o Conde de Assumar, “para dar aos dragões recémchegados uma bandeira, mandou nella pintar um braço entre nuvens, tendo na mão um raio fulminando os montes mais altos com o distico *Cedere aut caedi*, isto é, recuar ou ser morto.” (*Historia Antiga das Minas Geraes*, pag. 338)

BANDEIRAS MILITARES DO BRASIL-COLONIA

(10)



29-Bandeira militar hespanhola
(Guerra holandesa)



30-D João IV (1640)



31-D. João V (1706)



32- Regimento dos Dragões
Reaes das Minas (1720)



33-Bandeira do 1º Terço de Infanteria
Auxiliar do Para. (1777)



34-Bandeira do 1º Terço de Infanteria
Auxiliar do Para (1777)

dos Dragões Reaes das Minas compunha-se de dois esquadrões : um tinha como distinctivo a côr vermelha e o outro a amarella. Utilisei-me destas duas côres e, de accordo com o uso do tempo, desenhei nos angulos as iniciaes D. R. M. com a corôa real, collocando tambem as franjas, que eram usadas nos estandartes”.

Em 1806 (decreto de 19 de maio desse anno), a infantaria e a artilharia usavam duas bandeiras : uma com as côres azul, branco, escarlate e amarello e outra da côr do fôrro da farda de cada regimento. A cavallaria usava quatro estandartes : o do primeiro esquadrão de cada regimento era branco ; o do segundo e o do terceiro eram encarnados ; e o do quarto era azul.

Tanto as bandeiras como os estandartes tinham no centro, bordadas a ouro, as armas do Reino e por baixo a palavra : “Regimento” seguida do numero respectivo ou, se o regimento tinha o direito de os usar, os dizeres : “Ao valor do regimento n...” ou outros equivalentes (1).

As bandeiras e os estandartes tinham cintas da côr do canhão e da gôla da farda do regimento, enroladas na haste, logo abaixo da lança, com as pontas cahidas.

(1) O decreto real de 12 de dezembro de 1817 dispoz o seguinte :

“Fazendo-se digno da minha real benevolencia e consideração o Batalhão de Caçadores n. 3, assim pelo seu distincto comportamento e valor nas Campanhas do Exercito de Portugal, em que teve parte, como pela boa disciplina, fidelidade e zelo, com que tem continuado a servir-me neste Reino do Brasil : Hei por bem, querendo dar-lhe uma honrosa demonstração da minha real contemplação, determinar que nas Bandeiras, que fui servido conceder-lhe, se estampem em letras de ouro, por baixo das armas reaes, a legenda - *Valor e Fidelidade*. O Conselho Supremo Militar o tenha assim entendido e o faça executar com as ordens necessarias. Palacio do Rio de Janeiro em 12 de Dezembro de 1817. Com a rubrica de Sua Magestade.” (*Collecção das Leis do Brasil*, 1817, pag. 106 (Imprensa Nacional, 1890).

O decreto real de 13 de novembro de 1813, depois de enaltecer longamente os feitos de varios regimentos portuguezes na batalha de Victoria (Portugal) contra as tropas invasoras francezas, determina o seguinte :

“Hei por bem Premiallos (os regimentos adiante mencionados) com a nobre recompensa de hum Distinctivo de Honra que os torne notaveis, como merecem ; e Sou por tanto Servido que nas Bandeiras dos sobreditos quatro Regimentos de Infantaria Numero Nove, Vinte hum, Onze, e Vinte trez, que compõem as referidas duas Brigadas, se haja de pôr, circumdando as Minhas Reaes Armas, a seguinte Ins-



No Brasil Independente (1)

No Imperio e na Republica o exercito e a marinha de guerra sempre usaram sómente a bandeira nacional, até á recente criação dos pavilhões da Escola Militar, Aviação Militar, Regimento Mallet, Aviação Naval e Regimento Naval, aos quaes adiante nos referiremos.

Nos primeiros tempos da monarchia recompensavam-se os regimentos que se distinguiam em combate concedendo-lhes a Ordem do Cruzeiro, que era bordada na bandeira. Nessa época tambem na bandeira de cada regimento era bordada a designação e o numero de cada um.

Num projecto de 1846 apparece uma bandeira de 6 pés e 4 pollegadas por 6 pés, tendo nos quatro cantos o monogramma do Imperador, sob o escudo uma fita com a palavra "Fusileiros" e por baixo desta os algarismos romanos VI.

Não conhecemos, entretanto, bandeiras authenticas com o monogramma do Imperador.

cripção em Letras de Ouro — *Julgareis qual he mais excellente — Se ser do Mundo Rei ou de tal Gente* —, a qual se conservará nas mesmas Bandeiras para memoria, em quanto em cada hum dos Regimentos sobreditos existir vivo algum Official, Official Inferior, ou Soldado dos que assistirão á Batalha de Victoria, e só deverá terminar em cada Corpo com a morte do ultimo destes Individuos. E como os Batalhões de Caçadores não têm Bandeiras, Hei por bem Concedellas aos dous Batalhões Numero Sette e Onze, acima mencionados, para usarem dellas nas Paradas, e conservarem-nas debaixo das mesmas clausulas que ficão determinadas para os quatro Regimentos de Infantaria : devendo estas Bandeiras ser formadas e esquadreladas pelas côres que denotão o Distinctivo da Minhal Real Casa, azul, e escarlata, ficando as Minhas Reaes Armas no centro, e logo abaixo huma Palma circumdada pela Inscriptão — *Distinctos Vós sereis na Lusa Historia — C'os Louros que colhestes na Victoria.*" (*Collecção das Leis Brasileiras desde a chegada da Côte até a época da Independencia*, vol. II, pag. 287 (Typ. Silva, Ouro Preto, 1835).

(1) JOSÉ WASTH RODRIGUES e GUSTAVO BARROS, obra citada ; e notas inéditas fornecidas por JOSÉ WASTH RODRIGUES.



35- Estandarte de Cavallaria (1850).

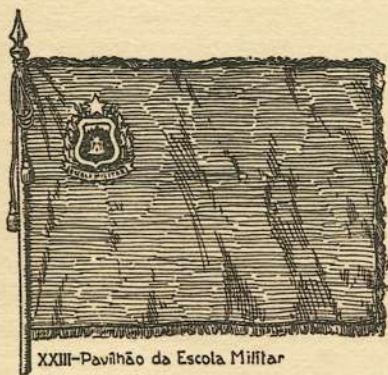
Nas bandeiras da guerra do Paraguay o nome e o numero do regimento encontram-se em fitas pendentes.

Até 1862 a cavallaria usou estandartes de 6 palmos por 4 ; de 1862 a 1863, os estandartes eram de 4 1/2 por 2 1/2 palmos e de 1863 em diante, de 5 1/2 por 3 1/2 palmos.

Os estandartes tinham sempre uma franja de ouro e, como as bandeiras dos corpos a pé, tiveram primeiro o nome e o numero bordados sob o escudo e depois inscriptos nas fitas pendentes.

Na Republica é tambem nas fitas pendentes que se encontram o nome e o numero dos regimentos.

As unicas bandeiras especiaes adoptadas no exercito, no periodo republicano, são as da Aviação Militar, Escola Militar e Regimento Mallet, todas de criação recente.



XXIII-Pavilhão da Escola Militar



XXIV-BRAZÃO DA ESCOLA MILITAR

A penultima, instituida em 1931, segundo um projecto de José Wasth Rodrigues, é azul turqueza, franjada de ouro, tendo no angulo superior junto á haste as armas da Escola, cuja descripção é a seguinte : “Em campo de ouro, uma montanha de cinco pontas em negro, tendo em abysmo uma torre de ouro. Orla azul. Timbre, estrella de ouro. Fita de ouro com as palavras “Escola Militar”, em azul. Ramos de carvalho em verde, lanças e baionetas e um

canhão posto horizontalmente por traz do escudo, tudo de ouro.”

O estandarte da Aviação Militar foi criado pelo decreto n. 20.987, de 21 de janeiro de 1932, que dispoz o seguinte :

“O Chefe do Governo Provisorio da Republica dos Estados Unidos do Brasil, attendendo ao que lhe expoz o ministro de Estado da Guerra, e no uso da attribuição que lhe confere o decreto n. 19.398, de 11 de novembro de 1930, decreta :

Art. 1.º — Fica criado o estandarte distinctivo da Aviação Militar, que obedecerá aos seguintes característicos :

a) será de sêda de côr azul celeste, com 1 metro e 20 centímetros de comprimento e 90 centímetros de largura, tendo ao centro uma aguia de azas abertas, feita de sêda côr de ouro com as pennas bordadas a fio de ouro, encimando o escudo das armas da Republica, bordado com as côres respectivas, tudo de accôrdo com o modelo que a este acompanha ;

b) será franjado de ouro, preso a uma haste de madeira envernizada, que terminará na parte superior por uma lança de metal dourado, ficará presa no alto da haste uma roseta com as côres nacionaes, da qual penderão duas fitas de sêda verde e amarello, com franjas de ouro na parte inferior e numa das fitas será bordado a ouro o distico — Aviação Militar.

Art. 2.º — O talabarte será de sêda de côr azul celeste, com cinco galões dourados, tendo na parte inferior uma borla de fios de ouro.

Art. 3.º — O estandarte da Aviação Militar, em formatura, será collocado á esquerda da Bandeira Nacional.

Art. 4.º — Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 21 de janeiro de 1932, 111.º da Independencia e 44.º da Republica. — (a) *Getulio Vargas*. — *José Fernandes Leite de Castro*.”



Finalmente ha a mencionar o decreto n.º 21.196, de 23 de março de 1932, abaixo transcripto :

“O Chefe do Governo Provisorio da Republica dos Estados Unidos do Brasil, considerando :

que o actual 5.º Regimento de Artilharia Monta-

da com parada na cidade de Santa Maria — Rio Grande do Sul — é o successor do tradicional “1.º Regimento de Artilharia a Cavallo”, unico corpo de artilharia de campanha que foi criado na Regencia Provisoria, pelo decreto de 4 de maio de 1831, com a denominação de “Corpo de Artilharia a Cavallo”, e que, atravez successivas organizações, onde apenas houve mudança de numeração, veio a se transformar no 5.º Regimento de Artilharia Montada, sendo assim o decano da Artilharia de Campanha do nosso Exercito ;

que sob o commando do então major Emilio Luiz Mallet, marchou aquelle regimento, em 1851, para co-operar na Liberdade do Povo Argentino contra a tyrannia de Rosas, apoiando, com os seus fogos, nossa infantaria no ataque a Monte Caseros ;



que, em 1864, seguiu sob o mesmo commando para compartilhar na redempção da liberdade Uruguaya contra Aguirre, tendo actuação heroica no assalto a Paysandú e que na guerra do Paraguay contam-se as suas acções brilhantes e decisivas pelas batalhas que ali se travaram ;

Decreta :

Art. 1.º Fica considerado patrono da Arma de Artilharia o marechal Emilio Luiz Mallet, e o actual 5.º Regimento de Artilharia Montada passa a denominar-se “Regimento Mallet”.

Art. 2.º O “Regimento Mallet” terá um estandarte proprio com as seguintes características: sêda vermelha debruada em franja dourada com 1m,10 x 0m,80 em cujo centro se destacarão dois canhões “La Hitte”, cruzados e dourados, como também o distico “Regimento Mallet”, e a data de 4 de maio de 1831, tudo inscripto em um losango sobreposto a um rectangulo, ambos em campo azul ultramar contornado por um friso dourado. Nos quatro cantos do rectangulo vermelho serão inscriptas as principais batalhas em que o Regimento tenha actuado ; tudo conforme o modelo que a este acompanha.

Art. 3.º O estandarte do “Regimento Mallet” em formatura geral ou com outras tropas, será collocado á esquerda da bandeira nacional, e em seu lugar, quando de formaturas de sub-unidades isoladas, sendo recebido e retirado com as mesmas formalidades.

Art. 4.º O talabarte será de sêda com quatro faixas, duas azues no meio e uma vermelha em cada bordo, todas limitadas por galões dourados ; na parte inferior terá uma borla de fios de ouro.

§ unico. O estandarte será preso a uma lança de madeira envernizada terminando em ponta de metal dourado, donde cahirá uma roseta com duas fitas de sêda verde amarella, com franjas de ouro, tendo em uma o distico 5.º *Regimento de Artilharia Montada*.

Art. 5.º O Ministerio da Guerra baixará as instrucções necessarias á execução do presente decreto.

Art. 6.º Revogam-se as disposições em contrario. — Rio de Janeiro, 23 de março de 1932, 111.º da Independencia e 44.º da Republica. — (a) *Getulio Vargas* — *José Fernandes Leite de Castro*.”



Pavilhões Navaes

A' prôa dos nossos navios de guerra vê-se uma pequena bandeira azul com uma cruz formada por duas linhas de estrellas brancas.

E' o “jaque” brasileiro. Todas as nações têm o seu jaque, isto é, a sua pequena bandeira de guerra, que se hasteava antigamente no mastro do gurupês (1), e desde que este mastro desapareceu, com a navegação a vapor, é içada num pequeno mastro no extremo da prôa do navio.

E' arvorada todos os dias no navio que tem o distinctivo do commando superior, na mesma occasião em que se iça a bandeira nacional na pôpa. Fóra deste caso, os navios de guerra sómente içam o jaque aos domingos e dias feriados ou de embandeiramento.

O jaque é quasi sempre differente, no desenho, do pavilhão a que pertence o navio ; mas em sua composição entra ordinariamente alguma das côres nacionaes, senão todas.

O jaque brasileiro é azul com uma cruz de vinte estrellas, como já foi referido. E' um symbolo glorioso, que tem

(1) — “Gurupês” é o mastro que trazem os navios a véla collocado no extremo da prôa, obliquo, para fóra della, no alinhamento da quilha, formando um angulo agudo com o plano do horizonte.

figurado em nossos episodios navaes, ao lado do pavilhão nacional.

Foi criado pelo decreto n. 544, de 18 de dezembro de 1847, abaixo reproduzido :

“Hei por bem Ordenar que d’ora em diante os Navios de guerra da Armada Nacional usem de huma bandeira particular no gurupês, a exemplo do que se pratica nos Navios de guerra de outras Nações ; a qual será de fórma rectangular, tendo inscripta uma cruz formada de dezoito estrellas brancas sobre campo azul celeste, symbolisando as Provincias do Imperio, sob o emblema da sua primitiva denominação. — Palacio do Rio de Janeiro, em 18 de dezembro de 1847, 26.º da Independencia e do Imperio (a) *Candido Baptista de Oliveira*. (Com a rubrica de S. M. o Imperador)” (1)

O decreto n. 216 E, de 22 de fevereiro de 1890, alterado pelo de n. 3.686, de 20 de junho de 1900, manteve o jaque do Imperio, accrescentando-lhe mais duas estrellas (2).

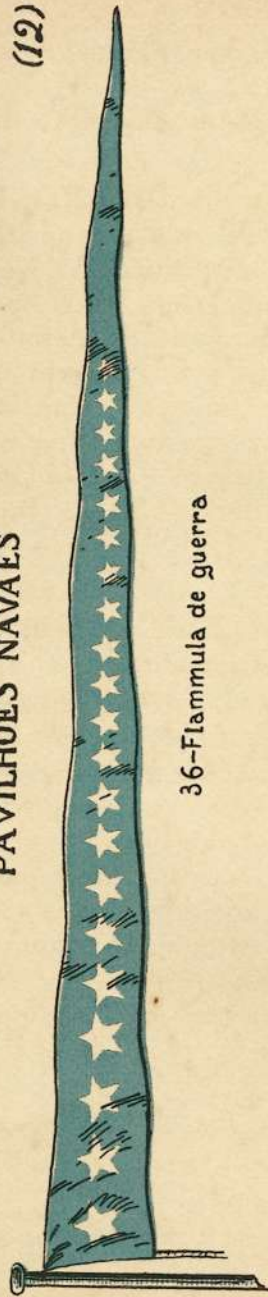
A origem do jaque é um tanto obscura, embora seja elle um symbolo adoptado em todas as armadas do mundo. Conjectura-se, quanto ao vocabulo, que procede do francez “Jacques”, passando tal insignia a se denominar assim por causa do rei Jacques I, que introduziu na Inglaterra o primeiro estandarte da União. Outros opinam que vem da palavra “Jack”, como escrevem os inglezes, (sobreveste de couro ornada com a cruz de São Jorge). Nenhuma dessas hypotheses abrange, porém, os usos primitivos e os actuaes do jaque militar. No Brasil não se fez mais do que adoptar um uso generalisado em todo o mundo, desde tempos remotos.

(1) *Collecção de Leis do Imperio do Brasil*, 1847, tomo X, parte 2.ª, pag. 123 (Typ. Nacional, 1848.)

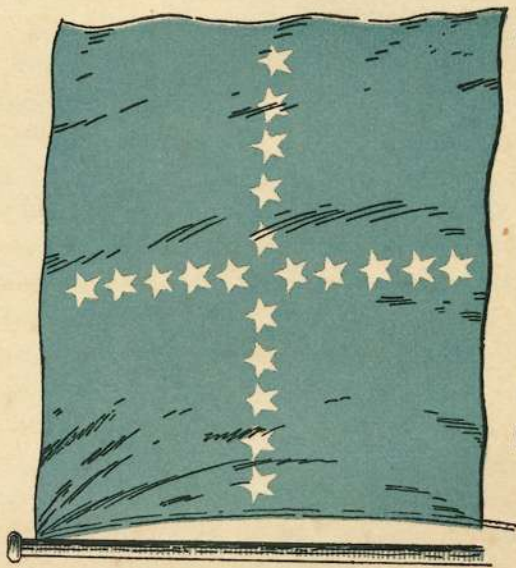
(2) *Decretos do Governo Provisorio*, 1890, 2.º fasciculo, pag. 325 (Imprensa Nacional, 1890) ; *Collecção das Leis da Republica*, 1900, vol. I, parte 2.ª, pag. 666 (Imprensa Nacional, 1902).

PAVILHÕES NAVAES

(12)



36-Flammula de guerra



37-Jaque brasileiro
(ou bandeira do gurupês)

O primeiro jaque portuguez foi adoptado por D. Miguel : era branco, orlado de vermelho, com as armas reaes no centro. D. Pedro IV trocou a côr da orla, que de vermelha passou a ser azul.

Outro curioso distinctivo dos navios de guerra é a flammula, bandeirola longa e estreita, que se iça no mastro grande. Como succede com o jaque, todas as nações soberanas têm a sua flammula de guerra.

A da marinha brasileira é azul, com vinte e uma estrelas brancas, symbolisando as 21 unidades da Federação.

A flammula é hasteada no mastro grande do vaso de guerra, se nelle não houver algum pavilhão içado.

Este mesmo distinctivo é arvorado no tope do mastro grande de navio mercante brasileiro, pertença ou não a companhias subvencionadas pelo Estado, se estiver fretado para o serviço publico e fôr commandado por official da Armada ou tiver a bordo algum official ou empregado do Ministerio da Marinha, encarregado de fiscalisar e entregar a carga que conduzir.

Em qualquer outra circumstancia, é vedado aos navios mercantes o uso da flammula, ainda quando commandados por officiaes da Armada (1).

Em terra, as tropas de marinha costumam usar a flammula de guerra pendente da haste da bandeira nacional.

Outro pavilhão naval usado no Brasil é o do chefe da Nação. O do imperador era verde, com uma corôa imperial de ouro no centro. O do presidente da Republica é igualmente verde, com as armas republicanas entre o centro e a tralha. Foi instituido pelo citado decreto n. 216 E, de 22 de fevereiro de 1890, alterado pelo tambem já referido decreto n. 3.686 de 20 de junho de 1900.

(1) As informações não documentadas que aqui se encontram sobre o jaque e a flammula de guerra foram extrahidas de um artigo anonymo inserto na revista da Liga Maritima Brasileira e reproduzido num folheto tambem anonymo, publicado em São Paulo, em 1909, sob o título *O Culto da Bandeira*.

Os decretos acima mencionados adoptaram mais as seguintes flammulas navaes :

Do ministro da Marinha : rectangulo azul, com uma cruz de estrellas brancas no centro, sendo doze dispostas verticalmente e dez horizontalmente ; no canto esquerdo superior, a estrella das armas republicanas.

De almirante : igual á precedente, com esta modificação : no centro do quadro superior, junto á tralha, em vez da estrella das armas republicanas, tres estrellas brancas em diagonal.

De vice-almirante e contra-almirante : igual á precedente, reduzidas, porém, respectivamente, a duas e uma as estrellas brancas do quadro superior junto á tralha.

De capitão de mar e guerra : triangulo azul, atravessado por uma cruz de vinte estrellas brancas, cinco em cada braço.

Do commandante mais antigo : bandeirola vermelha, farpada, com uma cruz de vinte estrellas brancas.

Do chefe do estado maior da armada : bandeirola farpada, igual á precedente, mas azul.

Recentemente, os decretos n. 20.090, de 11 de junho de 1931, e n. 20.394, de 10 de setembro do mesmo anno, criaram mais dois pavilhões navaes : o da Aviação Naval e o do Regimento Naval. Eis o texto desses dois decretos :

Decreto n. 20.090 :

“O Chefe do Governo Provisorio da Republica dos Estados Unidos do Brasil, attendendo ao que lhe expoz o Ministro de Estado dos Negocios da Marinha, decreta :

Art. 1.º Fica criado o estandarte da Aviação Naval Brasileira, com os seguintes caracteristicos, conforme o modelo annexo : a) campo de côr azul celeste com cinco estrellas prateadas, representando a constellação do Cruzeiro do Sul e tendo ao centro uma aguia, em marron e ouro, — symbolo

da aviação ; b) no angulo superior da tralha — uma ancora verde, debruada a fio de ouro.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrario — Rio de Janeiro, 11 de junho de 1931, 110.º da Independencia e 43.º da Republica. — (a) *Getulio Vargas*. — *Protonogenes P. Guimarães*.”



xxvii-Pavilhão do Regimento Naval

Decreto n. 20.394 :

“O Chefe do Governo Provisorio da Republica dos Estados Unidos do Brasil, attendendo ao que lhe expoz o ministro de Estado dos Negocios da Marinha, decreta :

Art. 1.º Fica criado o estandarte do Regimento Naval, com os seguintes caracteristicos, conforme o modelo annexo : a) campo de sêda vermelha com 1m,30 X 0m,60, cortado por uma faixa branca inclinada de 45.º da tralha para o alto, na qual se lê a data — 1808 — relativa á chegada dos fuzileiros navaes



ESTANDARTE DA AVIAÇÃO NAVAL
XXVIII

ao Brasil ; b) fóra da faixa, uma estrella branca de 0m,15 de diametro e no angulo superior, junto á tralha, o escudo do Regimento Naval.

Art. 2.º O estandarte será circumdado de franjas de ouro, preso á haste por um laço de fitas com as côres nacionais ; o talabarte e a haste terão as côres do estandarte.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrario. — Rio de Janeiro, 10 de setembro de 1931 ; 110.º da Independencia e 43.º da Republica. — (a) *Getulio Vargas* — *Protonotario P. Guimaraes*."

Este pavilhão começou a ser usado sem o escudo do Regimento Naval, pois este emblema ainda não foi adoptado.





VIII

Bandeiras de Revoluções

Inconfidencia Mineira



S inconfidentes mineiros (1789) escolheram para symbolo nacional da sua mallograda republica uma bandeira branca com um triângulo equilátero verde no centro, parallelamente aos lados do qual se lia a divisa "Libertas quae sera tamen". Descoberta a conspiração antes de explodir a insurreição libertadora, essa bandeira não chegou sequer a ser usada. Alguns dos conspiradores tiveram, porém, a ventura de escapar do degredo ainda a tempo de ver tremular sob o céu do Cruzeiro o auri-verde pavilhão do Brasil independente. E por signal que dois delles foram deputados da Nação á primeira Constituinte, reunida no proprio edificio da Cadeia Velha, onde trinta e tres annos antes haviam sido encarcerados pelo vice-rei d. Luiz de Vasconcellos.

A respeito da bandeira de Tiradentes, escreve Joaquim Norberto :

"Lembrou-se Tiradentes que caberia á nova republica nova bandeira.

Ponderando que Portugal adoptára por armas as cinco chagas de Jesus Christo, propoz que se adoptasse por armas da nova Republica um triangulo significando as tres pessoas da Santissima Trindade. Já sobre este assumpto, que não era aliás da menor importancia no ponto de vista em que se achavam as cousas, haviam discutido o coronel Alvarenga e o dr. Claudio Manoel da Costa. Era o doutor de opinião que se preferissem as armas da bandeira americana, que consistiam no genio da America quebrando as cadeias, e tendo por legenda estas palavras : *Libertas oe quo Spiritus*. Impugnou o coronel a pobreza da idéa e o doutor propoz então o seguinte : *Aut libertas aut nihil!* Ou liberdade ou morte !

Appellou Alvarenga para o versiculo de Virgilio : *Libertas quae sera tamen!* A liberdade posto que tardia !

E essa foi a escolhida, mas esqueceram de designar as côres da bandeira, que talvez ficasse subentendido que deveria ser toda branca como a portugueza." (1)



Inconfidencia Bahiana

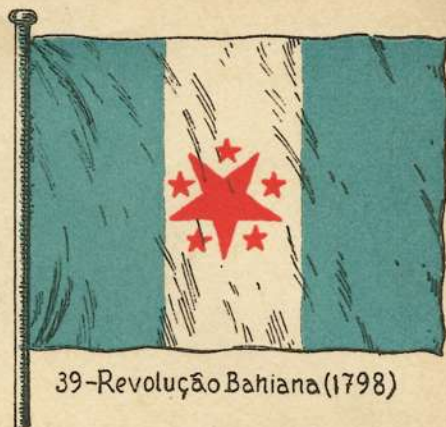
Seis annos depois da execução de Tiradentes, a 8 de novembro de 1798, subiam ao patibulo, na praça da Piedade, na Bahia, quatro heróes obscuros, dados como cúmplices de uma nova conjuração, orientada pelas mesmas idéas da Inconfidencia Mineira.

Os conspiradores — entre os quaes figuravam José da Silva Lisboa, mais tarde visconde de Cayurú, e Cypriano

(1) JOAQUIM NORBERTO DE SOUZA E SILVA — *Historia da Conjuração Mineira* (Rio de Janeiro, Livraria Garnier, pags. 115 e 116).



38 - Inconfidência Mineira (1789)



39 - Revolução Bahiana (1798)



40 - Confederação do Equador (1824)



41 - Revolução Bahiana (1833)



42 - Revolução de S. Catharina (1839)

Barata de Almeida, proceres do movimento pela Independencia — adoptaram uma bandeira partida em pala, de azul, branco e azul, tendo no centro uma grande estrella vermelha, rodeada, entre as pontas, de cinco estrellas menores, tambem vermelhas. (1) Era a bandeira da Republica Bahiense, que os inconfidentes pretendiam proclamar.

Este movimento teve significação notavel na historia da emancipação politica do Brasil. E', entretanto, tão pouco conhecido que os nossos escriptores raramente a elle se referem.



Revolução Republicana de 1817

A ephemera republica pernambucana de 1817 usou, durante os poucos dias da sua existencia, um pavilhão de duas faixas horizontaes : a de baixo branca com uma cruz encarnada e a de cima azul com um sol de ouro, aureolado pelo arco-iris, e, sobre este, a principio uma estrella e, mais tarde, tres.

“Abolindo de golpe a realleza, — escreve Alfredo de Carvalho — os republicanos cuidaram tambem logo da substituição dos seus emblemas.

O pavilhão nacional era então a bandeira conferida ao Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves, pelo decreto de 13 de Maio de 1816 — branca, tendo no centro as armas da União, isto é, o escudo das armas de Portugal e Algarves sobreposto ás armas do Reino do Brasil e por timbre a corôa

(1) F. BORGES DE BARROS, artigo publicado nos *Annaes do Archivo Publico e Museu da Bahia*, vol. IX.

real ⁽¹⁾. Os officiaes e soldados rebeldes, arrancando das barretinas as armas reaes, retiraram-nas igualmente da bandeira que, nos primeiros dias da revolução, foi arvorada toda branca, a lembrar o estandarte dos Bourbons.

Segundo Tollenare não foi o accaso que determinou a adopção desta insignia : tinha por fim tornar menos brusca a transição e apresentavam-na como symbolo das intenções pacificas ; aliás, accrescentou, era a bandeira com que os fortes do Recife annunciavam, havia muito tempo, o apparecimento de navios na costa e as embarcações vindas de fóra, vendo sempre o signal acostumado, entravam sem desconfiança ; era isto o que justamente se queria, porquanto havia falta de viveres na cidade e se receiava que o aspecto duma nova bandeira assustasse os que os traziam. ⁽²⁾

A crer no citado contemporaneo, os membros do Governo Provisorio cogitaram de principio em adoptar a tri-colôr franceza ; inquirindo, porém, da sua interpretação e informados de que exprimia a reunião dos tres estados, rejeitaram-na. ⁽³⁾ Assentaram então na organização de uma bandeira propria a concretisar de modo assás expressivo as aspirações da nascente nacionalidade.

Não é desarrazoado suppôr que o padre João Ribeiro Pessoa tenha sido quem presidisse á escolha e á disposição das côres e dos symbolos da nova insignia e — habil professor de desenho como era — até mesmo houvesse fornecido algum esboço ao artista incumbido da sua elaboração.

Esta foi confiada ao pintor Antonio Alvares, pardo fluminense de notavel talento, que na occasião se achava no Recife e executou a oleo os retratos dos chefes republicanos, télas a cujo numero talvez pertença o retrato de Domingos José Martins, ou, mais provavelmente, o de José Luiz de

⁽¹⁾ EDUARDO PRADO — *A Bandeira Nacional* — S. Paulo, 1903, pag. 17.

⁽²⁾ L. F. DE TOLLENARE — *Notas Dominicaes* — Recife, 1905, pag. 188, E' a bandeira franceza, disse ao autor um soldado rebelde, pag. 203.

⁽³⁾ *Loc. cit.*, pag. 205.

Mendonça, conservados ambos na galeria do Instituto Archeologico.

O original do desenho da bandeira, então traçado a aquarella por Antonio Alvares, ainda existe actualmente : subtrahido dos autos da devassa, figurou na exposição de historia do Brasil, de 1881 (n.º 20075) e deve parar hoje na Bibliotheca Nacional do Rio de Janeiro.

E' perfeitamente identico á estampa que acompanha este artigo e conforme a seguinte descripção de Varnhagen : "A bandeira era bicolôr, azul escura e branca, sendo as côres partidas horizontalmente ; a primeira em cima e esta por baixo, e tendo, no rectangulo superior azul, o arco-iris com uma estrella em cima e o sol por baixo, dentro do semi-circulo ; e no inferior, branco, uma cruz vermelha". (4)

Approvado o desenho, foram as bandeiras mandadas fazer pelo alfaiate José O. Barbosa, capitão de milicias pardas e mestre peritissimo, que, auxiliado por seu irmão Francisco Dornellas Pessoa (5), as executou primorosamente, todas de sêda e compostas de pequenos retalhos desta fazenda para representar não só o colorido como o desenho dos emblemas. (6)

Assim, apromptadas as bandeiras necessarias, diz Muniz Tavares, foi determinado o dia para a bençã, e consignaço aos respectivos regimentos. Era o dia 21 de março, e foi o campo do Erario o lugar escolhido para este acto religioso e politico. Ali, ás oito horas da manhã, achava-se já desfilada toda a tropa de primeira linha e milicias, com a musica em frente, que por intervallos fazia-se ouvir ; no centro do campo tinha sido erecto um decoroso altar, sobre o qual collocaram-se as bandeiras. O altar estava voltado para o Oriente ; o sol, reflectindo sobre elle os seus luminosos raios,

(4) *Historia Geral do Brasil*, 2.ª edição, Rio de Janeiro, 1878, pags. 1133-1134.

(5) P. DE DIAS MARTINS — *Os Martyres Pernambucanos* — Pernambuco, 1853, pags. 74 e 314.

(6) PEREIRA DA COSTA — *Diccionario Biographico* — Recife, 1882, pag. 599.

parecia ensinar aos circumstantes a recorrer ao verdadeiro sol da Justiça, donde provém o unico seguro auxilio. Ao pé do altar com devota compostura estava o deão da cathedral revestido dos paramentos sagrados e assistido pelo clero da parochia de S. Antonio em sobrepeliz ; do lado do evangelho compareciam os cinco membros do Governo Provisorio com a Camara de Recife ; a multidão do povo occupava o resto da superficie.

Recitadas as preces que o ritual romano prescreve para aquella cerimonia, o deão alcançou uma das bandeiras e dirigindo-se aos soldados falou-lhes deste modo :

“In hoc signo vinces ! O nosso Pae que está nos céos criou livres todos os homens ; o espirito das trevas introduziu gaz infernal na alma dos malvados : estes ligaram os braços dos seus irmãos, armaram-se de azorrague, e chamaram-se principes absolutos. Desde então a criatura não pôde mais erguer as mãos ao firmamento para supplicar ao Criador, a sua face contristada abaixou-se á terra, chorou. O scelerado manifestou desde o principio a reprovada sua origem, e abertamente mostrou que era filho de satanaz : reunindo a hypocrisia á iniquidade occultou debaixo de uma corôa a marca de Caim impressa sobre sua fronte, ungiu com o santo Chrisma os seus cabellos e disse : Eu venho da parte de Deus. Blasphemia ! O Senhor falou a Samuel : Esta será a razão do Rei : se apoderará dos vossos filhos e filhas, dos vossos campos, das vossas lavoiras ; e accrescentou : um dia vós gritareis por causa do vosso rei, e eu não ouvirei porque o tendes eleito. Os escravos voluntarios pesam ao mundo e a Deus. Nós não elegemos principes, nós o combateremos, o perseguiremos até que entre no Inferno, donde o antigo inimigo do genero humano o extrahiu. Se as provincias deste vasto Continente vos abandonarem, (o que o Omnipotente não permita) será inteira a vossa gloria, inteira a infamia dos cobardes que vos abandonaram e quando nos inexcrutaveis arcanos da Providencia fôsse

decretado que succumbissemos, será esplendido o nosso sepulchro, porque ultimos cedemos, porque sós ousamos resistir.

“In hoc signo vinces ! do alto gritou a voz a Constantino Imperador, e lhe foi mostrada a cruz resplandesciente nos céos, como documento de victoria : in hoc signo vinces ! exclamo eu tambem apresentando-vos este sacrosanto estandarte, e confiando-o nas vossas mãos ; segui-o ; elle vos conduzirá ao caminho da honra, da independencia e da liberdade.

“Não vos incitarei a ser valorosos, vós já o sois, o mundo vos conhece ; duas coisas sómente vos recommendo, disciplina e união : a disciplina é a origem dos grandes feitos ; a união é a fonte de todos os bens, e o vehiculo exclusivo da força dos Estados.” (7)

Terminada esta allocução, em meio de estrepitosas ovações, o deão, D. Bernardo Luiz Ferreira Portugal, desceu do altar e entregou as bandeiras ao governador das armas Domingos Theotonio Jorge, o qual “conjuntamente com os outros membros do Governo, por entre festivos vivas da multidão, foi consignar uma a cada um dos chefes dos regimentos, que ahi se achavam, e estes, com os officiaes e soldados, juraram não as abandonar jamais.”

Este espectaculo da bençã e entrega das novas bandeiras deve ter sido realmente tão pitoresco quão emocionante, e a sua perpetuação, em uma grande téla historica, é assumpto dos mais dignos de tentar o pincel de um artista nacional, sobretudo considerada a abundancia da documentação necessaria : além do desenho authentico da bandeira e da precedente descripção da cerimonia, por Muniz Tavares, existem excellentes elementos de composição na gravura quasi contemporanea do Campo do Erario, do livro de

(7) F. MUNIZ TAVARES — *Historia da Revolução de Pernambuco em 1817* 2.^a edição, Recife, 1884, pags. 99-101.

Henderson, nos numerosos retratos dos principaes assistentes, e nos grupos de militares e de populares das estampas de Bradford, Chamberlain, Martius, Debret e Rugendas.

O sello da republica foi constituido com os mesmos symbolos da bandeira, tendo em derredor a inscripção *Salus popoli — Pernambuco*. ⁽⁸⁾

Frequentemente descripta e mais de uma vez representada em gravura, é notavel a discrepancia que entre si apresentam estas differentes descripções e desenhos da bandeira da republica de 1817.

Entre os contemporaneos, que certamente a viram, Tollenare delineou fielmente os seus esmaltes e figuras ⁽⁹⁾ e a sua descripção, divulgada por Ferdinand Denis, foi judiciosamente adoptada por Varnhagen ⁽¹⁰⁾ e por Mello Moraes ⁽¹¹⁾.

Não só combina perfeitamente com a aquarella de Antonio Alvares, como só discrepa em trazer uma estrella em vez de tres, do desenho que, para os Estados Unidos, levou o enviado republicano Antonio Gonçalves da Cruz Cabugá.

Este facto aclara-se, porém, se attendermos a que o augmento das estrellas symbolisava as adhesões das capitánias vizinhas ao movimento pernambucano.

Ao desenho levado por Cabugá, e ainda hoje conservado no archivo da Secretaria dos Negocios Estrangeiros de Washington, acompanham as seguintes explicações em inglez :

“As tres estrellas representam os estados de Pernambuco, Parahyba e Rio Grande do Norte, que, segundo as ultimas noticias (5 de abril), compunham a confederação para a liberdade e independencia. Quando as restantes provincias do Reino do Brasil houverem adherido á confe-

⁽⁸⁾ VARNHAGEN, *loc. cit.*

⁽⁹⁾ *Loc. cit.*

⁽¹⁰⁾ *Loc. cit.*

⁽¹¹⁾ *Brasil Historico*, vol. II, pag. 41.

deração, outras estrellas serão collocadas em volta do arco-iris.

“O arco-iris tem tres côres, denotando paz, amizade e união, que a confederação offerece aos portuguezes europeus e aos povos de todas as nações que vierem pacificamente aos seus portos ou porventura residam nella.

“O sol significa que os habitantes de Pernambuco são filhos do sol e vivem sob elle.

“A cruz allude ao nome de Santa Cruz, dado ao Brasil na época do seu descobrimento.” ⁽¹²⁾.

Muniz Tavares diz : “Eram azul e branco as côres, tanto no laço quanto na bandeira ; esta dividida horizontalmente em duas partes iguaes, continha no meio da parte branca uma cruz vermelha indicando ser o Brasil consagrado áquelle precioso estigma da humana redempção ; na outra parte apparecia recamado o sol em todo o seu esplendor, como constantemente mostra-se na região equatorial, e rodeado de tres estrellas, symbolo das provincias já insurgidas.” ⁽¹³⁾ Não fala no arco-iris.

O autor dos *Martyres Pernambucanos*, outro contemporaneo, registrou, em 1 de abril de 1817 : “bando solenissimo, convidando todas as classes do povo, para no dia seguinte assistirem á bençã das novas bandeiras no Campo de Honra ; constavam ellas de arco-iris, tendo sobreposto o sol e sotoposta a cruz, occupando a parte inferior do campo branco, e por baixo da cruz as iniciaes : S. P. L. E.” ⁽¹⁴⁾ Não allude ás estrellas.

Mello Moraes, além do desenho sem texto da bandeira e do sello, reproduzidos no vol. II pag. 41, do *Brasil Historico*, consignou ainda, no vol. I, pag. 174, da *Historia do*

⁽¹²⁾ Desenhos e explicações communicados ao Instituto Historico Brasileiro pelo dr. J. A. FERREIRA DA COSTA e reproduzidos no tomo LVI, pag. 122, da respectiva Revista.

⁽¹³⁾ *Loc. cit.*, pag. 99 (2.^a edição).

⁽¹⁴⁾ *Loc. cit.*, pag. 55.

Brasil Reino e Brasil Imperio, uma carta, escripta de Pernambuco para o Rio de Janeiro, por um portuguez a outro seu amigo e compatriota, resumindo os factos da revolução, como testemunha presencial dos acontecimentos.

Nesta carta encontra-se o seguinte trecho : “Rasgaram as corôas, tiraram os quadros de Suas Magestades, e formaram bandeira chamada republicana. Era um quadro dividido horizontalmente; na parte de cima, em campo azul escuro, uma estrella em cima, e um arco-iris : por baixo o sol, não sei se pondo-se ou se nascendo”. Esta descripção é accorde com a de Tollenare.

Dos modernos, Pereira da Silva, com a negligencia habitual, affirmou ser a bandeira “de côres branca e azul com uma grande cruz vermelha no centro” ⁽¹⁵⁾.

Em compensação são fieis os desenhos reproduzidos no periodico fluminense *A Luz*, de 1872 (vol. I, pag. 305), e na Revista *Diabo a Quatro*, do Recife, de 9 de março de 1879”.
(1).



Confederação do Equador

Proclamada no Recife, em 1824, a Confederação do Equador, foi adoptada pelos revolucionarios uma bandeira azul, com o escudo da nova republica.

A respeito deste escudo, Pereira da Costa publicou as seguintes notas no “Diario de Pernambuco”, de 2 de julho de 1924 :

⁽¹⁵⁾ *Historia da Fundação do Imperio Brasileiro*, vol. IV, pag. 162.

(1) ALFREDO DE CARVALHO — *A Bandeira da Republica de 1817*, na “Revista do Instituto Archeologico e Geographico Pernambucano”, vol. XII, pag. 559. São deste autor todas as notas numeradas de 1 a 15, contidas na transcripção.

“Novembro, 24 (1824) — Officio do Presidente da provincia da Bahia, Francisco Vicente Vianna, remettendo para a Côrte do Rio de Janeiro o desenho da bandeira da Confederação do Equador, apprehendido pelas forças imperiaes que vieram bater a proclamada republica em Pernambuco. Das suas armas, naturalmente as mesmas que figuravam na projectada bandeira, remetteu um desenho, tambem para a Côrte o Capitão-mór do Cabo de Santo Agostinho, Francisco Paes Barreto, depois Marquez de Recife, cujo desenho era uma copia do que se havia mandado para a França afim de ser gravado nas armas e objectos da republica, então encommendados. Os referidos desenhos, como escreve Mello Moraes, foram directamente mandados ao imperador d. Pedro I e passando ás mãos de José Maria Besquó, depois marquez de Cantagallo, não se sabe que destino deu a taes objectos.



“A bandeira republicana de 1824 como escreve A. S. de Mello Moraes era assim disposta :

“Campo azul celeste tendo no centro um “escudo esquadrelado”, de amarello gemma, ladeado de um ramo de canna e outro de algodão. Dentro do escudo desenhava-se um circulo branco, no qual se viam gravadas estas palavras em caracteres pretos : “Religião — Independencia — União — Liberdade” ; separando estes nomes, 4 feixes de varas escarlates. Este circulo era dividido por uma faixa branca que o separava em 2 partes iguaes. A superficie era de azul ferrete tendo no centro uma cruz floreteada de escarlate, com 2 estrellas brancas por baixo das extremidades do braço, assim como outras duas na altura dos dous terços inferiores, e por baixo mais 9 estrellas em semi-circulo. Na parte superior do escudo erguia-se uma haste escarlate, a qual ter-

minava por uma mão, no centro da qual desenhava-se o Olho da Providencia, circulado por 6 estrellas brancas. A mão apontava para uma flammula branca sobre a qual se via a palavra : “Confederação”.

“Dando o Conselheiro Pedro de Alcantara Bellegarde parecer sobre “um modelo da bandeira de que usavam os revoltosos da Confederação do Equador” apresentado ao Instituto Historico Brasileiro em 1861, ao qual acompanhou em nota aquella descripção de Mello Moraes, escreve o seguinte sobre uma divergencia que notara entre uma e outra cousa : A nota diz que sobre o fundo azul celeste a bandeira tinha um escudo esquartelado “amarello gemma”; o desenho mostra um escudo “quadrado” desta côr com o mais que indica a nota ; mas nem pelo desenho, nem pela sequencia da nota se depreheende que seja “esquartelado” o escudo, isto é, dividido em quatro partes. Parece, pois, que se quiz dizer “escudo quadrado”, e assim o fiz desenhar conforme está no original.”

“O desenho em questão era certamente um dos dous enviados para a Côrte por Francisco Paes Barreto e pelo presidente da Bahia, como vimos. Com taes elementos organisou Alfredo de Carvalho um desenho colorido da “Bandeira da Confederação do Equador” que vem appenso ao seu referido trabalho, inserto na Rev. do Nosso Instituto Pernambucano n.º 58 de 1903, em que figura o escudo das armas da proclamada Republica.”



Revolução Federalista Bahiana

Braz do Amaral refere que os revolucionarios bahianos de 1833 arvoraram uma bandeira partida em pala de branco azul e branco :

“Trazidos estes prisioneiros para o forte do mar, rebentou ali, em 26 de abril de 1833, a revolta conhecida como tendo sido feita pelos presos da justiça, mas que foi a terceira revolução ou pronunciamento federalista na provincia, na qual foi arvorada a bandeira da Federação, tendo uma lista azul entre duas brancas, parallelas ao mastro... Quando lhes foi perguntado o que queriam, responderam que a federação.” (1)



Republica de Piratiny

A bandeira da Republica de Piratiny, chefiada por Bento Gonçalves, Canabarro e outros, era formada por tres bandas — uma verde, outra encarnada e amarella a terceira — e tremulou nas batalhas da guerra dos Farrapos (1835-1845), defendida numerosas vezes pela espada gloriosa de Garibaldi.

Foi instituida pelo decreto de 12 de novembro de 1836, que erradamente a denominou de “escudo de armas”. Dispoz esse decreto :

“Occupando já na grande familia das nações o lugar, que lhe compete, o Estado Rio Grandense, e convindo que elle tenha um escudo de armas, o presidente da Republica decreta : O escudo de armas do Estado Rio Grandense será de ora em diante da fórma de um quadrado dividido pelas tres côres, assim dispostas : a parte superior, junto á haste, verde, é formada por um triangulo isocetes, cuja hypotenusa será parallelá á diagonal do quadrado ; o centro es-carlate, formado por um hexagono, determinado pela hypo-

(1) BRAZ DO AMARAL — *Historia da Bahia do Imperio á Republica* (1913), pag. 89.

thenusa do primeiro triangulo, e o de outro igual e symetricamente disposto, côr de oiro, que formará a parte superior. Domingos José de Almeida, ministro e secretario de Estado dos Negocios do Interior, assim o tenha entendido e faça executar com os despachos necessarios — (a) *José Gomes de Vasconcellos Jardim* — (a) *Domingos José de Almeida*" (1)

O escudo da Republica de Piratiny é assim descripto por Alfredo de Carvalho :

"Escudo em lisonja, partido em pala, de verde, vermelho e ouro ; em um parallelogrammo de prata, inscripto na parte média (vermelha) do escudo, um barrete phrigio vermelho sobre um bastão, posto em pala, tendo aos lados dous ramos (de café e fumo?) ; na parte superior (verde) do escudo, uma estrella de ouro e na inferior (de ouro) outra estrella de vermelho ; aos lados da lisonja, duas columnas de ouro assentes sobre montes de verde. O todo é inscripto num oval de prata, orlado de ouro, onde se lê — *Republica Rio Grandense* — 20 de Setembro de 1835. Em redor deste brazão vêm-se trophéos d'armas e bandeiras tricolores partidas em pala : verde, vermelho e amarello (2) ; e em uma faixa, por baixo, o móte : *Liberdade, Igualdade e Humanidade*." (3)

(1) *Coll. Araripe*, cit. por ROCHA POMBO, *Historia do Brasil*, vol. VIII, pag. 469.

(2) Nota de ALFREDO DE CARVALHO : "As tricolores que ladeiam o brazão do actual Estado do Rio Grande do Sul e são ali hasteadas nos dias de gala, apresentam disposição diversa : e são partidas em pala : verde, amarello e vermelho. Contra semelhante collocação das côres, protestou, no *Anuario do Estado do Rio Grande do Sul para 1892* (pag. 160), o sr. JOSÉ GABRIEL TEIXEIRA, residente em Rio Pardo, affirmando que : "As faixas da bandeira compunham-se de dous triangulos e de um hexagono ; todas ellas reunidas formavam um quadrado. O triangulo superior era verde, o inferior amarello e o exagono central encarnado". Esta disposição é exacta ; não assim a da gravura que acompanha a respectiva noticia, onde a bandeira figura partida em pala, isto é, com as zonas collocadas em paralelo com a diagonal que cortaria a bandeira do angulo superior esquerdo ao inferior direito ; a collocação verdadeira era justamente a inversa : em banda, conforme se verifica do desenho impresso num lenço de seda, de indiscutivel authenticidade, exposto, na Bibliotheca Nacional do Rio de Janeiro, pelo sr. AMARO DA SILVEIRA, por occasião da exposição historica do Brasil em 1881. (N. 14.493 do respectivo catalogo)".

(3) ALFREDO DE CARVALHO — *Brazões do Brasil Republicano*, no "Almanach de Pernambuco, 1904, pag. 1 3.



Outras Revoluções

Na collecção Piquet, do Museu Historico Nacional, é attribuido á revolução catharinense, que proclamou a Republica de Santa Catharina ou Republica Juliana, em 1839, um pavilhão de tres faixas horizontaes, a de cima verde, a do centro branca e a de baixo amarella. Effectivamente, refere-se Rocha Pombo á “criação do tope e pendão nacionaes com as côres verde, branca e amarella.” (1) Lucas A. Boiteux publica o escudo da Republica, que reproduzimos. (2)

Em 1899, a insurreição acreana contra a Bolivia, chefiada por Placido de Castro, ao proclamar a Republica do Acre a 26 de agosto daquelle anno, desfraldou uma bandeira que tinha o lemma dos incon-fidentes mineiros : “Libertas quae sera tamen”. Occupado, porém, poucos mezes depois aquelle territorio pelo exercito brasileiro, em virtude da convenção assignada com o governo boliviano, foi arriada a bandeira revolucionaria e substituida pelo pavilhão auri-verde, a 26 de março de 1900.

Na revolução de outubro de 1930, viram-se pendões diversos, mas uns eram privativos de cada unidade do exer-



XXX -Escudo da Republica Catharinense

(1) ROCHA POMBO, *Historia do Brasil*, vol. VIII, pag. 644.

(2) LUCAS A. BOITEUX, *Historia de Santa Catharina*, pag. 152.

cito revolucionario, tendo, pois, o caracter de bandeiras regimentaes, e outros eram simples flammulas de guerra. Assim, a columna "Siqueira Campos" (Rio Grande do Sul) arvorou tanto bandeiras vermelhas, como tambem verdes e vermelhas ; o batalhão "Paraná", uma flammula vermelha com uma caveira e o distico "Batalhão Paraná" em preto ; o destacamento "Juvenal" (Minas Geraes), uma bandeira igual á de Tiradentes, com a differença de ser carmim, em vez de verde, o triangulo central, e de conter, além do lemma dos inconfidentes mineiros, o distico "5.º Batalhão" ; o batalhão femenino "João Pessoa" (Minas Geraes), uma bandeira preta e vermelha. Foram ainda usados outros pendões especiaes, alguns com o retrato do mallogrado presidente parahybano. As tropas da Parahyba arvoraram a bandeira daquelle Estado.

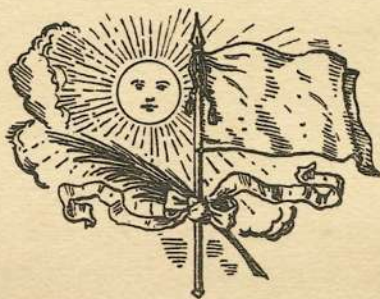


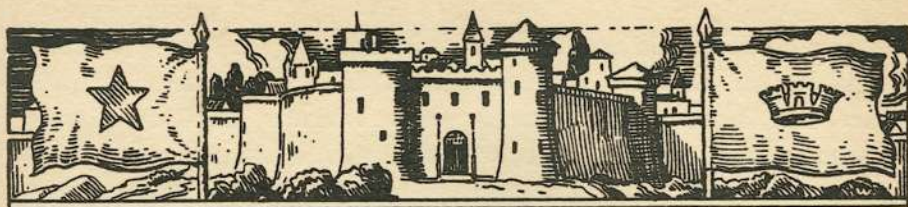
XXXI - BANDEIRA DA AVIAÇÃO CONSTITUCIONALISTA
SÃO PAULO 1932

Na Revolução Constitucionalista de 1932, os batalhões de voluntarios paulistas arvoraram, ao lado do pavilhão nacional, a bandeira de São Paulo. A aviação constituciona-

lista adoptou um pendão que assim se descreve : rectangulo verde, tendo inscripto um losango amarello e, no centro deste, um globo azul com uma aguia de ouro, voando. Esta bandeira era presa á haste por um laço de fitas com as côres paulistas (branco e preto), nas quaes se lia a inscripção : "Aviação Constitucionalista."

Os batalhões da Liga de Defesa Paulista empunharam uma bandeira cortada e endentada de azul e preto de tres e dois, e com uma estrella branca sobre o azul. Era a bandeira daquella associação patriótica.





IX Bandeiras de Estados e Cidades



DURANTE o Imperio, excluidas as bandeiras de revoluções, não se rendeu culto no Brasil senão ao pavilhão nacional. (1)

Com a Republica começaram, porém, a surgir as bandeiras regionaes. O exemplo partiu do Rio Grande do Sul, que incluiu na sua constituição politica (titulo VI) o seguinte dispositivo : “São insignias officiaes do Estado as do pavilhão tricolôr da mallograda Republica Rio-Grandense.”(2)

Generalisou-se, em S. Paulo, talvez na mesma occasião, o uso da bandeira ideada para a Republica por Julio Ribeiro, embora não fosse adoptada officialmente. Essa passou

(1) Na collecção Piquet, pertencente ao Museu Historico Nacional, figuram, sob os numeros 36 a 50, quinze “bandeiras das antigas provincias do Imperio” (*Catalogo de Archeologia e Historia*, pag. 26). Taes bandeiras, entretanto, nunca foram adoptadas pelas provincias. Cada uma dellas era hasteada no morro do Castello quando entrava na barra um navio procedente da provincia correspondente. Eram, pois, méros signaes semaphoricos. Foram estas as informações que obtivemos naquelle museu.

(2) No desenho da bandeira do Estado, enviado em 1931 pelo governo do Rio Grande do Sul ao Museu Historico Nacional, figura ao centro o escudo da Republica de Piratiny.

a ser considerada a “bandeira paulista” (1), sem merecer, entretanto, durante muitos annos, nenhuma estima popular. Em dias festivos servia para enfeitar uma ou outra fachada, como simples objecto decorativo, cuja significação muitos até desconheciam. Mas jamais teve as honras de um culto civico, pois até então os paulistas dedicaram todas as suas homenagens exclusivamente ao pavilhão nacional.

Um dia, porém, a gloriosa terra de Piratininga foi submettida ás humilhações e violencias mais cruéis. Tratado como terra conquistada, espoliado da sua autonomia, ferido nos seus melindres mais respeitaveis, espesinhado como um inimigo, sacrificado nos seus interesses mais immediatos, São Paulo inteiro se ergueu, para a reacção, nos esplendidos movimentos de civismo que culminaram na Revolução Constitucionalista de 1932.

Ora, desde os formidaveis comicios de centenas de milhares de pessoas, iniciados a 25 de janeiro de 1932, até a epopéa de 23 de maio, em que o povo em massa, amotinado na praça publica, impoz a organização de um governo de sua propria escolha, a bandeira de Julio Ribeiro recebeu consagrações que a tornaram, na verdade, pelo consenso popular, o symbolo legitimo de São Paulo. Ella fluctuou nas ruas, nos grandes dias das reivindicações autonomistas, accla-

(1) No Museu Historico Nacional figura um exemplar desta bandeira, que é ahi designada como bandeira do Club Republicano Paulista. (GUSTAVO BARROSO — *Catalogo Geral do Museu Historico Nacional*, 1.^a secção (Rio de Janeiro, 1924), pag. 31, n.º III).

AFFONSO DE E. TAUNAY dedicou ao pavilhão paulista as seguintes linhas, escritas antes que elle tivesse recebido a consagração popular :

“...symbolo pavorosamente feio, oriundo dos tempos da propaganda republicana, a bandeira que se diz da invenção de Julio Ribeiro, a imprópriamente chamada “bandeira paulista”, lugubre, inesthetica, insignificativa. Graças a Deus nunca foi officialisada, mas por infelicidade é muito adoptada. Assim desapareça de todo o emprego desse panno mortuario alvi-negro, arvorado em pendão estadual. Insignificativa hoje mais do que nunca, porque attribúe á população paulista uma dosagem de sangue africano inteiramente falsa, pois em terras de São Paulo a porcentagem dos euramericanos sempre foi immensamente superior á dosagem dos elementos afros, eurafricanos e aframericanos”. (*Heraldica Municipal Brasileira*).

mada delirantemente pelas multidões innumeraveis que es-
creveram as paginas mais rutilantes do civismo brasileiro.
Depois teve novos dias de gloria e de heroismo, na epopéa
sem par em nossa historia, iniciada a 9 de julho de 1932.
Foi a bandeira da Revolução Constitucionalista. Foi a ban-
deira que presidiu á luta sagrada de São Paulo pelo direito
e pela liberdade. Tornou-se então o symbolo consagrado da
causa da lei e da ordem, usado por todo o povo, de mil
maneiras, entrelaçado com o pavilhão nacional — em dis-
tinctivos de lapella, em braçadeiras, em chapéos, em broches
de senhoras, em placas de automoveis, em adornos de mesa,
nos escriptorios e nos lares — como signal de repulsa á dicta-
dura que pretendia se eternisar no Brasil, ameaçando a uni-
dade nacional. De tanta gloria a cobriram o povo paulista
nas ruas e os soldados da lei nos campos de batalha que
esta bandeira já não symbolisa hoje apenas o Estado de
São Paulo: symbolisa tambem a grande causa nacional
e liberal que os paulistas defenderam com o seu sangue,
com os seus haveres, com as joias das suas mulheres, com
o esforço supremo de todo o seu povo, escrevendo um dos
capitulos mais fulgurantes da Historia do Brasil.

Outros Estados tambem criaram bandeiras proprias.

Pernambuco, commemorando o centenario da revolução
de 1817, adoptou como bandeira estadual a daquella rebel-
lião, pelo decreto n.º 459, de 23 de fevereiro de 1917, baixado
por solicitação do Instituto Archeologico e Geographico Per-
nambucano e assim redigido :

“Art. 1.º — E’ declarada bandeira do Estado de Per-
nambuco a bandeira da revolução de 1817.

Art. 2.º — Esta bandeira é bicolôr, azul escuro e branca,
sendo as côres partidas, horizontalmente, em duas secções
desiguaes e tendo, no rectangulo superior e maior, azul,
o arco-iris com uma estrella em cima e por baixo o sol, dentro
do semi-circulo; no inferior e menor, branco, uma cruz
vermelha. O sol e a estrella são de ouro. — (a) *Manoel An-*

tonio Pereira Borba — Dr. Antonio Vicente de Andrade Bezerra.” (1)

A Bahia escolheu como sua bandeira a adoptada, por proposta de Deocleciano Ramos, pelo Partido Republicano Bahiano, no congresso reunido em S. Salvador a 26 de maio de 1889. E’ a seguinte a descripção desse pavilhão: “bandeira de quatro listas horizontaes brancas e vermelhas, alternando-se estas côres com a azul, para lembrarem a revolução de 98; no angulo superior e interno um quadrangulo azul, o qual leva no centro um triangulo branco, lembrando a bandeira dos inconfidentes mineiros.” (2)

No Pará usou-se, como pavilhão estadoal, uma bandeira “partida em pala de vermelho, branco e vermelho, com uma estrella azul no centro” (3) Mas este symbolo não chegou a ser officializado. O projecto da Camara dos Deputados, de 3 de junho de 1898, que mandava adoptal-o, foi rejeitado pelo Senado, por inspiração do presidente dr. Augusto Montenegro, sob o fundamento de que todos os brasileiros deviam ter como unico pavilhão a bandeira nacional.

O Paraná teve a sua bandeira instituida pelo decreto n. 8, de 9 de janeiro de 1892, abaixo transcripto:

(1) OLIVEIRA LIMA — *A Bandeira de Pernambuco*, na “Revista do Instituto Archeologico Pernambucano”, vol. XIX, pag. 168.

(2) BRAZ DO AMARAL — *Memoria historica sobre a proclamação da Republica na Bahia* (“Revista do Instituto Geographico e Historico da Bahia”, n. 30, pag. 10).

(3) ALFREDO DE CARVALHO — *Brazões do Brasil Republicano*, logar citado.

A historia da bandeira paraense, que nos foi contada pelo illustre pintor prof. dr. THEODORO BRAGA, é bastante curiosa. Fundado, nos ultimos annos do Imperio o Partido Republicano Paraense, um dos seus membros entusiastas, Condurú, estando a conversar, sentado em frente a uma mesa onde havia papel e um lapis de duas pontas, uma vermelha e outra azul, lembrou-se que aquelle partido merecia ter uma bandeira. Foi facil a tarefa. A inspiração do momento decidiu qual seria o desenho do pavilhão projectado. As côres foram determinadas pelo material que o autor tinha no momento á sua disposição. Com essa bandeira foi proclamada a Republica no Pará, a 16 de novembro de 1889.

“A Junta do Governo Provisorio do Estado do Paraná :

Considerando que o mesmo Estado necessita de um emblema que exclusivamente o represente como um dos Estados Federados da União ;

Considerando que o estandarte offerecido para tal fim, pelo illustre cidadão Manoel Correia de Freitas reúne todas as condições necessarias para a sua adopção como symbolo da autonomia paranaense, decreta :

Art. 1.º — Fica adoptada como estandarte particular do Estado do Paraná a bandeira apresentada pelo cidadão Manoel Correia de Freitas, na sessão da Assembléa Legislativa, de 3 de julho de 1891, e executada pelo artista Paulo de Assumpção.

Esta bandeira consiste em um rectangulo verde cortado transversalmente da esquerda para a direita por uma longa faixa branca, tendo no centro e sobre a mesma faixa uma esphera azul contendo, na zona equatorial e em sentido obliquo, na ordem descendente da esquerda para a direita, a legenda *Ordem e Progresso* em letras brancas inscriptas entre dois circulos da mesma côr. Perpendicularmente a estas linhas cáe outra de côr das precedentes, representando a linha zodiacal. Sobre a mesma esphera, no angulo superior da esquerda, vê-se o barrete phrigio de côr vermelha. No hemispherio inferior ao angulo esquerdo, uma das estrellas da constellação do Cruzeiro do Sul e, no direito, as quatro restantes da mesma constellação. Circumdando o hemispherio inferior, figuram um ramo de araucaria á esquerda e outro de herva mate á direita entrelaçados, tudo segundo o modelo annexo.

Art. 2.º — Revogam-se as disposições em contrario — Palacio do Governo do Estado do Paraná, 9 de janeiro de 1892 — (a) *Coronel Roberto Ferreira, Joaquim Monteiro de Carvalho e Silva, Bento José Lamenha Lins.*

A constituição do Estado manteve esta bandeira, dispondo no art. 12 das suas disposições transitorias :

“Art. 12 — Continúa como symbolo da Patria Paranaense o pavilhão acceito e decretado pela ex-junta do Governo Provisorio do Estado em 9 de janeiro de 1892.”

A lei n. 592, de 24 de março de 1905, sancionada pelo presidente Vicente Machado da Silva Lima, assim modificou a referida bandeira :

“Art. 2.º — A bandeira será a até aqui adoptada, consistindo num quadrilongo de côr verde, cortado transversalmente, de alto para baixo e do angulo direito superior para o opposto, por uma larga faixa, em arco de côr branca, e occupando o centro desta faixa e da bandeira uma esphera azul contendo na zona equatorial e em sentido obliquo na ordem descendente, uma faixa branca com a inscripção — “Paraná”. No hemispherio inferior, as cinco estrellas do Cruzeiro do Sul, e circumdando a esphera pelo hemispherio inferior, uma grinalda formada de dois ramos de pinho e mate.”

Finalmente, a lei n. 2.182, de 15 de março de 1923, abaixo transcripta, aboliu a bandeira paranaense :

“Art. 1.º — Fica revogado o art. 12 das disposições transitorias da Constituição do Estado e assim abolida a bandeira adoptada como representativa do Estado do Paraná.

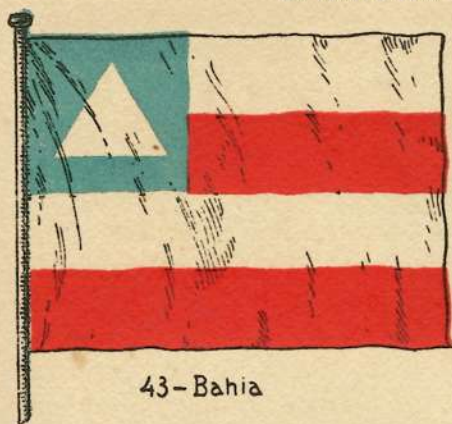
Art. 2.º — Revogam-se as disposições em contrario — Palacio da Presidencia do Estado do Paraná, em 15 de março de 1923 — (a) *Caetano Munhoz da Rocha* — *Marins Alves Camargo*.”

Sergipe adoptou a sua bandeira pela lei n. 795, de 19 de outubro de 1920, cujo texto é o seguinte :

“Art. 1.º — A bandeira do Estado de Sergipe constará de um rectangulo, com quatro listas, de côres verde e amarella, alternadamente, tendo o verde na parte superior e, sobre os dois lados do angulo recto superior da esquerda, um rectangulo em fundo azul claro de cobalto, em dimensão proporcional ao rectangulo total, com cinco estrellas brancas de cinco raios cada uma, tauxiadas em cada angulo do re-

BANDEIRAS ESTADUAES

(14)



43 - Bahia



44 - Goyaz



45 - Maranhão



46 - Ceará



47 - Paraíba



48 - Mato Grosso

ctangulo azul, no logar geometrico do cruzamento das duas linhas diagonaes.

Art. 2.º — A bandeira assim constituida fica adoptada como bandeira official do Estado.

Art. 3.º — Revogam-se as disposições em contrario — Palacio do Governo do Estado de Sergipe, Aracajú, 19 de outubro de 1920 — (a) *José Joaquim Pereira Lobo* — *Alvaro Fontes da Silva*.”

No Maranhão, o decreto n. 6, de 21 de dezembro de 1889, dispõe :

“O Bacharel Pedro Augusto Tavares Junior, governador do Estado do Maranhão, por nomeação do Governo Provisorio da Republica dos Estados Unidos do Brasil :

Considerando que precisa este Estado adoptar uma bandeira que assignale a sua autonomia no seio da Federação Nacional ;

Considerando que em um tal symbolo da affirmação politica do Estado cumpre attender pelas côres ás tres diferentes raças que compõem a sua população, raças hoje fundidas e fraternisadas na prosecução de um destino identico e commum, decreta :

E’ adoptada como bandeira do Estado do Maranhão a que figura junto a este decreto, desenhada no modelo annexo, e se compõe de nove listas em sentido horizontal, intercaladas, sendo quatro brancas, tres encarnadas e duas pretas, com um quadrado azul ao canto superior unido á lança e tendo no centro uma estrella branca. O dito quadrado occupará uma terça parte do comprimento da bandeira e a metade da sua largura. — Palacio do Governo do Estado do Maranhão, 21 de dezembro de 1889 — (a) *Pedro Augusto Tavares Junior*.”

No Piauhhy, a lei n. 1.050, de 24 de julho de 1922, dispõe o seguinte, no seu art. 2.º : “O pavilhão do Estado adopta as côres nacionaes, verde e amarello, alternadas em sete faixas da primeira e seis da segunda, contendo, no canto

superior esquerdo, um rectangulo azul, em cujo centro figura uma estrella branca, symbolisando o Piauihy como unidade da Federação Brasileira."

E' do mesmo anno o decreto n. 1.971, de 25 de agosto de 1922, que criou a bandeira do Ceará, "formada do rectangulo verde e losango amarello da bandeira nacional, tendo ao centro um circulo branco, em meio do qual é desenhado o escudo das armas do Estado."

Em Santa Catharina, na administração Hercilio Luz, iniciada em 1894, foi criada a bandeira do Estado, segundo um desenho do desembargador José A. Boiteux. (1) A lei n. 126, de 15 de agosto de 1895, officializou este symbolo nos artigos seguintes :

"Art. 1.º — Ficam estabelecidas as armas e a bandeira do Estado.

Art. 3.º — A bandeira do Estado compor-se-á de faixas brancas e encarnadas, dispostas horizontalmente, em numero igual ao das camaras do Estado, de um losango de côr verde collocado no centro da bandeira, tendo impressas tantas estrellas de côr amarella quantos forem os municipios do Estado."

Matto Grosso teve uma bandeira abolida pela lei n. 1.045, de 8 de outubro de 1929, e que assim se descreve : rectangulo azul, tendo inscripto um losango branco e, dentro deste, uma estrella amarella inscripta num disco verde. Igualmente usaram, e talvez ainda usem pendões regionaes, Goyaz e Acre, sendo que o deste ultimo é o da insurreição acreana de que resultou a incorporação daquelle territorio ao Brasil.

Não nos consta que tenham adoptado pavilhões proprios os Estados de Alagoas, Amazonas, Espirito Santo, Minas Geraes, Rio Grande do Norte e Rio de Janeiro.

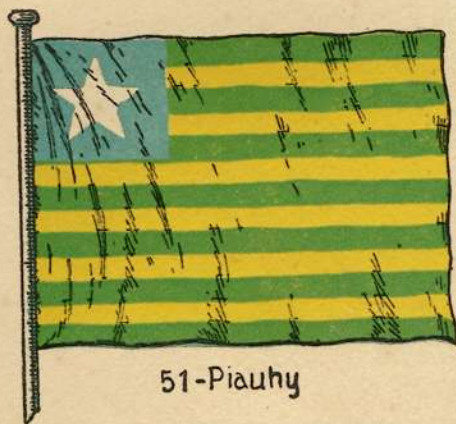
(1) LUCAS A. BOITEUX — *Historia de Santa Catharina*, pag. 187.



49 - Paraná (1905)



50 - Pernambuco
(Revolução de 1817)



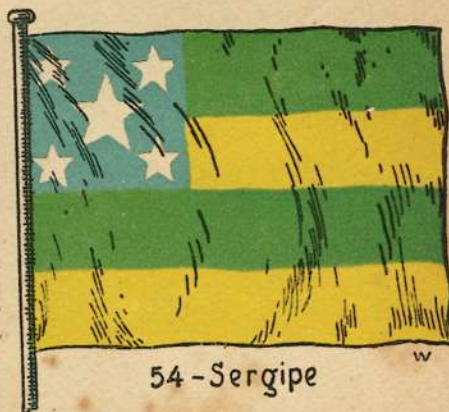
51 - Piauí



52 - Rio Grande do Sul
(República de Piratini)



53 - Santa Catharina



54 - Sergipe

Em 1922, o então presidente do Estado do Paraná, dr. Munhoz da Rocha, depois de declarar extinto o pavilhão estadual, propoz aos governos de todas as unidades da Federação a abolição das bandeiras locais. Cremos que este apello só não foi attendido por Pernambuco e Rio Grande do Sul, que repelliram a idéa de abandonar o uso dos symbolos historicos legados pelos heróes de 1817 e 1835.

Entretanto, recentemente, a Parahyba, que em 1922 abolira a sua bandeira azul e branca, criou bandeira nova, por proposta do deputado Generino Maciel.

A lei que a instituiu é de 25 de setembro de 1930, tendo recebido o numero 704 e reza o seguinte :

“Art. 1.º — Terá o Estado bandeira propria cujos caracteristicos serão regulados por decreto do poder executivo.

Art. 2.º — A bandeira terá dois terços de côr rubra e um de côr negra, ficando esta do lado do mastro.

§ unico — Na parte rubra ficará a palavra “Négo”, escripta em caracteres brancos, na proporção de um vigesimo para o todo.” (1)

Esta lei foi promulgada pelo presidente da Assembléa Legislativa porque o presidente do Estado a vetou, pelos fundamentos seguintes :

“Usando das attribuições que me confere o art. 2.º da Constituição do Estado e, considerando que o projecto n.º 6 é, em suas linhas geraes, como nas minucias da sua organização, uma simples criação de partido ; considerando que a bandeira de qualquer Estado é, antes de tudo, um symbolo de vida normal, uma synthese ideal das aspirações collectivas ou da ambiencia em que evolve a alma do povo que a elege ; considerando que a phrase inscripta na bandeira que elle crêa não é historica nem figura no telegramma em que o Presidente João Pessoa negou apoio á candidatura Julio Prestes ;

(1) *A União*, organ dos poderes publicos do Estado da Parahyba, edição de 26 de setembro de 1930.

considerando que — négo — desacompanhado de qualquer explicação é, por si só incomprehensível, e encerra um grito de puro negativismo, resolvo vetar este projecto, devolvendo-o á Assembléa para que se cumpram os dispositivos constitucionaes que regem o caso. — João Pessoa, 23 de setembro de 1930. — (a) *Alvaro Pereira de Carvalho.*" (1)

Na nova bandeira parahybana, o rubro symbolisa o sangue derramado pelo presidente João Pessoa, e o negro o luto causado pela sua morte. (2) A palavra "négo" lembra a altivez do bravo Estado nordestino, pequenino e fraco, repellindo varonilmente as ameaças, mais tarde concretisadas em factos, com que se pretendeu arrancar pela intimidação o seu apoio a uma causa que elle condemnava. (3)

(1) Jornal citado, de 25 de setembro de 1930.

(2) OSIAS GOMES — *A bandeira*, artigo publicado no jornal citado, a 4 de setembro de 1930.

(3) A respeito das bandeiras estadoaes presta LEMOS BRITTO este depoimento, em artigo publicado no *O Imparcial* do Rio de Janeiro, de 19 de novembro de 1922 :

"Poder-se-ia temer que, pelo habito, os povos desses Estados (que usam bandeiras regionaes) acabassem por dar a taes signaes uma significação que elles não têm, tributando-lhes um culto semelhante, senão mais acendrado que o rendido ao pavilhão federal.

Esse perigo, porém, é imaginario. Já percorri todo o Brasil, excepção de Goyaz, do Acre e de Matto Grosso. Em todos os seus Estados tive oportunidade de assistir a festas e solennidades patrioticas. Em nenhum delles vi qualquer tributo especial prestado á chamada bandeira regional. São symbolos que só se desfraldam nos edificios publicos, e ainda assim em pontos secundarios, sem que o povo os venere ou reverencie.

O que por ahi fóra se respeita, ama e exalta é a nossa bandeira, a nossa unica bandeira.

Os brasileiros têm a noção exacta da Patria forte pela unidade nacional, e sabem que só existe um symbolo desta Patria, que é a nesga verde e ouro em que se desdobra o nosso céu e brilham radiosas as nossas estrellas.

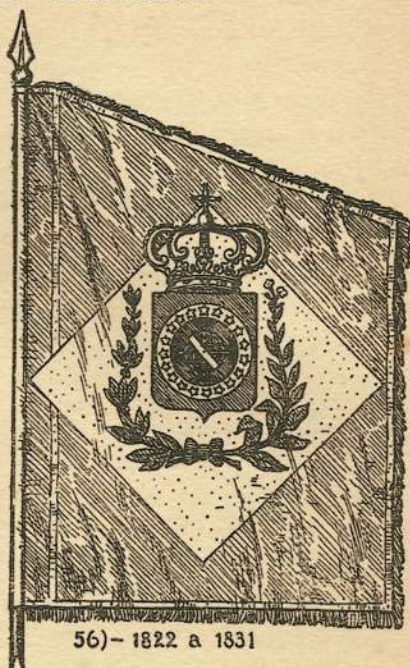
Se acabarem com os signaes dos Estados, tanto melhor. Se, porém, essa aspiração fracassar, não nos assustemos por isso.

Sei que de Pernambuco partiu o primeiro brado official de resistencia á supressão de semelhantes symbolos, que ali relembram uma geração de heróes e feitos magnificos. Poderia alguem duvidar da fidelidade de Pernambuco a esse pensamento supremo que presidiu á formação da nossa Patria, por cuja libertação derramou o seu sangue nos Guararapes e por cujas liberdades subiu ao patibulo com os martyres de 1817?...

Como Pernambuco, todos os Estados."



55) - 1808



56) - 1822 a 1831



57) - 1831 a 1889



58) - 1908



Bandeiras de Cidades

Varias cidades brasileiras — Rio de Janeiro, Belém do Pará, Cachoeira (Bahia), S. Salvador, São Paulo, Mogy das Cruzes, Fortaleza, Villa Bella de Matto Grosso e Santos — possuiram ou ainda possuem bandeiras proprias.

Do Rio de Janeiro, a mais antiga bandeira de que temos noticia é o estandarte do Senado da Camara, que serviu na recepção da familia real portugueza, a 8 de março de 1808. Era de sêda branca, com franjas e galões de ouro, tendo dentro de um escudo em estilo barrôco, bordado a ouro, prata e sêda amarella e vermelha, a imagem de São Sebastião pintada a oleo. De 1822 a 1831 a Camara carioca usou, como seu estandarte, a bandeira imperial, com franjas de ouro, e de 1831 a 1889, um pavilhão de sêda branca, com galões bordados a ouro e franjas tambem de ouro, tendo no centro a imagem de São Sebastião pintada a oleo. Finalmente, o decreto n. 1.190, de 8 de julho de 1908, instituiu a actual bandeira. E' o seguinte o texto desse decreto :



XXXIII — Bandeira de Belém do Pará

“O Prefeito do Districto Federal faço saber que o Conselho Municipal decretou e eu sanciono a seguinte resolução :

Art. 1.º — Fica adoptada para todo o Districto Federal uma bandeira com as seguintes caracteristicas : duas faixas azues em sentido diagonal sobre campo branco, tendo as

armas municipaes adoptados pelo decreto n. 312, de 1.º de agosto de 1896 em côr encarnada.

Art. 2.º — A bandeira acima referida, symbolo do Districto Federal, servirá para represental-o onde se fizer mistér.

Art. 3.º — Revogam-se as disposições em contrario — Districto Federal, 8 de junho de 1908, 20.º da Republica — (a) *F. M. de Souza Aguiar*”

No archivo da Prefeitura do Rio de Janeiro existe uma collecção completa destas bandeiras.

Como bandeira da cidade de Belém, é adoptada a que se pretendeu officialisar como do Pará em 1898, conforme se depreheende da seguinte informação prestada ao director do Museu Historico do Rio de Janeiro, em officio da Secretaria do Interior e Justiça daquelle Estado, datado de 20 de janeiro de 1931 :

Pará

“O projecto da Camara dos Deputados, de 3 de junho de 1898, que mandou considerar como do Estado a bandeira que actualmente figura como sendo da Prefeitura Municipal de Belém, não foi convertido em lei, por não ter sido o mesmo projecto sancionado pelo Senado, sob pretexto de que a citada Prefeitura já a havia adoptado como sua e a affirmativa de que o Estado não podia ter bandeira propria.”

A bandeira da cidade de Cachoeira (Bahia) foi dada á respectiva municipalidade por D. Pedro I, como reconhecimento pelo heroismo dos cachoeirenses na guerra da Independencia. Apresenta o mesmo desenho do pavilhão nacional, tendo, porém, ao centro, um escudo especial. A revista do Instituto Historico da Bahia, em cujo museu está guardada esta reliquia, a reproduz no seu volume XLVIII, estampando o cliché de uma photographia muito pouco nitida, pela qual não é possivel distinguir os moveis do escudo.

O illustre historiador bahiano prof. Bernardino José de Souza prestou-nos, porém, as seguintes informações sobre este curioso pavilhão :

“A bandeira que D. Pedro I offereceu á villa de Cachoeira é verdadeiramente um pendão (assim se chamavam nos tempos coloniaes e até após a Independencia os estandartes de algumas cidades, como entre nós o da cidade do Salvador, do qual temos em nosso Museu dois exemplares, um colonial,



XXXIV— Estandarte colonial da cidade de S. Paulo (Seculo XVIII)

outro do Imperio). Tem a bandeira referida as proporções de um estandarte : repete a fórmula da bandeira do Imperio, verde com losango amarello. Do lado que se vê na gravura da pagina 72 da “Revista” n. 48 deste Instituto, ha um escudo bordado a prata, dentro do qual se acha tambem em prata uma pomba e em torno do campo em que ella fica a seguinte inscripção *Sic illa ad arcam reversa est*. Como se vê, são as armas dadas á cidade do Salvador quando foi fundada.

Do outro lado ha apenas uma esphera de panno verde adamascado cintada por dezenove estrellas em prata, que

certo recordam as provincias daquelle então. Estas estrellas ficam em orla amarella. E' o que se vê na bandeira que aqui guardamos carinhosamente e que nos veiu da municipalidade da actual cidade de Cachoeira — a heroica.

Cachoeira, villa daquelle tempo, não tinha pendão proprio. Provavelmente Pedro I, querendo homenagear a villa onde irrompeu o grito patriotico da guerra aos dominadores da capital da provincia, mandou idealisar um estandarte. E o fizeram com as côres nacionaes, as armas da cidade do Salvador um tanto modificadas, de um lado e a esphera cintada por dezenove estrellas do outro. Penso que foi um arranjo de momento, pois que o jovem imperante não demorar-se-ia muito na Bahia.

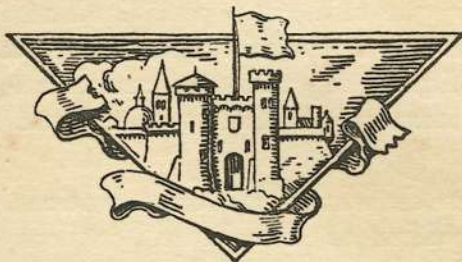
Como quer que seja, vale pela significação : para Cachoeira foi o symbolo do reconhecimento imperial e nacional ; para nós é reliquia sagrada que rememora as paginas mais vivas do heroismo bahiano na luta pela liberdade do Brasil."

No catalogo do Museu Historico Nacional, ha referencia a uma bandeira da cidade de Fortaleza (Ceará), sobre a qual, entretanto, não pudemos obter nenhuma informação.

Nos tempos coloniaes, varias camaras tiveram estandartes municipaes, sendo numerosas, por exemplo, as referencias contidas em documentos historicos a respeito do estandarte da camara de São Paulo, do qual o Museu do Ipiranga possúe um precioso exemplar de fins do seculo XVIII. E' uma bandeira de sêda azul com as armas reaes no centro, bordadas a sêda amarella e branca e ricamente ornamentadas em estilo barrôco. Tem franjas e cadaços amarells. Mogy das Cruzes possuiu uma bandeira identica, maior e de sêda vermelha, a qual tambem data do seculo XVIII. Esta reliquia está guardada no archivo da prefeitura municipal daquella cidade.

No auto da fundação de Villa Bella (Matto Grosso), datado de 19 de março de 1752, lê-se que a camara usaria das suas armas "no seu estandarte por detraz das armas reaes, emquanto Sua Magestade não mandasse o contrario." (1)

Tambem no Imperio algumas camaras municipaes usaram estandartes com insignias proprias, como, por exemplo, a de Santos. (2)



(1) *Revista do Instituto Historico Brasileiro*, supplemento ao tomo LI, pag. 111.

(2) ALBERTO DE SOUZA, na sua obra *Os Andradas*, publica uma photographia do estandarte da Camara de Santos, confeccionado em 1888.



X

Brazões de Estados e Cidades

Brazões do Brasil-Colônia



O contrario do que succedeu na America Hespanhola, onde já nos tempos da conquista a metropole costumava conferir brazões de armas aos nucleos de população que iam surgindo, são muito raros em nosso paiz os emblemas heraldicos que remontam aos tempos coloniaes. (1)

Os brazões do Brasil-Colônia são em numero de quinze, dos quaes foram concedidos pelos portuguezes os seis seguintes : São Salvador (1549), Rio de Janeiro (1565), Belém do Pará (1616), São Luiz do Maranhão (1647), Cuyabá

(1) A dar credito a PEDRO TAQUES, tinham a sua heraldica os indigenas do Paraná, no seculo XVII. Refere, com effeito, o autor da *Nobiliarchia Paulistana* que, penetrando Fernão Dias Paes Leme o sertão da serra de Apuracana, no reino dos ndios da nação Guyanãa, em 1651, ali encontrou um cacique, Tombú, "que usava de armas sobre o portico do seu palacio e eram ellas um ramo secco com tres araras vivas, de sorte que, morrendo uma destas aves, lhe substitua para logo outra, porque dellas se animava a empresa deste gentio..."

(1727) e Villa Bella de Matto Grosso (1752). (1) Os nove restantes foram conferidos pelos hollandezes, em 1638, ás capitánias e cidades seguintes, então sob o seu dominio : Itamaracá, Rio Grande do Norte, Parahyba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Serinhaen, Porto Calvo e Iguarassú.

BAHIA — O brazão de 1549 foi outorgado por D. João III á cidade da Bahia, juntamente com o seu novo nome de cidade do Salvador, segundo informam Gandavo e Rocha Pitta (2). A sua descripção é a seguinte : “em campo de sinople, uma pomba branca com um ramo de oliveira no bico. Numa fita branca, em letras de ouro, o móte : *Sic illa ad arcam reversa est*” (3).

RIO DE JANEIRO — Quanto ao antigo brazão do Rio de Janeiro, que, segundo a tradição, data de 1565, diz Varnhagen que “por armas lhe concedeu Estacio de Sá um móelho de settas, allusivas ás que haviam servido ao supplicio do santo invocado, e quem sabe se ás apprehensões que teria

(1) Estampando nesta obra os desenhos destes brazões, devemos explicar que o da Bahia é a reproducção de uma estampa existente na Bibliotheca Nacional do Rio de Janeiro e que os de Cuyabá e Villa Bella de Matto Grosso foram copiados das gravuras publicadas por J. SEVERIANO DA FONSECA no tomo LI da *Revista do Instituto Historico Brasileiro*, sendo que no de Villa Bella omittimos a corôa mural, que não é mencionada na descripção authentica deste escudo. Os restantes foram restaurados por JOSÉ WASTH RODRIGUES, segundo os documentos que adiante citamos. Os esmaltes que este artista attribuiu ao brazão do Rio de Janeiro são suppostos e, no de S. Luiz, que é um “escudo coroadó”, figura a corôa usada na heraldica municipal portugueza, a qual não adopta as corôas muraes.

(2) TRISTÃO DE ALENCAR ARARIPE — *Brazões do Brasil*, na “Revista do Instituto Historico Brasileiro”, tomo LIV, parte I, pag. 289.

(3) A. J. DE MELLO MORAES dá a seguinte descripção : “uma pomba em campo verde, com um rôlo branco e legenda em letras de ouro, *Sic illa ad arcans reversa est* e a pomba com tres folhas de oliveira no bico” (*Cronica do Imperio do Brasil* — Rio de Janeiro, 1879, pag. 39). O VISCONDE DE PORTO SEGURO, na sua *Historia do Brasil* (2.^a edição, pag. 242), dá o campo como azul.

A proposito, escreve PEREIRA LESSA, aliás sem documentar a sua asserção, que “a primeira bandeira do Brasil, ou melhor, dada ao Brasil e trazida por Thomé de Souza, para a cidade do Salvador, que ia criar, em 1549, compunha-se de um campo azul celeste, com um circulo de prata ao centro, tendo a legenda : *Sic illa ad arcam reversa est*, e, dentro desse circulo, uma pomba de prata esvoaçando em pala, com um ramo de oliveira no bico.” Essa bandeira, que, como se vê, era uma simples reproducção do brazão da cidade do Salvador, seria realmente uma bandeira do Brasil? Não se trataria do estandarte da camara da capital do Brasil-Colônia?

BRAZÕES
DO
BRASIL COLONIAL

(17)



59—BAHIA (1549)
(MODELO ACTUAL)



60—RIO DE JANEIRO (1565)



61—BELEM DO PARA (1616)



62—SÃO LUIZ DO MARANHÃO (1647)



63—CUYABA (1727)



64—VILLA BELLA DE MATTO GROSSO (1752)

J.W.R.

dos que, começando por elle proprio, viriam a cahir victimas de frechadas até o final triumpho da civilisação nesta terra” (1) Joaquim Norberto dá outra versão, tambem adoptada por Eduardo Prado e José Feliciano, affirmando que a esphera armilar “foi dada por armas ao Rio de Janeiro, com as tres settas de São Sebastião.” Ha ainda a registrar uma terceira versão, segundo a qual as settas alludem á morte de Estacio de Sá. (2)

BRASIL HOLLANDEZ — Os braços do Brasil Hollandez, dados pelo principe Mauricio de Nassau ás capitánias sujeitas á sua jurisdicção, estão descriptos na carta do Supremo Conselho do Brasil, dirigida á Assembléa dos Dezenove e datada de 6 de outubro de 1638. (3)

Estão igualmente descriptos na celebre obra de Gaspar Barlaeus, *Res Brasiliae*, editada em Amsterdam, em 1647. Esta ultima obra os reproduz no seu frontespicio e nos mapas, que contém, das capitánias conquistadas. São conhecidas outras reproducções numa collecção de antigas e rarisimas xylographias hollandezas encontradas em meio de gravuras e medalhas pertencentes aos manuscriptos do historiador Gerard Schaepe. Estas reproducções foram reeditadas por Alfredo de Carvalho na “Revista do Instituto Archeologico e Geographico Pernambucano.” (4)

No primeiro dos documentos citados, encontra-se a seguinte referencia aos alludidos braços :

“Havendo as Camaras de Justiça solicitado que lhes fossem concedidas armas, com as quaes sellassem as suas actas e mais papeis, S. Excia (o Conde de Nassau) se dispoz a organisar algumas armas que, de certo modo, tivessem

(1) VARNHAGEN — *Historia do Brasil*, tomo I, pag 303.

(2) JOSÉ FELICIANO — *A Bandeira Nacional*, pag. 36.

(3) Segundo BARLAEUS, os braços citados foram instituidos em 1639. ALFREDO DE CARVALHO assegura que são de data muito anterior.

(4) ALFREDO DE CARVALHO — *Os Braços d'Armas do Brasil Hollandez*, na “Revista do Instituto Archeologico e Geographico Pernambucano”, vol. XI, p. 574.

analogia com a situação de cada capitania e expressassem alguns de seus característicos.

Assim, deu S. Excia. primeiramente a cada uma das quatro capitanias as suas armas e reuniu-as depois em um só escudo para constituírem as armas do Supremo Governo do Brasil, tendo acima da corôa as armas dos Estados Geraes da Hollanda, com o emblema da companhia das Indias Occidentaes (uma náó navegando de vélas enfunadas) pendente das mesmas, circumdadas de uma grinalda de flôres de laranjeiras”.

“A Capitania de Pernambuco tem uma donzella que admira a propria belleza em um espelho, symbolisando a formosura da terra e a situação e o nome da sua capital Olinda, e tendo na mão direita uma canna de assucar.”

“As outras jurisdições de Pernambuco, como Iguarassú, Serinhaem, Porto Calvo e Alagoas tambem têm suas armas. A capitania de Itamaracá tem uns cachos de uvas, porque esta ilha produz as melhores uvas do Brasil. Parahyba tem seis pães de assucar, porque ali se fabrica excellente assucar, ou bem porque depois da conquista dos seus engenhos pelo nosso governo é que começou a prosperar. Rio Grande é symbolisado pelo respectivo rio, tendo á margem um avestruz, de que ha muitos ali.” (1)

A referencia de Barlaeus é a seguinte :

“Para cada capitania engenhou o Conde João Mauricio de Nassau o seu brazão, e comprehendendo-os todos em um só escudo, fez um que indicava os limites do Brasil Hollandez, para uso do Conselho Supremo. Por cima deste brazão levantava-se o das Provincias Unidas da Hollanda, e na parte inferior occorria o symbolo da Companhia das Indias Occidentaes. Os mesmos brazões das quatro capitanias, contidos em um escudo semelhante, formaram o brazão do Conselho Politico, tendo por cima a figura da virgem Astréa,

(1) Traducção de ALFREDO DE CARVALHO — *Obra citada.*

BRAZÕES DO BRASIL HOLLANDEZ

1638

(18)



65-BRASIL HOLLANDEZ



66-ITAMARACÁ



67-RIO GRANDE DO NORTE



68-PARAHYBA



69-PERNAMBUCO

J.W.R.

segurando com uma das mãos a espada vingadora dos crimes e com a outra a balança reguladora das transacções commerciaes.

A' camara de Pernambuco deu por brazão uma donzella mirando-se em um espelho, tomada de admiração pela propria belleza, e segurando com uma das mãos uma canna de assucar, para exprimir por este meio a bondade e uberidade do solo, com o nome da cidade de Olinda, escripto por baixo. As outras camaras de Pernambuco tiveram tambem os seus brazões proprios : Iguarassú, Serinhaen, Porto Calvo, Alagoas. A capitania de Itamaracá ostentava no seu brazão cachos de uvas, em allusão a não haver em parte alguma do Brasil logar que, como a ilha de Itamaracá, os dêsse tão bellos quanto succulentos ; a da Parahyba tinha pães de assucar, ou porque produzisse assucar muito bom e afamado ou porque nesta capitania, depois que nos foi sujeita, a fabricação do assucar começasse a fazer-se em maior escala e o valor dos engenhos augmentasse. A capitania chamada do Rio Grande tinha por brazão um rio, a cuja margem via-se uma avestruz, ave que se encontra em grande abundancia nestas paragens." (1)

Como se vê, nenhum dos documentos transcriptos descreve os brazões de Iguarassú (tres aratús ou carangueijos em roquete), Serinhaen (um cavallo a passo, com certeza alludindo aos excellentes animaes de sella criados naquella comarca), Alagoas (tres tainhas em faixa) e Porto Calvo (tres outeiros representando a sua caracteristica orographia) (2)

Além dos oito brazões referidos, ha a notar mais um, desenhado no frontespicio da obra de Barlaeus, sem qualquer indicação a respeito, e que tem sido attribuido a Sergipe :

(1) Traducção de TRISTÃO DE ALENCAR ARARIPE — *Brazões do Brasil* (Logar citado).

(2) ALFREDO DE CARVALHO, *obra citada*.

esse tem um sol de ouro na cabeça do escudo, com tres corôas de ouro, abertas (de principe) em roquete, no pé. (1)

“Não é mais possível — escreve Alfredo de Carvalho — determinar com exactidão quaes fossem as primitivas côres ou metaes dos brazões d’armas do Brasil Hollandez, porquanto em nenhuma das gravuras vêm os esmaltes indicados por meio dos pontuados ou fundos convencionaes ; em alguns exemplares da edição *princeps* da obra de Barlaeus, os escudos se acham coloridos a aquarella, mas de modo arbitrario e, por vezes, em flagrante contravenção das regras da theoria do brazão.”

Os escudos que reproduzimos foram copiados por José Wasth Rodrigues do exemplar da obra de Barlaeus existente na Bibliotheca Nacional do Rio de Janeiro, e que traz, indiscutivelmente, as gravuras coloridas na época do apparecimento daquella obra. E’ esse, aliás, um dos tres unicos exemplares existentes no mundo em taes condições, segundo informação do director daquella bibliotheca.

E’ de notar que as côres com que nesse exemplar foram aquarellados os brazões obedecem rigorosamente ás regras da heraldica.

VILLA BELLA DE MATTO GROSSO — No auto de fundação da Villa Bella da SS. Trindade do Matto Grosso, datado de 19 de março de 1752, lê-se — “que em reverencia da mesma Trindade Santissima simbolicamente teria por armas (a villa então fundada) em meio de um escudo branco com dous circulos, um encarnado e outro azul, uma ave com corpo e cabeça do meio de Aguia, a do lado esquerdo de Pomba e a do lado direito de Pelicano ferindo o peito ; e que estas mesmas armas poria a Camara no seu Estandarte por detraz das Armas reaes, emquanto Sua Magestade não mandasse o contrario, etc.” (2)

(1) SYLVIO CRAVO — *O Brazão de Sergipe*, pag. 10.

(2) J. SEVERIANO DA FONSECA — *Brazões das Cidades de Cuyabá e Matto Grosso*, na “Revista do Instituto Historico Brasileiro”, supplemento ao tomo LI, pag. 111.

CUYABÁ — Este escudo está assim descripto no auto de fundação da villa do Senhor Bom Jesus de Cuyabá, datado de 1 de janeiro de 1727: “Um escudo dentro com o campo verde, e nelle um morro ou monte todo salpicado com folhetas e granitos de ouro; e por timbre, em cima do escudo, uma phenix.” (1)

Na *Historia da Companhia de Jesus na extincta provincia do Maranhão e Pará*, escripta em 1759 pelo padre José de Moraes e publicada por Candido Mendes de Almeida no vol. I das *Memorias para a Historia do Extincto Estado do*

(1) J. SEVERIANO DA FONSECA — *Obra citada*. São deste autor os topicos seguintes:

“Não sei em que se fundou o cronista de Matto Grosso FELIPE JOSÉ NOGUEIRA COELHO, para dar por armas á villa de Cuyabá um escudo, tendo em campo verde um monte com uma arvore cheia de folhetas de ouro, e por timbre uma phenix, e á Villa Bella um triangulo, symbolo da Trindade: armas que elle nas suas *Memorias historicas da capitania de Matto Grosso, e principalmente da provedoria da fazenda real e intendencia do ouro*, refere “concedidas por Sua Magestade, que as mandou declarar em provisão registrada na camara, em 1753, mas que esta tenazmente substituiu por uma aguia ou pelicano.”

E diz elle que as noticias, que dá, colheu-as num exacto e escrupuloso exame que fez nos archivos da provedoria, intendencia e ouvidoria, o que fazendo authenticas essas memorias, pela sua publica e incontestavel fé, deixa ver o desvelo que ellas lhe mereceram (*Revista Trimensal do Instituto*, tomo XIII, pag. 138).

Tinha, portanto, essa asserção o cunho da maior authorisação, e pois acceitei-a; tarde, infelizmente, verifiquei que ambas vinham descriptas erradamente, o que se comprova com os proprios autos de fundação da villa do Senhor Bom Jesus de Cuyabá, de 1 de Janeiro de 1727, e da Villa Bella da Santissima Trindade do Matto Grosso, de 19 de Março de 1753. Naquelle auto de Cuyabá vem descripto o brazão, assim: “Um escudo dentro com o campo verde, e nelle um morro ou monte todo salpicado com folhetas e granitos de ouro; e por timbre, em cima do escudo, uma phenix”.

As de Matto Grosso são: um escudo branco com dous circulos dentro, o externo encarnado, e o outro azul; dentro uma ave tricephala, corpo e cabeça de aguia; e as duas outras, a do lado esquerdo de pomba e a do direito de pelicano, ferindo o peito.

Não é presumivel que o intendente COELHO encontrasse nos archivos da sua repartição e da ouvidoria os brazões que assignala; é, pois, elle quem erra, não sómente no falseamento do brazão, que declara ser um triangulo, como ainda em dizer que a camara tenazmente conserva uma aguia ou pelicano, confusão que é sua e provém das duas cabeças de aguia e pelicano da ave tricephala.

O auto da fundação de Cuyabá pôde ver-se na *Revista Trimensal*, tomo XXVII, que publica os *Annaes da Provincia de Goyaz*, de ALENCASTRE, onde á pag. 43, da 2.^a parte elle se acha: o da fundação da Villa Bella, aos 19 de março de 1753, em cumprimento ao alvará de 5 de agosto de 1746, aqui o damos, graças á obsequiosidade do Exmo. Sr. coronel FRANCISCO ANTONIO PIMENTA BUENO, de quem o obtivemos.”

Maranhão (Rio, 1860), pags. 182 e 199, encontram-se as descrições dos seguintes braços :

SÃO LUIZ DO MARANHÃO : “São as armas próprias desta cidade, um escudo coroadado, no campo do qual se vê um braço armado de uma espada, de cuja mão, como de Astréa, pendem umas balanças a que servem de conchas dois escudos menores; em um que peza menos se vêem as flôres de liz e as armas de Hollanda com estas letras V I S, no outro, que peza mais, se vêem as armas de Portugal com as mesmas letras VIS e por baixo logo a epigraphie, que diz : *Preponderat*, porque pezou mais o *jus* ou a justiça das armas de Portugal, do que o *vis* ou força das de França e Hollanda, com immorttal desempenho do valor portuguez e não menor gloria da valentia daquelles illustres moradores do Maranhão” (1)

BELÉM DO PARÁ — “Foram as armas da cidade de Belém do Grão Pará um escudo grande esquartelado, de uma parte do qual, em campo azul, se via um castello de prata e nelle um escudo de ouro, com as quinas de Portugal, pendente de um trancelim de pedraria. Em cima do castello, de ambos os lados, sahiam dous braços : um offerecendo um cesto de flôres, com a inscripção por baixo *Verent aeternum*; em outro um cesto de frutas com a inscripção *Tutius latent* : do outro lado, em campo de prata, um sol retrogrado, correndo do poente para o nascente e a inscripção *Rectior cum retrogradus*; e logo outra *Nequaquam minima est*, com um boi e uma mula por baixo olhando para o mesmo sol.”

Este brazão, que parece datar de 1616, isto é, da fundação da cidade de Belém por Francisco Caldeira Castello Branco, a cuja autoria é attribuido, tem dado tratos á bola aos heraldistas e pareceu inintelligivel a Tristão de Alencar Araripe.

Theodoro Braga o interpreta da seguinte maneira :

(1) Segundo informa ALFREDO DE CARVALHO, este brazão foi conferido por provisão régia de 10 de abril de 1647.

“Esquartelado : no 1.º de azul com dois braços nús, enfrentados de carnação, tendo o da direita um cesto com frutas e a legenda *Tutius latet* (tudo o que existe está por ser descoberto) e o da esquerda um cesto com flôres e a legenda *Ver est aeternum* (a primavera é eterna), tudo ao natural; no 2.º de prata com um sol poente de ouro e a legenda *Rectior cum retrogradus* (já passou do pino quando é meio-dia); no 3.º de azul com um castello de prata sobre um terraço ao natural, carregado de um collar de pedrarias ao natural, tendo pendente um escudo de prata com cinco escudetes de azul postos em cruz e carregados cada um com cinco besantes do campo; no 4.º de azul com um boi contornado e uma mula, tudo ao natural, e a legenda *Nequamquam minima est* (nem porisso é menor do que Belém onde nasceu Jesus). (1)

Explica o prof. dr. Theodoro Braga que o 1.º quartel indica o ambiente; o 2.º a situação astronomica, o 3.º allude ao fundador Francisco Caldeira de Castello Branco e o 4.º ao nome da cidade, tomado da em que nasceu Jesus Christo, por ter o fundador partido de S. Luiz no dia de Natal, para tomar posse da capitania do Pará (2).

Fazendo a reconstituição deste escudo, escreve-nos José Wasth Rodrigues :

“O que torna o memorial enigmatico, o que desnorteia o leitor, a chave, enfim, é a primeira palavra da descripção : “esquartelado.” Este termo será muito proprio se o tomarmos no sentido de indicar a existencia de quatro grupos de figuras occupando cada uma um quartel. E’ improprio, porém, porque suggere immediatamente o esquartelamento do escudo em quatro partes, o que não acontece. Todos os heraldistas acceitam esta ultima hypothese como solução — e então o brazão se torna incomprehensivel.

(1) THEODORO BRAGA — *A fundação da cidade de N. S. de Belém do Pará* (Belém, 1908, Typ. da “Provincia do Para”). As explicações do significado das legendas latinas foram-nos dadas verbalmente pelo prof. dr. THEODORO BRAGA.

(2) O brazão de Belém do Pará está hoje oficialmente adoptado segundo a descripção do prof. dr. THEODORO BRAGA.

Se estivesse declarado que o escudo é “esquartelado em cruz”, seria admissível a solução que geralmente lhe é dada. Mas, como isto não acontece, a divisão poderá ser outra.

Continuando a examinar o texto, notamos, em *synthese*, o seguinte : “de uma parte do qual, em campo azul, etc.” e, mais adiante, “de outro lado, em campo de prata, etc.” Ora, como o autor só nomeia duas partes no escudo, é de se concluir que elle está dividido só em duas, porque se o estivesse em quatro, o autor indicaria as côres de mais duas partes, uma vez que se sentiu obrigado a indicar as de duas. Deducção logica, já que as côres das diversas figuras estão também declaradas. Sendo, pois, dividido em duas partes, qual será a divisão : partido ou cortado? Pois em barra ou banda não pôde ser, desde que de inicio já está esclarecida a existencia de quatro grupos de figuras, cada uma correspondendo a um quartel, duas em cima e duas em baixo.

E’ partido. Partido, porque diz o memorial : “de uma parte, etc.” e “de outro lado, etc.”, o que só pôde ser entendido por *dextra* e *sinistra*. Se fosse cortado, não se diria “do outro lado”, pois não se pôde tomar a palavra “lado” como sendo ponta ou parte inferior do escudo.

Continuando a leitura da descripção de José de Moraes, passemos ás figuras : á dextra, ou primeiro “se vê um castello de prata e nelle um escudo de ouro com as quinas de Portugal pendente de um trancelim de pedraria.” Respeitamos a imposição de um escudo de ouro com as quinas de Portugal, pois não sabemos quaes as intenções do autor ao dar esse metal ao escudete. “Em cima do castello, de ambos os lados, saém dois braços : um offerecendo um cesto de flôres, com a inscripção por baixo *Verent aeternum*, em outro um cesto de frutas com a inscripção *Tutius latent*.” Foi o que executamos fielmente, fazendo as letras em prata.

Passemos agora para a sinistra, ou segundo : “do outro lado, em campo de prata, um sol retrogrado correndo do poente para o nascente e a inscripção : *Rectior cum rectro-*

gradus.” Sendo o campo desta parte em prata, não é admissível que o sol seja em ouro, a não ser que o texto nisso fosse categorico. Como não vem indicada a côr, fizemos o sol de góles, isto é, sombra de sol, sem olhos, sem bocca e sem nariz, caminhando para a sua direita, que é o lado do nascente.

“...e logo outra *Nequamquam minima est*, com um boi e uma mula por baixo olhando para o mesmo sol”. Os animaes olham o sol, mais uma prova de que o sol deve estar na mesma divisão e não num outro quartel. Executamos exactamente como manda o texto, fazendo as letras em sable e os animaes de sua côr”.



Além dos quinze brazões descriptos, seis portuguezes e nove hollandezes, não conhecemos outros, no Brasil, que datem dos tempos coloniaes, a não ser vagas referencias a escudos antigos de Ouro Preto (tres morros) e Marianna (insignias da Ordem Carmelitana).

Igualmente, não temos noticia de que no Imperio tenham sido instituidos brazões de provincias e cidades, afóra os do Rio de Janeiro de 1826 e 1858, que foram simples transformações das armas dadas á cidade por Estacio de Sá, e o de Santos, bordado no seu estandarte municipal de 1888 (1).

O actual brazão rio-grandense, embora criado em 1835, era destinado a ser um escudo nacional, como tambem o eram o da Confederação do Equador de 1824 e o da Republica Catharinense de 1839.

(1) Reproduzido por ALBERTO DE SOUZA no vol. I da sua obra *Os Andradas*. Ainda hoje é usado, ligeiramente modificado, o brazão bordado nesse estandarte.

BRAZÕES DO BRASIL
HOLLANDEZ
1638

(19)



70-ALAGOAS



71-SERGIPE



72 SERINHAEN



73-PORTO CALVO



74-IGUARASSÚ

J.W.R.

Informa Joaquim Norberto que o Barão de Santo Angelo “não se deu de gastar longas horas ideando braços para todas as nossas provincias, os quaes deveriam figurar na inauguração da estatua equestre de Pedro I, em 1862, no Rio.” (1) Mas de tal iniciativa, que nos conste, sómente resta esta vaga noticia.



Braços do Brasil-Republica

A respeito dos braços do periodo republicano escreve Alfredo de Carvalho :

“Ao inverso do que constitúe a caracteristica destes symbolos — a perpetuação de successos heroicos e a disposição harmonica das côres ou esmaltes (2) — nos nossos predominam méros accidentes topographicos e, em quasi todos os coloridos, o arranjo é verdadeiramente cacochromatico.”(3)

Esta observação, inteiramente procedente na época em que foi feita (1904), já não se applica a grande parte dos

(1) *Revista do Instituto Historico Brasileiro*, vol. LIII, parte I, pag. 264.

(2) No memorial descriptivo do primeiro projecto que apresentou para as armas da cidade de São Paulo, escreveu GUILHERME DE ALMEIDA :

“De um compulsar paciente do Armorial de France concluimos que, para a elaboração de armas de cidades, se tem tomado por base : 1) um episodio historico (v. g. *Laon*, cujas tres *merlettes* de suas armas recordam os cavalleiros laonezes a regressar das Cruzadas mutilados) ; 2.) a raça fundadora (v. g., *Nevers*, que tem as armas dos primeiros condes de Nevers) ; 3) a situação topographica (v. g. *Privas*, emblemada por um carvalho sobre uma collina — allusão á situação da cidade sobre uma elevação de terreno, cercada por grandes florestas) ; 4) o commercio e as industrias (v. g. *Rouen*, cujo cordeiro emblematico lembra a industria de lãs e tecidos) ; 5) os monumentos (v. g. *Bordeaux*, que tem no escudo o antigo “Hôtel de Ville”) ; e, finalmente, 6) a crença religiosa (v. g. *Perpignan*, cujas armas têm um S. João Baptista, padroeiro da cidade).”

(3) ALFREDO DE CARVALHO — *Braços do Brasil Republicano*, no “Almanach de Pernambuco, para 1904”, pag. 163.

brazões que hoje enriquecem a heraldica brasileira, graças ao trabalho de um punhado de heraldistas de grande valor, que têm composto, recentemente, optimos escudos d'armas para muitas das nossas cidades. Entre esses merecem ser destacados os nomes de Affonso de E. Taunay, Balthazar da Camara, Benedicto Calixto, Guilherme de Almeida, José Wasth Rodrigues, Mario Melo, Sylvio Cravo.

Taunay compoz dezenas de bellos escudos, dentre os quaes se salientam os de Porto Feliz, Tietê, Taubaté, Parnahyba, Porto Seguro, Itú, Sorocaba, São Francisco do Sul e Vassouras. A Balthazar da Camara e Mario Melo deve a heraldica pernambucana os excellentes brazões de Recife e Jaboatão. Benedicto Calixto é o autor das pedras d'armas de Santos, São Vicente e Conceição de Itanhaem. Guilherme de Almeida e José Wasth Rodrigues se consagraram heraldistas criando o esplendido brazão da cidade de São Paulo. O primeiro compoz ainda o bello escudo de Petropolis e José Wasth Rodrigues é o autor do soberbo brazão do Estado de São Paulo e de varios projectos de alto valor, dos quaes mais adiante nos occuparemos. Sylvio Cravo tem um bom projecto para o Estado de Sergipe.

A esta resumida lista de heraldistas brasileiros será justo acrescentar os nomes de Tristão de Alencar Araripe, que compoz projectos de escudos, alguns excellentes, para todos os Estados e principaes cidades do Brasil e, a quem se devem os brazões actuaes de Ouro Preto (reformado por José Wasth Rodrigues), Coritiba e Fortaleza; Corbiniano Villça, que em 1909 desenhou o brazão do Rio Grande do Norte, um dos mais bellos e originaes de todos os que possuímos; e os do dr. Ricardo Gumbleton Daunt, almirante Henrique Boiteux, Paulo Vergueiro Lopes de Leão, Paim Vieira e D. Aquino Correia, autores, respectivamente, dos escudos de Campinas, Santa Catharina, Baurú, Guarujá e Matto Grosso.

Possuem hoje brazões de armas todas as unidades da Federação Brasileira, bem como as seguintes cidades:

Do Estado de São Paulo : Amparo, Baurú, Cananéa, Campinas, Conceição de Itanhaen, Franca, Guaratinguetá, Guarujá (prefeitura, ora extincta), Guarulhos, Itú, Jaboticabal, Jundiahy, Leme, Lorena, Mogy das Cruzes, Monte Alto, Parnahyba, Pindamonhangaba, Porto Feliz, Piedade, Salto, São José dos Campos, Santos, Sorocaba, Santo Amaro, São Bernardo, São Paulo, São Vicente, São Carlos, Taubhy, Taubaté, Tietê, e Villa Americana, (33).

De Minas Geraes : Barbacena, Bello Horizonte, Juiz de Fôra, Leopoldina, Ouro Preto, São João d'El-Rey, Tres Pontas e Uberaba. (8)

Do Estado do Rio de Janeiro : Campos, Cantagallo, Nictheroy, Parahyba do Sul, Petropolis e Vassouras. (6)

De Santa Catharina : Florianopolis, Joinville, Laguna e São Francisco do Sul. (4).

Do Pará : Belém, Itaituba e Soure. (3)

Da Bahia : Porto Seguro, Santo Amaro e São Salvador (colonial.)

De Matto Grosso : Cuyabá e Villa Bella.

De Pernambuco : Jaboatão e Recife.

Do Paraná : Coritiba.

Do Ceará : Fortaleza.

Do Amazonas : Manaos.

Do Maranhão : São Luiz (colonial).

Do Espirito Santo : Victoria.

Já temos visto citados os braços de Paranaguá (Paraná) e Feira de Sant'Anna (Bahia). Mas verificamos que essas municipalidades usam, respectivamente, as armas da Republica e as da Bahia, nos seus papeis officiaes.

São, pois, sessenta e sete os braços municipaes do Brasil, incluindo-se na relação acima o do Districto Federal. Existem ainda projectos para as seguintes cidades paulistas : Caçapava, Jahú, Jacarehy, Itapetininga, Ribeirão Preto, São Sebastião e São Vicente, todos compostos por

Affonso de E. Taunay ; para Angra dos Reis (Estado do Rio), do mesmo autor ; e, para Therezina (Piauhy), Natal (Rio Grande do Norte), João Pessoa, (Parahyba), Aracajú (Sergipe), Maceió (Alagoas), Goyaz (cidade), Sabará, Diamantina, Caeté e Marianna (Minas), ideados por José Wasth Rodrigues, sem falar nos projectos compostos por este artista para remodelação ou substituição de braços defeituosos dos Estados e suas capitães.



O Brazão do Rio de Janeiro

As actuaes armas do Districto Federal foram adoptadas pelo decreto n. 312, de 1 de agosto de 1896, que dispoz o seguinte :

“Art. 1.º — As armas municipaes constarão do antigo emblema, esphera e settas, accrescentados do barrete phrigio, repousando sobre uma véla de navio, cuja prôa formará a base do emblema. Aos lados da quilha haverá dois golphi-nhos ; circumdando o emblema, dois ramos de louro e de carvalho e, encimando-o, a corôa symbolica de cidade marítima.

Art. 2.º — Estas armas serão collocadas na fachada de todas as repartições municipaes.

Art. 3.º — Revogam-se as disposições em contrario — Rio de Janeiro, 1 de agosto de 1896 — (a) *Dr. Francisco Furquim Werneck de Almeida.*”

O Codigo de Posturas do Districto Federal, de 27 de abril de 1900, reproduz no seu art. 48 os dispositivos do decreto n. 312.

Um officio da Prefeitura, datado 13 de outubro de 1921 e dirigido ao dr. Raphael Mayrinck, assim explica a significação daquellas armas :

“Quanto aos motivos principaes da escolha dos emblemas, côres e divisas para o brazão da cidade, informo a V. Excia., de accordo com a palavra do sr. chefe de secção Francisco Noronha Santos :

Originou o supracitado decreto o projecto apresentado no Conselho Municipal em 10 de abril de 1896, pelos então intendentes Honorio Gurgel, Silva e Souza, Sá Freire, Vieira Fazenda, Domingos Ferreira e Rodrigues Alves. Tornado lei, conservou nas disposições do emblema a esphera armilar e as settas, que de longinquos tempos figuravam nas armas da cidade. Accrescentou-se-lhe, certamente para harmonia esthetica do desenho — attribuido ao professor Bernardelli — além do barrete phrigio, uma véla aberta, de embarcação, cuja prôa forma a base das armas do Districto. E mais dois golphinhos ao lado da quilha da embarcação. Coroando taes detalhes, vê-se o symbolo da cidade fortificada : — o classico castello das cidades latinas. E pouco abaixo, o louro e o carvalho, que recordam as virtudes civicas dos povos.

Relembradas nesta rapida descripção as historicas settas dos Tamoyos e outros symbolos heraldicos do passado, — o proprio texto do Decreto n. 312, de agosto de 1896, completam os elementos essenciaes de que carece V. Excia. Saudações — (a) *Aureliano Portugal.*”

Como se vê, quem desenhou as actuaes armas da cidade do Rio de Janeiro não tinha nem ligeiras noções de heraldica. De facto, esse emblema não possúe escudo, peça essencial de um brazão, nem traz a indicação das côres e metaes. Entretanto, os symbolos tradicionaes permittiriam a composição de um emblema de grande singeleza e significação : em escudo de sinople, a esphera armilar de ouro, atravessada por tres settas do mesmo metal, duas em aspa e uma em pala.

BRAZÃO DO RIO DE JANEIRO

(20)



nº 75)-1826



nº 76)-1858



nº 77)-1889



nº 78)-1893



nº 79)-1896



nº 80)-Correcção do brazão actual



ALBERTO LIMA. RIO. 1952. Nº 206

Timbre, a corôa mural de ouro. Ornamentos exteriores, os mesmos das armas actuaes. Ficaria, assim, o brazão com um só metal e um só esmalte, formando as côres nacionaes, que não seriam descabidas no emblema heraldico da capital do paiz, e não se sobrecarregaria o escudo com outros elementos senão os symbolos primitivos, tão bem escolhidos pelo proprio fundador da cidade. Se se quizer corrigir apenas o brazão actual, bastará substituir por um escudo a véla de navio e, conservando a ornamentação exterior, discriminar a côr do campo e o metal da esphera e settas.

Anteriormente, o Districto Federal possuiu outros brazões, adoptados respectivamente em 1826, 1858, 1889 e 1893, conforme se vê dos desenhos que reproduzimos fielmente de publicações officiaes da Prefeitura carioca. Destes, só o de 1858 é aproveitavel, mas todos estão compostos com infracção das regras de heraldica.



O Brazão da Cidade de São Paulo

Foi adoptado em 1917, em concurso aberto pela Prefeitura Municipal, ao qual Guilherme de Almeida e José Wasth Rodrigues concorreram com o seguinte projecto, classificado em primeiro lugar :

“Escudo portuguez de góles, com um braço armado movente da dextra, empunhando uma espada batalhante de côpos em cruz, e uma flammula farpada de quatro pontas, com a Cruz dos Navegadores Portuguezes, içada em haste lanceada em acha d’armas, tudo de prata. Encima o escudo corôa mural d’ouro, de quatro torres, com tres ameias e sua porta cada uma. Supportes : dois ramos de café de sua côr. Divisa : *non ducor, duco* de sable em um listão de prata.

“Escudo portuguez” — como são os das cidades de Portugal (I. de Vilhena Barbosa, “As Cidades e Villas da Monarchia Portugueza”), para lembrar a raça colonisadora e principal formadora ;

“de góles” — o campo, porque o vermelho, em brazão, symbolisa “victorias, ardis, guerras” (Antonio de Villas-Boas e Sampayo “Nobiliarchia Portugueza”, ed. 1727, pag. 219), de que tão a transbordar está a nossa historia ;

“com um braço armado” — heraldica figuração da acção proveitosa, forte, continua (Dénis François Gastelier de la Tour, “Dictionnaire Héraldique”), vestido á maneira do seculo XVI (braçal d’articulações imbricadas no braço e liso no antebraço, com espaldeira e cotovoleira brosladas d’arabescos), a indicar a época das descobertas ;

“movente da dextra” — lado nobre do escudo, que nobre foi sempre a gente paulista, já do bom sangue que de Portugal lhe veio, já da grande somma d’altos feitos com que uma sua mui legitima nobreza edificou ;

“empunhando uma espada batalhante” — gesto d’Amador Bueno da Ribeira que, acclamado rei, de sua casa sahiu, fiel vassallo, “com a espada núa na mão”, (Fr. Gaspar da Madre de Deus, “Capitania de S. Vicente”, ed. 1797, pg. 133), acclamando, por seu, El-Rei de Portugal ; e gesto, outrosim, de Pedro I, proclamando a Independencia, tal como o estampa a téla de Pedro Americo ;

“de cópos em cruz” — attributo da espada emblematica do Apostolo São Paulo, a lembrar o Santo padroeiro e a data da fundação desta cidade ;

“e uma flammula farpada de quatro pontas” — commemoração principal da historia gloriosa do bandeirismo, levando a efficacia de sua acção audaz aos quatro pontos cardeaes ;

“com a Cruz dos Navegantes Portuguezes” — de góles, vazia de prata — cruz descobridora de mundos, que, arribando espalmada no velame das galéras, a tudo presidiu,

BRAZÃO DE SÃO PAULO

(21)



81-PROJECTO DE J.W.RODRIGUES
APRESENTADO AO PRIMEIRO
CONCURSO



82-PROJECTO DE GUILHERME
DE ALMEIDA E J.W.RODRIGUES
APRESENTADO AO SEGUNDO CONCURSO



83-BRAZÃO ADOPTADO
(MODELO OFFICIAL)



84-CORRECÇÃO DO BRAZÃO ADOPTADO

depois, na Terra de Santa Cruz : ou clareando a róta dos devassadores das selvas, ou guiando, na obra de catechese, os Padres de Jesus ;

“içada em haste lanceada em acha d’armas” — allusão á machada aventureira de João Amaro, Antonio Raposo, Bartholomeu Bueno, Domingos Jorge, Fernão Dias... a rasgar, no sertão inhospito, a trilha, que a bandeira, solícita, seguia ;

“tudo de prata” — côr symbolica da lealdade, da nobreza, da gloria (Antonio de Villas-Boas e Sampayo, ob. e pg. cit.) : lealdade da gente paulista no dominio lusitano, no Imperio, na Republica ; nobreza do bandeirante impavido ; gloria de estar, alfim, firmado a São Paulo, na Federação Brasileira, o mais alto, lisonjeiro posto ;

“Encima o escudo corôa mural d’ouro” — que é o metal para corôas de cidades de primeira ordem (Dénis François Gastelier de la Tour, ob. cit. ; P. Menestrier, “Le Dessin de la Science du Blason” ; H. Goudron de Génouillac, “L’Art Héraldique”) ;

“de quatro torres” — das quaes só duas se vêem : uma completa ao centro, e meia de cada lado, como estabelecido está pela perspectiva heraldica ;

“com tres ameias e sua porta cada uma” — segundo é de uso constante na armaria, tendo essa corôa cabal justificativa historica : as quatro portas da antiga cidadella dos catechumenos, duas ao norte, guardadas e frequentadas pela gente de Tibiriçá, e duas ao sul, defendidas pelos guerreiros de Caiuby (Dr. Theodoro de Sampaio, “São Paulo no Tempo de Anchieta”, pag. 129) ; rememorando, ademais, a Villa de Santo André que, pelos annos de 1553, Thomé de Souza mandou fortificar “com uma trincheira e quatro baluartes onde se cavalgasse artilharia” (Fr. Gaspar da Madre de Deus, ob. cit., pag. 109), e cuja população houve de se render, mais tarde, ante o progresso e vulto a pouco e pouco grangeados pela Villa de São Paulo, que marcava assim seu

primeiro passo na senda que vae fazendo de a todos se impôr e tudo sobrepujar por bravura e esforço seu ;

“Supportes : dois ramos de café de sua côr” — uma das fontes de riqueza do Brasil, em cujas armas tambem figura, e maxima riqueza deste Estado ;

“Divisa” — : *non ducor, duco* — latina, recorda a origem da nossa raça ; breve, traduz com animosa energia tudo o que é a nossa historia : estímulo e exemplo para os demais irmãos ;

“de sable em um listão de prata” — côres das duas raças que se cruzaram para gerar o povo esforçado que, no concerto da União, é o que “*não segue, conduz*”.

Adoptando este projecto, a commissão julgadora, composta dos srs. dr. Carlos de Campos, monsenhor dr. Benedicto Paulo Alves de Souza, dr. Eduardo de Aguiar de Andrada, Nestor Rangel Pestana e Benedicto Calixto de Jesus, escreveu o seguinte em seu parecer de 2 de março de 1917 :

“De todos os trabalhos que figuraram no concurso, é o projecto n. 7 aquelle que obedece de uma maneira mais completa ao antigo e verdadeiro preceito heraldico, de que toda a belleza de um brazão de armas reside na simplicidade de sua concepção. O autor adoptou para a fôrma do escudo a portugueza ou flamenga ; nesse escudo gravou apenas um emblema e em toda a sua composição, exceptuando os attributos externos, empregou apenas um esmalte e um só metal.

De todas as fôrmas de escudo, é a das antigas cidades e villas de Portugal a mais singela e, adoptando-a, o artista não só favoreceu o conjunto, como indicou, de realce, a origem portugueza de S. Paulo.

Na impossibilidade material de representar dentro dos limites restrictos de um brazão toda a historia da cidade, o autor teve a feliz inspiração de adoptar o unico emblema capaz de resumir de uma fôrma eloquente toda a historia de seu povo : — o symbolo do Bandeirante, titulo de gloria

dos filhos desta terra ! — De um jacto esse symbolo não só evoca as primeiras e arduas lutas dos tempos remotos das conquistas, quando diante da bandeira intrepida e altiva se dilatavam os limites do Brasil primitivo, como representa, ainda, com o seu braço armado e o seu guante de aço, a acção sempre pujante do paulista em todas as phases do Brasil historico.

O autor adoptou para o emblema o metal symbolico da lealdade e da nobreza e, para o campo, o esmalte representativo da altivez e da audacia. Emblema, metal e esmalte se completam em uma harmonia perfeita, tornando o brazão eminentemente parlante.

A commissão julga, todavia, que, sem alterar a concepção, algumas pequenas modificações contribuiriam a dar maior realce ao escudo.

O artista, por exemplo, representou o braço armado movente do flanco dextro e muito acertadamente justificou essa disposição por ser esse o lado nobre do brazão. Embora muito generalisada, essa disposição, em heraldica, não é rigorosamente correctá. Movente do flanco dextro, deve-se mostrar o braço esquerdo do guerreiro. Mas, como o braço da acção é o braço direito e o emblema figura a mão empunhando, não uma simples bandeirola, mas uma haste lanceada em acha d'armas, somos de opinião que seria preferivel sacrificar a idéa do lado nobre e, invertendo a disposição, mover o braço direito do cavalleiro do flanco sinistro, collocando ainda o emblema em uma posição mais symetrica em relação ao chefe e á ponta do escudo.

A supressão da espada de cópos em cruz favoreceria, igualmente, o aspecto do conjunto ; obedece esta suggestão á preocupação de não sobrecarregar o brazão de emblemas e de evitar a repetição de symbolos.

Sem entrar na discussão do criterio a que obedeceu o autor do projecto para a escolha das côres do corpo e alma da divisa que, aliás, se afasta dos limites a que deve ficar

circumscripto o brazão de armas de uma cidade, a commissão opta pela repetição das côres do escudo nos seus accessorios, como é de bôa regra, em heraldica.

Quanto á alma da divisa, a commissão já teve o ensejo de se pronunciar a seu respeito por occasião do primeiro concurso em que ella figurou : completa o escudo e traduz de uma maneira vibrante a indole do povo paulista.

Nessas condições serão brazonadas as armas da cidade pela fórmula seguinte :

“Escudo portuguez de góles com um braço armado movente do flanco sinistro empunhando um pendão de quatro pontas farpadas ostentando uma cruz de góles, aberta em branco sobre si, da Ordem de Christo, içada em haste lanceada em acha d’armas, tudo de prata. Encima o escudo a corôa mural de ouro, de quatro torres, com tres ameias e sua porta cada uma. Supportes : dois ramos de café de sua côr. Divisa : *Non ducor, duco*, de góles em listão de prata”. (1)

O acto n. 1057, da Prefeitura de São Paulo, datado de 8 de março de 1917 e assignado pelo então prefeito dr. Washington Luis Pereira de Souza, instituiu o brazão d’armas da cidade e municipio de São Paulo, reproduzindo textualmente a descripção proposta pela commissão julgadora do concurso.

Foi, pois, acceita a emenda. Referindo-se a esta, escreveu Guilherme de Almeida :

“Simplificou-o bastante (e isso já é alguma cousa), mas tirou-lhe grande parte do symbolismo.

Sou o primeiro a reconhecer no primitivo projecto insignificante deslize que se prende a pequenina regra heraldica : a divisa é negra sobre fita de prata, quando é expresso que as letras das inscripções, divisas, etc., serão sempre de metal.”

(1) *Revista do Brasil*, vol. IV, pags. 506 a 508 (São Paulo, 1917).

José Wasth Rodrigues fornece-nos a respeito as notas seguintes :

“O dextrochério do braço de S. Paulo, apesar de muito discutido pela commissão julgadora do 2.º concurso, apresenta ainda certos pontos dignos de correcção.

Pondo-o na posição em que está, a commissão acertou, pois o dextrochério deve ser sem sombra de duvida “um braço direito movente para a direita do escudo” (esquerda do observador).

Neste ponto são concordes todos os textos e vem assim o dextrochério representado, não só nas mais vulgares encyclopedias, como nas melhores obras de heraldica, como por exemplo no “Methode” do Padre Menestrier.

E’ discutivel, porém, represental-o isolado, pois elle deve ser movente ou nascente do flanco esquerdo do escudo. Assim figura no armorial portuguez, nas armas dos Dias, Deusdará, Horta, Leste, Conestagio, Barbalonga, etc. O aspecto adoptado no braço de São Paulo traz o inconveniente seguinte : ou mostra um vacuo na extremidade do braço (como se vê actualmente) e neste caso parece que a armadura está vazia, ou deve mostrar o braço e a armadura amputados.

Por isto o dextrochério é geralmente representado surgindo do flanco esquerdo do escudo. Nas gravuras que illustam esta palavra em obras vulgares como : “Encyclopédie Universelle du XX^{me} Siècle”, no “Nouveau Larousse Illustré”, no “Larousse do XX^{me} Siècle” lê-se: “O dextrochério é sempre movente do flanco sinistro do escudo” (armas dos condestaveis e de algumas cidades “à franchises”).

“Le dextrochère, bras droit représenté nú, armé ou paré, tenant à la main un badelaire, une épée ou toute autre pièce. Il est mouvant du flanc sénestre de l’écu”... etc. “L’Art Heraldique” par H. G. de Genouillac.

“Destrocherio : Chiamasi il braccio destro movente nello scudo dal fianco sinistro”. — Dizionario Araldico, Hoepli, p. 247.

O mesmo vê-se desenhado nas armas dos Desmarets :
“D’azur au dextrochère d’argent, tenant une plante de trois lis de même” — “Traité Complet de la Science du Blazon” par Jouffroy d’Eschavannes.

E’ representado também nascente de nuvens, mantos ou outra peça; exemplo, o braço da Bosnia, onde se vê um braço armado de uma cimitarra surgindo de um manto de arminho no flanco sinistro do escudo.

Braço armado surgindo de nuvens vê-se na divisa dos Montmorency, na descrição da bandeira dos Dragões das Minas e na antiga bandeira de guerra da Hollanda (Museu Historico — Rio)

Outro ponto digno de reparo no braço paulista é a falta da espada, que constava do projecto escolhido.

A espada no braço de S. Paulo é indispensavel, pois tem uma grande significação : é a espada do apóstolo S. Paulo, é o gesto de Amador Bueno, é o de D. Pedro I no Ipiranga, é o valor militar paulista...”



O Braço do Estado de São Paulo

São Paulo foi a ultima unidade da Federação Brasileira que adoptou um braço de armas, criado durante a epopéa constitucionalista iniciada a 9 de julho de 1932. Num folheto, publicado em plena revolução, (1) vem assim contada a historia deste symbolo :

(1) *O Braço de Armas do Estado de São Paulo* — Edição da Comissão de Donativos da Associação Commercial de São Paulo, destinada a ser vendida em beneficio do Movimento Constitucionalista. (São Paulo Editora Limitada, 1932).

“A comissão nomeada pela Associação Commercial de São Paulo para dirigir a Campanha do Ouro para a Victoria adoptou o lemma que lhe foi proposto pelos srs. dr. José Maria Whitaker e monsenhor dr. Gastão Liberal Pinto: *Pro São Paulo fiant eximia* — “Por São Paulo façam-se grandes cousas.” (1)

A mesma comissão também adoptou, como seu emblema, por suggestão do pintor José Wasth Rodrigues, a espada romana usada pelo apostolo São Paulo, posta em pala com a ponta ao alto e o punho sobre o cruzamento de dois ramos, um de louro e outro de carvalho.

A espada — suggerida pelo projecto premiado no segundo concurso do brazão de armas da cidade de São Paulo, projecto esse da autoria de Guilherme de Almeida e José Wasth Rodrigues — evocava o padroeiro do Estado, assim como “Amador Bueno da Ribeira, que, aclamado rei, de sua casa sahiu, fiel vassalo, com a espada núa na mão (Frei Gaspar da Madre de Deus, “Capitania de São Vicente”), acclamando por seu el-rei de Portugal”; e D. Pedro I proclamando a Independencia, tal como o estampa a téla de Pedro Americo.” (Guilherme de Almeida e José Wasth Rodrigues — “Memorial do projecto premiado no segundo concurso do brazão d’armas da cidade de São Paulo”).

A espada alludia ainda ao actual movimento revolucionario.

Os ramos de carvalho e louro symbolisavam o valor civico e militar do povo paulista, tão vibrantemente evidenciado nestes dias historicos.

O lemma e o emblema escolhidos foram reproduzidos nas medalhas, diplomas, aneis e outros distinctivos man-

(1) O lemma reproduz, ligeiramente modificada, uma inscripção que o engenheiro Rebouças mandou collocar, em 1895, no Reservatorio da Repartição de Aguas de São Paulo, sito á rua 13 de Maio. Essa inscripção, que ainda hoje existe, é a seguinte: *Pro São Paulo fiat eximium*.

dados confeccionar pela commissão de direcção da Campanha do Ouro para a Victoria.

Entendendo que, pela sua alta significação, taes elementos estavam naturalmente indicados para constituirem o emblema heraldico de São Paulo, aquella commissão encarregou o sr. José Wasth Rodrigues de compor com elles um brazão de armas para o nosso Estado, unica unidade da Federação que não possuia tal symbolo.

Composto esse projecto e redigido o respectivo memorial pelos srs. drs. Francisco Pati e Clovis Ribeiro, foi apresentado á commissão de direcção da Campanha do Ouro para a Victoria, na sua reunião effectuada a 22 de agosto, tendo sido em seguida entregue ao sr. Carlos de Souza Nazareth, membro daquella commissão e presidente da Associação Commercial de São Paulo, que o levou ao governador Pedro de Toledo, propondo a sua adopção.

O governo do Estado acceitou a suggestão, tendo apenas modificado a divisa, que passou a ser *Pro Brasilia fiant eximia*, em vez de *Pro São Paulo fiant eximia*, para que o brazão contivesse, como era necessario, uma affirmação da brasilidade de São Paulo."

A adopção do brazão se fez pelo decreto n. 5.656, de 29 de agosto de 1932, abaixo reproduzido :

"O doutor Pedro de Toledo, Governador do Estado de São Paulo, por acclamação do Povo Paulista, do Exercito Nacional e da Força Publica,

Decreta :

Art. 1.º — Adopta o Estado de São Paulo o Brazão de Armas, lançado no desenho annexo e com os seguintes caracteristicos :

"Em campo de góles as letras S P em chefe e uma espada em pala com a ponta ao alto e o punho brocante sobre o cruzamento de dois ramos de louro e carvalho, tudo de prata. Timbre : uma estrella de prata. Fitão de góles com

a divisa — “Pro Brasilia fiant eximia” — em letras de prata. Supportes : dois ramos de café, frutificados e de sua côr”.

O Estado de São Paulo, ao contrario dos demais Estados da Federação, não possúe, ainda, brazão de armas. Vae possuil-o agora, em hora opportuna como poucas. Como tudo o que é seu, como tudo o que se acha incorporado ao seu patrimonio moral e material, este brazão de armas será, tambem, uma conquista do seu povo. Ao invéz de consagrar unicamente glorias antigas, consagrará, tambem, glorias presentes. Os symbolos que no mesmo figuram viverão pelo que dizem do passado e pelo que confirmam no presente.

São Paulo vive um instante de apogeu. A historia de Piratininga, tão illustre hoje como na éra das Bandeiras, veiu culminar nesta epopéa pelo direito e pelas liberdades publicas. A espada batalhante encontra, mais uma vez, mãos que a empunham, enristam e dignificam. Essa espada desbravou sertões, alargou fronteiras, fundou cidades, dessembainhou-se pela Independencia, cobriu-se de gloria nas guerras do Sul, ajudou a implantar e a consolidar a Republica e agora se levanta contra a dictadura, para salvar e redimir o Brasil. A sua missão, no passado, como no presente, é de pelejar, victoriosamente, pelas grandes causas da nacionalidade, a cujos destinos, varias vezes, tem aberto novos rumos.

O escudo é o portuguez, como convém a descendentes de portuguezes e de acordo com o uso já consagrado no Brasil. De uma só côr e um só metal, como é de bom estilo em heraldica, ficando, assim, dentro da maior simplicidade e em harmonia com o brazão da cidade de São Paulo. O vermelho, esmalte representativo da altivez, da audacia e da gloria, perpetúa o valor do povo paulista, que jamais trepidou em afrontar as asperezas da luta e a derramar o seu sangue pelo Brasil e pela liberdade. A prata, metal symbo-

lico da lealdade e da nobreza, allude tambem ao tope branco usado tradicionalmente pelos partidarios da Constituição, desde os tempos coloniaes, e adoptado como distinctivo dos soldados constitucionalistas no actual movimento revolucionario. Diz bem do character ordeiro da nossa gente, que sómente quer viver sob o regimen da lei e das garantias juridicas, pelo qual ainda agora se bate.

As iniciaes S P significam que o proprio nome de São Paulo evoca melhor o seu valor e as suas glorias do que quaesquer symbolos ou emblemas. O uso de letras iniciaes está consagrado na heraldica desde os tempos antigos, o que se póde ver no armorial portuguez, e, entre os paizes, na França, que adoptou as letras R F, pondo de lado symbolos de grande prestigio, que poderia ostentar.

A espada romana, usada pelo apostolo São Paulo, evoca o padroeiro do Estado. Lembra ainda o gesto de Amador Bueno, a epopéa das Bandeiras, Pedro I proclamando a Independencia na collina do Ipiranga e, finalmente, a espada que, na hora actual, foi “desembainhada em continencia á Lei.”

Os ramos de louro e carvalho consagram o valor militar de São Paulo, que desde os tempos coloniaes tem sabido enobrecer as tradições de bravura do povo brasileiro, e o seu valor civico, sempre á frente das grandes iniciativas tendentes a criar para o Brasil uma situação proeminente no concerto dos povos cultos.

Como timbre, uma estrella de prata : indica que São Paulo é uma das unidades da Federação Brasileira, symbolisadas por vinte estrellas nas armas federaes.

A divisa — “Pro Brasilia fiant eximia” — “Pelo Brasil façam-se grandes cousas” — affirma o profundo sentimento de brasilidade do povo paulista. Lembra o esforço de que sempre se mostraram capazes os filhos deste Estado quando a Nação exigiu delles o maximo de sacrificios, como ainda agora está acontecendo.



85 - MARANHÃO



86 - RIO GRANDE DO NORTE



87 - RIO GRANDE DO SUL



88 - MATTO GROSSO



89 - ESTADO DE SÃO PAULO

Os ramos de café indicam a base da fortuna publica do Estado e a tradição de riqueza que São Paulo soube criar, atravez de arduos trabalhos.

Art. 2.º — Entrará este decreto em vigor immediatamente, revogadas as disposições em contrario.

Palacio do Governo do Estado de São Paulo, 29 de agosto de 1932. — (a) *Pedro de Toledo* — *Waldemar Ferreira* — *Francisco da Cunha Junqueira* — *Paulo de Moraes Barros* — *Francisco Emygdio da Fonseca Telles* — *J. Rodrigues Alves Sobrinho.*" (1)

Até hoje nenhum brazão se popularisou tanto no Brasil como o do Estado de São Paulo. Criado num dos momentos culminantes da historia paulista, logo se vulgarisou intensamente o seu uso por parte de todo o povo. Foi, sem demora, reproduzido em milhares de estampas, que tiveram extraordinaria procura para adorno das paredes dos lares e dos escriptorios. Estampado em placas de metal, serviu para ser affixado em portaes de residencias e em pesos de papel. Cunhado em prata e em outros metaes, com elle se fizeram distinctivos de lapella, alfinetes e presilhas de gravata, broches de senhoras, aneis de sinete, abotoaduras para punhos, etc., servindo ainda para ornamento de carteiras, bolsas, cinzeiros e innumerous outros objectos.

A immensa popularidade deste brazão não foi determinada apenas pelo momento historico excepcional que elle assignalou, mas porque esse symbolo passou a ser usado como signal de fidelidade á grande causa que São Paulo encarnava e pela qual se bateu com tão gloriosa bravura, fazendo, de conformidade com o lemma adoptado, "grandes cousas pelo Brasil".

(1) *Diario Official do Estado de São Paulo*, — edição de 30 de agosto de 1932.



Brazões de Outros Estados

ALAGOAS — O decreto n. 53, de 25 de maio de 1894, dispoz o seguinte :

“O Governador do Estado, attendendo á conveniencia de estabelecer as armas do Estado para symbolisal-o nos papeis publicos, decreta a adopção das que se acham desenhadas no modelo annexo e se compõem dos seguintes distinctivos : Um escudo atravessado por uma faixa em sentido obliquo e descendente da esquerda para a direita com a legenda — *Paz e Prosperidade* — o que constitúe a nossa principal aspiração. Na base esquerda, como representação das nossas industrias, o trem de uma via ferrea, e logo acima um barco a vapor dá a idéa do nosso commercio. No centro ao lado direito, o nosso mais notavel accidente physico, a Cachoeira de Paulo Affonso, formada pelo rio S. Francisco, recorda as nossas vias de comunicação fluvial. Na parte superior do lado direito uma estrella radiante symbolisa a que representa o Estado de Alagôas nas armas e bandeira da Republica. Um feixe de cannas e um ramo de algodoeiro, orlando a parte inferior do escudo, rememoram a nossa lavoura. Na parte superior uma aguia deslumbrada, emblema da força, cercada de uma aureola, abrange o escudo com as suas azas destendidas. Finalmente, uma fita de pontas bipartidas, desenhada por cima do escudo, contém, em caracteres maiusculos, as palavras “Estado de Alagoas” e em outra fita menor, que na parte inferior enlaça o feixe de cannas e o ramo de algodoeiro, se lê em identicos caracteres a palavra “Brasil”. O presente decreto será opportunamente submettido á approvação do Congresso. — Palacio do Governo do Es-



90-ACRE



91-ALAGOAS



92-AMAZONAS



93-BAHIA



94-CEARÁ



95-ESPÍRITO SANTO



96-GOYÁS



97-MINAS GERAES(1891)



98-MINAS GERAES(ACTUAL)



99-PARÁ



100-PARAHYBA



101-PARANÁ(1905)



102-PARANÁ (1910)



103-PARANÁ(ACTUAL)



104-PERNAMBUCO



105-PIAUIH(PRIMITIVO)



106-PIAUIH(ACTUAL)



107-RIO DE JANEIRO



108-SANTA CATARINA



109-SERGIPE

tado de Alagoas, em Maceió, 25 de maio de 1894, 6.º da Republica — (a) *Gabino Besouro*."

AMAZONAS — O escudo d'armas do Estado apresenta como feição principal a confluencia dos rios Negro e Amazonas (1). E' anterior a 1892, pois já apparece impresso na capa da collecção de leis do Estado, daquelle anno.

BAHIA — O brazão do Estado da Bahia "representa as figuras do Trabalho e da Republica, de mãos enlaçadas sobre um escudo no qual se vê, na prôa de uma embarcação, um marinheiro apontando para a terra proxima (allusão ao descobrimento do Brasil); tem por timbre uma estrella aureolada, encimada pela inscripção "Estado da Bahia"; por baixo do escudo, numa fita, a legenda *Per ardua surgo*, e mais abaixo a palavra "Brasil". (2)

Este brazão já apparece impresso no volume da collecção de leis do Estado, referente ao anno de 1891.

CEARÁ — Lei n. 393, de 22 de setembro de 1897 :

"O povo do Estado do Ceará, por seus representantes, decretou e eu promulgo a seguinte lei :

Art. 1.º — As armas do Estado serão representadas por um escudo encimado por um forte de antiga construcção e desenhado da seguinte maneira : Uma ellipse atravessada por uma zona em sentido obliquo, da esquerda para a direita, e semeada de estrellas, symbolisando os differentes municipios do Estado, mostrará, no centro do escudo, uma parte do litoral, comprehendida a enseada, e o farol do Mucuripe ; e um debuxo de passaro destacar-se-á do angulo direito do mesmo escudo, cercando-o ramos de fumo e algodão, tudo conforme o modelo annexo.

Art. 2.º — Revogam-se as disposições em contrario. — Palacio da Presidencia do Ceará, em 22 de setembro de

(1) ALFREDO DE CARVALHO — *Brazões do Brasil Republicano* (logar citado).

(2) ALFREDO DE CARVALHO — *Brazões do Brasil Republicano* (logar citado).

1897, 9.º da Republica — (a) *Antonio Pinto Nogueira Accioly* — Servindo de secretario, *Cezidio d'Albuquerque Martins Pereira.*”

No annexo a esta lei, vem o brazão lithographado a côres, com o escudo verde e o centro ao natural.

ESPIRITO SANTO — A lei n. 2, de 11 de junho de 1892, adoptou como emblema estadual a constellação do Cruzeiro, circumdada por quatro datas notaveis do Estado e tendo em volta as palavras “Estado de Espirito Santo”. O brazão actual foi instituido pelo decreto n. 456, de 7 de setembro de 1909, abaixo transcripto :

“Art. 1.º — Fica adoptado o escudo das armas do Estado, que deverá ser usado em todos os papeis officiaes.

Art. 2.º — Este escudo é representado por uma grande estrella azul e rosa em cujo centro se vê a entrada da barra de Victoria com os montes Moreno e Penha, destacando-se ao fundo o convento de N. S. da Penha, cercada por duas circumferencias concentricas, em cujo espaço intermediario se lêem os dizeres : “Trabalha e confia” — “Estado do Espirito Santo”. Em fórma de lyra, circumdam a grande estrella dois ramos de café e canna, ligados na extremidade por um laço em que se lêem as datas — 23 de maio de 1535 — 2 de maio de 1892, havendo em torno de todo esse conjunto tres estrellas menores, representando os Estados limítrophes do Espirito Santo. — Palacio do Governo do Estado do Espirito Santo, em 7 de setembro de 1909 — (a) *Jeronymo de Souza Monteiro* — *Ubaldo Ramalhette Maia.*

MATTO GROSSO — O brazão deste Estado foi criado pelo decreto legislativo n. 799, de 14 de agosto de 1918, por iniciativa do então governador D. Aquino Correia. Não obtivemos o texto desse decreto.

MINAS GERAES — A lei n. 1, de 14 de setembro de 1891, adoptou como insignias officiaes do Estado um circulo, dentro do qual se vêem duas figuras humanas, symbolisando

a agricultura e a mineração, circumdadas das palavras “Estado de Minas Geraes — 15 de junho de 1891” (Data da promulgação da Constituição estadual). Divisa: *Libertas quae sera tamen*. Este brazão foi recentemente substituído por outro, em virtude do que dispoz o decreto n. 6.498, de 5 de fevereiro de 1924.

E’ o seguinte o texto da lei n. 1, de 14 de setembro de 1891 :

“O povo do Estado de Minas Geraes, por seus representantes, decretou e eu, em seu nome, sanciono a presente lei :

Art. 1.º — Para authenticidade dos actos legislativos, administrativos e judiciais, são adoptados o grande e o pequeno sello do Estado, cujo emblema o governo é autorizado a mandar fazer, contendo as allegorias da agricultura e da mineração, a data de 15 de junho de 1891 e a legenda *Libertas quae sera tamen*.

Art. 2.º — Revogam-se as disposições em contrario — Mando, etc. — Dada no Palacio da Presidencia do Estado de Minas Geraes em Ouro Preto, aos 14 dias do mez de setembro de 1891, 3.º da Republica — (a) *José Cesario de Faria Alvim*.”

A lei n. 6.498, de 5 de fevereiro de 1924, dispoz o seguinte :

“O Vice-Presidente do Estado de Minas Geraes, em exercicio, resolve approvar como sello do Estado, a que se refere a lei n.º 1, de 14 de setembro de 1891, o desenho que a este acompanha, rubricado pelo Secretario de Estado dos Negocios do Interior, começando a vigorar este decreto a partir de 1.º de maio deste anno. O Secretario de Estado dos Negocios do Interior assim o tenha entendido e faça executar. Palacio da Presidencia do Estado de Minas Geraes, em Bello Horizonte, 5 de fevereiro de 1924. — (a) *Olegario Dias Maciel, Fernando Mello Vianna*.”

Reproduzimos fielmente o desenho feito em virtude da lei n. 1, bem como o que acompanhou o decreto n. 6.498.

PARÁ — E' de góles, com uma banda de prata, carregada de uma estrella de azul em abysmo. Reproduz as côres e as figuras da bandeira paraense. Instituiu-o, pela lei n. 918, de 9 de novembro de 1903, o governador dr. Augusto de Montenegro, quando se recusou a tornar official aquelle symbolo, criado no tempo da propaganda como pavilhão do Partido Republicano Paraense. (1) Em 1901 era usado como escudo do Pará o da cidade de Belém (descripto por José de Moraes em 1759), tendo por timbre as armas da Republica e, como supportes, á direita o pavilhão nacional e á esquerda a bandeira paraense. (2)

PARANÁ — O Paraná já tem o seu terceiro braço de armas. O primeiro foi officializado pela lei n. 592, de 24 de março de 1905 ; o segundo, pela lei n. 904, de 21 de março de 1910 ; e o terceiro é de criação recente. Estes braços são reproduzidos pelas designações de, respectivamente, ns. 1, 2 e 3.

O decreto n. 592, subscripto pelo presidente Vicente Machado da Silva Lima, dispoz, no seu art. 1.º :

“As armas do Estado serão as mesmas até aqui adoptadas, sendo, porém, de côres verde e branca o plano do polygono estrellado e circumdado este por uma grinalda formada de dois ramos de mate e pinheiro, sendo de côr branca a irradiação que faz fundo ao escudo.”

A lei n. 904 está assim redigida :

“O Congresso Legislativo do Estado do Paraná decretou e eu sanciono a lei seguinte :

Art. 1.º — Fica adoptado como armas do Estado do Paraná o desenho symbolico que acompanha este decreto.

Art. 2.º — Os symbolos contidos no desenho annexo assim se explicam :

(1) Informação prestada pelo prof. dr. THEODORO BRAGA.

(2) ALFREDO DE CARVALHO — *Braços do Brasil Republicano*.

a) O lavrador, ceifando a messe farta, collocado no primeiro plano do campo do escudo, assignala com precisão o caracter de nosso meio ethnico e economico, e representa as inclinações naturaes do nosso tempo e da nossa raça, retemperada pela civilisação.

b) A orla de pinheiraes, esfumada no segundo plano do escudo, dá idéa da extensão da nossa natureza vegetal.

c) A cordilheira maritima, limitando o horizonte, diz sobre a natureza do solo, variado por divisões de altitudes que lhe são características.

d) O sol nascente é o symbolo illuminado de uma grandeza que surge, de um futuro que se ergue promissor e fecundo.

e) O falcão paranaense, pairando protectoralmente sobre o escudo, ao passo que representa o mais galhardo exemplar da nossa avi-fauna, condiz com o pensamento adoptado universalmente para a representação symbolica que põe nas azas condoreiras as humanas inclinações pela liberdade.

f) As grinaldas de pinho e mate, emfim, que contornam a parte inferior do escudo, definem as preocupações industriaes da actualidade, que fazem a riqueza economica do Estado.

Art. 3.º — A presente combinação heraldica terá uso em todos os papeis officiaes do Estado e na fachada dos edificios publicos.

Art. 4.º — Revogam-se as disposições em contrario. — Palacio da Presidencia do Estado do Paraná, em 21 de março de 1910, 22.º da Republica — (a) *Francisco Xavier da Silva.*"

PERNAMBUCO — A lei n. 75, de 21 de maio de 1895, dispoz o seguinte :

"O Congresso Legislativo do Estado de Pernambuco decreta :

Art. 1.º — O escudo que deve servir como sello do Estado de Pernambuco, para authenticar os actos officiaes,

conterá uma faixa estreita, elliptica, ornada de tantas estrellas quantos forem os municipios do Estado e cercando o desenho ao extremo norte do Recife, que confronta a Capital com o farol e o fortim da barra, destacando-se ao longe a cidade de Olinda e á direita o sol erguendo-se sobre o oceano. Encimando o escudo ver-se-á o leão em repouso, á esquerda e aos lados a canna de assucar e o algodoeiro em flôr, enlaçados, na extremidade inferior, por uma fita azul e branca, tendo as datas 1710, 1817, 1824 e 1889.

Art. 2.º — Revogam-se as disposições em contrario. — Camara dos Deputados do Estado de Pernambuco, 21 de maio de 1895. — (a) *José Marcellino da Rosa e Silva*, presidente — Palacio do Governo do Estado de Pernambuco, em 25 de maio de 1895, — (a) *Alexandre José Barbosa Lima*."

PIAUHY — A lei n. 38, de 6 de julho de 1894, dispoz o seguinte :

"Art. 1.º — E' criado o sello do Estado para authenticidade dos actos legislativos, administrativos e judiciaes.

Art. 2.º — O governador do Estado é autorisado a mandar fazer o dito sello, em cujo emblema será sobreposta uma estrellla e inscripta a data da promulgação da Constituição do mesmo Estado.

Art. 3.º — Revogam-se as disposições em contrario. — Palacio do Governo do Estado do Piauhly, 6 de julho de 1894, 6.º da Republica — (a) *Coriolano de Carvalho e Silva*, *Eutropio de Almeida Rego*."

Actualmente é usado o brazão criado pela art. 1.º da lei n. 1.050, de 24 de julho de 1922, a seguir transcripto :

"Art. 1.º — E' adoptado como emblema do Estado do Piauhly o brazão composto das peças heraldicas abaixo descriptas segundo o modelo debuxado no annexo N.º 1 : a) Um escudo néo-classico cortado, contendo, sobre o campo superior de oiro velho, esmaltadas em sinopla, uma ao lado da outra e equidistantes, as tres palmeiras nativas do Piauhly: carnaúba (*Corypha cerifera*), á dextra, lembrando a phase

nomade e pastoril de penetração pelos Bandeirantes, no territorio virgem ; burity (*Mauritia vinifera*), ao centro marcando a época subsequente de fixação e estabelecimento dos nucleos de população e do amanho das terras, e babassú (*Orbignya speciosa*), á sinistra, assignalando a evolução economica ; ao campo inferior do escudo de fundo branco estriado de coticas em faixas de côr azul cobalto, sobrepõem-se, dispostos em *roquete*, tres piás de prata representando os maiores rios do Piauhy : Parnahyba, Canindé e Poty. As coticas azues, em numero de sete, correspondem aos principaes affluentes á margem direita do rio Parnahyba. Separando os campos e delimitando o escudo, ha ainda um filete e uma bordadura de esmalte góles, ambos estreitos. b) Uma estrella de prata com cinco pontas, ao alto do chefe do escudo symbolisando aspiração de progresso. c) Um par de ramos, em sinopla, ouro e prata, respectivamente de algodoeiro á direita e canna de assucar á esquerda do escudo, figurando as duas principaes producções agricolas do Estado, atadas em cruz de Santo André por uma flammula azul cobalto farpada em ambas as pontas e tendo inscriptas em letras de ouro a legenda que se adopta para o Estado. — *Impavidum ferient ruinae* — e a data de 24 de janeiro de 1823 da proclamação de sua independencia.

RIO GRANDE DO NORTE — Criado pelo decreto n. 201, de 1 de julho de 1909, assim redigido : “Art. 1.º — O brazão d’armas do Estado do Rio Grande do Norte é um escudo de campo aberto, dividido a dois terços de altura, tendo no plano inferior o mar, onde navega uma jangada de pescadores, que representam as industrias do sal e da pesca. No terço superior, em campo de prata, duas flôres aos lados e ao centro dois capulhos de algodoeiro. Ladeiam o escudo, em toda a sua altura, um coqueiro á direita e uma carnaúba á esquerda, tendo os troncos ligados por duas cannas de assucar, presas por um laço com as côres nacionaes. Tanto os moveis do escudo, como os emblemas, em côres naturaes,

representam a flóra principal do Estado. Cobre o escudo uma estrella branca symbolisando o Rio Grande do Norte na União Brasileira. — Art. 2.º — O desenho original deste brazão d'armas, executado pelo sr. Corbiniano Villaça, será archivado na Secretaria do Governo e delle se tirará uma copia authentica para o archivo do Instituto Historico e Geographico do Estado. — Art. 3.º — Revogam-se as disposições em contrario — Palacio do Governo do Estado do Rio Grande do Norte, 1.º de julho de 1909, 21.º da Republica — *Alberto Maranhão, Henrique Castriciano de Souza.*”

RIO GRANDE DO SUL — A constituição rio-grandense (titulo VI) officialisou, como escudo do Estado, o da Republica de Piratiny.

RIO DE JANEIRO — Lei n. 3, de 29 de junho de 1892 :

“O povo do Estado do Rio de Janeiro, por seus representantes, decretou e eu promulgo a seguinte lei :

Art. 1.º — São criados o grande e o pequeno sello do Estado, para authenticidade dos actos legislativos, administrativos e judiciarios.

Art. 2.º — O presidente do Estado é autorizado a mandar fazer os ditos sellos, em cujo emblema serão representadas as duas principaes culturas do Estado, sobreposta uma estrella e inscriptas a data da promulgação da constituição e a seguinte legenda *Recte rempublicam gerere.*

Art. 3.º — O grande sello será apposto nos actos expedidos sob a assignatura do presidente do Estado, do presidente da Assembléa Legislativa ou do presidente da Relação, e o pequeno nos expedidos pelas demais autoridades.

Art. 4.º — Ficam revogadas as disposições em contrario — Mando, etc. — Palacio do Governo do Estado do Rio de Janeiro, 29 de julho de 1892 — (a) *Dr. José Thomaz de Porciuncula.*”

Este brazão foi desenhado por Ricardo Honorato Teixeira de Carvalho.

SANTA CATHARINA — Este brazão foi instituido pelos arts. 1 e 2 da lei n. 126, de 15 de agosto de 1895, abaixo transcriptos :

“Art. 1.º — Ficam estabelecidas as armas e a bandeira do Estado.

Art. 2.º — As armas consistirão em uma estrella branca, anteposta á qual uma aguia, vista de frente, de azas estendidas, segurará com a garra direita uma chave e com a esquerda uma ancora, encruzadas, ornando-lhe o peito um escudo com o distico “17 de Novembro”, escripto horizontalmente. Um ramo de trigo do lado direito e um de café do lado esquerdo, ligados na parte inferior por um laço com as pontas fluctuantes, de côr encarnada, que terá o distico “Estado de Santa Catharina”, inscripto com letras brancas, circumdarão a mesma aguia, sobre a qual se firmará o barrete phrigio, de côr encarnada.”

Esta lei foi promulgada pelo presidente Hercilio Pedro da Luz e subscripta tambem pelo seu secretario Julio Caetano Pereira.

O brazão é da autoria do almirante Henrique Boiteux. (1)

SERGIPE — Lei n. 2, de 5 de julho de 1892 :

“Art. 1.º — Ficam criados o grande e o pequeno sello do Estado para authenticidade dos actos administrativos, legislativos e judiciarios.

Art. 2.º — O grande sello será apposto aos actos assignados pelos presidentes do Estado, da Assembléa Legislativa e da Relação ; e o pequeno aos expedidos pelas demais autoridades.

Art. 3.º — O presidente do Estado fica autorisado a mandar fazer ambos os sellos a que se refere esta lei.

(1) LUCAS A. BOITEUX — *Historia de Santa Catharina*, pag. 187.

Art. 4.º — Em um e outro será representado o seguinte emblema : Um indigena em acto de embarcar em um aerostato, em cujo centro se lerá a palavra — Porvir. — No alto do emblema figurará a data 18 de maio de 1892; embaixo, a legenda : *Sub lege libertas* e aos lados : “Estado de Sergipe”.

Art. 5.º — Revogam-se as disposições em contrario — Palacio do Governo de Sergipe, em 5 de julho de 1892, 4.º da Republica — (a) *José Calazans*’.



Muito justamente, Guilherme de Almeida qualificou este emblema de “o peor brazão do mundo.”

A tão lamentavel concepção, contrapõe o sr. Sylvio Cravo, numa interessante monographia apresentada ao Instituto Historico e Geographico de Sergipe, este bello escudo de armas :

“De sinople, com uma banda ondeada de prata, carregada de tres serís de góles e acompanhada, no cantão esquerdo do chefe, de uma brica de azul orlada de prata, com um sol radiante de ouro sobre tres corôas abertas do mesmo metal em roquete. Supportes : dous ramos de canna e de algodão, de sua côr. Timbre : uma estrella de prata de cinco pontas entre dois ramos de palmeira, com o móte de ouro em fita de góles : *Sub lege libertas*. Divisa : *Estado de Sergipe*, de ouro, em um listão de góles.”

Assim justifica o sr. Sylvio Cravo o seu projecto :

“Cremos ter consubstanciado neste emblema, adstricto aos rigores da heraldica, os seguintes elementos de caracteristica regional : no campo verde, a riqueza agricola do Estado; no rio com os crustaceos typicos, a interpretação gra-

phica do nome indigena ; no escudete do periodo hollandez, o episodio mais momentoso de sua evolução historica ; na estrella do timbre, a indicação de ser uma das unidades da Federação Brasileira. Do emblema de 1892, conservamo-lhe a legenda, o distico e os ornatos." (1)

OUTROS ESTADOS — Não obtivemos informações a respeito dos braços de Goyaz, Maranhão, Parahyba e Territorio do Acre.



Braços de Cidades Paulistas

AMPARO — Composição de Affonso de E. Taunay :

"Escudo redondo portuguez, partido e encimado pela corôa mural. Em campo vermelho, no primeiro, uma aguia de prata estende o manto attributivo de Nossa Senhora do Amparo, orago da cidade, manto azul recamado dos lyrios de ouro symbolicos de Maria Santissima, e carrega ás gar-ras os grilhões despedaçados do captiveiro. No segundo, tambem em campo vermelho, uma matta de sinople sobre terreno de sable, contornado de fogueiras de ouro, traduz o nome de Comandocaia, fazendo de armas falantes da cidade. Uma barra de prata situada por baixo lembra o rio Camandocaia. Como tenentes á dextra um fazendeiro e á sinistra um tropeiro, segundo os desenhos do tempo. No listel enramado de café frutificado, ao natural, inscreve-se em campo de prata a divisa em letras de góles : "A minha mentalidade é a dos paulistas." *Mea anima paulistarum est.*"

Justificação : "Escolhi para symbolisar a curta existencia da cidade a recordação de que deveu a fundação, em torno de 1829, a um nucleo de fazendeiros de café e de tro-

(1) SYLVIO CRAVO — *O Brazão de Sergipe* (Imprensa Industrial, Recife, 1915).



110 - SÃO VICENTE



111 - CONCEIÇÃO DE ITANHAÉM



112 - CAMPINAS



113 - TIETÊ

J.W.R.

peiros ; progrediu notavelmente graças á lavoura cafeeira e teve dias agitados no tempo das campanhas abolicionistas, em que se destacou o seu anti-escravismo. Recordei ainda o nome indigena de *Camandocaia*, que é o rio que corta a cidade. *Camandó-cai*, a queimada, o fogo posto ao campo."

BAURU — Composição de Paulo Vergueiro Lopes de Leão :

"Escudo portuguez antigo. Em campo de sinople, tres estrellas postas uma e duas de ouro e uma onça passante do mesmo. Corôa mural de ouro. Supportes : dois ramos de café de sua côr e um listel de ouro com o móte "Custos vigilat" de sinople.

Justificação : "O escudo de fórma portugueza antiga é o que melhor indica a origem de nosso povo e por isso mesmo usado na quasi totalidade dos brazões de cidades do Brasil e do Estado.

O campo de "sinople" (verde) representa primeiramente as florestas nativas onde surgiu a cidade de hoje ; symbolisa igualmente os pujantes cafezaes do seu municipio, sendo que é o symbolo heraldico da esperanza e da fé.

Esperança e fé são os maiores incentivos ao progresso, são qualidades caracteristicas de todo o povo paulista, que com ellas cimentou a força do seu querer e de suas maravilhosas realisações.

O ouro significa nobreza, fé, sabedoria, fidelidade, constancia, poder e liberalidade (Villas Boas, obra citada) — qualidades que foram tambem o apanagio dos nossos antepassados e que com justiça se manifestam no brazão de armas da cidade de Baurú.

Sem nobreza nos seus actos, sem fé na persistencia, na iniciativa, sabedoria, no bom senso pratico, constancia, na execução dos seus ideaes e manutenção das boas tradições do passado, poder, nessa força de vontade que unifica a alma paulista e, finalmente, sem liberalidade, nos estos que sempre arrastaram ao bem, á munificencia desinteressada, sem visar recompensa, a municipalidade de Baurú não teria conseguido

que sua cidade constituisse em tão poucos annos de existencia um dos maiores centros de trabalho e riqueza sempre crescentes do Estado de S. Paulo.

O verde e o amarello, conjugados, são nossas côres nationaes desde o alvorecer de nossa independencia politica.

As tres estrellas de ouro postas em triangulo na parte mais nobre do escudo symbolisam as tres entidades que, conjuntamente, contribuíram para o engrandecimento e riqueza da cidade ; as tres estradas de ferro, que, conjugadas imprimiram o surto magnifico que observamos em Baurú.

Foram as principaes fautoras do seu magnifico progresso ; sem ellas a cidade talvez se confundisse hoje com centenas de outras do Estado, onde o progresso existe, mas lento e moderado.

As estrellas são symbolos de benefica protecção, sem a qual torna-se impotente a acção dos homens.

O triangulo em que são collocadas symbolisa o ideal sempre a attingir, o iman sagrado que impelle ao progresso e ao continuo aperfeiçoamento.

A onça lembra primeiramente a origem de suas plagas antes do seu povoamento. Symbolisa ainda o facto de ser Baurú como que a rainha eleita de suas irmãs da zona Noroeste e sua sentinella avançada, sempre vigilante e ufana de sua paz, seu progresso e incrivel enriquecimento.

Dahi o lemma "*Custos Vigilat*" que significa : a sentinella está alerta, a sentinella não descança.

Porque, além de tudo, estrategicamente, com o nó ferroviario que contém, a cidade de Baurú é uma das sentinellas mais validas, não só da Noroeste, como do proprio Estado de S. Paulo."

CAMPINAS — Composição do dr. Ricardo Gumbleton Daunt : "De azul, com uma phenix de prata renascente de sua immortalidade. Corôa mural de ouro de tres torres e tres ameias cada uma. Divisa : *Labore virtute civitas floret*, de ouro, em fita de azul."

Não se conhece o memorial descriptivo deste brazão, que foi offerecido á Camara Municipal de Campinas pelo vereador dr. Ricardo Gumbleton Daunt, em sessão de 16 de dezembro de 1889 e acceito por parecer de uma comissão especial, em sessão de 30 do mesmo mez e anno.

A phenix recorda que Campinas resurgiu da catastrophe da epidemia de febre amarella, que a assolou. "No passado campineiro — escreve Affonso de E. Taunay — ha, no entanto, muitos elementos valiosos a serem recordados para que o seu escudo municipal se torne mais evocativo. Seria então a unica circumstancia digna de menção nos fastos de uma cidade o facto de que ella se retemperou dos estragos de uma epidemia?"

CONCEIÇÃO DE ITANHAEN — Composição de Benedicto Calixto : "Em campo de bláo, um cavallo branco, com tres lançadas no pescoço em sangue, bordados de ouro com cabeçadas e redeas de vermelho. Divisa : *Angulus ridet*, de góles em listel de prata, enramado por galhos de tabaco em flôr e de cafeeiro em frutificação. Encima o escudo a corôa mural de ouro."

O cavallo branco é o timbre dos condes de Vimieiro, donatarios da capitania de Conceição, de que Itanhaen era a capital. A divisa é uma citação de Horacio, repetida frequentemente por Anchieta e demonstradora do apego que o Thaumaturgo do Brasil tinha ás praias da pitoresca villa do litoral paulista : "Este cantinho me é muito risonho."

CANANÉA — Composição de Affonso de E. Taunay : "Escudo redondo, portuguez antigo, encimado pela corôa mural das cidades e esquartelado. No primeiro quartel, um padrão de pedra, com a cruz de Christo, rememora os marcos que Martim Affonso de Souza, em 1531, chantou á barra de Cananéa, no pontal de Itacurussá, primeiro ponto do litoral paulista a que aportou. No segundo, os castellos das armas de Castella, os escudetes das quinas de Portugal

acantonados e uma cabeça de indio, no meio do quartel, relembram que nas primeiras décadas quinhentistas foi Cananéa local onde existiu importante nucleo hispano-portuguez de naufragos vivendo entre indios. No terceiro, um casco especado, de não em construção, recorda a existencia dos antigos e vultosos estaleiros cananeenses, sobretudo no seculo XVIII. No quarto, tres bateias rememoram a assaz importante mineração aurifera da região, no seculo XVII, sobretudo. O traço da convenção geographica hispano-portugueza de 1494, relativa ao meridiano lindeiro, sobreposto aos traços do "partido" do escudo, evoca o tão citado e celebrado *meridiano de Cananéa*, das discussões dos antigos cosmographos, a proposito da demarcação dos dominios das corôas de Portugal e Hespanha, em virtude do tratado de Tordesilhas. Como tenentes do escudo, figuram, á dextra, um homem de armas portuguez quinhentista, a lembrar Pero Lobo e a sua mallograda expedição, exterminada no sertão de Iguassú. Foi a primeira bandeira de que falam os nossos annaes, partida de Cananéa, como se sabe, á busca de minas de ouro, e a mandado de Martim Affonso de Souza, por instigação do famoso e mysterioso "Bacharel de Cananéa". E' este rememorado na figura do tenente de senestra, vestido da loba e dos arminhos dos letrados quinhentistas. No listel, enramado de cannas e arroz, culturas antigas e recentes do municipio, inscreve-se a divisa: "Sou cidade illustre do Brasil". *Urbs Bralisiae clara*. Sobre o torreão central da corôa mural, colloca-se como timbre o elmo do brazão de Martim Affonso de Souza com o seu leão purpurino. Lembra este capacete o papel proeminente de Cananéa no conjunto da viagem, pelo Brasil e por São Paulo, do famoso navegador e povoador quinhentista. Sobre a porta do mesmo torreão, vê-se um escudete com o cordeirinho e a bandeirola, symbolos de S. João Baptista, orago da cidade, e o trigramma I. H. S., da Companhia de Jesus, a cujos missionarios se deveu a primeira fundação da villa cananeense entre os indios."

BRAZÕES DECIDADES
PAULISTAS

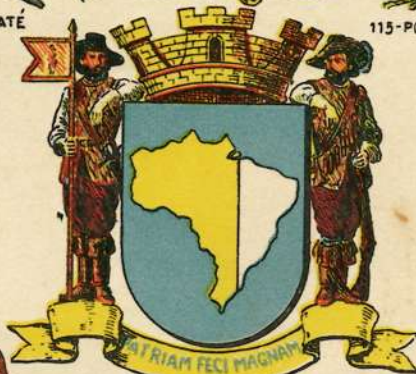
(25)



114-TAUBATÉ



115-PORTO-FELIZ



116-PARNAHYBA



117-ITU



118-SOROCABA

J.W.R.



119-AMPARO



120-BAURÍ



121-CANANÉIA



122-FRANCA



123-GUARATINGUETÁ
(PRIMITIVO)



124-GUARATINGUETÁ (ACTUAL)



125-GUARUJÁ



126-GUARULHOS



127-JABOTICABAL



128-JUNDIAHY



129-LEME



130-LORENA



131-MOGI DAS CRUZES
(PRIMITIVO)



132-MOGI DAS CRUZES
(ACTUAL)



133-MONTE ALTO



134-PIEDADE

J.W.R.

FRANCA — Composição de Affonso de E. Taunay :
“Escudo portuguez redondo, encimado pela corôa mural privativa das municipalidades, havendo na corôa mural o escudete com a meia lua, recordando o orago da cidade : Nossa Senhora da Conceição. Escudo cortado : No primeiro (á esquerda) em campo vermelho um gibão de armas dos bandeirantes de São Paulo, ao natural, e um rio de prata, com tres bagres nadantes de sable. Recordam que o toponymo bandeirante da Franca era “Pouso dos bagres” para os sertanistas que se dirigiam ás terras centraes, hoje de Minas Geraes e Goyaz. A’ direita e igualmente em campo vermelho, um leão rompente e duas corôas : uma real de Portugal e outra imperial do Brasil. O leão é o das armas de Villa Franca em Portugal e as corôas recordam que Franca se chamou Villa Franca d’El-Rey e Villa Franca do Imperador. No segundo, em campo azul, uma cidade fortificada, de prata, assente em terreno, ao natural, recorda a resistencia tenaz, opposta pelos francanos á intrusão e invasão do territorio de sua villa pelas autoridades limitrophes de Minas Geraes. A bandeira, arvorada no parapeito do baluarte, traz o braço armado de prata, sobre o fundo de góles, do brazão da cidade de São Paulo. Como tenentes : á dextra, um capitão general, fardado de gala, com as insignias da Ordem de Christo relembra a personalidade de Antonio José da Franca e Horta, “governador e capitão general da Capitania de São Paulo, professo na Ordem de Christo, Fidalgo da Casa de Sua Alteza Real” ; á senestra, um homem vestido de couro, armado de bacamarte e trazendo a garrucha á cinta, rememora a personalidade celebre, na historia francana, de Anselmo Ferreira de Barcellos, promotor da “Anselmada”, a revolta de 1838, reivindicadora das liberdades populares, espesinhadas pelos regulos locais do tempo. No listel, enramado de ramos de café frutados, allusivos á grande lavoura do municipio, e de hastes de capim mimoso, tão característicos dos campos francanos, a ponto de chamar-se antigamente o territorio de Franca de “Campos do capim mimoso”, inscre-

BRAZÕES DE CIDADES PAULISTAS

(27)



135-PINDA-MONHANGABA



136-SALTO



137-SANTO AMARO(PRIMITIVO)



138-SANTO-AMARO
(ACTUAL)



139-SÃO BERNARDO
(PRIMITIVO)



140-SÃO BERNARDO(ACTUAL)



141-SÃO CARLOS



142-SÃO JOSÉ DOS CAMPOS



143-SANTOS



144-SOROCABA (PRIMITIVO)



145-TAUBATÉ



146-TATUHY



147-VILLA AMERICANA J.M.R.

ve-se em letras de góles e campo de prata a divisa, allusiva á resistencia de Franca ás pretenções das autoridades mineiras : *Genti meae paulistae fidelis* — “fiel á minha grey paulista.”

GUARATINGUETÁ — Composição de Affonso de E. Tannay : “Escudo redondo portuguez, encimado pela corôa mural característica das cidades. Em campo vermelho, um vôo de tres garças, ao natural, por sobre uma cidade de prata, ameiada e baluartada e á margem de um rio. A’ direita, um official e á esquerda um soldado armado de baioneta. No listão, enramado de galhos de café frutificados, ao natural, a divisa “Baluarte dos paulistas” ou *Paulistarum arx* em letras vermelhas e fundo de prata. Do listel pendem as actuaes armas nacionaes. Por sobre a porta principal da corôa mural, um escudete com uma cruz vermelha em fundo de prata, cercada, nos quatro angulos, de pingos tambem vermelhos.”

Justificação : “O vôo de garças recorda a etymologia da palavra Guaratinguetá, de accordo com a lição dos nossos mais eruditos sabedores da lingua brasilica. A cidade fortificada lembra o papel desempenhado por Guaratinguetá como campo entrincheirado do exercito paulista de Amador Bueno da Veiga, em vespas de marchar para o territorio de Minas Geraes ao encontro dos portuguezes na Guerra dos Emboabas. O rio de prata recorda o Parahyba. Os dois supportes ou tenentes, representados ao natural, lembram que, ao se restabelecer a vida autonoma da capitania de São Paulo, em 1756, e ao organizar o capitão general Morgado de Matheus as forças militares da sua capitania, escolheu Guaratinguetá para a séde da guarnição do Segundo Corpo de Infantaria de Guaratinguetá e Villas do Norte e do Segundo Corpo de Dragões de Guaratinguetá e Villas do Norte. Os ramos de café evocam a notavel lavoura cafeeira do municipio, outróra importantissima, e ainda hoje valiosa. As armas nacionaes recordam que Guaratinguetá teve a honra

de dar um chefe de Estado ao Brasil, podendo ao mesmo tempo significar os seus sentimentos de solidariedade brasileira. O escudete da corôa mural ensina que o orago da cidade é Santo Antonio. Nelle se estampam as armas da familia a que pertenceu o glorioso thaumaturgo portuguez. A cruz dos Bulhões, com as suas borlas, está ladeada pelas chagas do escudo franciscano da Ordem a que pertenceu Santo Antonio. Este symbolo ainda rememora outro guaratinguetense notavel : o veneravel franciscano Frei Antonio de Sant'Anna Galvão, que a piedade dos paulistas espera, ainda um dia, ver elevado ás honras dos altares e cuja reputação de santidade em todo o Estado é a mais notavel."

Este brazão substituiu outro, anteriormente usado e que póde ser assim descripto : escudo de azul com tres guarás á margem de um rio. Em chefe de purpura, cinco besantes de prata em cruz.

GUARUJÁ — Composição de Paim Vieira :

"O sol, emblema da liberdade, fala do costume que os escravos tinham de se refugiarem em Guarujá, evadindo-se ao captiveiro.

Ha tambem uma versão que diz ser a Ilha de Santo Amaro, na linguagem dos primitivos habitantes denominada : Ilha do Sol.

As ondas e a legenda (tomada a Virgilio) referem-se ás excepçionaes condições balnearias do logar."

GUARULHOS — Composição de Affonso de E. Taunay :

"Escudo redondo portuguez, encimado pela corôa mural privativa das municipalidades. Em campo azul, duas cabeças de indios e duas de brancos, de carnação, afrontadas. Em chefe (acima das duas primeiras cabeças) a lua crescente de ouro, attributiva de Nossa Senhora da Conceição ; em abysmo, a cruz "ancorada", attributo do appellido Alvares, na antiga heraldica portugueza. No listel, enramado de hastes de canna de assucar e de trigo, as mais velhas culturas do municipio, inscreve-se a divisa : o meu

sangue é genuinamente paulista ou *Vere paulista sanguis meus*. Como supportes do escudo, duas anhumas, as bellas, grandes e ariscas aves que outróra deram nome ao Tietê, de *Anhamby* (rio das Anhumas), nos annos primeiros de S. Paulo. Banha o antigo Anhamby as terras de Guarulhos e tem, como todos sabem, o maior significado, no conjunto das tradições paulistas, como o “rio das monções”.

Neste brazão — escreve Taunay — estão reunidas as figuras relembadoras da fundação do arraial luso-indiatico do seculo XVI e a do padre-bandeirante João Alvares, vigario de São Paulo e grande bemfeitor da antiga aldeia de Nossa Senhora da Conceição, denominação attribuida ao arraial, depois villa e hoje cidade, pois indifferentemente se chama o logar Conceição ou Guarulhos.”

ITU' — Composição de Affonso de E. Taunay : “No escudo ituano, os elementos reunidos recordam que se trata de uma cidade bandeirante, que Itú tomou parte sobremodo importante nos acontecimentos de 1822, o que lhe valeu de Pedro I o titulo de *fidelissima* ; foi a séde da primeira assembléa republicana havida em terras de São Paulo, e tem como orago Nossa Senhora da Candelaria. Assim, figura no escudo em campo vermelho um gibão de armas bandeirantes, ao natural ; sobre a porta aberta da corôa mural dois cyrios cruzados relembra o orago Nossa Senhora da Candelaria. Os supportes, as primeiras bandeiras nacionaes, evocam os fastos da Independencia e o barrete phrigio, posto em timbre, rememora a convenção de 18 de abril de 1873. Allude a divisa a estes factos : “maior e mais livre tornei o Brasil”. *Amplior et liberior per me Brasilia*.

JABOTICABAL — Composição de Affonso de E. Taunay : “Escudo redondo portuguez, encimado pela corôa mural. Em campo de prata, cinco jaboticabeiras de sinople, frutadas de sua côr, nascendo de um terraço vermelho, cortado por um rio de prata, constituem as armas falantes da cidade e municipio, relembando a grande matta de jaboticabeiras e

o correio de Jaboticabal, de onde proveiu a actual denominação da agglomeração urbana e seu districto municipal. Firmados em chefe, cinco escudetes, dos quaes o do centro — um pouco maior que os demais. Vê-se no primeiro, a partir de dextra, um canoão de ouro com os seus remos em campo azul. Recorda que, remotamente, foram as terras de Jaboticabal um districto de Porto Feliz, cujo escudo é exactamente este. Traz o segundo as armas dos condes de Basto, os antigos senhores do Celorico de Basto, localidade de onde provinha o primeiro povoador das terras de Jaboticabal, João Pinto Ferreira. No terceiro e maior dos escudetes, apparece o brazão de Nossa Senhora do Carmo, padroeira de Jaboticabal : em campo azul, uma montanha de negro sobre cujo cume se finca uma cruz de prata, ladeada de duas estrellas também de prata, e tendo em baixo de sua base uma terceira estrellas igualmente de prata. No quarto e no quinto dos escudetes, vêm os attributos da antiga heraldica portugueza, que recordam os patronymicos Rodrigues Lima, e Pinto Ferreira, rememorando assim os dois primeiros povoadores de Jaboticabal, ou, antes, o primeiro apossante e o primeiro povoador, como a flôr de liz vermelha em campo de ouro dos Rodrigues, o crescente vermelho em campo de prata dos Pintos, as palas vermelhas em campo de ouro dos Limas, as faixas vermelhas em campo de ouro dos Ferreiras. Como supportes, ramos de café frutados e hastes de arroz granadas, ao natural. Significam que as principaes produções agricolas do municipio são café e cereaes. No listel inscreve-se a divisa : “Em mim perdura o espirito dos paulistas” ou seja *Perdurat in me paulistarum spiritus*, em letras de prata sobre campo vermelho. Sobre a porta principal da corôa mural, vê-se uma rosa vermelha em campo de prata, acompanhada da data 1828. Relembra a antonomasia corrente em todo o Estado de São Paulo, *cidade das rosas*, attribuida a Jaboticabal, e o millesimo da fundação da cidade.

JUNDIAHY — Composição de Affonso de E. Taunay :
“Escudo redondo portuguez, encimado pela corôa mural, distinctiva das municipalidades. Em campo de góles, um baluarte de prata, em cujas ameias fluctúa a bandeira do Estado do Brasil e sobre cuja porta principal figura um escudete, de góles, com uma flôr de liz, de prata, encimada pelo millesimo : 1615. A’ base do baluarte, num rio de prata, nadam tres jundiás ao natural. Em chefe, uma banda de ouro com duas mattas de sinople, entre as quaes se vê um indio de “carnação” e de colossal estatura. Na corôa mural, por sobre a porta principal, um escudete de prata com seis arruelas de bláo, a que sobrepuja o millesimo 1655. Accessorios : Como tenentes, á dextra, um bandeirante, á senestra, um official das milicias de 1767 e da guarnição local, ramos de café frutificados, ao natural, e pampanos tambem ao natural. No listel da divisa : “Tambem graças a mim o Brasil se dilatou. *Etiam per me Brasilia magna.*”

Justificação : “O criterio principal desta composição é a rememoração de Jundiahy, “porta do sertão”, guarda avançada dos civilisados á fimbria do antigo “Matto Grosso de Jundiahy” Dahi o baluarte com o seu millesimo e a bandeira, que então era a do Brasil, recordando a fundação de Raphael de Oliveira, á margem do rio Jundiahy, do “rio dos jundiás”, que a faixa de prata com os peixes recorda. O escudete com a flôr de liz, symbolo de Nossa Senhora, relembra o expressivo orago do arraial, hoje extensa e populosa cidade, de Nossa Senhora do Desterro. Na banda firmada em chefe, as mattas evocam o antigo “Matto Grosso de Jundiahy” dos cronistas e dos velhos documentos. O indio gigantesco é allusivo ás abusões do sertão nos seculos XVI e XVII, quando os civilisados imaginavam a nossa selva povoada de abentesmas, como os *coruqueans*, os *guayasis*, os *matuyús*, dos monstruosos animaes *ay*, *simia-vulpina*, cheias das “arvores de vidro”, etc. Representa, ao mesmo tempo, um *coruquean*, cuja estatura attingiu cinco metros, no dizer dos cronistas, e tambem rememora o celebre assalto

dos indios bilreiros á villa de Jundiahy em principios do seculo XVII, em data que não se conseguiu precisar ainda. O escudete da corôa mural é o do Conde de Monsanto, que em 1655 elevou o arraial jundiahyense á categoria de villa, grande passo dado para o seu progresso."

LORENA — Composição de Affonso de E. Taunay : "Evoca os principaes factos de Lorena, a antiga aldeia de Guaypacaré, á margem do Parahyba, "junto ás roças de Bento Rodrigues", onde os bandeirantes atravessavam o grande rio, em demanda da Mantiqueira e das terras dos "Cataguás", hoje Minas Geraes. Este facto é symbolisado pela peça principal do escudo : a barca, ao natural, sobre um rio de prata, em campo azul. No alto do braço, firmados em chefe, apparecem cinco escudetes, dos quaes o terceiro se avanta aos demais. E' este o do Conde de Sarzedas, Bernardo José de Lorena, que, sendo capitão general de São Paulo, deu a Guaypacaré o predicamento de villa sob o nome de Lorena. Os dois primeiros escudetes (os de dextra) trazem a flôr de liz e a cruz, attributos da velha heraldica portugueza caracterisadores dos patronymicos Rodrigues e Pereira : relembram os primeiros povoadores das terras do actual municipio, Bento Rodrigues e João de Almeida Pereira ; os dois de senestra rememoram, com as suas arruelas e a sua esphera dos escudos dos Castros e Fialhos, a acção civilisadora de povoadores eminentes da região : os capitães-móres Manoel Pereira de Castro e Domingos Antunes Fialho. Do escudo central, braço do Conde de Sarzedas, pende, de uma laçaria e de um anel, a cruz heraldica chamada "de Lorena", constituindo as "armas falantes" do municipio. Como tenentes : á dextra, um bandeirante com o seu gibão de armas caracteristico, armado de arcabuz e, á senestra, um soldado da guarda nacional da provincia de São Paulo, em 1842, cuja presença evoca a intervenção vultosa de Lorena na revolução liberal, dominada pelo Barão de Caxias. No listão entrançado de hastes de canna, a prin-

cipal cultura do municipio, inscreve-se a divisa : “Pela maior grandeza da Patria.” *Patriae magnitudini*. Sobre a porta central da corôa mural, destaca-se um escudete, com uma flôr de liz, a evocar que o orago de Lorena é Nossa Senhora.”

MOGY DAS CRUZES — Composição de Affonso de E. Taunay : “Apresenta como peça principal do escudo um gibão de armas frechado, tal qual occorre na celebre estampa “Combate de indios botucudos com soldados milicianos de Mogy das Cruzes”, representado ao natural, em campo vermelho ou de góles. Cinco escudetes, firmados em chefe, recordam e symbolisam uma série de factos da historia local e circumstancias da vida mogyana — antiga e moderna. No primeiro, partido, occorre, no primeiro quartel, a pipa de ouro e o cardo verde das armas de Braz Cubas ; no segundo, o cardo verde, em campo de prata, das armas dos Cardosos. Estão ahi, pois, lembrados dois vultos inesqueciveis da historia mogyana : Braz Cubas, dono da sesmaria e da fazenda sobre a qual se ergueu a villa de Sant’Anna das Cruzes de Mogy, e Braz Cardoso, fundador da villa, erecta em 1611. No segundo escudete, uma serpe de ouro numa faixa de prata em campo verde traduz a denominação “Mogy” — Rio das Cobras — no dizer dos maiores sabedores de nossa lingua geral. No terceiro escudete, tres cruces vermelhas, da Ordem de Christo, postas em roquete e em campo de prata, evocam a antiquissima tradição dos tres cruzeiros chantados no adro da primeira igreja matriz, facto de onde proveiu esta denominação de Mogy das Cruzes. No quarto escudete, vêm-se duas corôas muraes de ouro, uma faixa de prata ao meio do escudete e uma bateia de ouro, tudo em campo de sinople (verde). Symbolisam as corôas muraes a fundação da cidade por mogyanos — mineradores do ouro, partidos da margem do Tietê, o grande rio paulista das entradas das monções. No quinto escudete, uma roda dentada, de engrenagem, symbolisa a existencia de já notavel industria moderna na cidade. Como tenentes do escudo, dois bandeirantes reves-

tidos do caracteristico gibão d'armas — um delles empunhando uma bandeira de Sant'Anna, orago da cidade, e o outro armado de arcabuz. Como supportes, ramos de fumo e hastes de canna, ao natural, rememoram as duas lavouras tradicionaes do municipio. No listel, em letras de prata sobre fundo vermelho, inscreve-se a divisa, que se pôde traduzir como "Sou da grey bandeirante", "Procedo dos bandeirantes", ou seja *Bandeirantes gens mea*."

Este brazão foi adoptado em 1931, em substituição ao instituido pelo acto municipal de 10 de março de 1929, a seguir transcripto :

"Art. unico — O brazão de armas da cidade e municipio de Mogy das Cruzes consta do seguinte : Escudo portuguez encimado por uma corôa mural d'ouro, com ameias e uma porta. O escudo é dividido em diagonal por uma faixa symbolica, onde se encontra a divisa "*Patriam Grandibo*". Predominam em suas côres o azul e o branco, possuindo localisadas á direita, uma estrellita e tres cruces (de Malta) em ouro, e á esquerda diversos symbolos. Tem como supportes dois ramos em côres naturaes, sendo um de canna de assucar e outro de fumo, entrelaçados com uma flexa indigena e uma haste lanceada em acha d'armas. — Prefeitura Municipal de Mogy das Cruzes, 10 de março de 1929. — (a) *Carlos Alberto Lopes*, prefeito, *Benedicto Estellita de Mello*, secretario." Este acto foi approvado por deliberação da Camara Municipal, de 10 de março do mesmo anno. (1)

(1) Eis a justificação deste brazão, publicada no *Correio Paulistano*, de 24 de março de 1929 :

"E' seiscentista e portuguez, tal como o que foi usado para a representação da cidade de Santos, com a coroação de um forte, em tudo relembrando que Mogy iniciou a sua existencia no seculo XVI — tendo como seu fundador Braz Cubas, esse grande vulto a quem a bella cidade de Santos deve a sua fundação. Braz Cardoso, seu povoador, Gaspar Coqueiro e outros filhos de Portugal, bem como Braz Cubas, estão lembrados nas côres azul e branca, as mesmas da bandeira portugueza. A faixa sinuosa, que atravessa o escudo em diagonal, representa o caudaloso rio Tietê, o "Anhamby" dos Guayanazes, que habitaram as paragens mogyanas. A mesma faixa representa o Mogig (rio do lodo) que alguns historiadores dão como origem do nome Mogy. A estrellita collocada á esquerda da faixa (rio Tietê) representa

MONTE ALTO — Composição de Affonso de E. Taunay. Foi adoptado pelo acto municipal n. 8, de 24 de outubro de 1931, abaixo transcripto :

“Art. 1.º — O brazão da cidade e municipio de Monte Alto, adoptado pelo presente acto, é o que abaixo se descreve, composto pelo dr. Affonso de E. Taunay, dd. director do Museu Paulista e membro da Academia Brasileira de Letras, de accordo com o projecto por este apresentado a esta prefeitura, em virtude de convite a que acquiesceu e por mim submettido ao exame e approvado. Constará este brazão dos elementos symbolicos, abaixo enunciados, a traduzir os do desenho original, que será conservado no archivo desta Prefeitura. Escudo redondo portuguez encimado pela corôa mural característica das aggremações urbanas. Em campo vermelho, uma montanha elevada, coroada por um planalto, em que assenta uma cidade ao natural, ao lado de um rio encachoeirado, constitúe as armas falantes da cidade de Monte Alto. Firmados em chefe, tres escudetes :

fielmente a situação da cidade. As tres cruzes, de Malta, ainda relembrando os seus primeiros povoadores portuguezes, significam a antiga denominação de Mogy das Tres Cruzes. A faixa sinuosa, como uma serpente, poderá também symbolisar M'Boy, que, segundo affirmam alguns, foi a palavra que, com a corrupção da lingua, se tornou Mogy. A cobra conhecida por esse nome, que dizem ser a boi-peva, ainda se encontra nas terras do municipio vizinho. E' opinião de muitos que Mogy tivesse como origem a palavra Boygy, nome de uma fazenda ali existente e fundada por Braz Cubas, da qual se originou a cidade, nome esse indigena e por certo de algum guayanaz (pois os guayanazes habitavam a margem do Anhemby) e está lembrado na flexa existente no conjunto do escudo. A côr de ouro existente relembra a antiga lavra de Baruel, pois o ouro foi explorado em remotas éras por diversos frades naquella local, onde ainda existe o ribeirão que emprestou seu nome ao bairro de Ouro Fino. Os antigos mogyanos também tomaram parte em bandeiras (haja vista o que refere João Ribeiro), as quaes partiram de Itacuacituba — Itaquaquecetuba actual — motivo pelo qual existe no brazão a acha d'armas em haste lanceada, tal como era utilisada pelos antigos bandeirantes paulistas. Mogy sempre foi uma terra de gente patriota. E significando esse patriotismo que já se revelou de modo brilhante por occasião da guerra do Paraguay, em que tomaram parte diversos filhos de Mogy das Cruzes, foi incluída no escudo a legenda ou divisa “Patriam Grandibo” (A Patria engrandecerei). Ao lado do suporte temos a canna de assucar, que lembra a uberdade do solo mogyano, onde ha muitos annos é ella cultivada com vantagem, assim como o fumo, que também ali se produz. Para fugir da regra geral, ou melhor, para dar um cunho genuinamente mogyano ao brazão d'armas, figura no mesmo a representação symbolica da industria e commercio existentes naquella cidade em não pequena escala”.

no primeiro, (a partir da dextra) que é cortado, ocorre no primeiro quartel uma vieira de prata, em campo verde, attributos heraldicos da familia dos Pimentes, recordando Porfirio Luiz de Alcantara Pimentel, o desbravador do sertão de Monte Alto e fundador do arraial de que procede a cidade. No segundo quartel um coqueiro, ao natural, em campo de prata, lembra a existencia de uma palmeira historica, celebre nos primeiros dias, Mantaltense.

No segundo escudete, cortado, vêm-se no primeiro plano uma canna verde e uma corôa de espinhos, ao natural, em campo de prata ; no segundo, um rio de prata, acima do qual se acha um peixe tambem de prata, tudo em campo verde. A canna verde e a corôa de espinhos são os attributos do Senhor Bom Jesus ; o peixe saltando fóra d'agua traduz a expressão do nosso abanháeen Pirapóra : o salto do peixe. Assim, este escudete traduz symbolicamente os nomes de "Bom Jesus de Pirapóra", orago de Monte Alto.

No terceiro escudete vêm-se tres marcos de pedra ao natural e em campo de ouro ; assim, o segundo escudete e o terceiro traduzem as primeiras denominações dadas pelos povoadores do sertão de Monte Alto ao seu arraial — *Senhor Bom Jesus de Pirapóra das Tres Divisas*.

Como supports, á dextra, um ramo de café symbolisa a grande lavoura cafeeira do municipio ; á senestra, um galho de jaboticabeira, frutada, ao natural, evoca uma denominação antiga e tradicional da cidade, outróra designada por Monte Alto de Jaboticabal.

No listel vermelho, em letras de prata, inscreve-se a divisa : *Mons Altus semper altius* — Monte Alto sempre a mais. Enrola-se este listel em trilhos de ferrovia recordando a construção da Estrada de Ferro de Monte Alto, que ao progresso da cidade e municipio prestou inestimaveis serviços.

Art. 2.º — Nos papeis officiaes desta Prefeitura figurará doravante a reprodução da estampa a que allude o artigo primeiro".

PARNAHYBA — Composição de Affonso de E. Taunay : “No escudo de Parnahyba ostenta-se, em campo azul, o contorno da superfície do Brasil, dividida em dois segmentos apresentados em ouro e prata e separados por um meridiano. Symbolisam estas duas partes o Brasil legitimamente portuguez, em virtude do tratado de Tordesilhas e o Brasil adquirido, no coração do continente, pela acção das Bandeiras. Como supportes do escudo vêm-se dois bandeirantes revestidos do seu caracteristico gibão de armas, empunhando um a bandeira de Sant’Anna, padroeira de Parnahyba, e o outro um arcabuz. A divisa é allusiva ao papel dos grandes bandeirantes parnahybanos na obra da dilatação do Brasil : taes como André Fernandes, os dois Domingos Jorge Velho, os dois Anhanguéra, Fernando Dias Falcão, etc. “Minha patria, tornei-a grande” *Patriam feci magnam*.”

PINDAMONHANGABA — Adoptado em fevereiro de 1922, está assim descripto pelo seu autor, Athayde Marcondes, na obra “Pindamonhangaba” (2.^a ed., pag. 402) : “Escudo moderno e corôa mural. No escudo vê-se : a altaneira serra da Mantiqueira e a margem esquerda do rio Parahyba, regiões nas quaes existem as lavouras de café e arroz, cujos ramos ornarn o escudo, á direita e esquerda, mostrando donde proveiu a grandeza da cidade ; no meio, o caudaloso rio Parahyba, que vem beijar a cidade venturosa, cujos filhos se têm notabilisado em todos os ramos de conhecimentos humanos (livro e espheras), para cobril-a de louros. Em baixo do escudo acha-se um laço de fita verde e amarello (côres da nossa bandeira) no qual se lê : *Pro Patria semper*, para mostrar o patriotismo dos filhos de Pindamonhangaba”.

PORTO FELIZ — Composição de Affonso de E. Taunay : “O brazão de Porto Feliz ostenta, no centro do escudo, um canoão de monção, com os seus remos de ouro, em fundo azul, allusão ás monções do ouro, para Matto Grosso. Dois bandeirantes revestidos do gibão de armas são os tenentes do escudo. Como timbre, sobre a corôa mural, vê-se uma

arara de azas abertas, a bicar uma das pedras ameiadas, allusão ao antigo nome indigena de Porto Feliz : “Ararayta-guaba”. Num escudete, a flor de liz, sobre a corôa mural, recorda que o orago da cidade é Nossa Senhora Mãe dos Homens. A divisa se refere á acção das monções : “Muito ao longe levei as fronteiras do Brasil” *Perlonge tuli Brasiliae fines.*”

SALTO. — Adoptado pelo acto municipal n. 7, de 20 de agosto de 1931, que dispoz o seguinte : “O major José Garrido, prefeito municipal desta cidade de Salto, usando das attribuições que a lei lhe confere, resolve criar as armas da cidade de Salto, armas essas que consistem em um castello, symbolisando a sua força, tendo nas ameias uma ancora, uma cruz e um coração, symbolisando a fé nos destinos de Salto, a esperança na sua potencialidade e a boa vontade, a concordia que deve reinar entre seus filhos, como cidade, que é, do trabalho ,em marcha para o progresso. O castello se apoia numa estrella, que será o guia seguro da cidade. Completam o campo do brazão : um peixe, que indica a piscosidade do rio Tietê, que fórma o imponente salto que dá o nome á cidade ; os taperás, que symbolisam as saudosas tradições ; e symbolos outros, que indicam a sua lavoura, seu commercio e a sua prospera industria, que lhe grangeou o renome de pequena Manchester”.

SANTO AMARO — Composição de Affonso de E. Taunay : “Dividido o escudo em dois quartéis, tem a primeira destas divisões ainda sub-dividida. Assim, neste primeiro quartel “cortado”, como diz a technologia heraldica, a matta recorda a denominação indigena da região santamarense *Ibirapuera*, “a floresta” — quatro cabeças de indios afrontadas para um escudo que é o da familia dos Anchieta e o do Thaumaturgo do Brasil, relembram que em Ibirapuera se estabeleceu o aldeamento de catechumenos guayanazes, fundado pelo veneravel Joseph de Anchieta. No segundo, vê-se, na machina de forjar, segundo uma estampa do seculo XVII,

um malhão alçado sobre a “açafra” ou bigorna. Rememora o facto de que, em territorio de Santo Amaro, por instigação do illustre governador D. Francisco de Souza, se fundou a primeira fabrica de ferro do Brasil. Os dois tenentes do escudo são, o de dextra, um bandeirante revestido do seu caracteristico gibão de armas, a relembrar a actuação dos grandes bandeirantes santamarenses, como Manoel de Borba Gato. O de senestra, um official da “ordenança” do regimento miliciano a que pertencia a parochia de Santo Amaro, quando o capitão general D. Luiz Antonio de Souza organisou, em 1765, as forças militares da capital de São Paulo. No listel se escreve a divisa adoptada pelo municipio: “Pertengo á mais velha grey paulista” ou seja *Anti-quissimum genus paulista meum*. Sob a parte central da corôa mural, um livro e um baculo, attributos symbolicos de Santo Amaro, na iconographia catholica, inculcam o orago da cidade.”

O escudo actualmente usado pela municipalidade de Santo Amaro não traz os moveis dos dois quarteis: é de góles, tendo como unico movel a machina de forjar.

SANTOS — Sobre o brazão desta cidade, escreve Alberto de Souza:

“Foi adoptado pela municipalidade respectiva, em virtude da lei n.º 638, de 20 de setembro de 1920. E’ copia, com diversas alterações, do brazão pintado no ultimo estandarte municipal, mandado confeccionar pela camara de 1888. A esphera armilar symbolisa a sciencia e a navegação. A banda auri-verde, que a atravessa obliquamente, recorda as côres usadas pelas autoridades e pelos patriotas da época da Independencia, no tope nacional instituido officialmente por José Bonifacio por decreto de 18 de setembro de 1822, côres que, por decreto da mesma data, foram adoptadas para a bandeira do nascente Imperio. Neste pormenor, o brazão actual diverge do que existe no estandarte municipal de 1888, pois a banda bi-color atravessava então a esphera

em sentido diagonal entre os dois circulos polares e não abrangia apenas a zona equatorial, como agora. A modificação introduzida se afasta, aliás, da tradição historica, porquanto na bandeira do Principado do Brasil, na do Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves e na do Imperio, a banda corre invariavelmente de um circulo polar ao outro.

O campo de góles (côr vermelha) significa, de modo generico, que todos os brasileiros devem seu sangue á Patria ; e particularmente, que os primeiros santistas, ao tempo de Braz Cubas, sacrificaram-se em defesa da terra, lutando contra os piratas e os selvicolas. O caduceu de Mercúrio é o emblema da actividade commercial, da qual aquelle deus pagão era patrono. A corôa mural, em fôrma de castello, representa a força e resistencia, em memoria do que Santos foi outróra como praça militar fortificada. Os metaes das armas evocam a entrada da primeira "bandeira" no sertão, chefiada por Braz Cubas, e a descoberta de ouro e outros metaes preciosos ; o café é o symbolo da riqueza paulista e da base da vida commercial em Santos.

A divisa latina — *Patriam charitatem et libertatem dócui*, que, segundo o memorial explicativo mandado publicar pela camara, assim se traduz : — *A' Patria ensinei a liberdade e a caridade* — quer dizer que, fundando o primeiro Hospital de Misericordia no Brasil, e fundando a Independencia, por intermedio dos tres Andradas — deu Santos aos povos o exemplo daquellas virtudes civicas."

Este brazão, restaurado por Benedicto Calixto, segundo o modelo de 1888, é hoje usado com as alterações indicadas na critica de Alberto de Souza e com a esphera armilar de ouro, tendo-se assim corrigido o erro de heraldica primitivamente commettido : o metal da esphera (prata) sobre o metal do caduceu (ouro).

A divisa, composta por Affonso de E. Taunay, "recorda a fundação da Santa Casa de Misericordia, os patriarchas da Independencia e o asylo de escravos no Jabaquara", segundo explicação do autor.

SÃO BERNARDO — Composição de Affonso de E. Taunay : “Escudo portuguez redondo, cortado e partido. No primeiro quartel á dextra : em campo de ouro, uma cruz de Santo André, de sinople, em cujo encontro de aspas, se estampa a cruz patriarchal de São Bernardo, traduzindo o facto de que no territorio antigo de Santo André da Borda do Campo se levantou o actual São Bernardo ; á senestra o leão dos Ramalhos, de góles, em campo de prata, recorda a personalidade formidavel do patriarcha coimbrão. No segundo quartel, em campo de góles, um lanço de muralha, de duas torres bombardeiras, de prata, sobre cujas ameias se ergue um braço armado, tambem de prata, empunhando uma adaga. Sobre a porta do castello inscreve-se a data do predicamento de villa dado a Santo André por Martim Affonso : 1553. Assim se traduz o que os cronistas relatam do facto de haver João Ramalho levantado baluarte sobre o qual cavalgou artilharia. Como tenentes do escudo, um bandeirante á dextra, armado de arcabuz, um indio á senestra, armado de arco. No listel, em letras de sinople sobre fundo de ouro, lê-se : “Sou o berço dos paulistas” : *Paulistarum terra mater*. Por traz do listel, a roda dentada, ao natural, symbolisa o surto industrial moderno, tão notavel, de S. Bernardo. Sobre as ameias do centro da corôa mural ergue-se, como timbre, o elmo de Martim Affonso de Souza com o seu leão caracteristico, de purpura. Por sobre a porta central da corôa, um escudete de bláo com uma flôr de lyrio, de prata, recorda que o orago do municipio é Nossa Senhora.”

“No brazão de S. Bernardo — escreve Taunay — ha circumstancias sobremodo notaveis a recordar. E’ um dos municipios mais tradicionaes do Estado de S. Paulo e do Brasil : basta lembrar que nelle fez assento João Ramalho, que nelle existiu a primeira povoação do interior do Brasil : Santo André da Borda do Campo ! Teve predicamento de villa, por Martim Affonso de Souza, em 1553, e em seu territorio se deu o primeiro caldeamento euramericano de valor,

de onde surgiram os formidaveis bandeirantes, dilatadores do Brasil.”

Depois de adoptado, este brazão foi simplificado, passando a figurar sobre o escudo apenas os symbolos do primeiro quartel á dextra, ou seja : em campo de ouro, uma cruz de Santo André, de sinople, em cujo encontro de aspas se estampa a cruz patriarchal de São Bernardo.

SÃO JOSÉ DOS CAMPOS — Composição de Affonso de E. Taunay : “No primeiro quartel, á dextra : as armas do illustre fundador de S. José, o veneravel Joseph de Anchieta, tendo em bordadura quatro cabeças de indios afrontadas, duas a duas. A’ senestra, em campo de sinople, um rio de prata, um ramo de lyrio florido e um bastão florido, ambos de prata. O rio recorda o Parahyba. O lyrio florido é o attributo habitual de S. José e o bastão florido relembra uma das mais suaves lendas relativas ao padroeiro da Igreja Catholica, lenda que se reporta ao seu casamento com Maria Santissima. Assim este meio quartel constitúe as armas falantes da cidade. No segundo quartel : em campo de góles uma panoplia bandeirante, a recordar os desbravadores : arcabuz, espada, machado e bandeira ao natural, com a imagem de S. José. Sobre a porta central da corôa mural ha um escudete com o brazão do Morgado de Matheus : as armas dos Souzas e as dos Botelhos. Como supportes, dois soldados do regimento de milicianos das Villas do Norte, criado pelo Morgado de Matheus em 1766. No listão se inscreve a divisa allusiva á fertilidade do solo do municipio e á tão celebrada pureza do seu clima : *Aura terraque generosa*, escripta em letras de góles sobre campo de prata. Ao listel adornam ramos de café floridos recordando a principal lavoura do municipio.”

Justificação : “Depois de procurar no passado do municipio os principaes elementos tradicionaes, relembrei os seguintes : a fundação da aldeia guayanaz, no seculo XVI, pelo veneravel Joseph de Anchieta, o povoado do territorio

de S. José pelos desbravadores vindos de Jacarehy, no seculo XVII, a criação da villa no seculo XVIII por ordem do então capitão general de São Paulo, D. Luiz Antonio de Souza Botelho e Mourão, Morgado de Matheus, sob o nome de S. José do Parahyba.”

SÃO VICENTE — Composição de Benedicto Calixto : “Escudo de prata, bordado de góles, com um leão rompente de góles, armado de bláo, com uma grinalda florida de sinople. Divisa : *Cellula mater*, de góles, em listel de prata, enramado por hastes de canna de assucar. Corôa mural de ouro.”

O leão rompente é o timbre das armas de Martim Affonso de Souza ; as hastes de canna têm alto significado historico, lembrando a cultura primordial de São Paulo quinhentista ; e a divisa recorda que São Vicente é a mais velha cidade do Brasil. (1)

SOROCABA — Composição de Affonso de E. Taunay : “No brazão de Sorocaba foram recordados os factos do

(1) AFFONSO DE E. TAUNAY compoz o seguinte projecto de um novo brazão para São Vicente :

“Em campo azul, uma frota de embarcações portuguezas de velame desferrado assignalado pela cruz da Ordem de Christo e o pavilhão realjoanino ao natural.

Firmados em chefe cinco escudetes : ou, a partir da esquerda para a direita :

a) uma torre, cuja base as ondas banham, lembra o assignalamento de S. Vicente nos nossos mappas e portulanos premartim-affonsinos ;

b) Escudete cortado, tendo, no primeiro, o leão de purpura dos Ramalhos em campo de prata ; no segundo, a flôr de liz attributiva dos Rodrigues, em campo de ouro ;

c) Brazão de Martim Affonso de Souza e Pero Lopes de Souza : esquartelado, tendo no 1.º e 4.º as quinas de Portugal, em campo de prata, no 2.º e 3.º o leão de góles dos Souza, em campo de prata ;

d) Escudete de campo azul, com o trigramma J. H. S., o gladio romano de São Paulo, e as flexas de S. Sebastião, tudo de ouro ;

e) Escudete de campo de prata com os quatro attributos heraldicos : a torre do brazão dos Brito, o raposo negro dos Raposo, a folha verde de figueira dos Figueira e a merleta negra dos Leme.

Como tenentes : á dextra, Martim Affonso de Souza (segundo o seu retrato da Galeria dos Vice-Reis da India em Gôa) e, á senestra, um bandeirante paulista revestido do seu gibão de armas característico.

A divisa em letras de prata, em campo azul, inscreve-se no listel, enramado de hastes de cannas, ao natural : *Brasiliae cellula mater*.”

bandeirismo — em que brilharam sorocabanos do valor de Antonio de Almeida Falcão, os irmãos Arthur e Fernando Paes de Barros, Miguel Sutil e tantos outros mais — as famosas feiras e o seu papel capital na obra da conservação da unidade nacional no sul do Brasil, a mineração de ferro do Araçoyaba, a primeira realisada em nosso paiz, o papel da cidade nas lutas de 1822 e 1842 e o seu orago : N. S. da Ponte. Assim, no escudo cortado, ha, na parte superior, uma panoplia bandeirante : machado, arcabuz e gibão de armas, ao natural, sobre campo vermelho, e na inferior uma montanha negra sobre campo de ouro. Como supportes do escudo dois unicornios, que são cavallos heraldicos. O orago é lembrado pela flôr de liz, attributo de Nossa Senhora. Como divisa : “Sempre pugnei por uma patria una e livre”, ou : *Pro una libera patria pugnavi*, havendo no listão deste móte, estampada, uma roda dentada a recordar a importancia da moderna industria sorocabana.”

Este brazão substituiu outro, que tambem foi adoptado officialmente e da autoria do sr. Zulmiro de Campos, que assim o descreveu : “Escudo cortado — o primeiro de bláo (azul) com montes de prata e sol poente de ouro ; o segundo de ouro com tres machos passantes de sua côr, postos em roquete. Corôa mural de prata com quatro torres de tres ameias e sua porta cada uma. Supportes : dois ramos de algodoeiro ao natural. Divisa : *Festina lente* de ouro em um listão de azul” (1)

(1) Eis como o sr. ZULMIRO DE CAMPOS justificou o seu projecto : “Os montes representam o morro de Araçoyaba — logar onde o sol se deita, ou manto, esconderijo do sol, segundo a significação etymologica — tendo uma sombra de sol de ouro no occaso. A influencia das minas de Araçoyaba na fundação da cidade de Sorocaba foi um facto historico de subida importancia ; e, ainda que estas minas hoje não mais pertençam ao municipio de Sorocaba, e sim ao de Campo Largo, não podemos prescindir da sua utilização no escudo daquela cidade. Foi Affonso Sardinha o primeiro bandeirante que, em companhia de seus filhos, andando á cata de minas de prata, descobriu vestigios desse metal, não só naquelles montes de ferro, como tambem no bairro do Itapeva, no chamado “Buraco de Prata”. Se a prata não deu o resultado que era ambicionado, não assim aconteceu com o ferro, que

TATUHY — Composição de Affonso de E. Taunay e inaugurado no primeiro centenario da cidade, a 11 de agosto de 1926 : “Escudo redondo portuguez, encimado pela corôa mural, distinctiva das cidades, dividido em dois quarteis, sendo o primeiro partido. Primeiro quartel : Na parte da dextra, em campo de ouro, um rio de bláo e um tatú em carnação representam as armas falantes do municipio, cujo nome tem a etymologia tupyca : rio do tatú. Na parte de senestra em campo de azul, uma montanha ao natural, com uma cruz de prata, circumdada de tres estrellas, tambem de prata (brazão da Ordem Carmelitana) e de um crescente de prata, symbolisadores do orago da cidade : Nossa Senhora da Conceição. No segundo quartel, em campo de góles, um castello forte de ouro. Como differença um escudete com as armas de Cuyabá relembra que as terras de Tatuhy foram de Paschoal Moreira Cabral. Como supportes um

veiu sendo explorado desde aquellas remotas épocas, até que se fundasse a fabrica do Ipanema. Ora, essas minas foram um como incentivo para o povoamento das redondezas e edificação da cidade, por volta de 1654. Os machos pas-santes symbolisam o antigo commercio de muares, do qual Sorocaba foi o centro mais importante do Brasil, durante mais de um seculo. Esse commercio foi tão importante e de resultados tão magnificos para o crescimento da cidade que não poderíamos olvidal-o. EDUARDO PRADO, o notavel publicista, observa que as feiras de Sorocaba foram um factor poderoso para a unificação da nacionalidade brasileira, pois que era aqui que se reuniam os homens das diversas regiões brasileiras, a saber: do Rio Grande do Sul, de Minas, Paraná, Bahia, Pernambuco e São Paulo. Aqui confraternisavam todos, trocavam idéas e impressões, conheciam-se melhor, ficavam sabendo dos usos e costumes das differentes capitánias ou provincias, e assim o laço de união mais se estreitava. Os ornamentos fóra do escudo, que compuzemos com os ramos do algodoeiro, significam a fonte agricola e as industrias de tecidos da cidade. Por timbre adoptamos a corôa mural de prata com quatro torres de ameias e sua porta cada uma, porque existe a justificativa historica das velhas taipas ou fortificações construidas no antigo São Felipe — primitivo local da povoação sorocabana, no actual bairro do Itavuvú. Essa edificação data de 1600 ou 1610, e até hoje a tradição conta que ali existiam construcções de muros e cercas de paus grossos affectando a fórma de fortalezas ou quarteis, com portaes altos como torres, em numero de quatro. Ainda hoje se conhece o local da antiga povoação com o nome de *Quarteis*. A divisa *Festina lente* — Apressa-te devagar — que adoptamos era, segundo Suetonio, a divisa de Augusto, imperador romano. O progresso de Sorocaba ha de ser feito seguramente, calculadamente, sem os surtos da rapidez impen-sada, para que produza, como tem produzido, nessa pressa lenta, porém sabia, os beneficios que hoje apreciamos.” (ZULMIRO DE CAMPOS — *Vultos de Sorocaba*).

ramo de café, frutificando, á dextra e outro, florido, de algodão, á senestra. Como timbre o do braço do Brigadeiro Manoel Rodrigues Jordão, um leão nascente de ouro tendo na espada uma flôr de liz de góles. No listel, em letras de ouro, sobre fundo azul, a divisa escolhida pela municipalidade: *Per ardua surrexi* recobre a roda dentada, que recorda a grande industria moderna tatuhyense.”

Justificação: “Nos fastos de Tatuhy convinha lembrar que no municipio existira outróra o grande latifundio do illustre Paschoal Moreira Cabral Leme, bandeirante dos maiores, pois como todos sabem, a elle se deve, em magna parte, a incorporação de Matto Grosso ao patrimonio brasileiro ; que Tatuhy se fundara em terras dos carmelitas de Itú, graças á acção do Brigadeiro Manoel Rodrigues Jordão, procer da nossa independencia nacional e que em diversas épocas déra arrhas de apego á legalidade.”

TAUBATÉ — Composição de Affonso de E. Taunay : “No braço de Taubaté tres montanhas heraldicas de ouro, em fundo azul, recordam a Mantiqueira, escalada pelos bandeirantes taubateanos, que na ansia do ouro, em fins do seculo XVII, promoveram a descoberta do “Sertão dos Cataguazes”, hoje Estado de Minas Geraes, com Carlos Pedroso da Silveira, Bartholomeu Bueno de Siqueira e mais sertanistas illustres. Como tenentes do escudo, vêm-se um bandeirante e um soldado da Guarda de Honra de Pedro I. Recorda este ultimo o papel saliente dos filhos de Taubaté por occasião da independencia do Brasil. Um escudete, com as chagas de Christo, evoca o orago da cidade S. Francisco das Chagas, padroeiro escolhido pelo fundador Jacques Felix. A divisa allude ás difficuldades vencidas pelas bandeiras de Taubaté, no sertão : *Per aspera pro Brasilia*.” Depois de approvado este braço, Taunay o modificou, passando a ser a seguinte a sua descripção : “cortado : no primeiro, em campo azul, tres montes e tres corôas muraes em

faixa, tudo de ouro; no segundo, em campo de sinople um rio em faixa e uma taba em ponta, tudo de prata.”

As tres corôas muraes recordam que os taubateanos foram os fundadores de dezenas de cidades do sul do Brasil e a taba lembra a etymologia da palavra Taubaté : *taba-eté*. O rio é o Parahyba.

TIETÊ — Composição de Affonso de E. Taunay : “Em campo de prata uma anhumas de carnação com as azas abertas e a cabeça voltada para dextra. Como supportes, um ramo de café á dextra e outro de algodão á senestra. Corôa mural das cidades com as torres ameiadas, tendo como timbre a cruz da Ordem de Christo, ao natural. No listel de ouro inscreve-se a divisa da cidade, em letras de bláo : *Flumen meum iter gloriæ*.”

Sobre este brazão escreveu Taunay : “A reflectir melhor penso que está insufficiente o escudo, torna-se necessario collocar-lhe por sob a anhumas uma fita de azul, a evocar o Tietê evocado na divisa.”

O autor quiz “deixar frisada a importancia do nome da cidade, homonyma do rio que a corta, appellido prestigiosissimo nos fastos da tradição brasileira e paulista.” Entendeu que “havendo Tietê deixado os seus antigos nomes de Curuçá e Pirapora para tomar o do grande rio paulista das monções, devia no seu escudo preponderar algum attributo evocativo do celebre caudal. Ora esse — accrescenta — é a anhumas, a bella ave arisca, outróra communissima nas margens do Tietê, cujo nome indigena, nos nossos primeiros seculos, era Anhemby, *rio das Anhumas*”.

OUTRAS CIDADES PAULISTAS — Não obtivemos informações a respeito dos brazões de Leme, Piedade, São Carlos e Villa Americana.



Brazões de Cidades Mineiras

BARBACENA — Adoptado pela lei n. 22, de 17 de janeiro de 1893, assim redigida :

“Art. 1.º — O symbolo representativo do municipio de Barbacena será composto do seguinte : a) De um globo azul-celeste — allegorico á immensidade, sobre campo branco recamado de estrellas brancas, em numero de 14 — representando os 14 districtos de que se compõe o municipio. ; b) De um triangulo equilatero branco — representando o principio regular das cousas, collocado no centro do globo. No centro do triangulo, que será rodeado pelas estrellas, haverá um braço nú, de côr natural, com o dedo da respectiva mão apontando para o — *futuro* : allegorico ao braço do protomartyr da Republica Brasileira — o grande e patriotico Tiradentes, o qual braço foi collocado, de modo a ser de todos visto, em um poste de madeira, por ordem do Governo de Portugal, nesta cidade, no morro situado atraz da Igreja de N. S. do Rosario, para aterrorisar o povo que tão natural e patrioticamente desejava sua emancipação politica e social ; c) Finalmente, de um fitão azul-celeste, collocado sob o globo, contendo o seguinte dizer, em letras brancas “Municipio de Barbacena”. As côres branca e azul-celeste representam a paz e candidez. § unico. O fitão e distico só serão usados nas armas. Art. 2.º — Revogam-se as disposições em contrario. Dado nesta cidade de Barbacena, aos 17 dias do mez de janeiro de 1893 — (a) *Chrispim Jacques Bias Fortes*.”

O brazão usado pela municipalidade de Barbacena não está de inteiro accordo com esta descripção. Reproduzi-

mol-o sob o n. 1, ao lado da interpretação de J. Wasth Rodrigues, designada sob o n. 2

BELLO HORIZONTE — As primeiras armas da cidade de Bello Horizonte — refere Nelson de Senna (1) — eram constituídas de “um escudo encimado pela corôa mural e dentro d'elle o sol que nasce no Pico da Serra do Curral d'El-Rey (que domina a metropole mineira pelo lado do oriente), tendo por baixo a palavra “Minas”.

LEOPOLDINA — O brazão desta cidade tem a seguinte descripção official :

“O escudo polonez é encimado pela corôa mural da cidade. Sobre a porta, um escudo francez antigo, tendo ao centro, em cruz, uma espada e uma setta. A espada symbolisa a milicia e a setta o martyrio de S. Sebastião, orago da cidade. No escudo polonez vê-se a serra dos Puris, com a pedreira do Cruzeiro. Tem, pelo centro, um riacho, que é o Feijão-Crú, nome historico desse antigo districto de S. Manoel da Pomba. A' direita, uma vaquinha, representando a industria pecuaria e de lacticinios locaes. A' esquerda, as armas da princeza Leopoldina, homonyma da cidade. (Apenas se vê o escudo do formato que usavam as moças nobres, porque, quando se criou a villa, com o seu nome, a princeza ainda não era a duqueza de Saxe). Na ponta do escudo, um livro aberto e o globo terrestre, entre louros, symbolisando a Instrucção e as suas conquistas. A' direita do escudo, em bláo, a cornucopia, symbolisando os pomares e jardins, a citricultura e a abundancia cerealifera do municipio. A' esquerda, um ramo de café — a riqueza principal dos districtos. Na faixa em bláo, com letras de ouro, as palavras latinas — *Usque ad libertatem* — alludem ao facto historico de estarem os liberaes de Leopoldina filiados aos revolucionarios de 1842.”

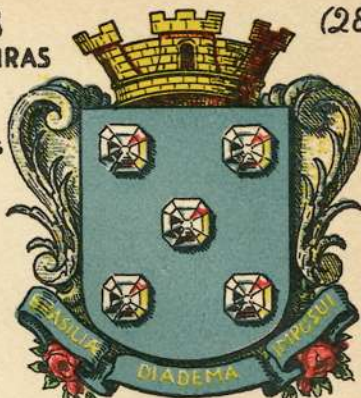
(1) NELSON SENNA — *Terra Mineira*, vol. II.

BRAZÕES
DE CIDADES MINEIRAS
PROJECTOS
DE
J.W.RODRIGUES

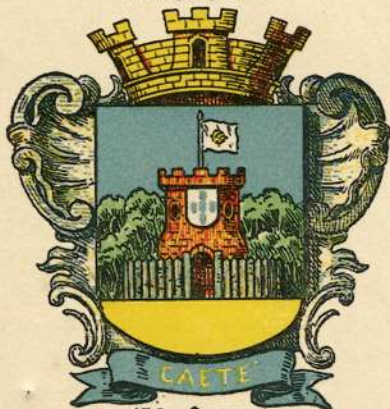
(28)



148-SABARÁ



149-DIAMANTINA



150-CAETÉ



151-OURO PRETO



152-MARIANNA



153-SÃO JOÃO DEL REY

J.W.R.

OURO PRETO — O brazão actual de Ouro Preto foi oferecido a esta cidade por José Wasth Rodrigues, no seguinte memorial endereçado em agosto de 1931 ao prefeito dr. João Velloso :

“Tomei a iniciativa de executar, para offerecer á Camara Municipal de Ouro Preto, o seu brazão de armas em fórmula correcta e com todos os seus attributos, pois não possúe ella nenhum exemplar do seu escudo nestas condições.

Executei-o de accordo com os documentos existentes e submetto-o á approvação de V. Excia, esperando que seja restaurado mais esse elemento de alto valor do patrimonio artistico desta cidade : o symbolo incontestavel e insubstituivel do seu passado grandioso e da sua nobilissima cultura.

Existe no archivo da Camara Municipal um brazão grosseiramente pintado que serviu nas festas do bi-centenario em 1911. Lembra vagamente o tradicional emblema, porém sem os caracteristicos heraldicos necessarios, pois no lugar de corôa mural traz um triangulo, os seus esmaltes estão mal definidos, etc. O mesmo brazão encontra-se tambem gravado em ponto pequeno por H. Esteves em um papel existente na Camara, papel que acompanhava a medalha commemorativa cunhada por occasião da mesma festa. Este brazão já se apresenta melhor, pois traz a corôa mural e tem melhor desenho. Finalmente existe mais um brazão em côres, de época incerta, com a seguinte indicação : “Placa para as Repartições Municipaes, diametro 0,60.”

E’ este, porém, inaproveitavel, pois não possúe nenhum dos caracteristicos bastante conhecidos do tradicional escudo.

Senão vejamos: Escudo de ouro com um triangulo vermelho contornado pela divisa *Libertas quae sera tamen*, tudo cercado por um anel azul carregado de doze estrellas de prata. Corôa mural, ramos de fumo e café e o titulo “Camara Municipal de Ouro Preto”.

Apezar de ser um escudo de aspecto bom, e regular quanto á heraldica, nada possúe de original, ou que caracte-

rise esta cidade, e tanto póde servir a Ouro Preto como a outra cidade mineira. Diversos municipios já adoptaram o triangulo da Inconfidencia e estrellas. Deve, portanto, ser posto de lado, não só por isto, como tambem por falta de mais informações quanto á sua origem.

A tradição existente diz que o emblema de Ouro Preto é composto de um escudo de ouro com tres morros. Com effeito, escreve o Dr. Diogo de Vasconcellos a este respeito no "Bi-Centenario de Ouro Preto", á pag. 161 de sua cronica "As obras de arte" :

"Advinhando já este successo, Antonio de Albuquerque, ao tempo que fundou a villa, deu-lhe por divisa tres montes de preto, unidos pela base em campo de ouro".

Esta representação da cidade é confirmada pela maneira como se apresentaram as figuras que symbolisaram Ouro Preto na procissão do Triumpho Eucharistico, festa realisada nesta cidade em 1733, com esplendor jamais superado.

Na descripção que Simão Ferreira Machado della deixou e que o Dr. Furtado de Menezes transcreve no "Bi-Centenario", lê-se á pag. 234 o seguinte :

"Calçava uns borzeguins do mesmo artificio e vestia a imitação do peito ; levava na mão direita uma salva dentro nella um morrosinho coberto de palhetas de ouro".

E, mais adiante :

"Seguiam esta figura pelo lado outras duas a cavallo, dando-lhe o logar do meio : vestião do mesmo modo na grandeza do apparato : só tinha differença no ornato da cabeça, quanto á forma ; porque levando a do meio um turbante, estas levavão, cada uma, o feitio de uns morros, significando uma o Ouro Preto, outra o Ouro Fino ; morros entre os quaes está fundada a Villa."

Não são sómente estes os documentos existentes. T. Alencar Araripe, na sua colleção de projectos que sob o titulo "Brazões do Brasil" publicou na Revista do Inst.

Hist. Brasileiro, descreve o brazão de Ouro Preto com toda a clareza e em toda a sua simplicidade :

“Em campo de ouro, tres morros de preto : com corôa mural por cima e este móte latino : *Proetiosum tamen nigrum*.”

O Dr. Nelson de Senna, reconhecendo a validade desta descripção, transcreve-a na “Terra Mineira” e no seu capitulo “Origem da Cidade” no “Bi-Centenario de Ouro Preto”.

Quanto ao móte, não conheço referencias anteriores á de Araripe : deve ser uma criação deste escriptor, que teve a preocupação de completar com móte latino synthetico e apropriado todos os brazões que compoz. Conhecedor da historia e da sciencia heraldica, foi, pois, Araripe quem primeiro brasonou correctamente o brazão de Ouro Preto.

Como valor symbolico nenhum outro escudo synthetizará melhor a origem e o nome desta historica cidade do que este que a tradição nos legou.

Em primeiro lugar, dominando tudo, temos o perfil inconfundivel do Itacolomy, que, apezar de não ser representado no brazão, vem reforçal-o, pois serviu de marco de onde se irradiou grande parte da conquista destas regiões.

Visto pelos primeiros pioneiros e, depois de perdido, novamente descoberto por Antonio Dias, o seu valor já estava de antemão traçado : ia ser o ponto de referencia para a mineração, transformando assim a actividade dos bandeirantes, que de caçadores de escravos, passaram a mineradores ; de caminhanes e desbravadores incansaveis, a fundadores de arraiaes e roças, cellulas de futuras cidades que, — favorecidas por excepcional prosperidade — viriam a ser nucleos de civilisação e cultura, verdadeiros santuarios de arte e tradições.

Outros morros, porém, são os representados no escudo : aquelles cuja simples lembrança evoca e resume a historia da cidade ; aquelles em cujas alturas e encostas a ci-

dade desenvolveu-se, caminhando ou acomodando-se, procurando definir-se até chegar á localisação actual; morros como aquelles, onde ficaram distanciadas como sentinellas esquecidas as capellas de S. João, Sant'Anna, São Sebastião e que recordam Antonio Dias, Assumar, Felipe dos Santos; o Ouro-Fino, o Ouro-Pôdre; morros que demarcando as grandes vertentes dominam os valles, o Padre Faria, etc.; morros como o do Ouro Preto com a Conceição e os "Paulistas" de um lado, S. Quiteria e o Palacio no alto e o Rosario e Pilar noutra banda.

Neste, o esplendor do seculo XVIII, a Inconfidencia, o Ouro Preto dos nossos dias, enfim. Os esmaltes do escudo proclamam o nome da cidade: ouro e preto! Nada mais necessita esta localidade para se representar no conjunto symbolico das principaes cidades do Brasil. Deste confronto o seu brazão se destaca pela sua pureza e elevada concepção, como a sua historia se destaca pelos elevados principios e pureza de ideaes que sempre guiaram os seus filhos.

Resaltam, além disto tudo, duas grandes qualidades: simplicidade, pois, como diz o axioma heraldico italiano: "quem tem mais tem menos;" e antiguidade, pois em heraldica quanto mais antigo mais nobre.

Em vista do exposto, executei o escudo com seu movel, seus esmaltes e mais seus componentes: corôa, supportes e divisa.

Dei-lhe a fórma chamada portugueza ou escudo redondo, por ser a usada pelos nossos antepassados. O escudo está apoiado em uma cartella no estilo D. João V. Corôa mural do typo geralmente adoptado e de ouro por ser cidade de primeira classe. Em listão de verde, o móte em letras de ouro: — o que dá as côres nacionaes. Accrescentei-lhe as datas principaes 1711 e 1789, a exemplo do que foi feito por occasião do bi-centenario, no brazão pintado naquella occasião; o que vem completar os seus attributos sem af-



154-BARBACENA(Nº1)



155-BARBACENA (Nº2)



156-BELLO HORIZONTE



157-JUIZ DE FORA



158 -LEOPOLDINA



159-OURO PRETO (Nº1)



160-OURO PRETO (Nº2)



161-OURO PRETO(Nº3)



162-SÃO JOÃO DEL REY(Nº1)



163-SÃO JOÃO D'EL REY (Nº2)



164 -TRES PONTAS



165-UBERABA

J.W.R.

fectar ou prejudicar o escudo. Uma lembra a fundação da cidade, outra, a Inconfidência.

O braço da cidade de Ouro Preto será, portanto, o seguinte : “Em campo de ouro, tres morros de negro. Corôa mural de ouro. Listão de verde com a divisa: *Proetiosum tamen nigrum* e as datas 1711 e 1789, tudo de ouro”. — Ouro Preto, 29 de agosto de 1931. — (a) *J. W. Rodrigues*”

Este braço foi oficialmente adoptado pelo decreto n. 11, de 31 de agosto de 1931, abaixo transcripto :

“O dr. prefeito municipal de Ouro Preto, Estado de Minas Geraes, usando dos poderes, que lhe são conferidos pelo decreto estadual n. 9.847, de 2 de fevereiro de 1931 e considerando que Ouro Preto é uma cidade de raras tradições, sendo, portanto, digna de relevo, admiração e carinho ; considerando que uma das suas honrosas tradições é a grande abundancia de mineraes, principalmente o ouro, que não sómente de sua superficie, como das entranhas de suas terras, foi extrahido e nella ainda dorme em grande quantidade ; considerando que, como valor symbolico, nenhum outro escudo synthetisarà melhor o nome desta historica cidade, do que este braço, reconstruido pelo artista patricio José W. Rodrigues, que a tradição nos legou e se descreve em campo de ouro, tres morros de preto, com corôa mural por cima e este móte latino *Proetiosum tamen nigrum* — com as datas 1711 e 1789 ; considerando que este braço deve perdurar em todos os corações mineiros, como symbolo de energia e de virtude, vendo-se nelle um sublime panorama do passado, a assentar marco indicativo de tradições inolvidaveis, resolve :

Art. 1.º — Passará a ser usado sempre no timbre dos papeis officiaes da Prefeitura o verdadeiro braço de Ouro Preto, então Villa Rica, como se acha acima descripto.

Art. 2.º — Revogam-se as disposições em contrario — Prefeitura Municipal de Ouro Preto, 31 de agosto de 1931 — (a) *Dr. João Baptista Ferreira Velloso*, prefeito municipal”.

SÃO JOÃO D'EL-REY — Foi instituido pela lei n. 408, de 8 de janeiro de 1924, que assim o descreve :

“Encimado pela corôa mural e trazendo na parte inferior uma flammula com a data “8 de dezembro de 1713” e com o toponymo “São João d’El-Rey”, sendo o escudo ornamentado em estilo barrôco, em campo de góles, cortado por uma cruz de Malta, contendo ao alto esquerdo o busto de Tiradentes emergindo do sol e ao alto direito um duplo triangulo entrelaçado com a divisa *Libertas quae sera tamen* ; ao baixo esquerdo, instrumentos de mineração e ao baixo direito, o rio das Mortes, sulcado por canôa de bandeirantes.”

Informa Affonso de E. Taunay que este brazão foi composto por Basilio de Magalhães. Uma informação reproduzida por Nelson de Senna dá como executor do desenho o engenheiro Haroldo Paranhos. Mas, na realidade, cada um destes autores compoz um brazão differente. O de Basilio de Magalhães, que corresponde á descripção da lei acima reproduzida, é o que damos sob a designação de n. 1. O de Haroldo Paranhos é o usado pela municipalidade de S. João d’El-Rey : tem o campo, não de góles, mas de prata, e, em vez da cruz de Malta, uma cruz de patas, de sable, apresentando ainda outras divergencias com o texto da lei n. 408. Reproduzimos este brazão sob a designação de n. 2.

UBERABA — Composição de Affonso de E. Taunay : “Escudo redondo portuguez, encimado pela corôa mural distinctiva das cidades. Em campo vermelho, uma faixa de prata ao centro do escudo symbolisa o rio de agua brilhante, o Yberaba, de onde procede o nome de Uberaba. Uma asna tambem de prata, conjugada á faixa, deixa no campo do escudo uma área irregularmente triangular, que symbolisa o Triangulo Mineiro e onde se estampam cinco estrellas de prata, postas em aspa, das quaes a do centro é a maior e uma corôa de principe ao alto, proximo ao vertice da asna.

Symbolisam as cinco estrellas as principaes cidades do Triangulo Mineiro e a maior recorda a primazia de Uberaba. Quanto á corôa principesca, rememora a antonomasia, já antiga, hoje secular, attribuida a Uberaba: "princeza do sertão." Na parte inferior do escudo, um touro zebú, de ouro, com as patas dianteiras erguidas, "possante" e "furioso" — recorda o papel notavel e a riqueza criada pela importação do gado indiano no centro criador principal de Uberaba e por iniciativa uberabense. No listel, em letras de vermelho, sob fundo de prata, se inscreve a divisa da cidade: "Indefessamente sirvo ao Brasil" — *Indefesse pro Brasilia*. Ao listel enramam hastes de canna de assucar e arroz ao natural, recordando as principaes culturas do municipio. Como tenentes do escudo figuram á dextra um official das milicias mineiras em principios do seculo XIX e á senestra um soldado com o uniforme dos Voluntarios da Patria, na campanha do Paraguay, equipado em ordem de marcha. O official de milicias, envergando o uniforme caracteristico, recorda os primeiros povoadores do "sertão da Farinha Pôdre" e especialmente o sargento-mór Antonio Eustachio da Silva, o principal fundador de Uberaba. O soldado do "17 de Voluntarios Mineiros" relembra que Uberaba foi o campo de concentração das forças que fizeram a campanha de Matto Grosso e a Retirada da Laguna, operação de guerra de que coparticiparam muitos de seus filhos e os do Triangulo Mineiro, com real patriotismo. Sobre a parte central da corôa mural, vê-se um escudete com as flexas symbolicas de São Sebastião e as chagas de Christo da Ordem de São Francisco, a que pertenceu Santo Antonio. Relembra estes attributos os oragos da cidade e municipio".

OUTRAS CIDADES MINEIRAS — Não obtivemos informações a respeito dos brazões de Juiz de Fôra e Tres Pontas.

BRAZÕES
DE CIDADES
DE OUTROS ESTADOS

(30)



166-FORTALEZA (CEARÁ)



167-PETROPOLIS
(EST. DO RIO DE JANEIRO)



168-RECIFE (PERNAMBUCO)



169-SÃO FRANCISCO DO SUL
(SANTA CATARINA)



170-VASSOURAS
(ESTADO DO RIO DE JANEIRO)



Brazões de Cidades de Outros Estados

BELEM (PARÁ) — Para esta cidade foi oficialmente adoptado o braço de 1616, segundo a interpretação do prof. dr. Theodoro Braga.

CORITIBA (PARANÁ) — O braço adoptado por Coritiba é o suggerido por Tristão de Alencar Araripe : em campo de ouro, um pinheiro de sinople. No escudo officialisado não ha a discriminação dos esmaltes e o pinheiro nasce numa campina que se perde no horizonte. No listel, onde Araripe collocou a divisa *Excelsior*, lêem-se as palavras "Coritiba — 21 de março de 1693." Foram accrescentados como supportes : de um lado, galhos da arvore do mate e, do outro, espigas de trigo. Encima o escudo a corôa mural de ouro.

FORTALEZA (CEARÁ) — E' este o segundo braço, que veio a ser adoptado, dos projectados por Tristão de Alencar Araripe, que o brazonou assim : "Em campo de góles, um castello de ouro, com tres torres do mesmo metal, sobranceiras, das quaes a do meio é mais alta ; com a corôa mural por cima. Móte : *Fortitudine*." O projecto soffreu ligeiras modificações, pois foi assim officialisado : "Em campo azul, um castello de ouro, sobre ondas ao natural. Encima o escudo a corôa mural de ouro. Divisa : *Fortitudine*, de sable, em listel de prata, enramado por dois galhos, um de fumo e o outro de algodão, ambos em flôr e ao natural."

JABOATÃO (PERNAMBUCO) — Composição de Mario Melo, desenho do pintor Balthazar da Camara : "Em campo de prata, uma arvore de verde, á margem dum rio. Como

timbre, uma corôa mural. Como supportes, dois leões de oiro, que se apoiam na divisa *Pela integridade da Patria.*"

Justificação : "Foi meu primeiro trabalho estudar o toponymy Jaboatão, que, sabem todos, se deriva da lingua tupy. Não são accordes os indianistas que procuraram interpretar-o. Para d. Luiz de Brito é *jaboty*, especie de tartaruga, *atam*, andar, perdida a ultima silaba de *jaboty* na junção dos dois vocabulos : andar de tartaruga, andar como tartaruga ou onde as tartarugas andam. Para Th. Sampaio, em notas a Alf. de Carvalho, é *Yauápoatá*, mão rija de onça ; em seu livro "O tupy na geographia nacional" é *ya-poatam*, individuo linheiro, o tronco recto. Nome de uma arvore que dá mastro para embarcações. Para Rod. Garcia é *ya*, o que tem, *bo* ou *pó*, fibra, *atam*, forte, dura, isto é, o que tem fibra forte. Nome dum vegetal. Preferi a interpretação do ultimo, que se me afigura mais logica. Procurei obter o desenho da planta que os indigenas conheceram. Não foi possivel conseguil-o. Tive logo a convicção de que a peça principal do escudo deveria de ser a arvore ou arbusto "*japoatam*". Estudando as origens do nucleo de população de que hoje se deriva o municipio, na bem elaborada monographia de Samuel Campelo, que o Congresso de Geographia de Bello Horizonte approvou, verifiquei que partira do feudo de Antonio de Bulhões ao tempo do terceiro donatario Jorge de Albuquerque. Esse Bulhões era fidalgo portuguez, natural de Vizeu e parente do glorioso Santo Antonio, segundo a "Nobiliarchia Pernambucana" de A. V. Borges da Fonseca. O tronco da familia se encontra no ducado de Bulhom, dos Paizes Baixos e della foram dois reis de Jerusalém : Godofredo e Balduino. Tinha armas e, como timbre destas, uma arvore. Não podia, portanto, a arvore deixar de ser a figura principal do escudo. Mas, com o mesmo nome do municipio, existe um rio que o banha. Se duvidas persistissem sobre designar a palavra "*Japoatam*" um arbusto, um fruto, fibra ou animal, facto é que se perpetuou na denominação do rio. Outra figura indispensavel para o escudo. Jaboatão pro-

BRAZÕES DE CIDADES DE OUTROS ESTADOS

(31)



171 - BELEM DO PARÁ



172 - CAMPOS (ESTADO DO RIO)



173 - CANTAGALLO (ESTADO DO RIO)



174 - CURITIBA (PARANÁ)



175 - CUYABÁ (MATTO GROSSO)



176 - FLORIANÓPOLIS (S. CATHARINA)



177 - ITAITUBA (PARÁ)



178 - JABOATÃO
(PERNAMBUCO)



179 - JOINVILLE (SANTA CATHARINA)



180 - LAGUNA
(SANTA CATHARINA)



181 - MANAOS
(AMAZONAS)



182 - NITERÓI (ESTADO DO RIO)



183 - PARATYBA DO SUL
(ESTADO DO RIO)



184 - PORTO SEGURO



185 - RECIFE (PERNAMBUCO)



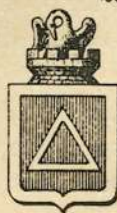
186 - SANTO AMARO (BAHIA)



187 - SOURE (PARÁ)



188 - VITÓRIA
(ESPÍRITO SANTO)



189 - VILLA BELLA
(MATTO GROSSO)

J.M.R.

vém da época de Jorge de Albuquerque. Este possuía escudo em que figurava o leão que ainda hoje predomina em as armas do Estado, porque pertencia á fidalguia de Duarte Coelho. Foi em Guararapes, do territorio de Jaboatão, que os pernambucanos combateram como leões e travaram a batalha decisiva de que resultou a expulsão dos hollandezes e a reincorporação do Norte do Brasil á corôa de Portugal. Ali se consolidou a integridade da Patria. Figuram nas armas dois leões como tenentes e a divisa — *Pela integridade da patria* — em lembrança ao feito dos Guararapes. Por fim, a corôa mural como timbre — característico das armas municipaes. Em resumo : no escudo do municipio está gravada a origem do nome, pelo rio ou pela arvore ; conserva-se a memoria do seu fundador, pela arvore ; glorifica-se o seu valor no passado pela divisa e pelos supportes ou tenentes.”

JOINVILLE (SANTA CATHARINA) — Composição de Afonso de E. Taunay : “Escudo redondo portuguez, esquartelado e encimado pela corôa mural das cidades. No primeiro quartel conjugam-se, em campo de prata, o escudo das quinas de Portugal, antigo dos Braganças e a flôr de liz de França. Recordam o casamento da princeza D. Francisca e do principe de Joinville, de onde decorreu a fundação da cidade. No segundo, em campo vermelho, as tres espadas de ouro das armas da cidade franceza de Joinville ; no terceiro, em campo de prata, a cruz de Hesse em vermelho e a aguia negra da Prussia ; no quarto, em campo de góles, a cruz helvetica de prata e o leão norueguez de ouro. A tudo se sobrepõe um escudete em que, em campo azul, estão as cinco estrellas do Cruzeiro do Sul, lembrando que no hemispherio meridional, da conjunção de tão variados elementos europeus e nacionaes nasceu a bella cidade que é Joinville. Como supportes, á dextra, hastes de canna, á senestra hastes de arroz ao natural recordam as duas principaes culturas do municipio. No listel vermelho inscreve-se a divisa em letras de prata, a relembrar o papel notavel que

na civilização brasileira representa a cidade catharinense : “A grandeza do Brasil também de mim provém” — *Mea autem Brasiliae magnitudo*. Por traz do listel uma roda dentada rememora a grande e prospera industria joinvillense. Sobre a porta central da corôa mural applica-se um escudete de campo vermelho, em que se vê um livro de prata aberto sobre o qual repousa um bordão de peregrino. No alto, a letra I. O livro e o bordão são os attributos de São Francisco Xavier, como evangelizador e missionario. O I é a famosa e laconica voz imperativa de S. Ignacio de Loyola ao Apostolo do Oriente quando o enviou ás missões.”

Justificação: “Joinville nasceu, como se sabe, no territorio doado, como dote, pela Assembléa Legislativa Nacional, á princeza D. Francisca de Bragança, irmã de D. Pedro II, por ocasião de seu casamento com o principe de Joinville, filho de Luiz Felipe I, rei dos francezes. Progrediu notavelmente sob o influxo de grande colonisação composta de suissos, noruegueses, prussianos e hessenses. Seu orago é S. Francisco Xavier.” Depois da adopção deste escudo, o seu autor propoz a substituição das armas antigas de Portugal pelo emblema imperial brasileiro.

LAGUNA (SANTA CATHARINA) — Composição de Affonso E. Taunay :

“Escudo redondo portuguez, terciado e encimado pela corôa mural privativa das municipalidades. No terço, em chefe e em campo azul, dois anjos a voar sobre uma agua de prata carregam um medalhão com a imagem de Santo Antonio, o que constitúe as armas falantes da cidade : Santo Antonio dos Anjos da Alaguna. No segundo terço, ou em abysmo, em campo vermelho, os attributos da antiga heraldica portugueza referentes aos nomes Brito, Magalhães e Bandeira, ou sejam a torre dos Brito, a cruz florenciana dos Magalhães, a bandeira de ouro, com o leão de azul dos Bandeira. Recordam os intrepidos bandeirantes vicentinos, fundadores do nucleo lagunense : Domingos de Brito Peixoto

e seus filhos Francisco de Brito Peixoto e Sebastião de Brito Guerra, e seu genro João de Magalhães, e também a actuação notavel do lagunense Raphael Pinto Bandeira, para a incorporação do Rio Grande do Sul ao Brasil. No terceiro terço, ou em ponta, o brazão da Republica Juliana com a divisa "liberdade, igualdade, humanidade", que era a dos Farrapos. Como tenentes, á dextra, um bandeirante de S. Paulo, revestido de seu classico gibão de armas, á sinistra um soldado do glorioso regimento catharinense de immorredoura memoria, o dos *Barrigas Verdes*. No listel exprime a divisa a actuação dos lagunenses na expansão nacional. *Ao Sul levei o Brasil. Ad meridiem Brasiliam duxi*. Para a confecção do escudo valemo-nos dos subsidios excellentes da collecção iconographica de nossos contrerraneos illustres os irmãos Boiteux, eruditos e apaixonados cultores do tradicionalismo catharinense. Do sr. Almirante Henrique Boiteux, autor de optima monographia sobre a Republica Juliana, recebemos a reproducção do escudo dos separatistas. Do sr. Commandante Lucas A. Boiteux, um figurino reproduzindo peça, hoje unica, do fardamento dos *barrigas verdes*, desenhado segundo velho uniforme semi-esfrangalhado, existente, segundo nos parece, em S. José, e onde o nosso distinctissimo amigo a foi ver, apressando-se em debuxar a preciosa farda cujo nome é tão caro a todos os filhos de Santa Catharina. A imagem de Santo Antonio que os anjos carregam é a reproducção da estatua do orago da Laguna, que se não nos enganamos, foi ter a Laguna com os primeiros povoadores. Offereceu-nos a sua reproducção o sr. Coronel Fernandes Martins."

Justificação: "Além das armas falantes da cidade, recordámos a actuação dos grandes bandeirantes vicentinos, fundadores da Laguna e conquistadores do Rio Grande do Sul, e o episodio vultoso da Republica Juliana, ao adherir de Laguna aos farrapos rio-grandenses em julho de 1839. Como geralmente se sabe, deu isto motivo ao sangrento combate de 15 de novembro de 1839, em que as forças imperiaes,

de mar e terra, do Capitão de Mar e Guerra Mariath, e do brigadeiro Gama Lobo, destroçaram os farroupilhas de David Canabarro e Garibaldi, acabando-se o governo republicano local, chefiado pelo Coronel Neves e o Vigário Cordeiro.”

PETROPOLIS (ESTADO DO RIO) — Confeccionado por Guilherme de Almeida, foi adoptado pela deliberação n. 224, de 8 de janeiro de 1929, abaixo transcripta :

“Art. 1.º — O escudo ou armas do municipio de Petropolis passarão a ser os contidos no projecto suggerido á municipalidade pelo Doutor Guilherme de Almeida, cujo desenho e razões são os seguintes :

Presidiu á concepção e feitura deste projecto para o escudo d’armas de Petropolis a velha maxima heraldica do mestre italiano Crollanza : “Chi ha più ha meno”. O mesmo é dizer que as armas que têm mais figuras têm menos nobreza. E, pois, se procurou fazer bem simples e desataviado este brazão, que vae, primeiro brazonado, ou descripto em seus devidos, rigorosos termos ; e, a seguir, elucidado e justificado em todas as suas partes e elementos :

Escudo portuguez de azul com emblema de Pedro II, que é P. II de ouro sob a corôa imperial do mesmo, em chefe ; e um manteler abaixado de ouro e nelle a aguia de Allemanha. Encima o escudo corôa mural de ouro de quatro torres, tres ameias e sua porta cada uma. Supportes : trilhos com seus dormentes de sua côr. Divisa : *Altiora semper petens* de ouro sobre fitão de azul.

“Escudo portuguez”. — Como o são os das cidades de Portugal (I. de Vilhena Barbosa — “As cidades e villas da monarchia portugueza”), homenagem ao povo descobridor e principal formador da nossa raça ; e se obtem este escudo traçando-se, na parte inferior de um rectangulo de sete partes de largura por oito de altura, um semi-circulo cujo raio será igual á metade da largura ;

“de azul” ou bláo, que é a côr emblematica do “zelo, caridade e lealdade”. (Antonio de Villas Bôas e Sampayo, *Nobiliarchia Portugueza*, pag. 219) ; ou, segundo os versos da velha cavallaria de França, “Azur : joye et sçavoir, loyauté, clareté,” virtudes essas que Petropolis sempre testemunhou, no Imperio e na Republica ;

“com o emblema de Pedro II, que é P. II, de ouro sob a corôa imperial do mesmo.” — á semelhança das armas de Pau, em França, berço de Henrique IV, que em chefe tem H. IV e corôa de ouro ; de Montargis, tambem em França, que traz M. L. F. sob corôa real ; e para lembrar a elevação, em 1857, de Petropolis a cidade pelo magnanimo imperador, que lhe deu o nome e della fez o seu retiro de estio, o que ella sempre vem sendo de todos os chefes da nação ;

“em chefe” — que ahi deve assentar e dominar o emblema de Pedro, pois é o chefe a mais honrosa das partes do brazão, é “l’elmo del cavalliere” (Tribonati, “*Grammatica Araldica*”, pag. 78) e representa a cabeça, é dizer o pensamento, a intelligencia, sendo que o centro, ou abysmo, representa o coração, é dizer o sentimento ; e a ponta ou termo, os pés, é dizer a acção ;

“e um manteler” — peça honrosa com que em armaria é usual figurar-se uma montanha (e é nesse sentido que se vê o manteler, v. g., nas armas do Carmello) ; de mui frequente emprego no armorial da Peninsula (v. g. os Henriques, que têm por armas em campo de prata dous leões de purpura a seu direito rompentes, e manteler de vermelho, e em elle um castello de ouro, lavrado de vermelho) ; e de que ora se serve a significar a situação de Petropolis na serra da Estrella ;

“abaixado” — diz-se da insignia, divisão ou peça do escudo que se representa abaixo da sua posição ou feição natural (Conde Guelfi Camajani, “*Dizionario Araldico*”, v. g. “*Abassato*”) e com esta differença se utiliza do man-

teler nestas armas para que assente no termo, isto é, na acção, a allusão emblematica, que segue, aos colonos allemães que a terra enriqueceram pela sua acção; e para formar este manteler abaixado não ha mais que lançar, á dextra e sinistra, com centro nos extremos inferiores do chefe, dois quartos de circulo com um raio igual á metade da largura do escudo;

“de ouro” — “Or dict esclat, justice et foy, force et constance”, nos já referidos versos da cavallaria de França; ou no citado Villas Boas e Sampayo, ob. cit., pag. 219, “ouro significa a nobreza, fé, sabedoria, fidelidade, constancia, poder e liberalidade” — que de melhor modo não se poderia definir a gente desta imperial cidade;

“e nelle a aguia de Allemanha”, — que é estendida de negro e armada de vermelho — com o que se homenageiam os colonos allemães, os quaes, a bem dizer, formaram e povoaram a cidade trabalhando tal terra, que das terras delles ainda guardamos nomes (Rhenania, Westphalia, Palatinado...); sendo de notar que não assenta mal em armas brasileiras a aguia, pois não é rara em braços de Portugal e Brasil esta nobre figura (v. g. os Aguiar, que a têm vermelha armada de preto estendida; o Marquez de Jundiahy, que a tem de preto estendida em campo de ouro...) e diz-se da aguia que é estendida, quando figurada de frente alçando o vôo; e armada de vermelho quando tem o bico e as garras nesse esmalte.

“Encima o escudo corôa mural de ouro” — corôa e metal estes distinctivos de armas urbanas (cit. Conde Guelphi Camajani, ob. cit., v. g. “Corona de Cittá”; Denis François Gastelier de la Tour, “Dictionnaire Heraldique”; Pe. Menestrier, “Le Desin de la Science du Blason”; H. Goudron de Genouillac, “L’Art Heraldique”).

“de quatro torres, tres ameias e sua porta cada uma” — das quaes torres duas somente se vêem, uma completa ao centro e meia de cada lado, como o estabelecem as leis de perspectiva heraldica

“Supportes” — sem esquecer, embora, que “il est vray qu’il n’y a jamais rien de fixe et de déterminé pour les supports” (palavras do grande Mesnestrier), assim mesmo se dão a estas armas esses facultativos ornatos exteriores ;

“trilho com seus dormentes” — com que se relembra a gloria, que coube a Petropolis, de possuir a primeira estrada de ferro do paiz (Mauá) ;

“de sua côr” — é dizer, taes como o são ao natural, pois nesse estado é que se costumam pintar os supports na arte da armaria (Gallife et Maudrot, “Armorial Historique”).

“Divisa” — ou móte, latina, por ser esta a lingua, além de representativa da nossa origem, “a lingua morta que sempre vive, e, por isso, justamente a preferida para gritos de guerra e divisas de braços” (Mor-Paolo, Giovio, citado por Daelli, “Bibliotheca Rara”, Milão, 1863).

“*Altiora semper petens*” — que bem traduzindo os ideaes e a situação topographica de Petropolis, e o sentido da feição e postura das peças e figuras no brazão (linhas ascensionaes da aguia e do manteler) forma, ademais, um exacto meio verso ovidiano; ora, como ensina Ruscelli “i versi e i mezzi versi poetici si accordano leggiadamente a elle impresse”, e cita o mesmo conhecido “*Tata viam invenient*” de Cesar, e este meio verso de Petrarcha, lemma das armas de Curzio Conzaga : *Chinsa fiamma e piú ardente*;

“de ouro sobre fitão azul” — pois que as letras serão sempre de metal (cit. H. Goudron de Genouillac, ob. citada) ; e tanto supports, folhagens e paquifes, hão de ser sempre “das mesmas côres, e metaes de que está composto e ordenado o escudo, e não de outras” (cit. Villas-Boas e Sampayo, ob. cit. pag. 227).

PORTO SEGURO (BAHIA) — Composição de Affonso de E. Taunay : “Escudo redondo portuguez encimado pela corôa mural privativa das municipalidades. Em campo azul tres náos de prata, de velame desferrado, ostentando

as cruzes da Ordem de Christo, de accordo com o modelo das estampas do *Livro das Armadas*, recordam a frota do descobrimento do Brasil. Firmados em chefe cinco escudetes. De dextra para senestra: 1) O braço real de Portugal recorda D. Manoel I, o Venturoso: de prata com cinco escudetes de azul, postos em cruz; cada escudete carregado de cinco besantes de prata, postos em santor; bordadura de vermelho carregada de sete castellos de ouro. 2) De prata com duas cabras de purpura uma sobre a outra (arma dos Cabraes). Recorda a Pedro Alvares Cabral. 3) De azul com uma cruz de ouro com o seu resplendor. Rememora os primitivos nomes do Brasil: Véra Cruz e Santa Cruz. 4) De vermelho com tres trancas de prata, ferradas de ouro, postas em banda e alinhadas em barra; cada tranca guarnecida de uma aldraba, braço dos Caminha. Recorda o escrivão Pero Vaz de Caminha, autor da famosa carta a D. Manoel sobre o descobrimento do Brasil. 5) De prata, com um touro de vermelho num terreno de verde, armado de negro e com unhas de ouro. Braço de Pero de Campos Tourinho, primeiro donatario da capitania de Porto Seguro. A' dextra e á senestra duas columnas ostentando nos capiteis as armas de Portugal e a Cruz de Christo que se insculpem no padrão deixado em Porto Seguro pelos descobridores. No listel azul e enramado de pau brasil a divisa em letras de ouro: Já antes do Brasil existia eu: *Jam ante Brasiliam ego*".

RECIFE (PERNAMBUCO) — O actual braço de Recife foi adoptado a 30 de janeiro de 1931, tendo sido escolhido em concurso aberto pela Prefeitura Municipal, por suggestão de Mario Melo, o illustre escriptor e historiador pernambucano. E' da autoria do pintor Balthazar da Camara, que teve, na parte referente á heraldica, a collaboração do referido sr. Mario Melo. E' a seguinte a sua descripção:

"Escudo cortado em faixa. A primeira occupada por dois rectangulos irregulares: o superior e maior, de bláo,

com o sol superado pelo arco-iris, carregado este de uma estrella; o segundo, de prata, com uma cruz latina sanguinea. Na segunda, de prata, um recife de negro, com uma torre do mesmo e na extremidade um farol sanguinho, tudo batido por ondas. Timbre uma corôa mural de sete ameias de oiro; tenentes dois leões neerlandeses, de oiro e coroados, que se apoiam na divisa — *ut luceat omnibus*. As datas principaes do Recife.”

Justificação: “No projecto está figurado o porto do Recife ao natural: a muralha que deu nome á povoação, o forte que resistiu á invasão hollandeza e ainda se conserva em ruinas e o farol que illumina os navegantes, emblemas que igualmente ornão o escudo do Estado.

Tambem ahi se rende preito aos idealistas republicanos de 1817, pois foi este o feito politico de maior significação do Recife: a bandeira azul-branca, com a cruz latina, em homenagem aos colonisadores christãos; o arco-iris, symbolo da alliança de todos os elementos; o sol que illumina Pernambuco antes de qualquer outro ponto da America, e a estrella, que significava a nossa Provincia, na idealisada união republicana.

A corôa mural é o symbolo heraldico das municipalidades. Com sete ameias de oiro por tratar-se de cidade de primeira categoria.

Os leões são tradicionaes em Pernambuco: figuravam nas armas do primeiro donatario da capitania e nas de Mauricio de Nassau, o fundador de nossa capital. Os que servem de supporte do nosso projecto são os neerlandezes coroados, que se vêem nas armas da Hollanda, como tenentes, que figuravam num dos quartéis das armas de Dilemburgo, patria de Mauricio de Nassau e tambem nas armas do fundador de Mauritzstad.

A divisa do escudo é a mesma do antigo desta capital.

Quanto ás datas: 1637 — inicio do governo de Mauricio de Nassau, de que proveiu a fundação de Mauritzstad,

ou Mauritiópolis, ou cidade Mauricia ; 1710 — a elevação a villa, combatida pelos rivaes olindenses ; 1823 — a categoria de cidade ; 1827 — a elevação, de direito, a capital, que o era de facto.

O farol é sanguinho e não de sua côr natural — branca — porque branco em heraldica é metal (prata) e num campo de prata não se pôde pôr uma figura do mesmo metal ; farol é luz e luz tem a representação vermelha. — De vermelho é uma das projecções do nosso farol.”

Anteriormente, Recife possuia o brazão seguinte, segundo a descripção da lei municipal que o instituiu :

“O quartel superior esquerdo terá no alto, em campo azul, um sol de ouro e, embaixo, em campo de prata, uma cruz latina de côr vermelha. São o branco e o azul da republica de 1817 com o sol e a cruz que se destacavam na mesma. No quartel superior direito, em campo vermelho, ostentar-se-á um castello de prata synthetizando o forte de S. Jorge e os gloriosos baluartes dos independentes pernambucanos. No quartel inferior esquerdo, em campo verde, ver-se-á em cima a esphera de ouro, circulada por uma banda e encimada por uma cruz tambem de ouro, symbolizando os brazões de Olinda e embaixo uma corôa de ouro exactamente igual á que figurava nas armas de Pernambuco ao tempo do governo de Mauricio de Nassau, e entre as duas, em linha horizontal, quatro estrellas de prata, representando os antigos districtos do Recife, Muribeca, Cabo e Ipojuca, que constituíam o mesmo municipio na sua fundação. No quartel inferior direito, figurarão a linha de recifes emergentes, o antigo forte do Picão em côr preta e o farol da barra na mesma côr, o mar representado em prata e o céu em azul, sendo de prata a parte de farol que se projecta no azul.” (1)

(1) A respeito deste brazão escreveu, muito judiciosamente, MARIO MELO:

“Quem quer que algum dia já tenha lido qualquer noção de heraldica verá que o autor da lei a ignorava por completo. A heraldica tem leis imutaveis, tem

SÃO FRANCISCO (SANTA CATHARINA) — Composição de Affonso de E. Taunay : “Escudo redondo portuguez, encimado pela corôa mural typica das cidades. Como peça principal, uma náó portugueza quinhentista, com todo o seu velame desferrado, recorda a chegada ás aguas da majestosa Babitonga, e ao porto magnifico de São Francisco,

regras fixas, tem linguagem apropriada. Num escudo esquartelado, que é a modalidade do actual braço de Recife, não ha quartel superior da esquerda, nem quartel superior da direita, nem quartel inferior da esquerda, nem quartel inferior da direita. Ha o primeiro quartel, que é sempre á direita do escudo e está á esquerda de quem o vê ; ha o segundo quartel, que é sempre á esquerda do escudo, e á direita de quem o vê ; o terceiro quartel, que está sempre por baixo do primeiro e o quarto quartel, que está sempre por baixo do segundo.

Logo ahi ha necessidade duma revisão. Em linguagem heraldica, o legislador deveria ter escripto assim :

“Escudo esquartelado. O primeiro quartel partido em faixa desigual, tendo na maior, em campo azul, um sol sob o arco-iris, carregado este duma estrella ; por baixo, na menor, em campo de prata, uma cruz sanguinea. O segundo, encarnado, com um castello de prata. O terceiro, verde, com uma esphera armilar de oiro ao alto, terminada por uma cruz latina do mesmo metal, e em baixo uma corôa mural, tambem de oiro, separada esta daquella por quatro estrellas em faixa. O quarto, de prata, com uma linha de recifes nascentes das ondas, um forte sobre a linha e, na extremidade desta, um farol de negro. Chefe de blao. Timbre um leão aleopardo. Divisa : *Ut luceat omnibus*.

Isso quanto á linguagem. Mas o escudo, tal qual a representação que anda por ahi, está errado. E’ uma aberração heraldica :

I — Porque no primeiro quartel a bandeira de 1817, hoje symbolo de Pernambuco, não está representada como deve ser. Falta o arco-iris. Falta a estrella. O sol, que tem uma representação especial em heraldica, figura como uma rodela de automovel. Na convenção de côres a bandeira figura como encarnado-branca, em vez de azul-branca. Porque as côres estão divididas igualmente e não o foram assim na bandeira dos idealistas de 1817.

II — Porque no segundo quartel, em vez dum castello de prata em campo vermelho, ha uma fornalha em campo azul ! O castello tem, na heraldica, sua representação especial.

III — Porque no terceiro quartel ha uma “panelada” de motivos, quando a simplicidade é tudo em heraldica.

IV — Porque no quarto quartel o forte do Picão está mal representado — as fortalezas têm igualmente sua representação especial em heraldica — e porque o céu de Pernambuco apparece encarnado (assim o indicam as linhas verticaes da convenção !) e não azul. Nem ao menos ha a justificativa do poente, pois a representação é do levante. E’ o horizonte visto para leste.

V — Porque está ornado de lambrequins sobre uma armadura de cavalleiro, distinctivos pessoas e não de uma cidade.

VI — Porque tem por timbre um leão passante em vez de uma corôa mural, que é o distinctivo apropriado”. (MARIO MELLO, — *O Braço de Recife*, na “Revista do Instituto Archeologico, Historico e Geographico Pernambucano”, vol. XXVIII, pags. 271 a 273).

das esquadras exploradoras da costa brasileira e apossadoras do Brasil para o dominio das quinas. Firmados em chefe, cinco escudetes relembram as circumstancias da fundação de São Francisco. O do centro, o maior, traz as armas de Pero Lopes de Souza, primeiro donatario de Santa Catharina, por D. João III, como senhor das Terras de Sant'Anna. O primeiro dos escudetes recorda a estada em São Francisco, em 1540, do famoso adelantado Alvaro Nunes Cabeça de Vaca, cujo brazão de familia ahi se reproduz. Neste mesmo escudete ha ainda uma referencia á estada em São Francisco, ou em suas proximidades, em 1504, dos francezes normandos de Honfleur, de Paulmier de Gonneville e do *Espoir*: a flôr de liz do brazão de Honfleur. No segundo escudete, as armas da familia Sanabria recordam a tentativa hespanhola de Juan Diego de Sanabria para o povoamento de São Francisco em 1547, por ordem do imperador Carlos V, tentativa esta que teve desastroso fim. O baculo que se nota no escudete recorda a existencia do primeiro francisque e catharinense illustre, Hermando de Trejo y Sanabria, nascido em São Francisco em 1554, bispo de Tucuman e fundador da Universidade de Cordoba. O quarto escudete encerra no primeiro quartel as tres vieiras dos Fernandes e recordam Antonio Fernandes, o povoador primeiro que obteve sesmaria "para ir povoar a villa que seu pae fundara em São Francisco do Sul, onde já tinha uma capella de N. S. da Graça", primeiro acto juridico, talvez, do passado francisque. No segundo quartel, a banda abocada de cabeças de serpes dos Andrade evoca a fundação da villa por Manoel Lourenço de Andrade. O quinto escudete contém a cruz dos Rodrigues relembrando Luiz Rodrigues Cavallinho, genro e companheiro de Andrade. As aspas com a flôr de liz dos Pires recordam o desembargador Raphael Pires Pardinho, o integro magistrado que em sua correição reorganizou os negocios judicarios e administrativos da villa, em principios do seculo XVIII. Na corôa mural, por cima da porta central, outro escudete encerra as

chagas de São Francisco de Assis e o resplendor das mãos, attributo de Nossa Senhora da Graça, padroeira da cidade e do municipio. Como tenentes do escudo, á dextra, um bandeirante revestido de seu caracteristico gibão de armas, recorda a actuação das bandeiras de São Paulo a que se deveu o definitivo estabelecimento de São Francisco ; á senestra, um conquistador hespanhol, revestido de armadura completa, de accordo com um modelo da Armeria Real de Madrid, rememora as tentativas castelhanas de apossamento do territorio francisqueense. No listel enramado de hastes de canna e de mandioca se inscreve a divisa : “Sou a atalaia praiana do Brasil” — *In littore pro Brasilia vigil*. Caracterisa o facto de que São Francisco foi realmente, durante largos annos, o ultimo posto occupado pela conquista de nossa costa e a guarda avançada do Brasil.”

VASSOURAS (ESTADO DO RIO) — Composição de Afonso de E. Taunay : “No escudo, como peça unica, figura uma locomotiva sobre trilhos, conforme o desenho da medalha commemorativa da inauguração da Estrada de Ferro D. Pedro II, em 1858. Recorda o papel capital desempenhado por Vassouras, sob a instigação dos Teixeira Leite, que para tal fim fizeram notavel sacrificio, no conjunto dos factos de que decorreu a construcção da nossa principal via ferrea, a Central do Brasil, maravilhoso instrumento do progresso e da civilisação do nosso paiz. Na corôa mural e na parte superior da ameia central, vê-se uma flôr de liz, recordando que o orago da cidade é Nossa Senhora da Conceição. Como tenentes, surgem duas figuras de milicianos recordando a cooperação de Vassouras na obra da Independencia, pela sua milicia, então organizada, e em defesa do Brasil, durante a guerra do Paraguay. Representa a de dextra um official superior commandante da Guarda Nacional vassourense, em 1860, e a de senestra um soldado do regimento de cavallaria do districto vassourense de Sacra Familia do Tinguá. Ramos de cafeeiros, frutados, enramam

o listel, onde se inscreve a divisa : “A mim immenso deve o progresso do Brasil” ou seja *Mihi maxime debetur Brasiliae incrementum*. Muito embora esteja hoje morta, por assim dizer, a lavoura cafeeira em terras vassourenses, não era possível deixar de alludir á circumstancia de que o municipio fluminense foi, durante largos annos, o mais notavel centro cafeicola do nosso paiz.”

Este escudo substituiu outro, anteriormente usado, e que póde ser assim descripto : “De azul, com uma palmeira de sua côr sobre montes do mesmo e uma estrella de prata no flanco esquerdo.”

OUTRAS CIDADES — Não obtivemos informações a respeito dos brazões de Campos (Estado do Rio de Janeiro), Cantagallo (idem), Florianopolis (S. Catharina), Itaituba (Pará), Manaos (Amazonas), Nictheroy (Estado do Rio de Janeiro), Parahyba do Sul (idem), Soure (Pará), Santo Amaro (Bahia) e Victoria (Espirito Santo).



Projectos de José Wasth Rodrigues

José Wasth Rodrigues compoz para esta obra uma série de projectos de brazões de Estados e de algumas das suas principaes cidades.

Eis a justificação desse trabalho :

“Fazendo-se um estudo minucioso e imparcial do conjunto dos brazões de armas dos Estados e das suas capitães, notam-se logo grandes defeitos nuns e pouca significação noutros, a par de geral inobservancia das mais comesinhas regras de heraldica.

Muito poucos são os que apresentam as condições necessárias para serem considerados verdadeiros braços de armas. Alguns, apesar de heraldicos, pouco symbolismo contêm, mas podem ser facilmente melhorados, emquanto que outros são tão defeituosos que urge substituí-los.

Preferindo respeitar quanto possível o que já existe, o que está consagrado pelo uso, pois não pretendemos condemnar braços perfeitamente aproveitáveis, nem discutir o symbolismo de muitas das figuras nelles existentes, fizemos pequenas modificações nos dos seguintes Estados e cidades : Amazonas, Minas-Geraes (do antigo sello), Maranhão, Estado do Rio, Piauí, Victoria e Bello Horizonte. Novo arranjo também nos do Ceará e S. Catharina.

Substituímos, conservando delles, ás vezes, algumas figuras e o aspecto ou forma do escudo, os seguintes : Bahia, Pernambuco, Espirito Santo, Matto Grosso, Goyaz, Parahyba e Manaos.

Finalmente, compuzemos um braço para algumas capitães que não os têm e que são : Therezina, Natal, João Pessoa, Aracajú, Maceió e Goyaz.

Para a realização deste trabalho, seja na criação dos novos, como na correção dos antigos, procuramos accentuar os factos historicos de maxima importancia para cada Estado ou cidade, assim como certas particularidades geographicas ou toponymos indigenas.

Conservamos sempre que foi possível a forma do escudo e os tenentes e supportes actualmente usados, introduzimos com frequencia cabeças de indios e panoplias indigenas e de bandeirantes, pois o papel preponderante destes elementos na nossa historia assim o exige. Respeitamos integralmente os braços do Rio Grande do Norte e cidades de Coritiba, Fortaleza e Recife, sendo que para este damos um projecto que já estava feito quando foi escolhido o braço actual.

Florianopolis possui um braço aproveitavel fazendo-se nelle correções heraldicas e de desenho ; para Porto Alegre

PROJECTOS
DE
J.WASTH RODRIGUES

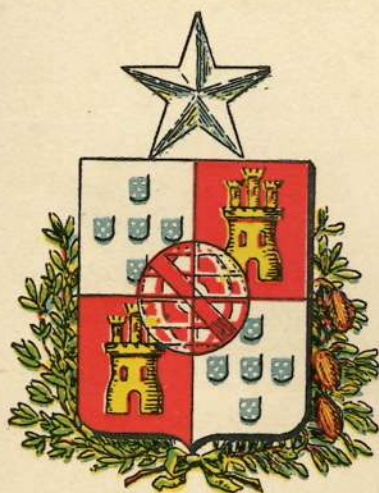
(32)



190 - ESTADO
DE PERNAMBUCO



191 - CIDADE DE RECIFE



192 - ESTADO DO PARÁ



193 - ESTADO DA BAHIA

existe um projecto muito bom na collecção de T. Alencar Araripe e descripto no vol. 54 da Revista do Instituto Historico e Geographico Brasileiro. Esta collecção muito nos auxiliou com suggestões, o que se notará nos braços de Natal, Maranhão, Ceará e Paraná. Os antigos braços hollandezes, por sua vez, deram tambem elementos para os de Pernambuco, Alagoas, Sergipe e Parahyba.

Para todos os Estados, sem exepção, adoptamos como timbre a estrella de prata, que representa cada um delles na bandeira e nas armas nacionaes e que já é usada por alguns. Para todas as cidades, a corôa mural de ouro.

ESTADO DO PARÁ — O braço que apresentamos traz como thema principal o encontro de duas linhas de grande significação para este Estado e que são : a linha do equador e o meridiano de Tordesilhas. Para conseguirmos isto representamos no centro do escudo uma esphera armilar esquartelada em cruz. A linha horizontal é a linha equinoxial ; a vertical é a do meridiano. O Estado do Pará está nesse cruzamento, sendo que a sua capital, por uma coincidencia notavel, fica nas vizinhanças dessa cruz.

Sobre a significação deste facto cremos serem dispensaveis mais esplanções. As quinas e os castellos de ouro symbolisam Portugal e Castella, que dividiam entre si estas terras, mesmo antes dellas terem sido descobertas.

Braço de armas — Escudo esquartelado : no primeiro em campo de prata, as quinas de Portugal ; no segundo, em campo de góles, o castello de tres torres de ouro de Castella e assim os contrarios. Sobreposta ao centro, uma esphera armilar esquartelada do campo, de um no outro. Timbre : uma estrella de prata. Ramagens, as do braço actual.

ESTADO DO MARANHÃO — O Maranhão possúe um braço muito original e com symbolos interessantes, que são : o pergaminho, a penna e a corôa de louros. Porém, o seu

conjunto é fraco, pois tem tres quartéis vazios e sem significação : o primeiro onde apparece a bandeira do Estado, cuja reprodução dentro do brazão não se justifica e os quartéis verde e amarello.

Para o projecto que idealisamos conservamos o que o actual tem de aproveitavel e lhe accrescentamos outros symbolos, conservando comtudo o aspecto geral do actual.

Nenhuma referencia existe na heraldica brasileira á Companhia de Jesus, e no entanto não devemos esquecer o quanto a ella deve o Brasil, pela sua actuação benefica nos tempos primitivos, e sobretudo a capitania do Maranhão, pois lá foram os jesuitas os pioneiros da civilisação onde agiram do mesmo modo que nas Missões e na Capitania de S. Vicente.

Seja, portanto, o monogramma da Companhia de Jesus collocado no lugar de honra do escudo, em memoria do que os abnegados sacerdotes fizeram, não só lá, como em todo o Brasil.

O jesuita foi o protector e o unico amigo verdadeiro do aborigene ; a sua fé, honestidade e abnegação o fascinavam e conquistavam.

Depois dos sertões desbravados e das cidades construidas, vieram as perseguições, pois o proprio desenvolvimento das feitorias lhes trazia a emancipação. A obra dos jesuitas, porém, já estava feita, a sua missão cumprida em duzentos annos de trabalho tenaz e abnegado.

No brazão do Maranhão não devemos tambem deixar de alludir á conquista dos francezes nos começos do seculo XVII, conquista feita sob a protecção directa de Maria de Medicis e á sombra da sua bandeira : *d'azur fleurdelisée d'or*, implantada por Ravardière na terra que tomou o nome de S. Luiz em homenagem a Luiz XIII.

Symbolisamos este facto com uma só flor de liz de ouro no 2.º quartel. T. Alencar Araripe no seu citado projecto suggeriu para o Maranhão : “um chefe de azul com

tres flôres de liz de ouro". cremos que para o uso deste chefe seria preciso ter direitos especiaes, muito claros, pois mesmo na França, sómente determinadas cidades têm o direito de usal-o.

A regulamentação sobre este assumpto vem de longa data: já em 1376, Carlos V determinava que só poderiam usar aquelle chefe os que para isso tivessem autorisação real. Em 1697 uma ordem prohibia o abuso de registro de brazões com flôres de liz, a menos que os portadores provassem o seu direito. Em 1821 ficou estabelecido que sómente quarenta cidades francezas poderiam usar aquelle symbolo nos seus escudos.

Brazão de armas — Escudo meio partido e cortado; no primeiro, em campo de sinople, o monogramma da Companhia de Jesus em ouro; no segundo, em campo azul, uma flôr de liz e no terceiro, em campo de ouro, uma penna sobre um pergaminho, tendo em volta dois ramos de louro cruzados pela haste, tudo ao natural. Timbre: uma estrella de prata. Ornamentação exterior: a do brazão actual.

ESTADO DO PIAUHY — O Estado do Piauhý adoptou ultimamente um verdadeiro brazão em substituição ao antigo carimbo ou sello que possuia. Não concordamos com os peixes postos em triangulo sobre coticas azues, pois nada justifica esta disposição. Dispuzemol-os, porisso, em roquete num contrachefe de azul, — o rio Parahyba carregado de tres "piáus". A remota riqueza desta região em pecuaria — pois vem desde os tempos mais antigos — é symbolisada por um boi, passando na frente das palmeiras.

O Piauhý foi o manancial inesgotavel de gado. Despovoado de indios por falta de mattas, favorecido pela abundancia de campos, os seus rebanhos espalharam-se e multiplicaram-se extraordinariamente. São conhecidas as legislações estabelecidas para as fazendas piauhýenses, os impostos, os direitos, divisões, quintos, etc.

As boiadas desciam para a Bahia e Minas no principio do seculo XVIII e, fazendo assim até trezentas leguas, vinham abastecer o Rio de Janeiro (Southey). Para o norte o gado do Piauihy era levado até ao Pará. Era tambem feita muita exportação de carne secca. Sempre lutando pelos seus limites em busca do mar, espremendo-se entre o Maranhão e o Ceará, que lhe disputavam as poucas leguas de costa, foi o Piauihy feito capitania em 1718, subordinado á Provincia do Maranhão.

Brazão de armas — Em campo de ouro, as tres palmeiras : carnaúba, burity e babassú plantadas e com um boi adiante passante, tudo de sua côr ; em contrachefe de azul aguado de prata, tres piás nadantes, postos em roquete. Timbre : uma estrella de prata. Supportes, ramos de algodão e canna ao natural. Listão de azul com a divisa actualmente adoptada, em letras de ouro.

THEREZINA — Fundada em 1852, pelo Dr. José Antonio Saraiva, na Villa Nova do Poty, chapada do Corisco, justamente na confluencia do Parnahyba com o rio Poty, esta cidade traz no seu nome uma homenagem á imperatriz Thereza Christina.

Para o seu brazão propomos, em chefe, as iniciaes da imperatriz, lembrando assim o seu proprio nome ; em faixa de prata, tres camarões, recordando o nome "Poty" e em ponta dois raios cruzados evocando a chapada do Corisco.

Brazão de armas — Em campo azul uma faixa ondulada de prata, carregada de tres camarões de góles, postos em faixa e dispostos em roquete, acompanhada em chefe de uma corôa imperial entre as letras T e C, em ponta, de dois raios cruzados em aspa, tudo de ouro. Corôa mural de ouro. Listão de azul com a palavra : "Therezina", em letras de ouro.

ESTADO DO CEARÁ — O Ceará possúe um brazão mal executado e mal definido. Comtudo, extrahimos delle, des-

PROJECTOS
DE J. WASTH RODRIGUES

(33)



194



195



196



197



198



199



200



201



202



203



204



205

tacando e valorizando as figuras principaes : o sol, a jangada e a carnaúba. O sol, causa dos soffrimentos e preocupações do cearense, fecunda as suas culturas e, inclemente, as destróe nas grandes seccas. A jangada symbolisa bem a gente praieira nordestina, que possúe do indio o alheimento ao perigo e do colonizador a tenacidade no trabalho ; de ambos possúe o jangadeiro o conhecimento profundo do mar, que no aborigene era um instincto e no luso uma sciencia.

Em todo o nordeste do Brasil vagueiam as jangadas ; agrupam-se em Olinda, pullulam no Rio Grande do Norte e espalham-se pelos mares do Ceará. O seu feitio é rustico, mas o seu manejo tem subtilezas que não se apprendem facilmente. E' preciso ter nascido a beira-mar, e desde cedo apprender a desvendar os segredos das ondas, do céo e dos ventos ; perceber os seus designios, advinhar as suas trahições e sortilegios para saber dirigir uma jangada. Esta é uma obra perfeita ; tudo nella é calculado com precisão ; nada é superfluo. Parece um simples ajuntamento de páus com uma ou duas vélas espetadas, feito ao accaso, de um tamanho qualquer. Puro engano ! Desde a qualidade das diversas madeiras empregadas nos diversos utensilios, os cabos, as vélas, até a espessura da mais insignificante cravilha, tudo está escolhido e calculado com rigorosa precisão. A nomenclatura das suas peças é propria ; o manejo da véla ou das vélas, da bolina, do leme e dos cabos, segundo o mar ou o vento — se em calmaria, em barlavento ou a ré — constitúe uma arte difficil ; assim como a disposição exacta de todos os objectos que carrega, tudo são particularidades verdadeiramente interessantes.

De uso remoto na zona nordestina e elemento importantissimo na vida daquelle povo, a jangada merece um logar na heraldica brasileira, devendo ser mantida no brazão do Ceará, assim como já figura no do Rio Grande do Norte.

A' sinistra vê-se a carnaúba. E' ella o melhor symbolo do Ceará, é nativa da região. E' no Ceará a arvore mais vulgar e a mais util (Southey), doação compensadora da

sabia natureza, pois ella generosamente tudo dá, della tudo se aproveita.

Brazão de armas — Escudo partido ; no primeiro em campo de prata o mar com uma jangada navegando ; no segundo, do mesmo, uma carnaúba plantada em terreno, tudo de sua côr ; em chefe de góles, o sol. Timbre : uma estrella de prata. Supportes : ramos de tabaco e algodão ao natural, como está em uso. Listão de góles com os dizeres : “Estado do Ceará” em letras de ouro.

NATAL — Conserva esta cidade o seu nome desde 1699, quando foi fundada, no dia de Natal.

Para o chefe aproveitamos a figura suggerida por T. Alencar Araripe : a estrella que guiou os Reis Magos.

No campo do escudo representamos ao natural o mar com o recife e o forte dos Reis Magos, que passou por ser o mais seguro do Brasil (Southey) na barra do Potengy. No céo, uma aguia busca a terra. São as novas aguias vindas d’outros continentes e que hoje buscam Natal, attrahidas pela sua situação privilegiada — os aeroplanos.

Brazão de armas — Em campo de prata um baluarte assente em rochedos batidos pelo mar e uma aguia voante, tudo ao natural ; em chefe de azul, uma estrella de seis raios de prata. Corôa mural de ouro. Listão de azul com a palavra “Natal” em letras de prata.

ESTADO DA PARAHYBA — Possúe este Estado um braço paisagistico onde se vê uma scena pastoril muito singela e pobre de significação. Conservamos delle no nosso projecto apenas tres cabras e supprimimos a orla com as estrellas.

Tres coqueiros nascidos juntos que figuram no nosso escudo, caracterizam particularmente a Parahyba.. Quem conhece o litoral deste Estado ha de reconhecê-lo immediatamente por esta figura. A qualidade excepcional do assucar parahybano e a riqueza que esta cultura já representava no

seculo XVII fez com que os hollandezes ao conquistarem a Parahyba lhe dessem como emblema seis pães de assucar, postos em roquete.

Restauramos estas armas, que figuram apoiadas no coqueiro do centro.

Brazão de armas — De prata com tres coqueiros plantados e de sua côr, tendo o do meio um escudete de góles com seis pães de assucar de ouro postos tres, dois, um, brocante sobre o tronco. Em campanha de verde, tres cabras pastando, postas em roquete e de sua côr. Timbre : estrella de prata. Supportes : ramos de algodão e canna, como está em uso. Listão de prata com a data de 5 de agosto de 1585 em caracteres verdes.

JOÃO PESSOA — Para esta antiga capital, pois foi fundada em 1579 (Candido Mendes) á margem direita do rio Parahyba, a pouca distancia do mar, compuzemos um brazão onde se vê um castello ou fortaleza á margem de um rio tendo hasteada a nova bandeira do Estado, para lembrar a attitude heroica e altiva do seu povo em 1930. Em chefe, o crescente do brazão dos Pessôa, lembra o nome de João Pessôa, que é hoje o da cidade.

Brazão de armas — De azul com um castello encimado por tres torres de ouro aberto e illuminado de góles, ostentando a bandeira do Estado em haste de ouro e ladeado de dois coqueiros de sua côr ; assentes á margem de um rio azul aguado de prata. Em chefe um crescente de ouro. Corôa mural de ouro ; fitão de azul com o nome João Pessôa entre as datas 1579 e 1930, tudo de ouro.

ESTADO DE PERNAMBUCO — A tenaz resistencia e a indomavel rebeldia do povo pernambucano ao dominio hollandez ; as lutas e a victoria final em pleno periodo embryonario da raça, demonstraram acima de tudo o character altivo e patriotico deste povo. A guerra hollandeza não é, porém, sómente o grande feito do povo pernambucano, para

PROJECTOS
DE J. WASTH RODRIGUES

(34)



206



207



208



209



210



211



212



213



214



215



216



217

1931

J.W.R.

elle um justo motivo de gloria ; é-o tambem para todo o Brasil, pois essa campanha mostra o grande valor da nossa raça, que soube sahir-se galhardamente de uma tão dura prova.

O advento da guerra hollandeza deixou no escriptorio do nosso patrimonio a mais nobre e valiosa corôa de preciosas virtudes e refulgente gloria. Por ella começa com brilho invulgar a nossa historia. Della a nacionalidade herdou a sua sagração de nobreza ; o attestado da sua existencia, o seu baptismo de sangue.

Os trophéos das estrondosas victorias, as armas e bandeiras juntadas nos campos de batalha, conquistadas em luta desigual nos assedios tenazes e nas resistencias heroicas ornamentarão como supportes o brazão pernambucano ; pois nenhum ornamento é tão digno d'elle como este.

No brazão que compuzemos apparece o leão tradicional de Pernambuco ; puzemol-o, porém, dentro do escudo, pois o timbre será a estrella de prata. Este leão lembra tambem o leão do brazão de Duarte Coelho, primeiro donatario da capitania, cuja sabia administração muito influuiu para a formação deste Estado. Representamos mais a figura que os hollandezes deram por armas a Pernambuco : "uma donzella tendo numa mão um espelho e na outra uma canna de assucar".

Nenhum outro emblema symbolisa melhor Pernambuco daquelle momento do que o seu brazão de então. Inutil seria criar ou procurar outro symbolo.

As duas principaes revoluções, cheias de idealismo e aspirações elevadas, que, como a Inconfidencia, só deram martyres, sendo uma a contribuição de Pernambuco para a Independencia e outra o seu protesto contra o despotismo, estão representadas, a primeira pela cruz da sua bandeira e a segunda pelo seu symbolo : seis estrellas. A cruz de góles da primeira tambem serve para a segunda.

Os supportes de trophéos de armas são reproduzidos fielmente do sello hollandez do *Supremo Governo do Brasil*

(Rev. do Instituto Archeologico e Geographico Pernambucano vol. XI)

Brazão de armas — De prata com uma donzella de carneação, vestida á antiga, coroada de ouro, segurando na dextra uma canna de assucar e na sinistra um espelho ; deante de um leão deitado em terreno, tudo de sua côr, que mantem com a dextra um escudete cortado, tendo no primeiro de prata uma cruz de góles e no segundo de azul seis estrellas de prata postas em circulo. Timbre : uma estrellas de prata. Supportes : armas, bandeiras e ramos de louro, trophéos da guerra hollandeza. Fitão de prata com as datas 1535, 1654, 1817 e 1824 em algarismos de sable. As datas indicam : a chegada de Duarte Coelho, a expulsão dos hollandezes e as duas grandes revoluções.

RECIFE — A cidade do Recife será symbolisada por tres torres ligadas por duas pontes, representação heraldica da sua topographia : Recife, S. Antonio e Boa-Vista, separados pelos rios Capiberibe e Beberibe, isto em chefe.

No escudo propriamente representamos o caracteristico principal da cidade e que lhe deu o nome : o recife. A muralha granitica que a natureza dispoz ao longo da costa formando um excellente porto e protegendo-o contra as tempestades do oceano é suggerida no brazão por um mar sereno, ao lado de um mar revolto.

Mais symbolico e, portanto, mais elevado do que a representação do proprio recife.

Brazão de armas — Partido : no primeiro de prata, um mar sereno com uma náó de ferros postos e vélas recolhidas ; no segundo, do mesmo, um mar tempestuoso ; em chefe de góles, tres torres ligadas entre si por duas pontes de prata. Corôa mural de ouro. Listão de prata com a palavra : "Recife", em letras de góles.

ESTADO DE ALAGOAS — Procuramos representar no nosso projecto o rio S. Francisco por um chefe ondulado com tres

peixes, que lembram também o braço que os holandeses deram a Alagoas.

No escudo, um emblema composto de um caduceu, uma ancora e uma roda dentada, symbolisará o que o braço actualmente adoptado representa : a industria, o commercio e a navegação.

Braço de armas — Em campo de sinople uma roda dentada sobre uma ancora e um caduceu cruzados em aspa, tudo de ouro ; em chefe ondulado de prata, tres peixes postos em roquete, ao natural. Timbre: uma estrella de prata. Supportes: ramos de algodão e canna como actualmente. Fitão de prata com os dizeres : Estado de Alagoas, em letras de sinople.

MACEIÓ — Maceió foi criada freguezia em 1818 sob a invocação de N. S. dos Prazeres. E', portanto, uma cidade nova, sem grandes factos historicos no seu passado.

Procuramos symbolisal-a no nosso braço com uma banda de prata, o rio Mundahu, que fórma o lago do Norte, e com figuras allusivas á pomicultura e á pesca.

Da Bahia para cima ha uma variedade enorme de fructas pouco conhecidas do sul. A lista seria enorme si fôssemos cital-a. E' justo que essa riqueza regional tenha uma representação na heraldica moderna, o que fazemos neste braço.

No mar, uma barca de velame primitivo, de fórma especial e muito vulgar nestas paragens, tendo provavelmente origem na baleeira da Bahia, pois a esta muito se assemelha, representará a abundancia de pescado no litoral de Maceió.

Braço de armas — Em campo azul, uma banda ondulada de prata, em chefe, á sinistra uma cuia com flôres e fructas, em contrachefe, um mar com uma barca a véla navegando, tudo ao natural. Corôa mural de ouro. Listão de azul com a palavra "Maceió" em letras de ouro.

ESTADO DE SERGIPE — Possúe o Estado de Sergipe um sello que passa por brazão. Nelle se vê um indio no acto de embarcar em um balão espherico, etc. E' um emblema disparatado e sem nenhum valor heraldico ou symbolico. Além deste, ha um projecto de brazão, com muitas qualidades, feito pelo sr. Sylvio Cravo, como se verá noutra parte desta obra. Na historia de Sergipe destaca-se um facto notavel, que representamos no nosso projecto. E' a resistencia opposta aos conquistadores pelos cinco caciques que dominavam aquella região e que se alliaram para aquella luta tremenda, sendo o principal delles o cacique Cerigip.

Christovam de Barros, conseguindo vencel-os após lutas incessantes, funda a Villa de S. Christovam em 1589.

O nome do cacique Cerigip foi dado ao rio em cujas visinhanças elle morava, (Historia do Brasil, cap. XXIV — Porto Seguro) portanto o nome do Estado provém do nome deste indio. "Cerigip" ou "Cerizipe" quer dizer : "rio-dos-ceris" segundo o sr. Sylvio Cravo e "ferrão de ceri" segundo Porto-Seguro.

Baseados neste facto, representamos o chefe Cerigip por uma cabeça de indio coroada de um cocar, de um lado do escudo, e de outro as armas inteiras dadas pelos hollandezes a Sergipe, tal como tambem o fez o sr. Sylvio Cravo.

Brazão de armas — Escudo tranchado de azul e de ouro ; no primeiro, um sol em chefe e tres corôas em flanco postas em pala, de ouro ; no segundo, uma cabeça de indio com cocar de pennas, ao natural. Timbre : uma estrella de prata. Supportes : armas indigenas e folhas de palmeira. Fitão azul com os dizeres : "Estado de Sergipe", em letras de ouro.

ARACAJU' — Fundada no logar da taba do indio Cerigip, terá como brazão um escudo de prata com um cocar de pennas, para lembrar o seu mais remoto fundador, uma taba em allusão á sua origem e um rio com tres ceris, representando o rio deste nome.

Brazão de armas — Em campo de prata, uma taba de tres casas com a sua palissada, acompanhada em chefe de um cocar de pennas de côres variadas, posto sobre duas flexas em aspa e, em ponta, de uma faixa ondulada de azul, carregada de tres ceris de ouro. Corôa mural de ouro. Fita de azul com a palavra : “Aracajú”, em letras de ouro.

ESTADO DA BAHIA. — Neste Estado aportaram as primeiras armadas que vieram ao Brasil. São factos primordiales na nossa historia, que não podem deixar de figurar no brazão da Bahia, e que serão lembrados por uma caravella com as cruces da ordem de Christo, signo do seu primeiro nome — a terra de Santa Cruz. A pomba é o symbolo classico da Bahia e o cruzeiro é o moderno do Brasil. Quanto ao mais aproveitamos as figuras e a divisa do actual brazão.

Brazão de armas — Em campo azul, uma não portugueza de vélas enfunadas navegando no mar, acompanhada em chefe, á direita, por uma pomba voante de prata, voltada para ella com um ramo de oliveira no bico e á esquerda por cinco estrellas de prata na disposição do Cruzeiro do Sul. Timbre : estrellas de prata. Tenentes, listão e divisa : os do brazão actual, sem o triangulo que se vê junto á bandeira.

S. SALVADOR — O emblema antigo que a esta cidade foi dado por Thomé de Souza não pôde ser substituido, apenas deverá ser melhor representado. Assim, o escudo deverá ser usado sempre verticalmente e as letras deverão ser de côr numa bordadura de prata.

Brazão de armas — Em campo verde (ou azul) uma pomba de prata, voando, tendo no bico um ramo de oliveira. Bordadura de prata com a divisa : “Sic illa ad arcam reversa est” em letras de verde (ou de azul). Corôa mural de ouro. Supportes : rêdes, cabos, remos, ancora e outros attributos do mar.

ESTADO DO ESPIRITO SANTO — O Estado do Espirito Santo foi no passado um dos territorios onde maior acção tiveram os indios. Vasco Fernandes Coutinho criou-o colonia sob a “invocação e graça do Divino Espirito Santo”, em 1550. Os indios alliados muito auxiliaram aos portuguezes (Ararigboia e outros) nas lutas contra os aventureiros e contra outros indios. Uma orla verde com oito chammas lembrarão a invocação do Espirito Santo; um mólho de flexas, a acção dos indios, primeiros defensores deste territorio.

Brazão de armas — Em campo de prata, um arco, quatro flexas atadas com fita vermelha e um cocar de penas brocante, tudo de sua côr; bordadura de verde com oito chammas de ouro. Timbre: uma estrella de prata. Supportes: ramos de canna e café, como no brazão actual. Fitaõ de prata com os dizeres: “Estado do Espirito Santo”, e as datas “1535” e “1892” em caracteres de verde.

VICTORIA — Aproveitamos inteiramente o brazão actual com pequenas modificações. Onde existe a estrella, existirá o symbolo de N. S. da Victoria: uma flôr de liz, um gladio e um sceptro. Onde se vê um mar com um veleiro, collocámos a vista do convento da Penha, que actualmente se vê no brazão do Estado. No mais, apenas melhoramos o aspecto do brazão, definindo as côres, pois é nossa intenção aproveitar sempre que possivel o que já está estabelecido.

Villa-Velha ou Espirito Santo era a antiga capital da capitania; cahindo em decadencia nos meados do seculo XVIII, a séde do governo passou em 1764 para Victoria, situada na sua vizinhança.

Brazão de armas — Escudo elliptico meio partido e cortado; no primeiro, de azul, um sceptro e uma espada passados em aspa, encimados por uma flôr de liz, tudo de ouro; no segundo, em campo de sinople, um caduceu de ouro; no terceiro, de prata, o mar, dois montes e o convento da Penha, tudo ao natural. Corôa mural de ouro. Duas

flexas cruzadas em aspa passando por traz do escudo e listão de azul com a palavra : “Victoria”, em letras de ouro.

ESTADO DO RIO DE JANEIRO — Para o Estado do Rio de Janeiro aproveitamos, do mesmo modo, todo o brazão actual, melhorando o seu conjunto e dando-lhe melhor aspecto heraldico. A estrella passará para timbre, supprimidos os ramos que estão junto á aguia, a qual trará um fitão com a divisa.

Brazão de armas — Escudo elliptico, cortado e endentado de prata e sinople de seis e sete. No primeiro, uma aguia voante ao natural, carregando nas garras uma fita azul na qual se lê a divisa : “Recte rempublicam gerere” em letras de ouro. No segundo, um cocar de pennas posto sobre um arco e duas flexas, sendo estas cruzadas em aspa e aquelle posto em faixa, tudo de ouro ; em ponta, um mar de prata ondeado de azul. Timbre : uma estrella de prata. Supportes : ramos de canna e de café e fitão de azul com os dizeres “Estado do Rio de Janeiro” de ouro, como actualmente.

NICTHEROY — Nome que os indigenas davam á região hoje occupada por esta cidade. O seu territorio foi dado em sesmaria ao cacique Ararigboia como premio pelos seus serviços na conquista e pacificação destas costas. Isto explica o chefe que adoptamos. Um golfinho symbolisará a bahia de Guanabara, como já é usado no brazão do Districto Federal.

Brazão de armas. — Escudo elliptico de prata com um golfinho ás avessas, a cabeça para a dextra ; de azul, armado e illuminado de góles. Chefe de verde com duas flexas em aspa encimadas por um cocar de pennas, tudo de ouro. Corôa mural de ouro. Supportes : dois ramos de canna ao natural, como está em uso ; listão de azul com a palavra “Nichteroy” em letras de ouro.

ESTADO DO PARANÁ — O territorio deste Estado foi desmembrado do de S. Paulo em 1854, formando-se então a Provincia do Paraná. Procuramos representar o seu nome pelo rio Paraná; a sua riqueza actual — as madeiras de lei — por um pinheiro. Dous feixes de trigo representam a sua tradicional cultura deste cereal. O Estado do Paraná já mudou de brazão varias vezes; ultimamente adoptou um emblema com aspecto heraldico, porém muito estilizado e errado, pois traz chefe de *côr* sobre campo de *côr* e sem a menor referencia ao seu nome: Paraná.

Brazão de armas — De sinople, com uma faixa ondulada de prata e um pinheiro arrancado, brocante sobre tudo, de ouro; ladeado em ponta de dois feixes de trigo do mesmo, atados de góles. Timbre: uma estrella de prata. Supportes: os ramos que estão adoptados, presos por uma fita vermelha.

ESTADO DE S. CATHARINA — Muitos dos emblemas actualmente usados pelos Estados são, como já dissemos, perfeitamente aproveitaveis e com a vantagem de trazerem consigo um symbolismo já estabelecido e acceito. O essencial é que sejam representados de uma maneira correcta e heraldica, numa linguagem elevada. Pensamos assim quanto aos brazões do Rio Grande do Sul, Maranhão, Rio Grande do Norte, Acre, Estado do Rio, pois não temos prevenção nenhuma contra os emblemas usados e respeitamos os factos historicos ou ideaes que elles lembram. Neste caso está tambem o do Estado de S. Catharina, que é composto de figuras de primeira ordem: estrella, aguia, chave e ancora. São, porém, mal dispostos estes emblemas, pois a estrella faz o papel de escudo quando ella deve ser o timbre, como se pôde ver actualmente nos brazões da Bahia, Rio Grande do Norte, etc. Pôde-se fazer um escudo de muitas fórmãs, porém é inadmissivel dar-lhe a fórmula de uma estrella. Neste mesmo erro incorreram os brazões do Paraná, Minas e Espirito Santo, reproduzindo o vicio fundamental das armas federaes.

Achamos também incompletas as armas deste Estado sem uma representação da santa que lhe dá o nome, o que fica feito por meio da roda de navalhas, instrumento do martyrio de Santa Catharina.

Brazão de armas — Em campo de prata, uma aguia estendida de sua côr, carregada de um escudete de prata com a data : 17 de novembro de 1889 em caracteres de sable, tendo nas garras uma chave á dextra e uma ancora á sinistra, de ouro e passadas em aspa. Em ponta de verde, uma roda de navalhas, de ouro. Timbre : uma estrella de prata. Supportes : ramos de trigo e café e o listão verde com os dizeres “Estado de Santa Catharina” em letras de prata, do brazão actual.

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL — Conservamos o bello brazão do Estado do Rio Grande do Sul, propondo que se façam nelle apenas pequenas modificações, que não alteram, nem o seu espirito, nem o seu aspecto. A orla de ouro será declarada “cosida” para se evitar “metal sobre metal”. Propomos também que se substitúa o distico “Republica Rio-Grandense” pelo de “Estado do Rio Grande do Sul”, pois este não é uma republica independente e sim um Estado da Federação Brasileira.

Em timbre, a estrella de prata que lhe compete. As bandeiras do Estado serão alternadas com bandeiras do Brasil.

No brazão do Rio Grande do Sul estão plasmados, estampados, podemos dizer, o espirito romantico e idealista da época em que elle foi criado, assim como toda a altivez e espirito guerreiro do povo gaúcho. De um aspecto altamente caracteristico pelo seu conjunto, denuncia bem a vizinhança com o Rio da Prata. O leão do Paraguay sustém uma haste com um barrete ; no brazão da Republica Argentina, duas mãos sustém a mesma haste com o mesmo barrete. As duas columnas lembram as columnas do brazão da Hespanha. Os supportes suggerem os emblemas de Rosas e de

Artigas, na profusão de bandeiras, lanças, espadas, disticos bellicosos ou symbolicos, etc. e na abundancia da côr vermelha em laços, bandeiras e topes. Bento Gonçalves, Bento Manoel, Canabarro e tantos outros gaúchos valerosos serão sempre lembrados pelo brazão de armas do Rio Grande do Sul.

Brazão de armas. — Escudo de prata com um losango terciado em faixa, de sinople, góles e ouro, tendo no 1.º uma estrella de ouro; no 2.º, um parallelogrammo de prata com uma vara ostentando um barrete phrigio e dois ramos cruzados pela haste, tudo ao natural; no 3.º, uma estrella de góles. A' dextra e á sinistra do losango, dois montes de sinople encimados cada um por uma columna ao natural. Bordadura cosida de prata com os dizeres: "Estado do Rio Grande do Sul" e "20 de Setembro de 1835" em caracteres de sable. Timbre: uma estrella de prata. Supportes: bandeiras do Brasil e do Estado, fuzis, lanças, etc., tudo como actualmente. Listão de prata com o móte: "Liberdade, Igualdade, Humanidade" em letras de sable.

ESTADO DO AMAZONAS — Para a antiga Provincia do Rio Negro, separada do Pará em 1859, hoje Estado do Amazonas, conservamos o seu brazão actual, fazendo-lhe apenas algumas correcções de ordem heraldica, apurando mais o symbolismo de suas figuras.

O sol passará a figurar em chefe dentro do escudo. Uma cabeça de indio substituirá as flexas, contrabalançando com um forte, que indicará o local da capital em lugar da estrella á margem do rio Negro. Uma perla de prata representará melhor a junção do rio Negro com o Amazonas e uma lisonja substituirá a ilha que apparece no brazão actual. No mais conservamos o aspecto deste.

Brazão de armas — Escudo elliptico; em campo de sinople uma perla de prata carregada de uma lisonja de sinople; acompanhada de um sol de ouro em chefe, uma cabeça

de indio á dextra, de sua côr, e uma torre á sinistra, de ouro; bordadura de ouro carregada de uma cadeia de sable. Timbre: uma estrella de prata. Listão de góles com os dizeres: "Estado do Amazonas" em letras de ouro; tudo posto sobre a cartella actualmente em uso.

MANAOS — Manaos chamava-se uma antiga tribu de indios que habitava as margens do rio Negro. Do seu nome deriva o do fabuloso imperio de Manôa, do qual Ajuricaba era o cacique, celebre por ser traficante de escravos nos primeiros annos do seculo XVIII. No entroncamento do rio Negro com o Amazonas havia um velho forte; algumas familias de indios das tribus Baniba, Baré e Passe construíram ali suas casas, sob a protecção desse forte (Southey) fundando assim a antiga villa do Rio Negro, que em 1800 já era florescente.

No brazão, uma cabeça de indio indicará com toda a razão a origem da cidade. Uma banda de sable e duas arvores lembrarão o rio Negro, nome da primitiva povoação, e sua situação geographica. As arvores lembram a hevea. Uma torre recordará o antigo forte a cuja sombra a villa se desenvolveu. Conservamos a fórmula e a mesma cartella do escudo actual.

Brazão de armas — Em campo de prata, uma faixa ondulada de sable entre uma torre ladeada de duas arvores em chefe e uma cabeça de indio em ponta, tudo ao natural. Corôa mural de ouro. Fitão de góles com a palavra: "Manaos" em letras de prata. Cartella.

TERRITORIO DO ACRE — O Acre possúe um brazão de armas bastante interessante, porém sem as indicações dos esmaltes. Respeitamol-o por ser muito original, faltando-nos as côres das bandeiras que lhe servem de supportes. Em logar de uma estrella e um barrete, collocariamos em campo azul o Cruzeiro do Sul. Quanto ao resto conservariamos tudo quanto está adoptado.

Brazão de armas — Em campo azul, cinco estrellas de prata formando o Cruzeiro do Sul e um coqueiro com uma onça adiante passante, tudo ao natural. Bordadura de prata com o distico : “Territorio do Acre — 7 de agosto de 1902”, em letras azues. Timbre : estrellas de prata. Supportes : bandeiras do Brasil e do Territorio, ramos de hevea, espadas e ancora, tudo ao natural. Listão de azul com a divisa : “Libertas quae sera tamen” de prata.

CIDADE DE RIO BRANCO — As armas do Barão do Rio Branco com a corôa mural. (Em campo azul uma esphera armilar de ouro, acompanhada em ponta por um rio de prata).

ESTADO DE GOYAZ — O bandeirante paulista Bartholomeu Bueno da Silva, pelo anno de 1680, chegando ao paiz dos Goiás com o fim de aprisionar indios, descobre o ouro.

E’ conhecido o episodio historico passado á margem do rio Vermelho entre Bartholomeu e os indios. Desejando atterrorisal-os para obrigar-os a indicar donde provinha o ouro que exhibiam, accendeu em uma vasilha alcool — que elle dizia ser agua — ameaçando de incendiar do mesmo modo o rio Vermelho, caso não confessassem os selvicolas onde havia o precioso metal.

Ficou sendo o seu nome desde então o “Anhanguéra”.

Apenas este facto symbolisamos no brazão do Estado de Goyaz, figurando nelle o indio, o bandeirante e um prato com chammas.

Brazão de armas — Escudo terciado em mantel ; no primeiro, de azul, uma cabeça de indio de carnação, coroada de um cocar de pennas, ao natural ; no segundo, de góles, dois machados e duas espadas passados por traz de um gibão, tudo de prata ; no terceiro, de prata, chammas de góles num prato de sable. Timbre : uma estrellas de prata. Uma espada e uma flexa em aspa passam por traz do escudo. Fitão de góles com o distico “Estado de Goyaz” em letras de prata.

CIDADE DE GOYAZ — Tendo-se perdido o local onde o episodio do prato em chammas se déra, o filho do “Anhanguéra”, do mesmo nome e appellido, mais tarde tentou encon-tral-o, sendo infeliz, e só numa segunda tentativa o conseguiu. Foi então criada a Villa Bôa, por carta régia de 11 de fevereiro de 1736, cujas determinações foram cumpridas pelo Conde de Sarzedas em 1739. O titulo de “Bôa” foi escolhido em homenagem a Bueno, o descobridor.

Brazão de armas — Em campo de prata, chefe-banda de góles entre um cocar de pennas á sinistra e um gibão á dextra, ambos de suas côres ; em chefe, o distico “Villa Bôa” em letras de prata. Corôa mural de ouro. Listão de góles com a palavra “Goyaz” em letras de prata.

ESTADO DE MATTO GROSSO — Não se justifica bem no brazão criado para Matto-Grosso, a applicação do “braço armado” do brazão da cidade de São Paulo, pois elle não póde ter a mesma significação em ambos. Para symbolisar o bandeirante em geral, nada melhor do que a panoplia composta de gibão e armas, adoptada pelo dr. Affonso de E. Taunay em alguns brazões de cidades paulistas.

Além disto, este brazão está errado, trazendo “côr sobre côr”, o que é imperdoavel num brazão moderno. Sendo o escudo azul, não póde ter uma campanha verde, pois esta é uma peça e não uma divisão do escudo.

O facto de estar a campanha separada por uma montanha de ouro não evita o erro.

Achamos impropria tambem a phenix como timbre, pois os brazões dos Estados devem ter nesse logar a estrella de prata que os representa nos symbolos nacionaes.

Araripe suggere, com muito acerto, para symbolo de Matto-Grosso, a figura de um indio Guaycurú a cavallo, armado de lança. Realmente a acção destes indios nomades e traiçoeiros, defendendo com ferocidade os campos e planicies, aggredindo sem cessar os aventureiros e colonisa-

dores, foi formidável. Serão representados no nosso braço por um feixe de lança e flexas.

E' preciso attender-se tambem á importancia e significação dos dois fortes erigidos como sentinellas avançadas nos confins das fronteiras — para a historia do Brasil e para a de Matto-Grosso — contendo as investidas dos castelhanos : o forte do Principe da Beira, construido á margem do caudaloso Guaporé, e o de Coimbra.

A antiga e ephemera provincia de Cuyabá, que foi absorvida pela de Matto-Grosso, deve tambem ser representada no braço. Foi attendendo a tudo isto que compuzemos o nosso projecto de escudo, no qual se vêem duas torres sustentando ao alto o braço da provincia de Cuyabá e, no chão, armas indigenas.

Braço de armas. — Em campo azul, duas torres de prata sustentando o braço da antiga provincia de Cuyabá, que consistia num escudo com um campo verde e nelle um morro todo salpicado com palhetas de ouro e por timbre uma phenix ; preso ás ameias das torres por duas correntes. Em terreno de ouro, um arco e duas flexas atados por uma fita vermelha. Timbre : estrella de prata. Supportes e divisa : os que estão adoptados.

ESTADO DE MINAS GERAES — Minas possuia um sello circular que servia de braço ; hoje possúe um emblema de estrella á imitação do emblema federal.

Cousa curiosa ! Não apresenta em nenhum delles o seu emblema principal, aquelle que Minas deveria ostentar com maior orgulho : o triangulo verde da bandeira da Inconfidencia. O symbolo do seu espirito independente e altivo, aquelle que custou a Minas bem caro . . .

O braço deste Estado deverá ser composto de dois emblemas que resumem toda a sua historia : o da Inconfidencia e o da mineração. Na verdade Minas já possuia dentro do seu antigo sello o seu braço. No nosso projecto

não fazemos mais do que destacal-o, completando-o de acordo com o que acima está exposto.

Brazão de armas — Escudo elliptico ; em campo de prata, um triangulo equilatero de sinople, contornado pela divisa : “*Libertas quae sera tamen*”, em letras de sable, e carregado de um arado com instrumentos de lavoura, de mineração e de um chapéo com uma lampada de mineiro. Timbre : estrella de prata. Supportes : uma mulher com um ramo na mão e um minerador com uma picareta, como se vê no antigo sello redondo. Cartella. Listão de sinople com o distico : “*Estado de Minas Geraes*” em letras de prata.

BELLO HORIZONTE — Bello Horizonte, apesar de ser uma cidade nova, possúe um brazão que muito raramente se vê reproduzido e que deve ser conservado, fazendo-se nelle ligeiras modificações para melhora-lo. Accrescentamos a esse brazão, em chefe uma cornucopia com flôres para consagrar a abundancia e qualidade das suas flôres, e mais tres batéas para lembrar a riqueza aurifera das montanhas que a cercam, particularmente o Morro Velho. Conservamos a mesma fórma do escudo e os ornatos.

Brazão de armas — Escudo elliptico ; em campo azul, a serra do Curral d’El Rey de ouro com um sol nascente do mesmo ; carregada de tres batéas cheias de terra salpicada de ouro, dispostas em roquete, ao natural ; em chefe de prata, uma carnucopia despejando flôres ao natural. Corôa mural de ouro e cartella : as mesmas que estão em uso, com o distico : “*Bello Horizonte*” em letras de ouro.

CAETÉ — Caeté foi o centro de resistencia e o arraial de Nunes Vianna na luta contra os paulistas.

Caeté significa : “*matto cerrado*” ou “*sem mistura*”, na lingua indigena.

Por esta razão, uma floresta figura no fundo do escudo por traz de uma torre protegida, que não é mais do que o

arraial de Nunes Vianna, com o escudete das quinas para lembrar a nacionalidade deste bandeirante e a dos seus, além de que foi criada "Villa Nova da Rainha" em 29 de janeiro de 1714. O chão de ouro para mostrar a riqueza aurífera da região. A bandeira contemporânea do Brasil, hasteada, symbolisa o dominio final dos naturaes da terra sobre esta cidade.

Brazão de armas — Em campo azul, uma torre cercada de uma palissada, tendo por traz uma matta virgem; sobre a porta da torre, o escudo das quinas e hasteada nella a bandeira do Brasil : branca com a esphera armilar de ouro, tudo ao natural, assente em terreno de ouro. Corôa mural de ouro. Listão de azul com a palavra "Caeté" em letras de ouro, tudo posto em uma cartella ño estilo do seculo XVIII.

DIAMANTINA — Para a cidade de Diamantina compuzemos um brazão que resume toda a sua historia, a origem da cidade e o seu proprio nome, e para o qual o Dr. Affonso de E. Taunay compoz suggestiva divisa.

Brazão de armas — Em campo azul, cinco diamantes lapidados, postos em santor. Corôa mural de ouro. Listão de azul com a divisa : "Brasilia diadema imposui", em letras de ouro ; tudo posto em uma cartella florida no estilo do seculo XVIII.

MARIANNA — Esta cidade foi criada com o nome de Villa do Ribeirão de N. S. do Carmo, em 4 de julho de 1711. De accordo com a indicação do dr. Diogo de Vasconcellos, restauramos o brazão de Marianna, accrescentando-lhe, como differença, um rio de ouro — o ribeirão do Carmo. Dois tenentes : um bandeirante do seculo XVII e um minerador do seculo XVIII completam o brazão. Como divisa adoptamos a suggerida pelo Dr. Affonso de E. Taunay, que lhe cabe admiravelmente.

Brazão de armas — Escudo da Ordem do Carmo ; como differença, a cruz e as estrellas de ouro e, em ponta, uma

faixa ondulada do mesmo. Corôa mural de ouro. Tenentes : á dextra um bandeirante e á sinistra um minerador, ambos de sua côr. Listão de azul com a divisa : “*Urbs mea cellula mater*”, em letras de ouro.

SABARÁ — Um dos logares mais antigos onde os bandeirantes se installaram para minerar foi Sabará. As lutas que por infelicidade sua causaram a sua ruina (Castello Branco e Borba Gato, Nunes Vianna e os paulistas, etc.) estão symbolizadas pelo vermelho do escudo. O monte representa a serra do Itacambira e a região do Sumidouro, descobertas por Fernão Dias Paes Leme. O rio é o das Velhas, tão rico de ouro e que banha toda a região. As cinco batéas significam que o ouro se encontra nas montanhas, nos rios e nos valles.

Brazão de armas — Em campo de góles, uma grande montanha de ouro carregada de uma faixa ondulada de azul ; sobre tudo, cinco batéas cheias de minerio de ouro, postas em cruz, ficando tres sobre a faixa e duas sobre a montanha. Corôa mural de ouro. Listão de góles com a palavra “*Sabará*” em letras de ouro ; tudo posto sobre uma cartella no estilo do seculo XVIII.

S. JOÃO D’EL-REY — S. João d’El-Rey possúe um brazão desde 1924. Considerando-o defeituosissimo, pois além de outros defeitos o seu texto não corresponde ao desenho impresso, compuzemos outro com figuras que já existem no actual, sendo que o emblema da mineração figura fóra do escudo, a acção dos paulistas é lembrada pelo bandeirante, um official dos Dragões das Minas, recorda o corpo ao qual pertenceu Tiradentes.

Brazão de armas — De góles com a cruz de malta carregada de um triangulo equilatero de sinople e dentro delle a cabeça de Tiradentes de carnação e a divisa : “*Libertas quae sera tamen*” em letras de sable. Corôa mural de ouro. Tenentes : um bandeirante á dextra e um official dos

Dragões Reaes das Minas á sinistra, armados e de suas côres. Fitão de góles com o nome : "São João d'El-Rey" em letras de ouro, posto sobre uma batéa e dois martellos cruzados, ao natural.



Características da Heraldica Brasileira

Quando se iniciou a colonisação do Brasil, a arte do brazão, depois de haver attingido o seu esplendor nos seculos XIII e XIV, já entrara na sua phase allegorica e realista, que assignalou, no crepusculo da Idade Média, a decadencia da velha armaria. Perdera então a sua pureza o estilo heraldico, talvez a mais perfeita expressão do espirito medieval, cheio de idealismo e de mysticismo, povoado de superstições e de lendas fabulosas e mais impregnado de preocupações moraes e religiosas do que voltado para as cousas da vida terrena.

Os mais antigos brazões brasileiros já apresentam, por esse motivo, uma feição naturalista, sendo raros os que ostentam, mesmo na simples apparencia, os caracteristicos da heraldica antiga, na qual os elementos symbolicos predominantes são as côres e os metaes, as divisões do escudo, as peças honrosas, as figuras chimericas da fauna mythologica e a representação estilizada e fantasista dos seres vivos e da natureza morta, combinados para exprimirem um pensamento moral, uma norma de conducta ou um retrato psychologico. (1)

(1) EMILE GEVAERT — *L'Heraldique, son esprit, son langage et ses applications* (Edition du "Bulletin des Métiers d'Arts", Paris).

Nos nossos proprios escudos coloniaes que mais se assemelham, pelo aspecto e pela composição, aos braços medievales, predominam elementos mais allegoricos do que propriamente symbolicos, isto é, mais allusivos a factos historicos e a particularidades regionaes do que representativos de pensamentos ou imagens moraes.

Estas caracteristicas dominam toda a heraldica brasileira, desde os tempos mais remotos até aos nossos dias, e são tão accentuadas que até as figuras que têm a sua representação heraldica consagrada, como o leão e a aguia, só não apparecem, em nossos braços, ao natural e nas suas proprias côres, quando ahi se apresentam transladadas de outros escudos e revestidas de uma significação particular, como, por exemplo, o leão das armas de Martim Affonso de Souza no braço de São Vicente, a recordar o primeiro donatario da capitania vicentina, e a aguia teutonica no de Petropolis, indicativa da nacionalidade dos fundadores da cidade.

Tambem notavel é a circumstancia de que sómente quatro dos nossos braços — os de Ouro Preto, São Bernardo (actual), Pará e Parahyba do Sul — têm como attributos essenciaes, mas ainda assim não exclusivos nos tres ultimos, as côres, divisões do escudo e peças honrosas, que bastaram a innumerados braços estrangeiros.

A côr é, entre nós, salvo raras excepções, relegada para plano tão secundario, como expressão symbolica, que muitos emblemas brasileiros nem a discriminam.

Estes factos mostram bem o quanto a nossa symbologia tem sido fracamente influenciada pelas puras tradições heraldicas. Grande numero das nossas pedras d'armas chegam a fugir tão clamorosamente aos canones da armaria que reproduzem paisagens e até scenas bucolicas... E são nada menos de quinze os nossos escudos que trazem impresso este signal de incompreensão da nobre arte heraldica : Alagoas, Bahia, Ceará, Espirito Santo, Goyaz, Parahyba do Norte, Paraná (de 1910), Pernambuco, Sergipe, Florianopolis, Ma-

naos, Nictheroy, Victoria, Itaituba e Tres Pontas. Aliás este deslize não constitúe uma originalidade brasileira, embora se encontre alhures com muito menor frequencia do que entre nós.

Nem são esses os unicos brazões anti-heraldicos que deslustram a nossa armaria: varios outros foram igualmente compostos arbitrariamente, com figuras inexpressivas, sem nenhuma significação symbolica ou allegorica, sem traço de arte, a revelar o mais completo desconhecimento dos usos universaes que presidem á confecção destes emblemas.

Em geral, os brazões que contêm taes defeitos são os adoptados no inicio do periodo republicano. E o facto se explica talvez pela québra de tradição que entre nós se verificou, pois emquanto nos tempos coloniaes se adoptaram no Brasil pelo menos quinze brazões, no longo periodo imperial nenhuma cidade ou provincia se lembrou de criar uma insignia que a symbolisasse. (1) Só em época relativamente recente a tradição se reatou, datando, com effeito, a maior parte dos nossos escudos d'armas, principalmente os dignos deste nome, de muito poucos annos, quando o uso destes emblemas, agora em franca expansão, começou, na verdade, a generalisar-se entre nós.

A heraldica brasileira, não tendo tido um cultivo prolongado, não póde deixar de ser pobre nos seus recursos, na sua originalidade, na sua feição propria, ainda muito pouco accentuada. Não obstante, nem porisso deixa de apresentar algo de interessante e de valioso, digno de emparelhar com o que no genero se tem produzido de melhor em outros paizes.

Os nove brazões do Brasil Hollandez bastariam para attestar que não ha exaggero nesta affirmativa: pela sua originalidade, seu colorido local, sua concepção e sua execução artistica, constituem uma collecção preciosissima, que enriqueceria a symbolologia historica de qualquer povo. Os

(1) Com excepção apenas da cidade de Santos, em 1888.

nossos demais escudos coloniaes, legados pelos portuguezes, embora offereçam menor interesse, considerados de certos pontos de vista, são igualmente bem compostos e significativos, preenchendo todos os requisitos exigíveis.

Alguns dos nossos braços modernos, por sua vez, não ficariam desmerecidos num confronto com os antigos. O do Rio Grande do Norte é talvez o mais notavel dentre todos pela sua viva côr local e o seu alto poder suggestivo. Irreprehensivel sob qualquer aspecto, magnificamente composto, tem um cunho brasileiro bem marcado. Onde quer que se mostre, evocará o nosso Nordeste e sómente elle, inconfundivelmente. E' um modelo de braço composto com elementos caracteristicos da paisagem regional e dos usos locais, a evocar, ao mesmo tempo, a terra e o povo.

Sob outro aspecto se notabilizam o braço do Rio Grande do Sul e os da cidade e do Estado de São Paulo, que exprimem eloquentemente o espirito publico das communiidades que symbolizam. O primeiro, só a terra gaúcha poderia tel-o produzido no Brasil. E' bem a expressão dos sentimentos de um povo guerreiro e indomavel, expansivo e jovial, amante das côres vivas, dos gestos cavalheirescos e das attitudes bellicosas.

O segundo, altivo e energico, a ostentar um symbolo de acção, allusivo á epopéa formidavel das bandeiras, exprime bem o characterprehendedor dos paulistas, o sentimento da sua hegemonia na Federação e o episodio culminante da sua historia.

O terceiro é igualmente digno de nota, pela sua pureza heraldica, seu valor artistico e a riqueza do seu symbolismo.

Varios braços brasileiros — os compostos pelo insigne historiador Affonso de E. Taunay, cuja producção é bastante copiosa, como já tivemos occasião de assignalar — distinguem-se por apresentar um cunho proprio, resultante de uma concepção pessoal que tem o seu autor da arte heraldica. Os braços municipaes de Taunay são, na verdade, descriptivos da historia das respectivas cidades e

evocativos das figuras mais notaveis do seu passado. Não obstante, raramente deixam de conter um emblema capaz de constituir por si só as verdadeiras armas da cidade, não raro parlantes e escolhidas com perfeito criterio heraldico. Das poucas criações da armaria brasileira, quasi todas são deste autor, a quem se deve a feliz symbolisação das bandeiras paulistas pelo canoão das monções, pelo gibão de armas dos bandeirantes de São Paulo ou por uma panoplia bandeirante.

Outra criação da nossa heraldica é a de Guilherme de Almeida e José Wasth Rodrigues contida no brazão de São Paulo: o braço armado (dextrochério), empunhando a bandeira da Ordem de Christo, içada em haste lanceada em acha d'armas, a symbolisar a epopéa das bandeiras. Com a mesma significação, esta figura tem sido transladada para outros brazões, como o de Matto Grosso e o de Franca, podendo, pois, considerar-se um symbolo proprio da armaria brasileira.

Tambem se encontra em nossos symbolos, quasi sempre com uma significação particular e com uma frequencia realmente extraordinaria, a estrella heraldica de cinco pontas. Contêm estrellas mais de 40 dos nossos brazões e mais de 30 das nossas bandeiras e flammulas. Entre estas figuram os pavilhões nacionaes do Imperio e da Republica, bandeiras de revoluções (bahiana de 1798 e pernambucanas de 1817 e 1824), pavilhões navaes, bandeiras de Estados (Ceará, Goyaz, Maranhão, Paraná, Piauihy, Pernambuco, Santa Catharina e Sergipe), bandeiras de cidades (Belém do Pará e Cachoeira), todos os projectos de reforma da bandeira nacional, apparecidos, tanto no Imperio, como na Republica e, entre os brazões, os dois escudos nacionaes, do Imperio e da Republica, os de vinte unidades da Federação (Acre, Alagoas, Amazonas, Bahia, Ceará, Districto Federal (de 1889). Espirito Santo, Goyaz, Maranhão, Minas, Pará, Parahyba, Paraná (de 1905), Pernambuco, Piauihy, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul, Estado do Rio, S. Paulo e Santa Catha-

rina) e os de dezenove cidades (Campos, Cantagallo, Florianópolis, Nichteroy, Parahyba do Sul, Recife (primitivo), Santo Amaro (Bahia), Soure, Victoria, Tatuhy, S. José dos Campos, Santo Amaro (São Paulo), Piedade, Mogy das Cruzes (primitivo), Jaboticabal, Baurú, Barbacena, Juiz de Fóra e Uberaba).

Nos emblemas nacionaes, as estrellas symbolisam os Estados ; nos dos Estados, geralmente, os municipios ; e, nos de alguns municipios, os respectivos districtos de paz. Isto quando não reproduzem, simplesmente, a constellação do Cruzeiro do Sul.

E' igualmente muito frequente o uso, nos nossos symbolos de toda a natureza, de cruzes, attributos de santos padroeiros e insignias de ordens religiosas, o que evidencia a religiosidade do povo brasileiro e attesta o valor dos emblemas como documentos psychologicos.

Em resumo, mais allegoricos do que symbolicos, recorrendo de preferencia a figuras realistas, mesmo quando estas têm representação heraldica consagrada, os braços brasileiros ou são allusivos ás tradições historicas, ou se compõem de características locaes, ou contêm ambos estes elementos, sem deixar de ser influenciados ,ás vezes, talvez inconscientemente, pelas peculiaridades do espirito colectivo das diferentes regiões do nosso paiz.





XI

Topes Militares e Civis

Os Topes do Brasil-Colônia (1)



S mais antigos topes militares que se conhecem são do começo do século XVII, do tempo de Luiz XIII. No século XVIII, tanto em Portugal, como no Brasil, cada regimento tinha um tope diferente, geralmente de duas ou três cores em círculos concêntricos, quasi sempre tiradas das cores do uniforme, como também o eram as das bandeiras regimentaes. (2)

Ao que parece, só depois da revolução franceza é que se começou, a exemplo da França, a usar nos exercitos um

(1) JOSÉ WASTH RODRIGUES e GUSTAVO BARROSO — *Uniformes do Exército Brasileiro*; e notas inéditas fornecidas por JOSÉ WASTH RODRIGUES, além das fontes citadas no texto.

(2) “A tropa do tempo antigo — escreve CUNHA MATTOS — usava de laços da cor das libré dos coroneis, e os taes laços consistiam em fitas enroladas nos chapéus. No anno de 1707 principiou a fazer-se uso de um laço preto a moda ingleza, e assim continuou em observancia do alvará de 24 de março de 1764, até que pelo decreto de 7 de janeiro de 1796 se mudou para as cores azul e vermelho, que eram as da libré da Casa Real.” (CUNHA MATTOS — *Repertorio da Legislação Militar*, vol. 2, pag. 103.)

tope nacional. Em Portugal e no Brasil, o primeiro tope nacional conhecido é o descripto no decreto de 7 de janeiro 1796 : era azul ferrete e escarlate. Usou-se no chapéo, ao lado esquerdo, e na barretina, na frente. Pela carta de lei de 23 de agosto de 1821, mandada cumprir no Brasil a 31 de outubro do mesmo anno, foi substituído pelo laço azul e branco, que foi o que d. Pedro e a sua guarda arrancaram no Ipiranga, a 7 de setembro. (1)

(1) Eis o texto da carta de lei de 23 de agosto de 1821 :

“D. João por Graça de Deos e pela Constituição da Monarchia, Rei do Reino Unido de Portugal, Brazil e Algarves, d’aquem e d’além mar em Africa, etc. Faço saber a todos os meus Subditos que as Côrtes Decretaram o seguinte :

As Côrtes Geraes Extraordinarias e Constituintes da Nação Portuguesa, considerando que a disposição do Decreto de 7 de Janeiro de 1796, e a razão que se funda é absolutamente inadmissivel : E reconhecendo a necessidade de estabelecer um Laço Nacional, Decretam o seguinte :

1.º — Haverá um Laço Nacional, composto na fórma do modelo junto, das côres branca e azul, por serem aquellas que formaram a divisa da Nação Portuguesa desde o principio da Monarchia em mui gloriosas épocas da sua Historia.

2.º — Usarão do laço nacional no chapéo, ou barretina, todos os Officiaes e Soldados de Exercito e Armada Portuguesa ; bem como todos os Empregados Publicos, tanto Civis, como Militares, de qualquer ordem, jerarchia, ou graduação que sejam.

3.º — A todos os Cidadãos, que não são comprehendidos no artigo antecedente, é permittido usar do Laço Nacional.

4.º — O presente Decreto sómente obrigará na Capital e Provincias de Portugal e Algarves, desde o 1.º de Outubro proximo ; e nas Provincias Ultramarinas, no prazo prescripto pelas Leis ; ficando desde já livre o seu uso em toda a parte. Paço das Côrtes, em 22 de Agosto de 1821.

Portanto mando a todas as Autoridades, a quem o conhecimento, e execução do referido Decreto pertencer, que o cumpram, e executem tão inteiramente como nelle se contém. Dada no Palacio de Queluz, em 23 do mez de Agosto de 1821. (a) El-Rei com guarda — (a) Francisco Duarte Coelho”. (*Collecção de Leis do Brasil*, 1821, parte I, pag. 33 (Imprensa Nacional, 1889).

O decreto n. 70, de 31 de outubro de 1821 dispoz o seguinte :

“Manda o Principe Regente, pela Secretaria de Estado dos Negocios da Guerra, remetter á Commissão Militar que exerce o Governo das Armas, a copia inclusa assignada por Semeão Estellita Gomes da Fonseca, Official-Maior da mesma Secretaria de Estado, da Carta de Lei de 23 de Agosto do corrente anno, pela Qual Sua Magestade manda executar o Decreto de 22 do referido mez, das Côrtes Geraes e Extraordinarias, para que se use do Laço Nacional, segundo o modelo junto, afim de que a Commissão Militar, fazendo-a publicar immediatamente na Ordem do dia, use logo a Tropa do mencionado laço da maneira indicada naquelle Decreto e modelo — Paço em 31 de outubro de 1821. — (a) Carlos Frederico de Paula. (*Collecção das Decisões do Governo do Brasil*, 1821, pag. 49 (Imprensa Nacional, 1889).

No quadro da Independencia figura, entretanto, o laço azul e escarlate. Pedro Americo evidentemente desconhecia o decreto de 31 de outubro de 1821, pois escreveu estas linhas, dando as razões por que escolheu o tope azul e escarlate :

“Quanto á dupla côr do laço portuguez, preferi azul e escarlate a azul e branco, como o foi em Portugal desde 23 de agosto de 1821 até 18 de junho de 1823, e continuou a ser depois de 18 de outubro de 1830, mas como provavelmente nunca o foi no Rio de Janeiro e em S. Paulo, onde a noticia do decreto das côrtes de Lisboa que mandava adoptar-o no exercito chegou quasi immediatamente depois e antecedeu apenas a chegada de outros decretos que sobremaneira irritaram os animos, etc.” (1)

E' fóra de duvida que o autor da soberba téla que enriquece o Museu do Ipiranga enganou-se, como aliás já o notaram varios autores. Se a irritação dos animos contra a metropole tivesse levado os brasileiros a não usarem o tope azul e branco, pela mesma razão devia ter sido abolido o uso do laço azul e escarlate, pois esse tambem era portuguez. Mas tal não succedeu. Não só existe um decreto especial mandando usar no Brasil as côres adoptadas em Portugal em 23 de agosto de 1821, (2) como tambem as testemunhas oculares da proclamação da Independencia referem que o laço que d. Pedro arrancou do chapéo a 7 de setembro era azul e branco. (3)

(1) PEDRO AMERICO — *O Brado do Ipiranga*

(2) O decreto foi aprovado a 21 de agosto e sancionado dois dias depois.

(3) *Revista do Instituto Historico Brasileiro*, tomos 41 e 53, 1.^a parte, pags. 244 e 245.



Os Topes da Independencia

Proclamada a nossa emancipação política, a partir do proprio dia do acontecimento começou a ser usado o primeiro tope nacional brasileiro, desenhado pelo proprio D. Pedro, em São Paulo.

Chegando a palacio, desenhou o principe regente o modelo de um angulo com a legenda "Independencia ou Morte" e mandou vasal-a em ouro. O seu gentilhomen, Canto e Mello, que o acompanhava, levou o desenho ao ourives Lessa, á rua da Boa Vista, o qual ás seis horas da tarde deu promptos dois exemplares. A guarda de honra e muitas pessoas se apresentaram no theatro, nessa noite, sómente com um laço de fitas verdes e amarellas. (1)

Onze dias depois, a 18 de setembro, d. Pedro baixava, juntamente com o decreto que criou a bandeira, outro instituindo o "tope nacional brasiliense", ou "divisa patriótica", como o denominou o povo. Esse decreto era assim redigido :

"Convindo dar a este Reino do Brazil um novo tope nacional, como já lhe dei hum escudo de armas : hei por bem, e com o parecer de meu Conselho de Estado, ordenar o seguinte : o laço, ou tope nacional braziliense, será composto das côres emblematicas — verde de primavera e amarello d'ouro — na fórmula do modelo annexo a este meu decreto. A flôr no braço esquerdo, dentro de hum angulo d'ouro,

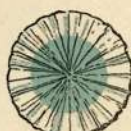
(1) CANTO E MELLO — *Descripção da viagem do principe regente do Rio de Janeiro a S. Paulo* — publicada na *Revista do Instituto Historico Brasileiro*, vol. 41 : EUGENIO EGAS — *O Grito do Ypiranga* ; ROCHA POMBO — *Historia do Brasil*, vol. VII.

TOPES NACIONAES

(35)



D. MARIA I
E D. JOÃO VI



1821



1822



1822



1831



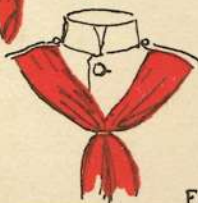
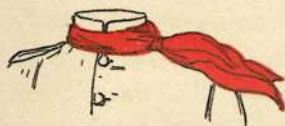
1894



1903

Figs.
218 a 225

LENÇOS RIO-GRANDENSES



Figs. 226 a 237

J.W.R.

ficará sendo a divisa voluntaria dos patriotas do Brazil que jurarem o desempenho da legenda — Independencia ou Morte — lavrada no dito angulo.

Paço, 18 de setembro de 1822. — Com a rubrica de Sua Alteza Real o Principe Regente — (a) *José Bonifacio de Andrada e Silva.*” (1)

Este tope não era usado apenas pela tropa, mas por todo o povo e o seu uso foi tornado até obrigatorio, como se deprehende de outro decreto, tambem de 18 de setembro de 1822 e cujo teôr é o seguinte :

“Podendo acontecer que existão no Brazil dissidentes da grande causa da Independencia Politica, que os povos proclamarão, e eu jurei defender, os quaes, ou por crassa ignorancia, ou por cego fanatismo pelas antigas opiniões, espalhem rumores nocivos á união e tranquillidade de todos os bons Brasileiros ; e até mesmo ousem formar proselytos de seus erros : cumpre imperiosamente atalhar ou prevenir este mal, separando os perfidos, expurgando delles o Brazil, para que as suas acções e a linguagem das suas opiniões depravadas não irrite os bons e leaes Brasileiros, a ponto de se atear a guerra civil, que tanto me esmero em evitar ; e porque eu desejo sempre alliar a bondade com a justiça e com a salvação publica, suprema lei das nações : hei por bem, e com parecer do meu Conselho de Estado, ordenar o seguinte : — Fica concedida amnistia geral para todas as passadas opiniões politicas até a data deste meu real decreto, excluidos todavia della aquelles que já se acharem prezos, e em processo ; todo o Portuguez Europêo ou o Brasileiro que abraçar o actual systema do Brazil, e estiver prompto a defendel-o, usará por distincção da flôr verde dentro do angulo de ouro, no braço esquerdo, com a legenda — Independencia ou Morte. — Todo aquelle, porém, que não qui-

(1) *Collecção das Leis do Imperio do Brasil*, 1822, parte 2.^a, pag. 47 (Imprensa Nacional, 1887).

zer abraçar-a, não devendo participar com os bons cidadãos dos benefícios da sociedade, cujos direitos não respeite, deverá sahir do lugar em que reside, dentro de 30 dias, e do Brazil, dentro de 4 mezes nas cidades centraes, e 2 mezes nas maritimas, contados do dia em que fôr publicado este meu real decreto nas respectivas Provincias do Brazil em que residir : ficando obrigado a solicitar o competente passaporte. Se, entretanto, porém, atacar o dito systema e a sagrada causa do Brazil, ou de palavra, ou por escripto, será processado summariamente, e punido com todo o rigor que as leis impõem aos réos de lesa nação, e perturbadores da tranquillidade publica. Nestas mesmas penas incorrerá aquelle que, ficando no Reino do Brazil, cometter igual attentado. — Palacio do Rio de Janeiro, 18 de setembro de 1822 — Com a rubrica de Sua Alteza Real o Principe Regente — (a) *José Bonifacio de Andrada e Silva.*” (1)

“Annos depois — escreve Joaquim Norberto — deixou-se de trazer esse laço no braço esquerdo e passou elle para o chapéo, sem o angulo legendario, constando apenas de circulos verdes com centro amarello ou vice-versa.

“Nos dias agitados, proximos á revolução de 7 de abril e ainda depois, o laço nacional, sem mudar de côres, variou segundo a distribuição das mesmas, e bem assim a sua collocação, mais abaixo ou mais acima da copa do chapéo, como distinctivo dos partidos *corcunda*, *exaltado*, *moderado*, *republicano* e depois *restaurador* e *caramurú*. Até a “sempreviva”, com as suas petalas amarellas e seus estames e pistillos, formando um centro verde-esmeralda, figurou junto á fita do chapéo, como o tope do partido federalista.

“O uso da variedade no laço nacional dava logar a interminaveis disputas e rixas, que passavam das palavras

(1) *Collecção de Leis do Imperio do Brasil*, 1822, parte 2.^a, pag. 46 (Imprensa Nacional, 1887).

a offensas physicas e foi preciso que um decreto do ministro do Imperio José Lino Coutinho puzesse termo á sua continuação. Determinou-se então que constasse o laço nacional de uma circumferencia toda verde, realçada por uma estrella dourada de cinco pontas e que se trouxesse o mesmo a dois dedos abaixo da copa do chapéo.

“Cahiu então o uso popular, não podendo mais as facções partidarias se distinguirem por meio d'elle e só o usam até hoje officialmente as pessoas que o devem trazer.

“Quando cahiu o uso da legenda, que se trazia no braço esquerdo, começou o povo a usar das folhas do arbusto da Independencia. Deu-se este nome ao *crotono variegatum*. Trazia-se na botocira da casaca uma das singulares folhas verdes com nervuras amarellas, como distinctivo nacional. Essas folhas se tornaram legendarias entre quasi toda a população. Flôres, frutas, folhas ornamentaes e gramineas, tendo por matiz as côres predilectas, eram admiradas como não vistas até então, sendo tido o seu apparecimento como uma maravilha ou milagre feito pela natureza, como gracioso mimo aos brasileiros.

“Seguiu-se assim o uso da França revolucionaria quando, ao grito de Camillo Desmoulins, corria ás armas e arrancava as folhas das arvores para distinctivo do grande partido nacional.

“Chegou-se, nos dias de festa nacional, a vender por alto preço cada folhasinha do *crotono variegatum* e poetas houve que lhe fizeram versos, vulgarisando-se nessa época as seguintes quadras de Candido de Lima, com as quaes as mães fluminenses ninaram os filhos durante muitos annos :

Aurea-cerulea
Côr matizada,
Nossa divisa
Tem retratada

Cada folhinha
Em si encerra
O distinctivo
De nossa terra

Tu és o emblema
Do Brasileiro
Admirado
Do mundo inteiro.

“Luiz van-Houtt, que perlustrou como botânico o nosso paiz e fundou depois em Gand, na Belgica, um dos melhores estabelecimentos hortícolas, ahí estabeleceu a revista *Flore des Serres et des Jardins de l'Europe*. Num dos volumes da sua revista tratou elle da apreciação que dão ou antes davam os brasileiros ás folhas do *crotono variegatum* e do uso que faziam então das mesmas, trazendo-as na botoeira da casaca em os dias nacionaes, sem excepção dos proprios representantes da nação nos dias da abertura das camaras legislativas.

“Parece que o enthusiasmo desses primeiros tempos da Independencia se communicou ao illustrado belga, que ja-mais falou do nosso paiz senão com exaltado elogio, como se vê na sua propria obra e o uso da folha auri-verde entre nós o levou a propor tambem para os belgas o uso de uma flôr tricolor, a exemplo dos brasileiros. Creio que a sua idéa foi adoptada.” (1)

O tope nacional brasiliense de D. Pedro I, que tambem no exercito era usado no braço, foi supprimido nos uniformes militares de 1825 e, desde 1823 até 1831, usou-se nas barretinas, como tope, um circulo verde no centro de outro amarello. A este ultimo nenhum decreto faz referencia.

(1) JOAQUIM NORBERTO — *Revista do Instituto Historico Brasileiro*, vol. 53, 1.ª parte, pag. 250.



Os Topes da Regencia á Republica

A 5 de outubro de 1831, a Regencia baixou o seguinte decreto :

“Acontecendo que o decreto de 18 de setembro de 1822, que criou o tope nacional brasileiro, não tivesse apresentado o typo que promettia ; e sendo mui conveniente e até necessario que este se determine e marque, afim de que de sua alteração e differença se não siga algum principio de distincções e discordias entre os subditos de um só e mesmo Imperio, como desgraçadamente já hoje se observa : a Regencia, em Nome do Imperador, querendo acabar com uma semelhante offensa da união brasileira, e fixar de uma vez o padrão do tope nacional: Ha por bem, esclarecendo o referido Decreto, Determinar o seguinte :

1.º O tope nacional será de ora em diante composto de uma superficie circular verde, com uma estrella de cinco pontas amarella no centro, e collocado do meio da copa do chapéo para cima, sendo redondo ; e nos outros, no lugar do costume.

2.º O cidadão que contravier a disposição do artigo antecedente, fica sujeito ás penas do art. 301, do titulo 7.º doCodigo Penal, impostas aos que usam de um distinctivo que lhes não compete. — Palacio do Rio de Janeiro, em 5 de outubro de 1831, 1.º da Independencia e do Imperio — (a) *Francisco de Lima e Silva — José da Costa Carvalho — João Braulio Moniz — José Lino Coutinho.*” (1)

(1) *Collecção das Leis do Imperio do Brasil*, 1831, 2.ª parte, pag. 43 (Typ. Nacional, 1875).

Na mesma data, o ministro da Justiça, Bernardo Pereira de Vasconcellos, baixou o seguinte aviso n. 312, tornando obrigatorio o uso do tope para os funcionarios publicos :

“Em circumstancias difficeis e arriscadas cumpre ao bom cidadão investigar e pôr em execução quanto em si cabe para arredar o perigo da patria, e restabelecer e firmar sua tranquillidade : esta obrigação é mais imperiosa para o funcionario publico em quem a Constituição suppõe talentos e virtudes das quaes a principal é o amor ás instituições do paiz. Entretanto, tem-se observado com geral indignação que alguns funcionarios publicos, longe de preencher tão sagrado dever, o infringem com tal excesso, que reputam deshonoroso o uso do tope e côres que a Nação adoptou, manifestando-lhe assim uma desaffeição e odio, animando os anarchistas e levando o desanimo aos bons cidadãos, persuadidos de que o partido frenetico é mais numeroso do que realmente é. A Regencia, em nome do Imperador, a quem conducta tão offensiva da boa ordem e liberdade não pôde ser indifferente, resolveu manifestar a sua desapprovação demittindo do serviço publico, que não é provavel desempenhar satisfactoriamente, os que dão essa não equivoca prova de desaffeição á causa da Nação. Do que o Conselheiro Thesoureiro Mór do Thesouro Nacional ficará na intelligencia, demittindo os que estiverem na sua alçada e representando quanto aos demais para se deliberar ulteriormente.” (1)

O novo tope, que o “partido frenetico” não queria usar nem respeitar, cahiu em desuso por parte do povo, depois de desaparecida a corrente politica restauradora. Foi, porém, usado pelo exercito até 15 de Novembro de 1889, sempre nas barretinas e kepis.

(1) *Collecção das Decisões do Governo do Imperio do Brasil*, 1831, pag. 325 (Typ. Nacional, 1876).

Pelos figurinos militares do plano de uniformes de 1851, vê-se que para a reserva da Guarda Nacional foi adoptado o mesmo tope da Regencia, mas com as côres invertidas : a estrella passou a ser verde em fundo de ouro.

De 15 de Novembro de 1889 até 1894 não houve tope.

No governo do marechal Floriano Peixoto, foi adoptado por dec. n. 1.729 A, de 11 de junho de 1894, um novo plano de uniformes do exercito, segundo modelos encomendados ao pintor tchéque Mucha — idéa profundamente infeliz, que deu em resultado a substituição das nossas fardas militares tradicionaes por servis imitações de figurinos estrangeiros. Com esses uniformes, foi criado um novo tope, constituido por um circulo azul dentro de dois aneis concentricos, o primeiro amarello e o segundo verde. (2) O uso desse tope não se estendeu, porém, aos generaes, que até 1920 usaram no chapéo armado o tope da Regencia, verificando-se, assim, a anomalia de serem adoptados no exercito, ao mesmo tempo, dois distinctivos nacionaes diferentes.

Com a suppressão do chapéo armado, feita pelo plano de uniformes de 1920, desapareceu a dualidade de topes, — e o plano de 1903 reduziu o tamanho destes, de 3 ½ para 2 centimetros de diametro.

O plano de uniformes approved pelo decreto n. 20.754, de 4 de dezembro de 1931, criou, para um dos uniformes dos officiaes superiores e subalternos, um tope elliptico, de 2 ½ por 2 centimetros, identico ao anterior, tendo, porém, no centro azul, o Cruzeiro do Sul.

Além desta extravagancia, aquelle plano ainda supprimiu o tope nacional em varios uniformes.

(2) *Collecção das Leis da Republica*, 1894, parte 2.ª, pag. 528 (Imprensa Nacional).



Topes Revolucionarios

Os revolucionarios pernambucanos de 1817 usaram um tope azul e branco, côres principaes da sua bandeira (1).

Sobre o tope da Republica de Piratiny escreve o conselheiro Tristão de Alencar Araripe:

“O tope nacional era de fôrma circular, contendo tres côres, verde, encarnada e amarella. Esta formava um botão central e aquellas orlavam este botão em dois circulos concentricos.

Estas tres côres, que os republicanos rio-grandenses apelidavam as tres côres nacionaes, enfeitavam o pendão republicano, com que guiavam suas hostes aos combates, e sob o qual julgavam ter criado uma nacionalidade”. (2)

No Rio Grande do Sul data de tempos remotos o uso das côres vermelha e branca, como distinctivos partidarios, principalmente em lenços, mas tambem na fita do chapéo, em ponchos e em bombachas.

Este costume é, provavelmente, originario das republicas do Prata.

Rosas, o tyranno que durante vinte e dois annos (1830-1852) opprimiu a Republica Argentina e anniquilou todos os partidos politicos e caudilhos que agitaram a vida do paiz, estabeleceu o uso quasi obrigatorio do vermelho. O povo usava esta côr no vestuario, nas gravatas, bandas,

(1) FRANCISCO MUNIZ TAVARES — *Historia da Revolução de Pernambuco em 1817*, pags. 151 e 152.

(2) TRISTÃO DE ALENCAR ARARIPE — *Guerra Civil do Rio Grande do Sul*, na “Revista do Instituto Historico Brasileiro”, vol. 43, pag. 165.

barretes e laços com distinctivos e dizeres. Os soldados tinham uniformes inteiramente vermelhos.

Quem se rebellasse contra aquelle uso era perseguido. Quem usasse o azul celeste era degolado!

Tambem no Paraguay, o uso do vermelho era muito generalisado. Na guerra com o Brasil, os soldados de Francisco Solano Lopez vestiam fardas inteiramente vermelhas.

No Uruguay, os dois partidos seculares, o *blanco* e o *colorado*, tinham por distinctivos, respectivamente, o branco e o vermelho.

Dahi, naturalmente, se originaram os lenços encarnados e brancos rio-grandenses, como insignias dos partidos politicos gaúchos. Esses lenços, usados no pescoço, apresentam laços caracteristicos, cada um dos quaes corresponde a uma revolução em que os partidarios de um e de outro credo partidario se enfrentaram no campo de batalha.

O laço da guerra dos Farrapos, de que damos a reprodução de um exemplar authenticico (1), é o laço que não desata, igual de ambos os lados. E' o chamado laço "farroupilha" ou "republicano", usado desde a queda do Imperio, por todos os partidos indistinctamente, tanto em lenços vermelhos, como em lenços brancos. Ha tambem o laço "maragato" ou "federalista", sómente usado em lenços vermelhos. Ha ainda outros laços menos importantes.

O uso do vermelho no Rio Grande do Sul foi tão accentuado que até os regimentos imperiaes lá aquartelados usaram blusas ou tunicas encarnadas, rosa ou carmim, assim como chapéos e ponchos forrados de vermelho, estes ultimos adoptados no exercito até ha pouco tempo. Taes usos chegaram a ser consagrados officialmente pelo Governo Imperial, como o attestam os figurinos militares de 1857. (2)

(1) Esse exemplar foi offerecido ao prof. dr. Waldemar Ferreira pelo dr. Assis Brasil, por occasião do Congresso de Bagé, realisado em 1928.

(2) JOSÉ WASTH RODRIGUES e GUSTAVO BARROSO — *Uniformes do Exercito Brasileiro*, pag. 56, e estampa n. 86.

As camisas vermelhas garibaldinas (bem como as camisas pretas dos fascistas italianos, derivadas daquellas) tiveram, evidentemente, a sua origem nas tunicas encarnadas do pampa brasileiro, usadas, desde a guerra dos Farrapos, por Garibaldi, que igualmente usou, tanto na America, como nas campanhas posteriores na Europa, o laço rubro farroupilha.

O lenço encarnado foi o tope de todas as revoluções de federalistas e libertadores contra os republicanos, que têm como distinctivo o lenço branco.

O uso do lenço vermelho era até ha pouco tempo considerado uma provocação e chegou porisso a ser prohibido e a suscitar conflictos e perseguições, em momentos de grande effervescencia partidaria nos pampas.

Durante a campanha da Alliança Liberal (1929-1930), o lenço encarnado transpoz as fronteiras rio-grandenses, passando a ser usado em Minas, Parahyba, Pernambuco e outros Estados, como um symbolo de rebeldia.

Nessa occasião deixando de ser meramente regional, tornou-se um distinctivo partidario nacional.

Quando estalou a revolução, em outubro de 1930, estava já de antemão consagrado como o tope revolucionario brasileiro, em todo o territorio nacional. (1)

(1) Já em março de 1928, em discurso pronunciado no historico Congresso de Bagé, de que resultou a fundação do Partido Libertador pelos democratas e federalistas rio-grandenses, dizia propheticamente MAURICIO DE LACERDA :

"O laço vermelho dos gaúchos é o tope da revolução nacional !"

Na mesma occasião, o poeta paulista AFFONSO SCHMIDT, que como enviado especial do *O Estado de São Paulo*, acompanhou áquelle congresso a caravana democratica de São Paulo, compoz estes bellos versos, não menos propheticos, que ficaram justamente celebres nos pampas :

"Quando o canhão rugiu na noite, um deus
Arrancou-lhe da bocca a luz, e, com assombro,
Viui que tinha nas mãos um farrapo vermelho,
E, sem saber porque, atirou-o no hombro.

O soldado que o viu fez outro tanto e logo
Quando desabrochou nos longes o arrebol,
Pela cochilha azul vinte mil cavalleiros
Traziam no pescoço um punhado de sol.

Entretanto, não foi usado de maneira uniforme pelas tropas revolucionarias de todos os Estados. Viram-se, então, ora lenços vermelhos (Partido Libertador do Rio Grande do Sul, tropas paranaenses, mineiras e outras), ora vermelhos e brancos ou sómente brancos ou vermelhos (Partido Republicano Rio Grandense), ora vermelhos e pretos (côres da Parahyba, usadas pelas tropas parahybanas), ora vermelhos e verdes, ou somente verdes (columna Tiradentes), ora pretos, ora róxos.

Não foi igualmente uniforme o modo de usar o lenço, como se vê pelos desenhos que reproduzimos.

Além destes, usaram-se ainda outros topes particulares : triangulos verdes (tropas de Minas), fitas verdes, amarellas e encarnadas (côres rio-grandenses), fitas verde-amarellas, etc.

Todavia, o lenço encarnado, collocado no pescoço, foi o tope mais generalizado da revolução, usado mesmo pelos soldados que ostentavam outros distinctivos particulares. (1)

Este bello, curioso e original distinctivo foi, por um momento, consagrado, pelo consenso popular, como o tope revolucionario brasileiro.

Depois foi a nação. Quem tinha dentro d'alma
Uma gota de luz fez um palmo de seda
E tingiu-a de sangue e enxarcou-a de sonho,
Desdobrou-a no céu como uma labareda.

E' assim que amanhã, quando todos os homens
Atarem ao pescoço os seus lenços vermelhos,
O povo ficará como se o sol entrasse
Em trinta e seis milhões de limpidos espelhos!"

Quando estas phrases eram pronunciadas, estavam sendo deliberadamente preparados, no Congresso de Bagé, os acontecimentos que culminaram na revolução, pela organização da frente unica de todas as opposições estadoaes, então em vespers de entendimento com os partidos situacionistas de Minas e Rio Grande do Sul, para o grande movimento liberal que depois empolgou o paiz.

No Congresso de Bagé, os congressistas e politicos presentes de outros Estados ostentavam no pescoço o lenço vermelho da revolução.

(1) Nos primeiros dias que se seguiram ao triumpho da revolução, as ephemeras "legiões revolucionarias" adoptaram como distinctivo uma braçadeira vermelha.

Era o nosso symbolo do liberalismo, symbolo de luta e de revolta contra a tyrannia. Significava que quem o usava era liberal e estava prompto a derramar o seu sangue pela liberdade.



Distinctivos Constitucionalistas

Entretanto, a revolução liberal de 1930 foi falseada nos seus intuitos pelos proprios homens que ella guindou ao poder. Installou-se no Brasil nova tyrannia cujos erros e attentados ás tradições liberaes do paiz deflagraram, a 9 de julho de 1932, a maior guerra civil da nossa historia.

Então o lenço encarnado appareceu novamente nos campos de batalha, mas desta vez como distinctivo dos defensores da dictadura. No campo opposto, os soldados constitucionalistas usaram o lenço branco, que se tornou o tope dos partidarios da Constituição. Estas côres distinguiam tambem os aviões das forças belligerantes : os dictatoriaes eram vermelhos e os constitucionalistas continham, nas azas, listas brancas e pretas. A côr branca já figurara, nos tempos coloniaes, em topes constitucionalistas, pois a Assembléa Constituinte Portugueza, reunida após a revolução constitucionalista de 24 de agosto de 1820, criou, a 23 de agosto de 1821, o tope nacional azul e branco, que em 1828 tambem se tornou o distinctivo dos partidarios da Constituição na guerra civil contra os miguelistas.

Durante e depois da revolução de 9 de julho o povo usou como distinctivos constitucionalistas : a bandeira paulista, isolada ou acompanhada da bandeira nacional, e com os disticos "Pela lei e pela ordem" ou "Tudo por São

Paulo” e também, com a mesma significação, o brasão de armas do Estado de São Paulo e miniaturas de capacetes de aço.

Estes distintivos eram usados na lapella, em gôrros, alfinetes de gravata, fivellas de cintos, aneis, broches de senhoras, etc..

Este uso, muitissimo generalizado em São Paulo e mesmo fóra das fronteiras paulistas, ainda perdurava ao ser impresso este livro.





XII

A Reforma dos Symbolos Nacionaes ⁽¹⁾



ERIA ociosa uma demonstração de que não constitúe um escudo nacional o escandaloso symbolo que foi adoptado como emblema heraldico da Nação Brasileira, pelo decreto dictatorial de 19 de novembro de 1889.

Essa figura, desenhada, sob encommenda de Deodoro, por um modesto lithographo allemão, empregado da casa Laemmert, e que nada entendia de heraldica, não sendo menos ignorante das tradições nacionaes, na verdade envergonha os brasileiros, pelo seu máo gosto, pela sua falta de significação e pelo seu absurdo como brazão d'armas, não merecendo constituir symbolo de uma nação civilisada. Brazões semelhantes, compostos com tão flagrante desrespeito das regras estabelecidas para a confecção destes symbolos e com tamanho menosprezo pelas tradições nacionaes, só os possuem paizes semi-barbaros da Africa e republiquetas caricatas da America hespanhola.

(1) Este capitulo foi escripto como um trabalho destinado a ser publicado separadamente, o que explica algumas rapidas repetições, que apresenta, de materia já exposta. Conservamos essas repetições porque constituem uma synthese das tradições da symbolologia brasileira.

Entretanto, o Brasil possuiu no Imperio um braço d'armas nacionaes que sem duvida podia ser considerado um dos mais perfeitos do mundo. Nelle figuravam, sobre o escudo samnítico de sinople (verde), a esphera armilar de ouro, atravessada pela cruz da Ordem de Christo e circumdada de um anel azul estrellado.

A esphera armilar de ouro fôra a divisa de D. Manoel I, o Venturoso, em cujo reinado se descobriu o Brasil. Dera-lh'a seu tio, D. João II, o Principe Perfeito, "quando lhe ordenára casa" (Damião de Góes), como "divisa symbolica do imperio do mundo". Porisso refere um cronista que D. Manoel, cunhando uma moeda, de um lado da qual se via uma esphera e do outro uma corôa com a palavra *Mea*, "quiz denotar que a Esphera que el-rey D. João lhe dera por empresa, alcançou elle por obra, descobrindo e conquistando a India e o Brasil: de maneira que ficaram sendo sua corôa as quatro partes do Mundo que comprehende a Esphera."

Essa esphera, composta de dez circulos ou armilas, era um dos instrumentos usados nas escolas em que se ensinava a arte da navegação, e está descripta no canto X dos "Lusiadas." Em heraldica, é symbolo de soberania.

Juntamente com as armas portuguezas, foi pregada na cruz erguida em Porto Seguro, ao desembarcar Pedro Alvares Cabral em terra firme, a 1 de maio de 1500, segundo relata Caminha:

"Chentada a cruz com as armas e divisa de vossa alteza que lhe primeiro pregarom, armaram altar ao pee della, etc."

Southey é mais explicito:

"Pregaram nella as armas de Portugal e a esphera que era a divisa del-rey D. Manoel."

Em 1645, logo após á batalha das Tabócas, D. João IV, depois de elevar o Brasil á categoria de Principado e de conferir ao principe herdeiro o título de Principe do Bra-

sil, deu ao nosso paiz, como seu primeiro emblema heraldico, a mesma esphera armilar manuelina. Todos estes actos foram os preliminares de um plano politico mallogrado, em virtude do qual se transferiria para o Brasil a séde da Monarchia Portugueza. (1)

Desde então passou a ser empregada na navegação para o Brasil uma bandeira na qual se via, em campo branco, a esphera armilar de ouro. Este pendão, que segundo alguns autores era usado como pavilhão de commercio, é legitimamente considerado a primeira bandeira brasileira.

Já em meados do seculo XVI havia sido dada por armas ao Rio de Janeiro a mesma esphera armilar manuelina, com tres settas, duas em aspa e uma em pala. Nas primeiras moedas brasileiras, cunhadas em 1683, aquella esphera apparece atravessada pela cruz da Ordem de Christo, exactamente como se encontra no escudo imperial. A mesma esphera ainda foi mantida por D. João VI, até á proclamação da Independencia, como emblema heraldico do Brasil, no brazão do Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves, criado em 1816.

A cruz da Ordem de Christo não tem tradições menos bellas. A corporação religiosa e militar para a qual servia de insignia fôra a verdadeira promotora das navegações portuguezas, feitas ás suas expensas. Fôra ella que custeara, como tantas outras, a expedição de Pedro Alvares Cabral. Porisso as náos lusitanas — e entre ellas as da frota descobridora do Brasil — traziam pintadas nas vélas a bella cruz da Ordem e conduziam a sua bandeira, constituida pela mesma cruz em campo branco. Uma destas bandeiras esteve exposta no altar, em Belém, durante a missa pontifical que se rezou na vespera da partida de Cabral, que depois a recebeu das mãos de D. Manoel I e a conduziu, ao lado do rei, em solenne procissão, para bordo da náó capitanea.

(1) PEREIRA DA COSTA — *Estudos sobre a Historia do Brasil*, no "Jornal do Commercio", de Recife, de 7 de setembro de 1922.

Essa mesma bandeira foi a primeira que se arvorou em terra do Brasil, ao celebrar-se a primeira missa, segundo relata Caminha : *Aly era com o capitam a bandeira de Christos com que sayo de Belém, a qual esteve sempre alta na parte do avamjelho...*

O pendão da Ordem de Christo — refere Eduardo Prado — era usado como bandeira dos dominios ultramarinos de Portugal, nas terras recém-descobertas, e foi adoptado no Brasil até meados do seculo XVII.

Diogo de Vasconcellos dá a explicação deste facto, nos seguintes topicos da sua monographia sobre as *Linhas Geræes da Administração Colonial* : (1)

“A Corôa... não tendo recursos para custear as navegações e conquistas, mas a Ordem de Christo sendo riquissima e o infante D. Henrique felizmente o seu Grão-Mestre, entendeu este que as aventuras maritimas de sua iniciativa estavam no caso de ser providas pela Ordem, visto como se podiam considerar tendentes á propagação da fé, objecto principal daquella instituição, e ser um justo emprego de seus copiosos rendimentos, accumulados ociosamente, desde que cessaram as guerras contra os infieis e acabada tambem estava desde muito a libertação do territorio. Concluiu-se porisso entre a Corôa e a Ordem um justo convenio, pelo qual em compensação desta ficavam as terras descobertas á sua custa pertencendo ao seu senhorio, e ella, por seu lado, obrigou-se tambem ás despesas com as igrejas erectas em paizes conquistados, assumindo o padroado respectivo.

Não se concebia naquelles tempos terra sem senhorio. As que hoje diriamos propriedade collectiva da nação pertenciam ao senhorio da Corôa ; e, pois, esta não fez mais que ceder á Ordem o que seria de seu direito”.

“... por ser a terra do Brasil pertencente á Ordem de Christo, só villas puderam ser criadas nos tempos coloniaes”.

(1) *Revista do Archivo Publico Mineiro*, anno XIX, 1921, pag. 103.

“Nestas condições, como os bispos eram então nobres de primeira grandeza, principes titulares, não podiam residir, nem o Papa o consentiria, em villas, que, pois, estas não se fundavam em terras proprias. Consequentemente, quando se criavam os bispados no Brasil, o rei, em qualidade de Grão Mestre da Ordem de Christo, emancipava a terra, como fundo empregado no serviço da fé, obrigação principal da dita Ordem; e, na qualidade de soberano, elevava á categoria de cidade a villa destinada á séde episcopal.”

“Tinham (os donatarios das capitancias hereditarias) o direito de mandar medir umas quantas legoas de chão para si em propriedade pessoal e de conceder sesmarias a colonos, em ambos os casos, porém, com a clausula de pagarem os dizimos da Ordem de Christo”.

Tudo isto explica porque foi largamente usado, no Brasil, nos tempos coloniaes, o pendão da Ordem de Christo.

Mas esta bandeira ainda tem outras tradições nobilissimas. Foi ella a bandeira defendida pelos heróes da guerra hollandeza — como o attestam as estampas da conhecida obra de Barlaeus (1647) — nas primeiras batalhas em que combateram soldados brasileiros... E foi ainda um dos symbolos usados pelos bandeirantes paulistas, em grande numero cavalleiros da Ordem de Christo, na grande epopéa da conquista do sertão.

A terceira figura do brazão imperial — o anel azul estrellado — foi uma criação do primeiro governo do Brasil independente, symbolisando com felicidade, num refulgente collar de estrellas perfeitamente iguaes, representativas das provincias do Imperio, a unidade nacional e a igualdade das mesmas provincias.

Como se vê, são altamente significativos os tres symbolos que o Imperio collocou no seu escudo.

Esse esplendido escudo, adaptado á nova fórma de governo instituida a 15 de novembro de 1889, merecia bem

ser restaurado, em substituição á triste insignia republicana, que na verdade nem constitúe um escudo ou brazão de armas, mas apenas uma figura de pura fantasia, podendo-se, pois, affirmar com propriedade que o Brasil não tem hoje um escudo nacional.

Essa adaptação poderá fazer-se, seguindo-se um ou outro dos dois criterios seguintes :

a) manutenção do escudo imperial, com modificação de todos ou parte dos elementos exteriores, fazendo-se com essa modificação a substituição do emblema imperial por um symbolo republicano ;

b) composição de um novo escudo com todos ou alguns elementos do brazão imperial, accrescidos de um novo elemento que symbolise a Republica.

Damos a seguir alguns projectos inspirados nessa orientação e organisados com a collaboração de José Wasth Rodrigues.

Projecto n.º 1 — Escudo samnitico de sinople, com a esphera armilar de ouro, atravessada pela cruz da Ordem de Christo, de góles, vasia de prata, circumdada a esphera por um anel de azul, orlado de prata e com vinte e duas estrellas tambem de prata. Encima o escudo o barrete phrigio. Supportes : um ramo de café em frutificação e outro de fumo em flôr, ambos de sua côr, unidos na base por um laço encarnado.

Projecto n.º 2 — Escudo samnitico de sinople, com a esphera armilar de ouro sobreposta a um globo de azul, orlado de prata e com vinte e duas estrellas deste metal, entre a orla e a esphera. O escudo está sobreposto á cruz da Ordem de Christo. Supportes : os do projecto n.º 1.

Projecto n.º 3 — Escudo samnitico de sinople, com a esphera armilar circumdada por vinte e duas estrellas, tudo de ouro. Ornamentos exteriores : os do projecto n.º 1.



238-Projecto n°1



239-Projecto n°2



240-Projecto n°3



241-Projecto n°4

J.W.R.

Projecto n.º 4 — Escudo com os mesmos moveis do projecto n.º 2 e encimado por uma estrella de ouro. Supportes : os do projecto n.º 1. Este brazão já foi usado nos primeiros annos da Republica, embora não tivesse sido adoptado oficialmente.

Cada um desses projectos, além de accetivel do ponto de vista esthetico, preenche todos os requisitos de um brazão de armas nacionaes, pois está composto de accordo com as regras da heraldica e com as tradições da symbologia brasileira, tendo ainda um elemento novo, que symbolisa o regimen politico que hoje nos governa.

Se alguns dos escudos propostos se limitam a observar as regras da armaria mais geralmente obedecidas, outros satisfarão aos heraldistas mais exigentes, pois aca- tam até os preceitos de rigorismo extremado. Entre estes ultimos, está o do projecto n.º 3, com um só esmalte e um só metal, formando as côres nacionaes, e uma só figura, constituida por dois elementos dos mais expressivos dos symbolos do Brasil-Principado, do Brasil-Reino e do Brasil-Imperio.

Todos os projectos contêm a esphera armilar manue- lina, que recorda as nossas origens portuguezas, a época do nosso apparecimento no mundo, as grandes navegações, o descobrimento, a primeira missa, o Brasil-Colonia e os tres primeiros brazões nacionaes.

Em dois, figura a cruz da Ordem de Christo, tambem outro symbolo que igualmente recorda as nossas origens portuguezas, as grandes navegações, o descobrimento, a primeira missa, o primeiro brazão do Brasil independente e, além disso, a primeira affirmação do espirito nacional — a guerra hollandeza — e a conquista do territorio, levada a cabo pelos bandeirantes

Em tres projectos ainda foi mantido o anel azul estrel- lado do escudo imperial, symbolo feliz da unidade nacional e da igualdade de todos os brasileiros, symbolo cuja per-

manencia no brazão se justifica ainda por assignalar uma phase da existencia nacional. Assim como a cruz da Ordem de Christo representa o Brasil-Colônia e a esphera armilar o Brasil-Principado e o Brasil-Reino, o anel azul estrellado é o elemento naturalmente indicado para representar o Brasil-Imperio.

O escudo de todos os projectos é o samnitico, que nenhuma razão aconselharia a substituir, pois figurou nas armas portuguezas desde D. João IV, isto é, desde que o Brasil teve o seu primeiro emblema heraldico, sendo conservado no brazão do Brasil-Reino e depois no do Brasil-Imperio. (1). Elle é, pois, uma tradição secular da symbolologia nacional.

Tambem foram conservados, em todos os projectos, os ramos de café e tabaco, que serviram de ornamento ao escudo imperial e ainda se mantêm nas armas actuaes, estando, pois, adoptados ha mais de um seculo. Apenas foram trocadas as côres do laço que os unia, o qual, de verde e amarello, que era, passou a ser encarnado, para symbolisar o sangue brasileiro que acaba de ser derramado na conquista da liberdade.

Ainda uma alteração se introduziu no anel azul estrellado, ao qual se deram duas orlas de prata, para corrigir o erro de heraldica do brazão imperial (côr sobre côr).

Além destes elementos, todos tradicionaes, apparece, em cada um dos projectos descriptos, uma ou mais de uma das figuras seguintes, destinadas a symbolisar o Brasil-Republica: o barrete phrigio, collocado em substituição á corôa imperial; a esphera azul celeste, tomada de empréstimo á bandeira e armas actuaes; e a estrella de cinco pontas, tambem elemento introduzido pela Republica nos symbolos nacionaes.

Portugal, ao trocar de fórmula de governo, não sentiu necessidade de modificar o seu brazão nacional. A Repu-

(1) E' o que se vê nas collecções numismaticas.



242 - Projecto nº 1



243 - Projecto nº 2



244 - Projecto nº 3



245 - Projecto nº 4



246 - Projecto nº 5



247 - Projecto nº 6

blica Allemã conservou, no seu escudo, a aguia negra imperial, tirando-lhe apenas os emblemas monarchicos. A propria Russia bolchevista não ousou supprimir a aguia heraldica das suas armas nacionaes do tempo dos czares, nas quaes apenas substituiu o sceptro e a espada da dymnastia desthronada pela foice e o martello dos proletarios. Ainda recentemente, mudando de regimen politico, a Hespanha manteve o seu antigo brazão.

Só a Republica Brasileira não respeitou os symbolos tradicionaes e seculares da nacionalidade e, na escolha do novo emblema da Nação, ainda aggravou este sacrilegio com um ultraje ao bom gosto e ao decoro nacional.



Se o pretenso brazão de armas nacionaes, criado pela Republica, é inacceitavel e ridiculo, a bandeira já não incorre em condemnação tão severa. Notam-se-lhe, entretanto, tres defeitos graves :

a) Contém um lemma, o que constitúe uma extravagancia, pois não é de uso a collocação de um lemma na bandeira de uma nação. O lemma tem o seu logar num brazão. Em bandeiras, só é encontrado, e raramente, nas de revoluções, em pavilhões especiaes e em bandeiras regimentaes.

b) O lemma adoptado é confessadamente positivista e porisso antipathico á maioria da Nação Brasileira, que não professa aquella seita, aliás quasi sem adeptos, tanto no Brasil, como fóra delle. Ahi está uma segunda extravagancia, esta de manifesta inconveniencia.

c) Contém uma verdadeira carta astronomica, bastante complicada, com pretensões a indicar a posição astronomica da capital do paiz e a hora da proclamação da Republica, o que é uma terceira extravagancia, inadmissivel

numa bandeira. Esta é, em todos os paizes civilisados, um symbolo singelo, composto com elementos de grande significação na historia nacional, não comportando fantasias pueris como a que imaginou o Apostolado Positivista do Brasil para substituir as insignias monarchicas do pavilhão imperial.

Estes tres defeitos mostram que os compositores da bandeira republicana não tinham nenhuma noção das normas que, segundo os usos universaes, presidem á confecção de taes symbolos.

Dahi resultou, para a nossa bandeira, originalidades bem pouco recommendaveis, que não honram muito a nossa cultura, pois constituem um attestado de ignorancia das regras que todos os paizes civilisados têm observado.

O desprezo dessas normas é, sem duvida, perfeitamente equiparavel á infracção das regras de heraldica, na confecção dos brazões de armas.

Nada mais facil, entretanto, do que corrigir os defeitos que se notam no pavilhão nacional. Para isso bastaria substituir a carta astronomica, a zona obliqua e o lemma positivista da esphera azul, pura e simplesmente pela constellação do Cruzeiro do Sul. (Projecto n.º 1) Esta simplificação offereceria a vantagem de não desfigurar a physionomia da bandeira actual, com a qual o povo já está tão acostumado.

Mas teria o defeito de não restabelecer, na bandeira, nenhum dos elementos tradicionaes da symbologia nacional, mantidos no pavilhão do Imperio durante a maior parte da nossa vida independente.

Foi para fugir deste inconveniente, que elaboramos os projectos ns. 2, 3 e 4, nos quaes figuram, num globo azul, igual ao da bandeira actual, a esphera armilar de ouro das tres bandeiras anteriores do Brasil e a orla azul estrellada do pavilhão imperial. Nos dois ultimos projectos tambem apparece a cruz da Ordem de Christo, que figurou nas ar-



248 - Projecto nº 7



249 - Projecto de Bandeira Regimental

PROJECTOS DE PAVILHÕES



250 - Projecto de pavilhão naval ou mercante



251 - Pavilhão Presidencial - projecto nº 1



252 - Pavilhão Presidencial - projecto nº 2



253 - Pavilhão Presidencial - projecto nº 3

mas e na bandeira do Imperio e constitúe um dos nossos symbolos mais bellos, evocador dos maiores feitos da nossa raça e de momentos dos mais memoraveis da nossa historia. No projecto n.º 4, talvez o melhor deste grupo, do ponto de vista esthetico, a cruz da Ordem de Christo, collocada sob a esphera azul, quebra a monotonia das linhas da bandeira e adquire maior destaque, fazendo ainda sobresahir melhor a côr vermelha, que figurou nos pavilhões do Brasil-Reino e do Brasil-Imperio.

Estes quatro projectos são simples correcções da bandeira republicana, pois em todos se mantém o globo azul instituido pela Republica. Entretanto, a solução mais tradicionalista consistiria no restabelecimento do escudo nacional na bandeira, como se vê nos projectos ns. 5, 6 e 7. Nestes dois ultimos projectos — tal como acontece no de n.º 4 — a côr vermelha, tão apreciada nas bandeiras, sobresae bastante, pondo uma nota viva e alegre no pavilhão nacional.

Accrescentamos a estes sete projectos alguns outros : um de bandeira regimental, (calcado sobre o modelo adoptado no Imperio e organizado por José Wasth Rodrigues), um de pavilhão naval ou mercante (a exemplo do que usam varios paizes) e tres projectos de pavilhão presidencial, para substituição do actual, que ha de forçosamente envergonhar os nossos chefes de Estado.

Em todos os projectos, as côres nacionaes têm as tonalidades estabelecidas pelo decreto de 18 de setembro de 1822, que as criou : “verde de primavera e amarello de ouro” ; e, nos de bandeira nacional, o quadrilatero rhomboidal é inscripto no rectangulo verde, isto é, com os vertices dos seus quatro angulos tocando os lados deste, tal como se vê na bandeira instituida por Pedro I e José Bonifacio. Corrigem-se, assim, a omissão e o erro do decreto de 19 de novembro de 1889, que adoptou os actuaes symbolos nacionaes.



Apresentando estas duas séries de projectos, visamos apenas demonstrar que não faltam soluções bem acceitaveis para a restauração do bello escudo nacional que a Republica ineptamente supprimiu e para a correcção da bandeira actual, tão escandalosamente em desharmonia com os sentimentos do povo brasileiro.

São Paulo, novembro de 1932.



ANNEXOS

Rudimentos da Arte Heraldica

A TITULO de nota explicativa de varias referencias contidas no texto deste livro, reproduzimos a seguir uma synthese da arte heraldica, extrahida de um interessante trabalho, ainda inédito, de GUILHERME DE ALMEIDA, que o escreveu, ha annos, por encomenda do autor desta obra, para uma publicação que não chegou a ser editada :

“A origem dos brazões de armas remonta ás primeiras brumas da Idade Média, quando foi das Cruzadas. Então, no territorio fraccionado da Europa, em cada gleba, um castello cravava no céu a dentadura forte das ameias. Nelle morava um senhor absoluto, e, á volta delle, os povoados amontoavam-se. Quando ia á Palestina, esse pequeno monarca levava comsigo um cortejo pomposo de vassallos. Para se distinguirem, os soldados desses minusculos exercitos pintavam de certa côr os seus broqueis. Ao voltar da Terra Santa, o cavalleiro a quem Marte sorrira, collocava sobre o escudo os trophéos que alcançara, e assim os offerencia aos olhos do seu soberano e ao coração de sua dama. Depois, religiosamente, guardava, em recordação de seu passado de bravura, aquelles symbolos marciaes.

Tal a heroica origem dos brazões.

Vem essa palavra do verbo allemão *blasen* — tocar busina. Era, de facto, ao som da busina que avançavam os cavalleiros para o combate e era, depois do toque classico de clarim, que o arauto annunciava, nas justas, os nomes dos campeões e “brazonava” os seus escudos. “Arauto”, parece derivar tambem do allemão *herald* — homem d’armas — ou, como querem alguns, do velho grito francez *haro*, que os normandos atiravam aos ventos, como um desafio, antes da batalha. Do seculo XII em diante, formaram os arautos uma corporação reconhecida pelos soberanos, e, entre si, elegiam elles o “rei d’armas”. Destes, muitos houve que se celebrisaram : a França teve o seu “Montjoie” ; a Hespanha, o seu “Toison d’Or” ; a Escossia, o seu “Leão” ; a Inglaterra, os seus “Clarence”, “Jarretière” e “Norrey”... As ordens de cavallaria, os principes de sangue até tiveram o seu rei d’armas. O duque de Orléans teve o seu celebre “Por-Epick” ;

"D'Hozier", sob Luiz XIV, tornou-se famoso, com a organização do armorial francez.

Apanagio da nobreza de origem feudal, o brazão passou, mais tarde, a ser dado, como signal de distincção, pelo soberano aos vasallos. Sua linguagem e suas regras especiaes, que antigamente faziam parte da educação de todo o gentilhomem, chegaram, incolumes, a nossos dias. Mas, a anesthesia de uma civilização mal comprehendida, que empolgou e amorteceu os espiritos anemisados de hoje, dá naturalmente á heraldica um sabor bolorento de anachronismo. Qualquer homem desta época perde-se, tanto, nessa floresta incomprehensivel de emblemas, de estranhos hieroglyphos. Ha, entretanto, uma logica nesse apparente labyrintho — uma ligeira iniciação desvendal-a-á.

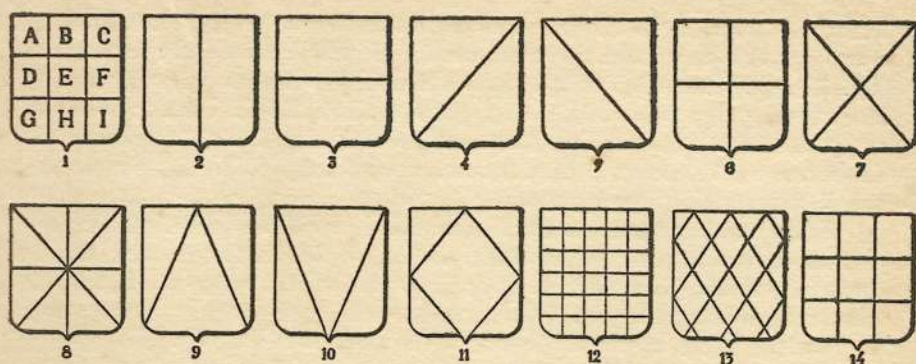
Um brazão de armas tem dois elementos : o escudo e a ornamentação exterior.

O ESCUDO — O escudo, parte principal do brazão, contém os symbolos e affecta a fórma de um antigo broquel de combate, fórma que as épocas e os povos alteraram diversamente. Hoje, o geralmente adoptado é o *samnitico*, ou francez moderno. Na rigorosa proporção heraldica, este escudo é um rectangulo medindo 7 partes de largura por 8 de altura, com os angulos inferiores arredondados por $\frac{1}{4}$ de circulo, descripto com um raio igual a uma das partes, e uma ponta, descripta tambem com dois arcos tangentes, do mesmo raio.

O escudo divide-se em 9 partes ou posições, cada uma das quaes, comparado elle a um ser humano, tem a sua significação (fig. I). O conjunto das 3 partes superiores (*A*, *B* e *C*) chama-se *chefe* e representa a cabeça do cavalleiro. *A* é o *cantão direito do chefe*; *B*, o *centro do chefe*, e *C*, o *cantão esquerdo do chefe*. (Note-se : a direita ou dextra de um escudo está sempre á esquerda do observador). Na parte central, *D* chama-se *ponto de honra*, ou *flanco direito*, e representa o pescoço, ao qual suspendia o cavalleiro os seus collares de cavallaria, as suas insignias dignificantes. *E* é o *centro* ou *abyssmo* do escudo e representa o coração; *F*, o *flanco esquerdo*. Na parte inferior, *G* é o *cantão direito do termo*; *H*, o *termo* e representa os pés do cavalleiro, ou o sólo; *I*, finalmente, é o *cantão esquerdo do termo*.

Quando o escudo é de uma só côr, chama-se *cheio*, ou *pleno*. Do contrario, elle pôde conter : I) *divisões*; II) *peças* (peças honrosas), ou III) *figuras*.

I) As *divisões* não se devem confundir com as peças. Na esculptura, distinguem-se facilmente : as peças são applicadas sobre o escudo, fazendo saliencia; as divisões são apenas indicadas pela mudança de côr ou metal, sem haver relevo.



Eis as principaes divisões : um escudo é *partido* (fig. 2), quando um traço o parte verticalmente do chefe á ponta ; *cortado* (fig. 3), quando um traço o corta horizontalmente, ao meio ; *talhado* (fig. 4), quando um traço o talha em diagonal, do alto da esquerda para a direita ; *tranchado* (fig. 5), quando um traço o reparte em diagonal, do alto da direita para a esquerda ; *esquartelado* (fig. 6), quando, pela combinação do partido e do cortado, é dividido em quatro partes iguaes, que se chamam *quarteis* ; *esquartelado em aspa*, ou *santor*, (fig. 7), quando, pela combinação do talhado e do tranchado, é dividido em 4 partes iguaes ; *terciado*, quando dividido em tres partes iguaes, horizontaes, verticaes ou em diagonal ; *gironado* (fig. 8), quando dividido pela combinação do partido, cortado, talhado e tranchado, em 8 partes iguaes, que se chamam *girões* ; *mantelado* (fig. 9), quando um angulo, que parte do centro do chefe aos cantos do termo, o divide em tres partes ; *mantelado invertido* (fig. 10), quando esse angulo parte da ponta do termo para os cantos do chefe ; *vestido* (figl 11), quando um losango (*lisonja*) se inscreve no escudo ; *enxaquetado* (fig. 12), quando dividido em xadrez quadrangular ; *lisonjado* (fig. 13), quando esse xadrez é um losango ; *equipolado* (fig. 14), quando dividido em 9 partes iguaes por duas linhas parallelas horizontaes, cruzando com duas outras parallelas verticaes.

Estas as principaes divisões. Muitas outras ha que seria fastidioso, senão mesmo impossivel enumerar. Entende-se que cada uma dellas tem suas subdivisões.

II) As *peças* são chamadas *honrosas*, porque occupam as partes principaes do escudo. São 9 as mais importantes : o *chefe* (fig. 15), que occupa o terço superior do escudo ; a *faixa* (fig. 16), o meio, com a largura da pala ; a *ponta* (fig. 17), *campanha* ou *terraço*, o terço in-

inferior ; a *pala* (fig. 18), que occupa verticalmente o terço médio ; a *cruz* (fig. 19), composta do cruzamento da *pala* e da *faixa* ; a *banda* (fig. 20), que, em diagonal, do alto da direita para a esquerda, tem a largura da *pala* ; a *barra* (fig. 21), que é o contrario da *banda* ; a *aspa*, ou *santor* (fig. 22), ou *Cruz de Santo André*, que é uma combinação da *barra* e da *banda*, e, finalmente, o *chaveirão*, (fig. 23), ou *asna*, que é uma meia *aspa* aguçada.

Soffrem estas peças as mais diversas alterações. Assim, por exemplo, uma *banda* pôde ser *dentada*, *ondeada* (fig. 24), *ameiada* ; uma *cruz*, *potenciada*, *floreada* (fig. 25) ; uma *chaveirão*, *rompido* (fig. 26) ; uma *pala*, *encravada* (fig. 27), etc.

Outras peças ha menos importantes : a *bordadura* (fig. 28), a *orla* (fig. 29), a *brica* (fig. 30), a *chapa* (fig. 31), o *girão* (fig. 32), o *manto* (fig. 33), as *coticas* (fig. 34), o *lambel* (fig. 35), a *brisura* (fig. 36), a *perla*, etc.

Ha peças que têm uma particular significação : por exemplo, a *barra* assignala *bastardia*, como tambem a *brisura* ; o *lambel* signfica *morgadio*...

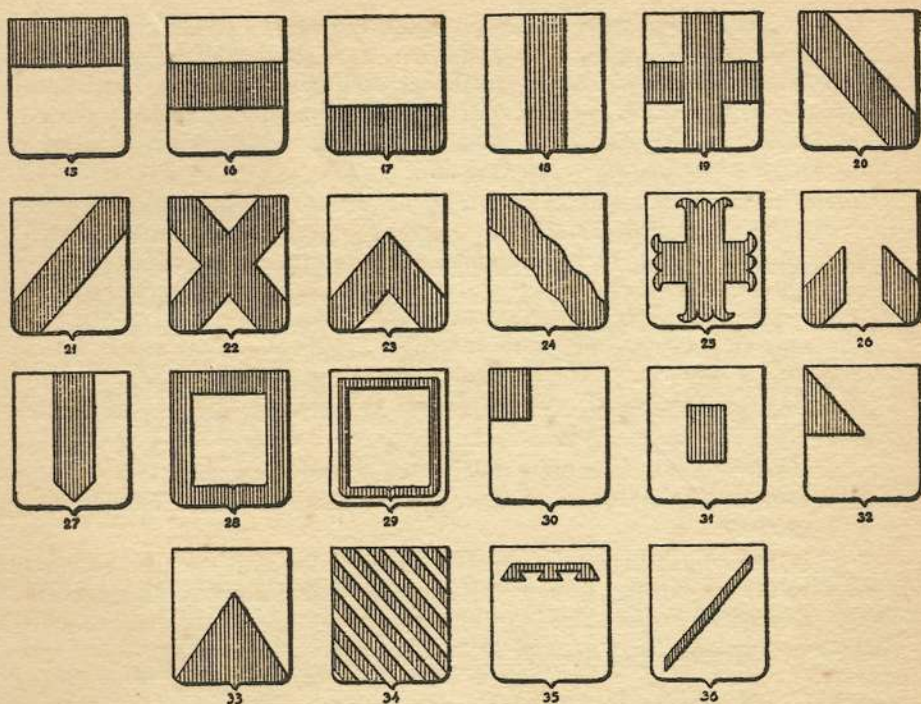
III) As *figuras* que apparecem nos escudos são homens, animaes, coisas, ou monstros. A sua variedade não tem limites. Entretanto, são sempre representadas muito simplesmente, em traços singelos, na attitude que mais convém á sua natureza. Assim : a *espada* será *batalhante* ; o *leão*, *rompente* ; o *cão*, *passante* ; a *phenix*, *renascente* ; o *sol*, *radiante*... Ha absoluto rigor na representação de algumas dellas : a *estrella* tem cinco pontas ; o *sol*, olhos, nariz e bocca, como um rosto humano, e 16 raios, dos quaes 8 rectos e 8 ondeados, alternados, etc.

A ORNAMENTAÇÃO EXTERIOR — Entende-se por ornamentação exterior tudo quanto cerca o escudo. Dentre os ornamentos externos distinguem-se : os *supportes* e *tenentes* ; o *manto*, a *divisa*, o *móte*, a *corôa*, o *capacete*, o *paquife*, e o *timbre*.

Tenentes e *supportes* são animaes, sêres humanos, monstros ou coisas que sustentam exteriormente o escudo. São representados de preferencia ao natural, ou de sua propria côr, em sua posição mais nobre, em numero de dois : um á direita, outro á esquerda do escudo.

Quando representam sêres animados, chamam-se *tenentes* ; quando representam coisas, chamam-se *supportes*.

Uns e outros são de méra fantasia, não obedecem a regras estabelecidas e variam, segundo as épocas e os povos. Um *brazão* tem, por exemplo, como *tenentes*, dois *moiros*, ou dois *leões*, ou dois *archanjos*. Um artista da renascença poria no estilo da época essas figuras ; um artista de hoje havia de estilisal-as ao gosto moderno.



Supportes e tenentes têm, como tudo em heraldica, uma significação particular: as cidades marítimas, por exemplo, terão como supports coisas do mar (conchas, quilhas, tritões, sereias, golfinhos...); as industriaes terão a roda dentada, o malho, a bigorna, etc.; as agricolas, arados, folhagens do producto que as caracteriza, e assim por diante. Por isso mesmo são mais communs os supports e os tenentes em armas de cidades ou paizes do que em braços particulares.

Manto é o emblema dos antigos dignatarios; apparece atraz do escudo, protegendo-o, e forrado de arminho. E' commum nas armas dos reis, dos principes, dos pares, dos duques.

Divisa é uma phrase breve que se inscreve na parte inferior do escudo, em um listão, friso architectonico, bandeirola, etc.

Móte, ou grito de guerra, é outra phrase, escripta em cima do escudo, junto ao timbre. Assim, as armas de Inglaterra têm por divisa o famoso "Honni soit qui mal y pense" e, por móte, o "Dieu et mon droit".

Corôa colloca-se sobre o escudo e é o emblema do título que ella representa. Varia, segundo esse título : a de barão é um anel simples, cercado de um collar de perolas ; a de visconde tem 3 perolas grandes e 3 pequenas ; a de conde, 9 perolas ; a de marquez, 3 folhas de acantho e 2 trevos ; a de duque, 8 folhas de acantho ; a de rei varia, segundo os paizes e as épocas.

As armas de cidades levam a *corôa mural*.

O *capacete* indicava a nobreza militar. Sua côr, fôrma e posição traduziam os títulos. O de gentilhomen é simples, de aço, a viseira descida, visto de perfil, e voltado sempre para a direita (o de um bastardo será voltado para a esquerda) ; o de um rei é de oiro, tem a viseira erguida e traz no topo a corôa do soberano ; os de principe, duque, marquez, conde, visconde e barão são de ouro e prata, coroados ou não, e têm, na viseira, um certo numero de grades correspondente ao título que representam.

Paquife é uma folhagem ornamental que, conservando as côres do brazão, desce do topo do capacete e circumda o escudo á maneira de suporte.

Timbre é a repetição de uma das figuras do escudo collocada sobre a corôa ou capacete, ou mesmo, como em Inglaterra é frequente, apenas coroando o brazão.

DOS METAES, CÔRES E PELLAS — Ha nos brazões dois metaes, cinco côres e duas pelles.

Os metaes são : *ouro* e *prata* ; as côres : *gôles* (vermelho), *bláo* (azul), *sinopla* (verde), *sable* (negro) e *purpura* (combinação do vermelho com o negro) ; as pelles : o *veiro* (conjunto de azul e prata em fôrma de sinos que symetrica e parallelamente se succedem), e o *arminho* (formado por cruzetas alongadas e espalmadas em 3 pontas para baixo, negras sobre prata). Na Allemanha, na Polonia, e em certos outros paizes apparece tambem, ás vezes, o *alaranjado* (combinação do vermelho com o amarello), como um sexto esmalte.

Ha tambem côres e pelles supplementares, aliás raramente empregadas. Essas côres são : de *carnação* (ou da côr humana, quando se representam seres humanos) ; ao *natural*, ou *de sua côr*, quando se trata de animaes, flôres, etc., pintadas como elles são. As pelles supplementares são : o *contraveiro* e o *contra-arminho*, que são o veiro invertido e o arminho de côres trocadas (o fundo negro e as cruzetas brancas).

Tambem estas côres, no emmaranhado de symbolos que constitúe a sciencia heraldica, têm uma significação, que estes versos archaicos da velha cavallaria de França lembram pitorescamente :

“Or dict : esclat, ivstice et foy, force et constance.
 Argent est : beauté, ris, victoire et pureté.
 Azur : ioye et savoir, loyauté, clareté.
 Gueules : grandeur, audace, emblesme de vaillance.
 Sable dict : fermeté, tristesse et vigilance.
 Sinopie : renouveau, douleur, espoir, gayté.
 Pourpre vaut : bon vouloir, largesse et dignité.
 — Ces dicts sont verités, i’en ivre par ma lance !”

Na esculptura ou na gravura, representam-se estas côres por traços ou pontos : prata representa-se sem linhas nem pontos ; ouro, por um pontilhado ; góles, por traços verticaes ; bláo, por traços horizontaes ; sinopla, por traços diagonaes, do angulo direito superior ao esquerdo inferior do escudo ; sable, por traços verticaes e horizontaes que se cruzam ; purpura, por traços diagonaes, do angulo esquerdo superior ao direito inferior do escudo ; e alaranjado, por traços diagonaes nos dois sentidos, que se cruzam (fig. 37).

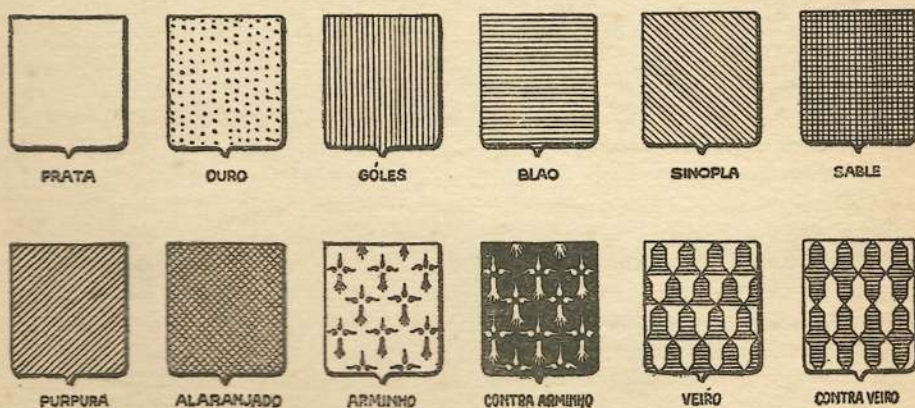


Fig. 37

ALGUMAS REGRAS. — Colho nos mestres algumas das regras principaes estabelecidas em heraldica, o que me parece complemento indispensavel a este quasi quadro synoptico da arida e difficil materia.

- 1 — Nunca se ha de pôr metal sobre metal nem côr sobre côr.
- 2 — As figuras são dispostas na attitude mais nobre e que mais condiga com a natureza de cada uma dellas.

3 — As pelles e as côres supplementares figurarão indifferente-mente como metal ou como côr.

4 — As figuras ficarão isoladas no campo do escudo, sem tocar-lhe os bordos.

5 — A collocação das figuras obedecerá a uma ordem numerica que se chama *regra de tres, dois, um* : isto é, o chefe comportará tres figuras ; o centro, duas e a ponta, uma.

6 — Um braço terá um só metal, e, no maximo, duas côres (regra de exaggerado rigorismo, que não tem sido observada).

7 — Qualquer figura poderá ser representada de qualquer metal ou côr, mesmo que sejam contrarios á sua côr natural.

8 — Brazonar (descrever um braço) é lel-o na seguinte ordem : começa-se pelo campo (fundo do escudo), passando-se successivamente ás figuras ou peças, ao numero, aos attributos e á posição ; depois, á corôa, aos supportes, e, finalmente, á divisa"

Os Actuaes Symbolos Nacionaes de Portugal

PORQUE completa os apontamentos historicos contidos neste trabalho sobre os symbolos nacionaes portuguezes, reproduzimos abaixo a lei da Republica Portuguesa que adoptou os actuaes symbolos desta nação, os quaes não podem ser considerados estrangeiros no Brasil :

“A Assembléa Nacional Constituinte decreta :

Art. 1.º — A Bandeira Nacional é bipartida verticalmente em duas côres fundamentaes, verde escuro e escarlate, ficando o verde do lado da tralha. Ao centro, e sobreposto á união das duas côres, terá o escudo de armas nacionaes, orlado de branco e assentando sobre a esphera armilar manuelina, em amarello e avivada de negro.

Art. 2.º — O comprimento da bandeira será de vara e meia á altura da tralha. A divisoria entre as duas côres fundamentaes deve ser feita de modo que fiquem dois quintos do comprimento total occupados pelo verde, e os tres quintos restantes pelo vermelho. O emblema central occupará metade da altura da tralha, ficando equidistante das orlas superior e inferior.

Art. 3.º — Nas bandeiras das differentes unidades militares, que serão talhadas em sêda, a esphera armilar, em ouro, será rodeada por duas vergontees de loureiro, tambem em ouro, cujas hastes se cruzam na parte inferior da esphera, ligadas por um laço branco, onde, como legenda immortal, se inscreverá o verso camoneano : *Esta é a ditosa patria minha amada.*

Altura desta bandeira : 1m.,20 ; comprimento, 1m.,30 ; diametro exterior da esphera, 0m.,40 ; distancia entre o diametro da esphera e a orla superior da bandeira, 0m.,35 ; distancia entre o diametro da esphera e a orla inferior da bandeira, 0m.,45.

Art. 4.º — A orla do jaque será verde e de largura igual a um oitavo da tralha. O escudo e a esphera armilar assentarão sobre o panno central, escarlate, ficando equidistante das orlas superior e inferior.

A altura do emblema central será de tres setimos da tralha. O comprimento do jaque será igual ao da tralha. As flammulas serão verdes e vermelhas.

Art. 5.º — Nos sellos, moedas e mais emblemas officiaes, a esphe-
ra armilar será sempre rodeada por duas vergontes de louro, com as
hastes ligadas por um laço, conforme o desenho adoptado para as ban-
deiras regimentaes”.

(*Diario do Governo*, de 30 de junho de 1911)

O Dia da Bandeira

JULGAMOS util deixar consignados neste trabalho alguns apontamentos sobre a instituição do Dia da Bandeira.

Esta commemoração foi feita, pela primeira vez, em São Paulo, a 19 de novembro de 1906, na Escola Normal, por iniciativa do professor José Feliciano e, nos annos seguintes, se repetiu em todas as escolas publicas paulistas.

Em 1908 constituiu-se no Rio de Janeiro uma commissão especialmente incumbida de promover a festa da bandeira em todo o Brasil. Foi então distribuido em todos os Estados um manifesto, que era datado de 15 de novembro de 1908 e estava assignado por Lauro Sodré, Thomaz Cavalcante, A. J. Barbosa Lima, Tasso Fragoso, Leoncio Correia, Lindolpho Azevedo, A. R. Gomes de Castro, A. de Oliveira Sampaio, José Bevilaqua, Olavo Bilac, Alipio Bandeira e Manoel Miranda. A idéa foi bem recebida em toda a parte e desde aquelle anno a criação da bandeira é festivamente commemorada em todos os Estados a 19 de novembro.

Porque se escolheu para essa commemoração a data da simples adaptação da bandeira ao regimen republicano e não a da sua criação, verificada a 18 de setembro? Explica-o o papel saliente que tiveram os positivistas nessa iniciativa, tendo-se em vista que na occasião se desenvolvia accessa campanha pela abolição do lemma "Ordem e Progresso" do nosso pavilhão. A instituição do Dia da Bandeira a 19 de novembro representou, pois, um desaggravo á bandeira adoptada pela revolução de 1889 e então alvo de ataques violentos.

Numa reminiscencia dos seus tempos de estudante, publicada por Mauricio de Lacerda no *O Imparcial* de 23 de novembro de 1922, recorda-se um incidente ruidoso, occorrido em 1908, e que foi o factor determinante da primeira festa da bandeira realisada no Rio de Janeiro, a 19 de novembro daquelle anno :

"Georgino Avelino, Teixeira Mendes, eu e mais outros saboreando um café ali no Jeremias acabavamos de lêr no extincto "Seculo", algumas linhas berrantes sobre o "desafôro" do padre que na Candelaria se negára, nas exequias de estudantes navaes, cobrir o catafalco

com o pavilhão republicano, salvo se lhe velassem o distico "sectario" :
Ordem e Progresso.

Empallidecemos de indignação. Era, nem havia duvida, uma questão de classe ; pois se tratava de estudantes de marinha. Era mais até, como se verificava com a bandeira republicana, uma questão nacional ! Mais ainda : philosophica ! Não se combatia assim a liberdade de crenças, restaurando a intolerancia classica da Igreja ?

E todos, cheios de santo ardor civico, pensamos logo numa sessão, ali no centro (Centro Academico), com discursos cheios de "Vossa Excellencia", de arroubos, rhetorica, doutrinação e descompostura grossa, mas todos limpos de alma, de intenção, de caracter, como jamais deveria nem pude vêr nunca mais em minha vida.

Fez-se a sessão. Era antes de 15 de novembro. Fala-se em agravar a bandeira naquelle dia, mas Teixeira Mendes, alma espartana e entusiastica, a que desgostavam adiamentos e Georgino, naquelles doces tempos meu quasi irmão mental, propõem que não, o ultraje fôsse logo alimpado em publico e raso de modo retumbante.

E se assentou, então, que o presidente do Centro Academico, Ary Fialho, cercado da mesa com Kirk e nós outros, empunhasse a bandeira mesmo da janella do "centro" ao dia seguinte e, no Largo, depois de convocados os estudantes e o povo, todos em procissão cívica fossem, cantando a Marselheza, junto da Camara, na Cadeia Velha, que hoje rúe, de onde o despotismo arrancára para o cadafalso o glorioso Tiradentes, e sob as sacadas coloniaes da soberania legal, assim cantassem nós a voz da rua e das escolas, mas sempre a voz da patria e das nações, o hymno de nosso amor immoreddouro á liberdade e de nossa fé no pavilhão que a symbolisava eternamente em nossos corações, todos em alvorada naquelle tempo.

E assim se fez. Ao dia seguinte, não muitos, mas uma multidão de academicos, mãos nas mãos, em filas, rodeando a bandeira da terra de Santa Cruz, desciamos entoando o cantico dos homens livres e das patrias immortaes, a rua da Assembléa, como talvez o povo nos dias solennes em que os reis eram fruto de aclamações semelhantes naquella via-publica pela hora do Fico, e numa ovação quente, de mocidade e de energia da raça, acolhiamos na sacada, cercado de outros deputados, Barbosa Lima.

Este ali estava, tendo resistido ao convite do padre Valois para que não attendesse aos sectarios da manifestação e nos exclamava, com as barbas, a voz, o gesto e o talento do velho tribuno : "Cidadãos !"

Estremecemos. Um fremito. Uma revoada de palmas.

E continuou : "E' consolador o espectaculo da juventude cheia de amor cercando o estandarte da patria !"

Um só grito, todos os chapéos, todos os corações ao ar, aos pés do tribuno.

E o discurso saudado ao terminar com frenesi pelos estudantes arrancava da móle immensa e ardendo como lava que escorresse pelas ruas provinda dalgum vulcão só ali revelado no seio da nacionalidade, uma mensagem a Thomaz Cavalcante, applaudindo a supressão do representante brasileiro no Vaticano e concitava a Camara a apoiá-lo nesse justo desaggravo ao gesto do "brutamontes" da Candelaria.

E o prestito depois se moveu ao grito de ao Palacio do Cardeal ! em direcção ao morro da Conceição. Pelas ruas todos se descobriram á primeira bandeira festejada assim no paiz. Dos bondes e sacadas palmas, beijos, flôres e até lencinhos que acabavam de enxugar as primeiras gotas de entusiasmo dos lindos olhos de mulher patricia, cahiam sobre aquellas cabeças todas moças e todas descobertas, a que não coroára nenhum laurel, é verdade, mas tambem não cruciara nenhuma corôa de espinhosas desillusões.

Nos quarteis e nas guardas, as sentinellas arrebatadas apresentavam áquella bandeira, sem ordem nem instrucções, as armas e os soldados respeitosos lhe perfilavam a melhor continencia, enquanto as cornetas tocavam marcha batida como se fôra um soberano a passar.

No palacio do cardeal não houve forças á espera. Apenas o delegado Lessa, tambem estudante na época, appellando para o espirito de camaradagem e a liberdade de crenças, que tanto amavamos, evitou a demonstração talvez exaggerada daquella multidão.

Volvemos ao Centro Academico quando um padre junto é Tinturaria Pavão quasi é lynchado pela massa aos gritos de viva a bandeira ! o que só foi evitado porque com ella propria Georgino, Teixeira, Ary, eu e outros o protegemos falando ao povo.

Ao recolher o prestito, com a Marselheza ainda pendurada dos labios, Belisario de Souza, como nos confessou depois, quasi se deixa arrastar na vaga que por elle passa alçando o pavilhão num borbório de fé.

Recolhemos. Parecia-nos ter revivido grandes dias de nossos avós no 89. E dias depois, na festa da bandeira projectada a seguir daquelle desaggravo, era ainda o Centro Academico que dava os oradores de praça, para a commemoração a que já então, quebrando o character de repulsa necessaria, para só lhe dar o de consagração imprescindivel se associavam o governo e o povo, todas as classes, as guarnições e o proprio cléro do Brasil.

Eis como se escreveu o primeiro capitulo da commemoração á bandeira republicana".

Uma Nova Bandeira Militar

JA' estavam revistas as ultimas provas deste livro, quando se verificou a criação de mais uma bandeira militar, pelo decreto n. 22.593, de 29 de março de 1933, abaixo reproduzido :

"O Chefe do Governo Provisorio da Republica dos Estados Unidos do Brasil, considerando :

Que o Exercito é uma instituição permanente, destinada á defesa da soberania e integridade nacionaes e, como tal, independe da fórma politica que constitúe o Estado ;

Que nenhuma Nação póde quebrar a continuidade de sua historia e tradições ;

Que o Exercito, elemento estavel da nacionalidade, deve manter vivas suas tradições como exemplo ás gerações actuaes e futuras ;

Que o actual 1.º batalhão de engenharia é uma das mais antigas unidades do Exercito, pois foi criado por decreto de 23 de janeiro de 1855, e que durante sua longa existencia tem dado provas de extraordinario valor ;

Que o Batalhão de Engenheiros foi agraciado na campanha do Paraguay com a Ordem do Cruzeiro, entregue nos campos de batalha de Tuiuty pelo glorioso general Manoel Luiz Ozorio ;

Decreta, usando da attribuição que lhe confere o decreto numero 19.398, de 11 de novembro de 1930 :

Art. 1.º — Fica criado o estandarte privativo do 1.º batalhão de engenharia, que usará nas mesmas condições das estabelecidas pelos decretos numeros 20.307, de 20 de agosto de 1931, e 21.196, de 23 de março de 1932, com a condecoração que lhe foi entregue nos campos de batalha.

Art. 2.º — O ministro de Estado da Guerra baixará instrucções reguladoras do presente decreto.

Art. 3.º — Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 29 de março de 1933, 112.º da Independencia e 45.º da Republica. — *Getulio Vargas* — *Augusto Ignacio do Espirito Santo Cardoso*.

(Do "Diario Official", de 1 de abril de 1933).

A Bandeira Nacional na Comissão de Reforma da Constituição

NA reunião da comissão de reforma constitucional, realisada a 7 de abril de 1933, o sr. Solano Carneiro da Cunha apresentou a seguinte emenda :

“Art. Fica adoptada a bandeira nacional instituida pelo decreto de 19 de novembro de 1889 com a seguinte alteração : a) supressão da zona obliqua e do lemma “ordem e progresso”; b) substituição da carta astronomica por uma orla estrellada na parte interna do globo azul e em toda a sua circumferencia, com tantas estrellas quantas são os Estados que compõem a União ; c) uma estrella no centro do globo como symbolo da capital do Brasil ; d) os angulos do quadrilatero romboidal tocarão os lados do rectangulo verde.

Paragrapho unico — A bandeira commercial será a mesma de que trata este artigo, mas sem estrellas dentro do globo azul”.

A respeito deste projecto, o autor deste livro concedeu a seguinte entrevista á *Folha da Noite*, que a publicou na sua edição de 15 de abril de 1933 :

“Em principio, não ha conveniencia na modificação de symbolos nacionaes, pois estes têm tanto mais prestigio quanto são mais antigos. Entretanto, tão infelizes foram as alterações feitas em 1889, em nossa bandeira, taes heresias foram então commettidas, que se tornará necessario corrigil-as um dia, a bem do decôro nacional.

Ao serem criados, em 1822, os emblemas da Nação Brasileira, foram ouvidos artistas notaveis, que revelaram perfeito conhecimento da symbologia e das tradições nacionaes. Porisso possuímos, durante o Imperio, uma bandeira e um escudo d’armas que não nos envergonhavam. Muito pelo contrario. Eram perfectos, do triplice ponto de vista artistico, historico e heraldico. O governo provisorio de 1889 confiou, porém, a mãos inhabeis, a leigos na materia, a tarefa de adaptar aquelles symbolos ao novo regimen. Para se fazer essa adaptação, bastaria substituir a corôa imperial por um barrete phrigio ou por uma estrella. Varias outras soluções poderiam ser encontradas, sem

offensa á belleza e ao valor historico e heraldico dos primitivos emblemas. Mas os exaggeros do espirito reformista e demolidor, a ignorancia e a inconsciencia perpetraram, de mãos dadas, o sacrilegio que se conhece. O esplendido escudo imperial, que ostentava uma synthese perfeita de todas as tradições da symbologia brasileira e que em seus emblemas recordava vibrantemente todos os momentos culminantes da nossa historia e todos os grandes feitos da nossa gente, foi substituído por uma figura mesquinha, anti-heraldica, destituída de qualquer significação e, do ponto de vista esthetico, verdadeiramente monstruosa. Devemos esse par de botas a um habil confeccionador de marcas de cigarros, a um exímio lithographo estrangeiro, que nada entendia do assumpto, mas era amigo do marechal Deodoro, de quem recebeu tão alta incumbencia.

A modificação da bandeira foi confiada ao papa positivista de então, que, de maneira ostensiva e acintosa, resolveu fazer daquelle symbolo glorioso um vehiculo de propaganda da sua seita, na occasião bafejada pelas boas graças do governo dictatorial. E' esta a origem da adopção, no pavilhão nacional, do lemma "Ordem e Progresso".

E' o proprio autor da bandeira republicana, o sr. Raymundo Teixeira Mendes, quem o confessa, pois no "Jornal do Commercio" de 13 de fevereiro de 1921 escreveu o seguinte, sem nenhuma cerimonia : "A realidade é que a bandeira republicana do Brasil attesta a influencia do positivismo na organização da Republica Brasileira e propaga essa influencia onde quer que essa bandeira appareça".

Este vicio seria sufficiente para se condemnar a bandeira adoptada pela Republica. Não é, porém, o unico defeito grave que ella apresenta : a nossa bandeira actual contém ainda uma verdadeira carta astronomica, desenhada com tal rigor geometrico que difficil é reproduzir-a com exactidão e mais difficil ainda descrevel-a com fidelidade, taes e tantas são as suas pequeninas minucias. Essa carta celeste se destina a indicar a posição astronomica da capital do paiz, a nossa latitude austral, o numero das nossas provincias, a hora da proclamação da Republica e ainda outras cousas mais... Ora, os pavilhões nacionaes não comportam fantasias tão pueris. O que precisam ter é alto valor symbolico. E nada mais. Em todos os paizes civilizados são emblemas singelos, compostos com elementos de grande significação historica e nacional. Nenhum, a não ser o nosso, contém reproducções cartographicas ou extravagancias semelhantes. Nem servem de instrumento de publicidade para a propaganda de seitas religiosas ou philosophicas. Não contém, aliás, lemmas de qualquer especie. Estes têm logar nos brazões ou em pendões militares. Nunca em bandeiras.

— De sorte que, tendo taes defeitos, devem ser alterados os symbolos nacionaes?

— Hão de sel-o forçosamente, quando o gráo de cultura do paiz o exigir. Os symbolos têm grande significação psychologica. Nelles, os povos revelam o nivel da sua civilisação, a profundeza do seu idealismo, a força e a belleza das suas tradições. Nos nossos se ostentam, maravilhosamente, os signaes da incultura, da anarchia mental, da materialidade, do atrazo do nosso povo na época da implantação da Republica. O nosso brazão, extravagante e horrivel, faz morrerem de vergonha os nossos representantes diplomaticos no estrangeiro, incapazes de explicar o que elle significa, na sua infantilidade, no seu incoherente amontoado de extravagancias e de attentados ao bom senso e ao bom gosto...

— E o que acha do projecto Solano Carneiro da Cunha?

— Esse projecto institue dois modelos de bandeira. O primeiro, para o uso geral. O segundo é de um pavilhão de commercio. Neste figura o globo azul sem nenhuma estrellas, sem a faixa branca e sem o lemma sectario. Prefiro o segundo ao primeiro. Considero-o mesmo, sob certo aspecto, o mais feliz de quantos projectos de modificação da bandeira nacional têm apparecido desde a proclamação da Republica. E', effectivamente, o mais perfeito do ponto de vista da technica da confecção destes symbolos, cujos elementos componentes, devem ser, em rigor, constituídos simplesmente por côres, apresentadas em grandes massas geometricas, bem visiveis á distancia. E' tambem o mais singelo e o mais racional. De facto, quaes os defeitos do nosso pavilhão? O lemma e a carta astronomica, ambos inadmissiveis numa bandeira nacional. O que ha a fazer é, pois, simplesmente supprimir um e outro. Foi o que fez o sr. Solano Carneiro da Cunha. Ora, poder-se-ia fazer qualquer objecção séria contra esse projecto, se quando vemos a certa distancia a nossa bandeira não distinguimos, nem as estrellas nem o lemma positivista? O que é que então vemos senão o pavilhão proposto pelo sr. Solano da Cunha? E quem o acha feio ou defeituoso? Na realidade, os nossos olhos já estão, pois, familiarisados com essa bandeira, na qual não descubro, á primeira vista, nenhum defeito.

— E' favoravel, então, á adopção desse projecto?

— Entendo que o assumpto não deve ser resolvido com tanta ligeireza. A bandeira e o escudo de uma nação devem preencher requisitos estheticos e heraldicos e devem ainda satisfazer a condições impostas pelas tradições da symbologia nacional e pelas tradições historicas e artisticas do paiz, sem o que não constituiriam fortes expressões da alma do povo que devem symbolisar. Não podem ser méras

criações pessoais, que satisfaçam ás preferencias deste ou daquele individuo ou grupo de individuos. Se vier a prevalecer a idéa da reforma, seria, porisso, aconselhavel, afim de não se reeditarem os erros de 1889, confiar-se o estudo do assumpto a uma commissão de artistas, historiadores e heraldistas, dos mais eminentes, como, em casos identicos, se tem feito em outros paizes. Foi assim, por exemplo, que procedeu a Republica Portugueza, com brilhante resultado, elaborando-se, graças a essa medida, notavel trabalho sobre a symbologia lusitana, o qual serviu de guia seguro para a confecção dos bellos symbolos portuguezes actuaes.

Aquella commissão apresentaria uma informação completa sobre a materia, bem como um ou mais projectos que preenchessem todas as condições exigiveis, o que habilitaria a Assembléa Constituinte a decidir a respeito com perfeito conhecimento de causa. Não lhe parece que seria esse o melhor meio de se evitar que, mais uma vez, se faça obra apressada e defeituosa, que não corresponda aos sentimentos do povo brasileiro?"

Bibliographia

- A. DE SAMPAIO DORIA — *A Bandeira Nacional*, São Paulo, 1907.
- AFFONSO DE E. TAUNAY — *Heraldica Municipal Paulista*, na obra "Antigos Aspectos Paulistas", São Paulo, Typ. do "Diario Official", 1927.
- AFFONSO DE E. TAUNAY — *Heraldica Municipal Brasileira*, artigos publicados no "Jornal do Commercio" do Rio de Janeiro em abril de 1931 e abril de 1932.
- AGENOR DE ROURE — *A Bandeira Nacional*, artigo publicado na revista "Kosmos", Rio de Janeiro, março de 1907, n. 3.
- ALFEU GONÇALVES — *A Bandeira Nacional*, conferencia realisada no Instituto Historico e Geographico da Bahia, 1916.
- ALFREDO DE CARVALHO — *A Bandeira da Republica de 1817*, na "Revista do Instituto Archeologico e Geographico Pernambucano", vol. XII.
- ALFREDO DE CARVALHO — *Brazões do Brasil Republicano*, no "Almanach de Pernambuco", 1904.
- ALFREDO DE CARVALHO — *Os Brazões d'Armas do Brasil Hollandez*, na "Revista do Instituto Archeologico e Geographico Pernambucano", vol. XI.
- ANONYMO — *O Brazão de Armas do Estado de São Paulo*, edição da Commissão de Donativos da Associação Commercial de São Paulo, destinada a ser vendida em beneficio do Movimento Constitucionalista — São Paulo Editora Limitada, 1932.
- ANONYMO — *Der Beofnete Ritter-Platz*, Hamburgo, 1702.
- ANONYMO — *Culto da Bandeira*, São Paulo, 1909.
- ALVARO FERREIRA DE VERA — *Origem da Nobreza Politica, Blasões de Armas, Cargos e Titulos Nobres*, Lisboa, 1631.
- ANTONIO DE VILLAS BOAS E SAMPAYO — *Nobiliarchia Portugueza*, Lisboa, reimpressão de 1727.
- AZARIAS SILVA — *Festa da Bandeira*, São Paulo, 1919.
- CARLOS XAVIER PAES BARRETO — *A Bandeira Nacional*, monographia apresentada ao 6.º Congresso Brasileiro de Geographia e reproduzida no livro "Feriados do Brasil" do mesmo autor.
- EDUARDO PRADO — *A Bandeira Nacional*, Typ. Salesiana, São Paulo, 1903.
- ESCRAGNOLLE DORIA — *A Bandeira Nacional*, no "Jornal do Commercio" do Rio de Janeiro, de 19 de novembro de 1917.
- EURICO DE GÓES — *Os Symbolos Nacionais*, Typ. Salesiana, São Paulo, 1908.
- EURICO DE GÓES — *A Bandeira Positivista*, Livraria Tisi, São Paulo, 1927.
- FRANCISCO PEREIRA LESSA — *A Bandeira Nacional Brasileira*, conferencia realisada na Liga de Defesa Nacional, a 18 de setembro de 1930 e publicada no "Jornal do Commercio" do Rio de Janeiro, de 28 do mesmo mez.

- FRANCISCO PEREIRA LESSA — *A bandeira e o escudo do Club Militar*, na "Revista do Club Militar", de janeiro de 1933.
- FRANCISCO PEREIRA LESSA — *As bandeiras do Brasil* (obra ainda inédita), excerpτος transcriptos na "Revista do Club Militar", de janeiro de 1933.
- GUERRA JUNQUEIRO — *A Bandeira Portuguesa*, artigo publicado na "A Luta" de Lisboa e transcripto no "O Estado de São Paulo", de 16 de dezembro de 1910.
- GUILHERME DE ALMEIDA — *Brazões de Estados e Cidades do Brasil*, manuscripto inédito.
- HERCULANO — *Opusculos*, tomo III, 1.^a parte, 2.^a edição, Lisboa, 1891.
- J. SEVERIANO DA FONSECA — *Brazões das Cidades de Cuyabá e Matto Grosso*, na "Revista do Instituto Historico Brasileiro", supplemento ao tomo LI.
- J. WASTH RODRIGUES e GUSTAVO BARROSO — *Uniformes do Exercito Brasileiro - 1730 a 1922*, publicação official do Ministerio da Guerra, 1922.
- JOÃO CHAGAS, BORDALLO PINHEIRO, A. LADISLAO PEREIRA, JOSÉ AFFONSO PALLA, e ÁBEL BOTELHO — *Relatorio da commissão encarregada de elaborar o projecto da bandeira da Republica Portuguesa*, transcripto no "O Estado de São Paulo", de 24 de dezembro de 1910.
- JOAQUIM NORBERTO — *Memoria historica sobre a bandeira nacional*, na "Revista do Instituto Historico Brasileiro", vol. LIII, 1.^a parte.
- JOSÉ FELICIANO — *A Bandeira Nacional*, Typ. Salesiana, São Paulo, 1903.
- MARIO MELO — *O Brazão de Recife*, na "Revista do Instituto Archeologico e Geographico Pernambucano", vol. XXVIII.
- MIGUEL JOAQUIM RIBEIRO DE CARVALHO — *Centenario da Criação da Bandeira Nacional*, na "Revista do Instituto Historico Brasileiro", tomo especial dedicado ao Anno da Independencia.
- MIGUEL LEMOS — *A Questão da Bandeira*, opusculo n. 147 do Apostolado Positivista do Brasil, Rio de Janeiro, 1894.
- OLIVEIRA LIMA — *A Bandeira de Pernambuco*, na "Revista do Instituto Archeologico e Geographico Pernambucano", vol. XIX.
- PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PAULO — *As armas da cidade de São Paulo*, memoriaes justificativos dos projectos apresentados em concurso.
- R. TEIXEIRA MENDES — *Apreciação philosophica sobre a bandeira nacional*, no "Diario Official", de 24 de novembro de 1889.
- R. TEIXEIRA MENDES — *A Bandeira Nacional*, carta ao director do "Diario Official", publicada a 26 de novembro de 1889.
- R. TEIXEIRA MENDES — *A Bandeira Nacional*, opusculo n. 110 do Apostolado Positivista do Brasil, Rio de Janeiro, 1890.
- ROQUE GAMEIRO, ALBERTO DE SOUZA, CHAGAS FRANCO e JOÃO SOARES — *Quadros da Historia de Portugal*, edição da Papelaria Guedes, Lisboa, 1917.
- SOUZA LOBO — *Catalogo da Collecção Numismatica Brasileira*, Rio de Janeiro, 1908.
- SYLVIO CRAVO — *O Brazão de Sergipe*, Recife, Imprensa Industrial, 1915.
- THEOPHILO BRAGA — *A Bandeira Portuguesa*, trabalho transcripto no "O Estado de São Paulo" de 23 de novembro de 1910.
- TRISTÃO DE ALENCAR ARARIPE — *Brazões do Brasil*, na "Revista do Instituto Historico Brasileiro", vol. LIV, parte I.
- ZULMIRO DE CAMPOS — *As Armas de Sorocaba*, na obra "Vultos de Sorocaba", São Paulo, Sociedade Editora Olegario Ribeiro, 1921.

Indice das Estampas

BANDEIRAS DE PORTUGAL

	PAGS.
Condado Portucalense (1097) — Reino de Portugal (1139) — Portugal e Algarves (1250) — D. João I (1384)	19
Bandeira da Ordem de Christo (Seculo XV). — Bandeira das Quinas (Seculo XV). — Bandeira pessoal de D. Manoel I (1495-1521). — Bandeira real em 1495	23
Caravella portugueza do seculo XVI	29
D. João III (1521). — Dominio Hespanhol (1616-1640) — D. João IV (1640) — D. Pedro II (1669)	33
D. Pedro II (1667) — Bandeira para a India e America (seculo XVII) — Bandeira real (seculo XVII)	37
Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves (1816) — Regimen constitucional (1821)	41

BANDEIRAS DO BRASIL

Brasil Hollandez (1630-1654)	37
Principado do Brasil (1645) — Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves (1816)	41
Bandeiras francezas em que se inspirou Debret para desenhar o pavilhão nacional: Bandeira de regimento da Guarda Nacional ao tempo da Revolução Franceza — Bandeira de regimento no reinado de Napoleão I.	53
Photographia do padrão official da bandeira do Imperio (1822).	61
Reproducção do padrão official da bandeira da Republica (1889).	75
O céu da bandeira	99

PROJECTOS DE BANDEIRA BRASILEIRA

Projecto do Barão do Rio da Prata	55
Projecto do Barão do Rio Branco — Projecto de Silva Jardim.	69
Projecto de José do Patrocínio (adoptado de 15 a 19 de Novembro de 1889)	

ARMAS NACIONAES DE PORTUGAL

	PAGS.
D. Pedro II — D. João V — D. José I — D. João VI — Fórmās do escudo portuguez nas moedas.	85
Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves	89

ARMAS NACIONAES DO BRASIL

Principado do Brasil — Reino do Brasil — Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves — Imperio	89
Fórmās do escudo do Imperio nas moedas.	91
Armas da Republica	75
Sello official da Republica	77
Escudo gravado no cópo de uma espada regulamentar do exercito, dos pri- meiros tempos da Republica	93

BANDEIRAS MILITARES DO BRASIL-COLONIA

Bandeira militar hespanhola (Guerra Hollandeza) — D. João IV (1640) — D. João V (1706) — Estandarte do Regimento dos Dragões Reaes das Minas (1720) — Bandeiras do 1.º terço de Infantaria Auxiliar do Pará (1777)	113
---	-----

BANDEIRAS MILITARES DO BRASIL INDEPENDENTE

Estandarte de cavallaria (1850)	117
Pavilhão da Escola Militar — Brazão da Escola Militar	119
Pavilhão da Aviação Militar — Estandarte do 5.º Regimento de Artilharia Montada (Regimento Mallet)	121
Pavilhões navaes : Flammula de guerra — Jaque brasileiro (ou bandeira do gurupês)	125
Pavilhão do Regimento Naval — Estandarte da Aviação Naval.	129

BANDEIRAS E ESCUDOS DE REVOLUÇÕES

Inconfidencia Mineira (1789) — Inconfidencia Bahiana (1798) — Confede- ração do Equador (1824) — Revolução Bahiana (1833) — Revolução de Santa Catharina (1839)	133
---	-----

Revolução Republicana de 1817 — Republica de Piratiny (1836)	161
Escudo da Confederação do Equador (1824)	143
Escudo da Republica Catharinense (1839)	147
Bandeira da Aviação Constitucionalista (1932)	148

BANDEIRAS ESTADOAES

São Paulo	71
Bahia — Goyaz — Maranhão — Ceará — Parahyba — Matto Grosso . .	157
Paraná — Pernambuco — Piauihy — Rio Grande do Sul — Santa Catharina — Sergipe	161

BANDEIRAS DE CIDADES

Rio de Janeiro : 1808 — 1822 a 1831 — 1831 a 1839 — 1908	165
Belém do Pará	166
São Paulo (seculo XVIII)	168

BRAZÕES DO BRASIL-COLONIA

Bahia (1549) — Rio de Janeiro (1565) — Belém do Pará (1616) — São Luiz do Maranhão (1647) — Cuyabá (1727) — Villa Bella de Matto Grosso (1752)	171
Dominio Hollandez (1638) : Brasil Hollandez — Itamaracá — Rio Grande do Norte — Parahyba — Pernambuco	175
Dominio Hollandez (1638) : Alagoas — Sergipe — Serinhaen — Porto Calvo — Iguarassú	179

BRAZÃO DO RIO DE JANEIRO

1826 — 1858 — 1889 — 1893 — 1896 — Correção do brazão actual. . .	193
---	-----

BRAZÃO DA CIDADE DE SÃO PAULO

Projecto de José Wasth Rodrigues apresentado ao primeiro concurso — Projecto de Guilherme de Almeida e José Wasth Rodrigues apresentado ao segundo concurso — Brazão adoptado (modelo official) — Correção do brazão adoptado	197
---	-----

BRAZÕES ESTADUAES

PAGS.

Maranhão — Rio Grande do Norte — Rio Grande do Sul — Matto Grosso — São Paulo	209
Acre — Alagoas — Amazonas — Bahia — Ceará — Espirito Santo — Goyaz — Minas Geraes (1891) — Minas Geraes (actual) — Pará — Parahyba — Paraná (1905) — Paraná (1910) — Paraná (actual) — Pernambuco — Piahy (primitivo) — Piahy (actual) — Rio de Janeiro — Santa Catharina — Sergipe	213

BRAZÕES DE CIDADES PAULISTAS

São Vicente — Conceição de Itanhaen — Campinas — Tietê	225
Taubaté — Porto Feliz — Parnahyba — Itú — Sorocaba	230
Amparo — Baurú — Cananéa — Franca — Guaratinguetá (primitivo) — Guaratinguetá (actual) — Guarujá — Guarulhos — Jaboticabal — Jundiahy — Leme — Lorena — Mogy das Cruzes (primitivo) — Mogy das Cruzes (actual) — Monte Alto — Piedade	231
Pindamonhangaba — Salto — Santo Amaro (primitivo) — Santo Amaro (actual) — São Bernardo (primitivo) — São Bernardo (actual) — São Carlos — São José dos Campos — Santos — Sorocaba — Taubaté — Tatuhy — Villa Americana	233

BRAZÕES DE CIDADES MINEIRAS

Ouro Preto	257
Barbacena — Bello Horizonte — Juiz de Fôra — Leopoldina — Ouro Preto (primitivo) — São João del Rey — Tres Pontas — Uberaba	263

BRAZÕES DE CIDADES DE OUTROS ESTADOS

Fortaleza (Ceará) — Petropolis (Estado do Rio) — Recife (actual) — São Francisco do Sul (Santa Catharina) — Vassouras (Estado do Rio) . . .	261
Belém do Pará (actual) — Campos (Estado do Rio) — Cantagallo (Estado do Rio) — Coritiba (Paraná) — Cuyabá (actual) — Florianopolis (Santa Catharina) — Itaituba (Pará) — Jaboatão (Pernambuco) — Joinville (Santa Catharina) — Laguna (Santa Catharina) — Manaus (Amazonas) — Nichteroy (Estado do Rio) — Parahyba do Sul (Estado do Rio) — Porto Seguro (Bahia) — Recife (primitivo) — Santo Amaro (Bahia) — Soure (Pará) — Victoria (Espirito Santo) — Villa Bella de Matto Grosso	

De Sylvio Cravo : Sergipe	223
De José Wasth Rodrigues :	
Sabará — Diamantina — Caeté — Marianna — São João del Rey	257
Pernambuco — Recife — Pará — Bahia	287
Maranhão — Piauí — Ceará — Parahyba — Alagoas — Sergipe — Espírito Santo — Estado do Rio de Janeiro — Paraná — Santa Catharina — Amazonas — Matto Grosso	293
Goyaz — Minas Geraes — Theresina — Natal — João Pessoa — Maceió — Aracajú — Victoria — Nictheroy — Manaos — Goyaz — Bello Horizonte	297

TOPES MILITARES E CIVIS

Topes nacionaes : D. Maria I — D. João VI — 1821-1822 (Tope da Independencia) — 1822 (Tope militar) — 1831 (Tope da Regencia) — 1894 — 1903	325
Lenços rio-grandenses	325

PROJECTOS DE RESTAURAÇÃO DO ESCUDO NACIONAL

Projectos ns. 1 a 4	347
-------------------------------	-----

PROJECTOS DE REFORMA DA BANDEIRA DA REPUBLICA

Projectos ns. 1 a 6	351
Projecto n. 7	355

PROJECTOS DE OUTRAS BANDEIRAS

Bandeira regimental — Pavilhão naval ou mercante — Pavilhão presidencial	355
--	-----

NOÇÕES DE HERALDICA

Divisões do escudo.	363
Peças honrosas	365
Metaes, côres e pelles	367

TERMINOU A IMPRESSÃO DE "BRAZÕES E BANDEIRAS DO
BRASIL" NO MEZ DE DEZEMBRO DE 1933, NAS OFFICINAS DA
"SÃO PAULO EDITORA LIMITADA.", RUA BRIGADEIRO TOBIAS, 80
SÃO PAULO